

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**O JORNAL *AURORA DA RUA* E O PROTAGONISMO NA SITUAÇÃO
DE RUA: UM ESTUDO DISCURSIVO CRÍTICO**

Gersiney Pablo Santos

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Gersiney Pablo Santos

**O JORNAL *AURORA DA RUA* E O PROTAGONISMO NA SITUAÇÃO
DE RUA: UM ESTUDO DISCURSIVO CRÍTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Linguística, área de concentração *Linguagem e Sociedade*.

Orientadora: Profa. Dra. Viviane de Melo Resende

Brasília, fevereiro de 2013

Absolutamente à minha mãe, Maria Inês Santos, reserva de força e temperança, lá no nosso
“Quintal moderno”, a querida Aracaju.

AGRADECIMENTOS

Em ADC, estudamos como a vida e as relações sociais estão e são ‘linguagem’. No entanto, em momentos como este, ela parece tão mínima. Nesta página estão reunidas as palavras de agradecimento (e de amor) às contribuições diretas e indiretas com esta obra. Vamos lá, então, começar as “Outras palavras”. Registro, inicialmente, o apoio da CAPES na construção desta pesquisa. Agradeço à Professora Josenia Antunes Vieira, primeira referência em Brasília e quem me situou na concreta cidade. A Jacqueline Fiuza – com quem dividi os momentos mais importantes desse ciclo –, por me fazer ver a beleza na simplicidade. A Glauco Feijó e as estrelinhas Ayumi e Inaê – recém-chegada ao mundo, à época, pressagiando com sorrisos os tempos que se aproximavam – agradeço a paz. Jacque, Glauco, Ayumi e Inaê: a minha família de Brasília. Por me ajudar a chegar à outra margem, Viviane de Melo Resende, minha orientadora, que, para mim, é a personificação da ADC neste mundo. Jamais esquecerei o seu sorriso no dia da entrevista do mestrado. O trabalho com Viviane nesse percurso do mestrado foi inspirador. É, aliás. Impossível deixar de mencionar Ângela e Renata, da Secretaria do PPGL, a dupla-dinâmica mais iluminada desses lados candangos. A minha companheira de aventuras, Juliana Rebelo, e a minha (agri)doce (Cupcake) Jussara Magalhães (esta, pelas barras que enfrentamos – e superamos – juntos); as minhas musas da UnB, Ailana Cota, Fátima Carvalho, Risalva Bernardino, Nara Sâmara, Anna Clara Viana e Gissele Alves (que começaram comigo e – mais importante – permanecem (lindas-lindas) comigo). A Carina Lima, Ana Moura, Juliana Prado e Cibele Béliche, pelas tardes impagáveis de diversão e (alguma) discussão acadêmica. Divido a realização deste trabalho também com os/as amigos/as da Comunidade da Trindade e do *Aurora da Rua*. Compartilho com as minhas parceiras de equipe, María del Pilar Acosta e Andreia Santos, o sucesso desta pesquisa. À leve Viviane Ramalho, o meu longo abraço. Dedico ainda à essencial Rafaela Amorim a conclusão desta etapa da minha vida. Aos ‘heróis da Colina’, Francisco Alves, Luduvico de Souza e, mais recentemente, David Sepúlveda pelas aprendizagens de convivência no nosso já inesquecível ‘301’. Agradeço, por fim, à minha família, por me dar o necessário para me manter de pé diante da “Música urbana”. E, acima de tudo, ao Meu Deus, pela Luz e pelo ânimo de ter chegado até aqui. A esses/as companheiros/as de Estrada: “Salve”!

A esta hora exatamente existe um ser humano em situação de rua.

RESUMO

Esta dissertação trata do delicado tema da situação de rua, contudo o faz a partir de outro viés discursivo: o do protagonismo dos atores sociais em situação de rua. Para sua realização, foram investigadas a representação e a (auto)identificação de atores sociais em situação de rua no ‘street paper’ *Aurora da Rua*, de Salvador. O objetivo principal se concentrou nos modos de representação da população em situação de rua em cinco reportagens de capa da publicação, bem como na participação desses atores sociais nas práticas de produção do periódico. A fundamentação teórica baseou-se primordialmente na Análise de Discurso Crítica (ADC) (FAIRCLOUGH, 2001, 2003; RESENDE & RAMALHO, 2009; RAMALHO & RESENDE, 2011) e em suas relações com a teoria de cunho emancipatório do Realismo Crítico (RESENDE, 2009), que embasou o entendimento acerca do funcionamento do mundo social – em seus aspectos ontológico, epistemológico e metodológico. Considerando estratégias metodológicas que pudessem contemplar, de forma coerente, o entendimento da realidade social na qual se concretiza a problemática da situação de rua, os métodos selecionados permitiram acessar realidades não abrangidas pela análise textual isolada. Por isso, foram realizadas visitas de campo que contribuíram para uma reflexão mais ampliada acerca das redes de práticas implicadas na construção do jornal e de seus textos. Como resultado das análises (por meios de significados representacionais e identificacionais) das reportagens de capa e das entrevistas realizadas com atores sociais relacionados à produção e à distribuição do jornal, foram mapeadas estratégias discursivas que apontam para a naturalização da pobreza extrema e para o reforço da outrificação da população em situação de rua. Desse modo, ainda que o periódico seja produzido de maneira colaborativa – por meio da definição conjunta de suas pautas –, o *Aurora da Rua* projeta idealmente os atores sociais em situação de rua, e, nos *corpora* analisados, não foi verificado o estímulo à reflexividade (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999) ou a presença do discurso protagonista de entendimento cidadão (SANTOS, 2012).

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica; pobreza extrema; cidadania; situação de rua; *street papers*

ABSTRACT

This dissertation deals with the concerning issue of homelessness but from another discursive angle: the protagonism of homeless social actors. The purpose of this investigation is in the critical discussion over the representation and identity/ identification construction of homeless social actors in the Brazilian street paper *Aurora da Rua*. Therefore, the main objective of this study focused on the modes of representation and identification of the homeless population in five cover stories of the publication, as well as the level of their agency in regard to the practices in the street paper production. The theoretical basis of this investigation draws upon the analytical framework of Critical Discourse Analysis (CDA) (FAIRCLOUGH, 2001, 2003; RESENDE & RAMALHO, 2009; RAMALHO & RESENDE, 2011) in a dialogue with the emancipatory theory of Critical Realism which could address the discussion on the aspects of the social problem related to the scrutiny of its ontological and epistemological aspects. The methodological path was organized in order to embody the understanding of social life and it also served as an important resource to locate and provide a coherent analytical account of the social problem of homeless. In addition to the textual analysis field procedures were used such as participant observation, field notes and interviews which contributed to a wider perception about the network of practices which constitute the street paper and its texts construction. As a result of the analysis of the story covers and the interview data collected in the field (by the representational and identificational meaning filters) it was possible to map discursive strategies which pointed to naturalization of extreme poverty and misrecognition of the population whom struggle with homeless situation. Despite the collaborative manner of making of *Aurora da Rua* – by joint definitions (between homeless social actors and journalists) referred to the journal agenda –, the street paper idealizes the homeless social actors and (concerning the analysis of the *corpora*) lacks reflexivity (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999) as well as protagonist discourse in a political citizenship meaning (SANTOS, 2012).

Keywords: Critical Discourse Analysis; extreme poverty; political citizen; homelessness; street papers

LISTA DE QUADROS

QUADRO 3.1 – QUESTÕES DE PESQUISA.....	61
QUADRO 3.2 – RELAÇÕES RESULTANTES DA REFLEXÃO EPISTEMOLÓGICA.....	62
QUADRO 3.3 – TÓPICO-GUIA PARA ENTREVISTAS COM VENDEDORES/AS.....	70
QUADRO 3.4 – TÓPICO-GUIA PARA ENTREVISTAS COM EDITORES/AS E JORNALISTAS.....	70
QUADRO 3.5 – MATÉRIAS DE CAPA SELECIONADAS PARA O <i>CORPUS</i> DOCUMENTAL.....	78
QUADRO 4.1 – PERSPECTIVAS ANTAGÔNICAS DA NOITE NAS RUAS NO EXCERTO (28).....	111

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1. TRAJETÓRIA TEÓRICA	15
1.1. FUNCIONALISMO EM LINGUAGEM: UM BREVE PANORAMA	15
1.2. TEORIA SOCIAL DO DISCURSO, REALISMO CRÍTICO E ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA	18
1.3. A ADC NA PERSPECTIVA DA AMÉRICA LATINA	24
1.4. GÊNEROS, DISCURSOS E ESTILOS: OS SIGNIFICADOS DO DISCURSO NOS TEXTOS.....	26
1.5. REPRESENTAÇÃO E (AUTO)IDENTIFICAÇÃO DE ATORES SOCIAIS	31
2. O (DES)CAMINHO DA SITUAÇÃO DE RUA: CONTEXTUALIZANDO A PROBLEMÁTICA	35
2.1. A POBREZA E A SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: ‘VAGABUNDOS’, ‘COITADOS’ E ‘CRIMINOSOS’, DE ONDE VIERAM?	35
2.2. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA IMPRENSA: UMA CRIMINOSA VITIMIZAÇÃO	40
2.3. MÍDIA CIDADÃ: UMA QUESTÃO DE MUDANÇA	44
2.4. STREET PAPERS: UMA PROPOSTA DE PROTAGONISMO	48
2.5. O JORNAL AURORA DA RUA: PROTAGONISMO NA SITUAÇÃO DE RUA	52
3. ACESSANDO A RUA: AS RELAÇÕES PRÁTICAS ENTRE MÉTODOS E CAMPO NA PESQUISA	57
3.1. REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS	57
3.2. TEORIAS DE MÉTODO	63
3.3. NARRATIVAS DE CAMPO	67
3.4. CONSTRUÇÃO DOS <i>CORPORA</i>	77
4. VOZES EM SITUAÇÃO DE RUA: ANÁLISE CRÍTICA DAS REPORTAGENS DE CAPA DO AURORA DA RUA	81
4.1. REPORTAGEM DE CAPA “FONTE DE SOBREVIVÊNCIA” [EDIÇÃO 24]	81
4.2. REPORTAGEM DE CAPA “RUA, O MEU AMBIENTE” [EDIÇÃO 25]	85
4.3. REPORTAGEM DE CAPA “SEMEADORES DE AURORAS” [EDIÇÃO 26].....	92
4.4. REPORTAGEM DE CAPA “POR QUE ESTOU NAS RUAS” [EDIÇÃO 27]	98
4.5. REPORTAGEM DE CAPA ‘SOB O MANTO DA NOITE’ [EDIÇÃO 28].....	109

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	117
5. VOZES DO AURORA DA RUA: ANÁLISE CRÍTICA DAS ENTREVISTAS COM A EQUIPE	119
5.1. ENTREVISTAS COM VENDEDOR/AS (PESSOAS EM SITUAÇÃO/ COM TRAJETÓRIA DE RUA).....	120
5.2. ENTREVISTAS COM EDITOR/AS E COLABORADORA SEM TRAJETÓRIA DE RUA	146
5.3. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	185
ANEXOS.....	191

APRESENTAÇÃO

“Quintal moderno”, Patricia Polayne

“Se cheguei aqui é porque terminei” – penso eu, agora, no início-fim deste trabalho. Esta dissertação é resultado de cerca de dois anos de trabalho, em que eu aprendi além do que esperava. Ela discorre sobre uma problemática da qual, até antes do dia de propor a ‘travessia do Rubicão’ à minha orientadora, a corajosa Viviane de Melo Resende, eu nem me dava conta: a situação de rua.

Assim como a maioria das pessoas, eu reconhecia a existência de ‘moradores/as de rua’, mas eles/as eram ‘eles/as’, e eu era eu. Ponto. Por meio desta investigação, eu percebi que não era mais possível ser só ‘eu’. Aí tomei conhecimento dos *street papers*. Eu, como a maioria das pessoas, não conhecia essas publicações. O jornal soteropolitano *Aurora da Rua* veio em seguida. A ADC, a situação de rua, os *street papers*, o *Aurora da Rua*. Cheguei ao outro lado.

A Análise de Discurso Crítica (ADC) possibilitou-me estar onde estou e realizar esta investigação. A ADC – dada a sua natureza avessa às iniquidades que pululam a sociedade capitalista, baseada em relações comerciais – permitiu que a problemática social fosse investigada em sua faceta discursiva. Tendo em vista que as pessoas agem, representam e se identificam discursivamente nas (redes de) práticas sociais, realizadas na (e pela) linguagem, a análise crítica dos textos do periódico *Aurora da Rua* possibilitou o mapeamento de discursos que tratam dos atores sociais em situação de rua e sua posição identitária no contexto do jornal e diante da condição de exclusão e violência sociais cotidianas.

Seja como pessoas ‘pedintes’, seja como gente que ‘fracassou’ (em todos os sentidos) na vida, a identificação de indivíduos em situação de rua é fortemente atrelada a sua representação como seres dignos de pena, assustadores e/ou desimportantes. Um exemplo dessa construção pode ser observado no modo pelo qual a população em situação de rua é referida. Termos como “morador de rua”, “mendigo”, “pedinte”, “trecheiro” etc. projetam no indivíduo sua apartação. Esses atores sociais acabam por ser caracterizados/as como verdadeiros elementos de atração para representações sensacionalistas e reificadoras; são percebidos como ‘simples ônus’ do processo de desenvolvimento econômico – consequência quase que inescapável da conjuntura capitalista, uma percepção interiorizada pela maioria da população como resultado ‘natural’ do avanço econômico. O *Aurora da Rua* se posiciona

como contrário a esse tipo de representação, que atribui à população de rua a pecha de estorvo social e de grupo social inserido em um contexto de outrificação.

Alinhada com um discurso cidadão, esta pesquisa tem como uma de suas metas pôr em questão o determinismo vigente relacionado à situação de rua. A discussão levantada aqui é baseada em estudos sobre o complexo processo de organização social que contribuiu para a constituição da atual fase do capitalismo e as implicações da ciência crítica para a compreensão da nossa realidade, ou seja, de nós mesmos/as como atores sociais potencialmente transformadores.

A investigação “O jornal *Aurora da Rua* e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico” investiga se, por meio da publicação de rua (ou *street paper*) *Aurora da Rua*, cidadãos e cidadãs que passam pela situação de rua encontram espaço para se (auto)representar e se verem (re)inseridos/as – a despeito de representações fatalistas costumeiras. O objetivo principal foi investigar o processo de construção do periódico e seu produto textual, a fim de verificar se nele acontece, de fato, o protagonismo de pessoas em situação de rua: qual seria seu papel nas práticas de produção do jornal? Estariam representadas nos textos publicados de modo protagonista, assistencialista ou de ambas as formas? Essas indagações foram distribuídas nas seguintes questões de pesquisa:

1. A representação de atores sociais em situação de rua nos textos publicados no jornal materializa o discurso protagonista ou o discurso assistencialista ou ambos?
2. Como são construídas discursivamente as identidades desses atores sociais?
3. De que forma, nos textos selecionados, identificam-se as pessoas em situação de rua e os/as jornalistas envolvidos/as na produção do jornal *Aurora da Rua*?
4. Os atores sociais em situação de rua exercem papel protagonista na construção do jornal *Aurora da Rua*?

Essas questões fundamentais orientaram a estruturação da investigação, que nesta dissertação é apresentada em cinco capítulos. No Capítulo 1, é discutida a fundamentação teórica, relacionada à ADC e ao Realismo Crítico (RC), necessária para o início de um percurso coerente e alinhado com a proposta de mudança social. No Capítulo 2, está traçado o percurso histórico que caracteriza a conjuntura da situação de rua e dos modos de representação relacionados à população em situação de rua na mídia de forte normatividade social – em uma discussão do poder de controle do discurso ideológico. No capítulo 3, está explicitado o percurso metodológico da pesquisa, com as questões de pesquisa, os critérios

para composição dos *corpora*, os tópicos-guia utilizados no trabalho de campo e os relatos da visita à sede do jornal. No capítulo 4, está a análise do *corpus* de dados documentais (cinco reportagens de capa publicadas no jornal em 2011). No Capítulo 5, está a análise do *corpus* gerado, na visita de campo, por meio de entrevistas com oito pessoas envolvidas na produção e na distribuição do *Aurora da Rua* (divididas em dois grupos: o de pessoas com trajetória de rua e o de jornalistas e colaboradores/as).

A análise dos mais de setenta excertos organizados nos dois capítulos analíticos possibilitou uma explanação acerca das representações e (auto)identificações das pessoas em situação de rua no periódico, com abertura para vozes relacionados a sua produção. Em um trabalho conjunto de análise textual e de observação da ação material, acredito que este trabalho poderá servir para uma discussão aprofundada acerca do tema da situação de rua e da luta por direitos de cidadania, que só pode ser reconquistada pela luta social na qual a própria situação de rua esteja inserida (para a cidadania ser, então, estendida àqueles/as que não são respeitados/as como cidadãos/as de direito).

Finalmente, posso dizer que o trabalho produto da pesquisa “O jornal *Aurora da Rua* e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico” abriu possibilidades diversas ligadas a minha compreensão de mundo, bem como às necessidades por que passa o Brasil. Conheci pessoas, em diversos espaços, que me apresentaram possibilidades de trabalho muito produtivas. Gostaria de ressaltar a minha gratidão a Cora, Graciela e Glenda, pela constante companhia em um processo nada simples, assim como à minha orientadora e às minhas companheiras de pesquisa, que sempre estiveram solícitas para discutir. Enfim, não tornarei esta apresentação em agradecimentos. Eu, como a maioria das pessoas, enxergava mundos socialmente opostos; no entanto, a realização deste trabalho me faz observar que devemos ficar atentos/as ao fato de que, enquanto houver a diferenciação de pessoas e sua alocação em espaços simbólicos de exclusão, a cidadania de todos/as é posta em risco, porque a humanidade só pode ser humanidade de for reconhecida como universal. Eu posso dizer que esta pesquisa é mais uma contribuição para discutirmos todos/as sobre o mundo que temos e sobre qual queremos. Já basta de pensar no ‘eu’ e nos diferenciarmos entre ‘nós’ e ‘eles/as’. Agora, pensando melhor: “acho que apenas comecei”.

1. TRAJETÓRIA TEÓRICA

“Outras Palavras”, Caetano Veloso

Tendo em vista a importância de se aliar coerentemente teoria e prática na estruturação de pesquisas críticas, este capítulo tratará de aspectos que dão base às escolhas teóricas localizadas por todo o percurso da investigação. Ele está dividido em cinco seções, que versam sobre a perspectiva de linguagem relacionada aos estudos críticos, bem como acerca da história da Análise de Discurso Crítica e de sua aplicação na pesquisa. Em 1.1, trato da visão funcionalista da linguagem, traçando um breve panorama histórico dos estudos orientados pela perspectiva; em 1.2, discuto conceitos ligados à Teoria Social do Discurso, ao Realismo Crítico e à Análise de Discurso Crítica, estabelecendo as relações entre esses modelos teórico-metodológicos na consolidação de uma proposta social crítica para estudos de linguagem; na Seção 1.3, apresento um panorama geral acerca de pesquisas em Análise de Discurso Crítica na América Latina, fazendo referência a investigadores/as críticos/as brasileiros/as que desenvolveram trabalhos na área; em 1.4, abordo a conceituação dos significados do discurso a fim de introduzir os conceitos que serão delimitados na seção seguinte, 1.5, na qual me dedico a posicionar os significados do discurso que nortearão as análises dos *corpora*.

1.1. FUNCIONALISMO EM LINGUAGEM: UM BREVE PANORAMA

É no século XX, por meio dos textos atribuídos a Saussure, que começamos a entender a linguística como uma área de conhecimento teórico, visto que a língua passa a ser encarada como objeto autônomo e agregador de particularidades que extrapolavam questões etimológicas ou comparativas. É desse contexto que ramificaram as três grandes correntes teóricas da chamada Linguística moderna: O Estruturalismo, o Funcionalismo e o Gerativismo.

O Funcionalismo desenvolveu-se como um modelo de interpretação linguística que se coloca além do paradigma formalista introduzido pelo Estruturalismo – com seu entendimento da língua como um sistema baseado em dicotomias e passível de análise, dissecado como estrutura. A perspectiva estruturalista foi, posteriormente, readaptada pelo Gerativismo na

investigação da língua como uma espécie de órgão inato (faculdade de linguagem), no qual estruturas podem ser formuladas e reformuladas infinitamente com base em uma faculdade mental genética que concebe a noção de um ‘falante ideal’, independente de estímulos externos. No Funcionalismo, ao contrário, é focalizada a observação da interação social como locus fundamental para a efetiva compreensão dos fenômenos linguísticos. Assim, de acordo com a abordagem funcionalista, a linguagem é interpretada “como um instrumento de interação social” (PEZATTI, 2009), e não como um sistema autônomo ou ideal.

O estudo da linguagem passa, a partir das concepções funcionalistas, a explorar a proposição saussureana da língua como ‘fato social’; passa-se, então, a observar como importantes, por exemplo, as relações linguístico-discursivas na sociedade, ou seja, são priorizados a linguagem e seus aspectos estruturais e como se realizam na interação social, “como esses sistemas funcionam na representação de eventos, na construção de relações sociais” (RESENDE, 2005, p. 14).

Vemos, com isso, que o funcionalismo propõe um passo novo na investigação linguística ao defender um entendimento mais ampliado da linguagem: aquilo de que as correntes do Estruturalismo e do Gerativismo não se ocupam será o parâmetro de análises e estudos no Funcionalismo. Para dar conta dessa nova perspectiva de linguagem, observou-se a necessidade da criação de uma gramática, distinta da de cunho formalista; desse modo, o construto teórico presente na gramática funcionalista relaciona-se intimamente com a noção pragmática da linguagem, e pode ser compreendida como

uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social. Trata-se de uma teoria que assenta que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e que entende a gramática como acessível às pressões do uso. (...) Ela considera é a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória (NEVES, 2001, p. 15).

Assim, podemos perceber que a visão estruturada da língua permanece; entretanto, a noção se baseia na Pragmática – dentro da qual são consideradas a sintaxe e a semântica com vistas a observar como se manifestam os fenômenos linguísticos no contexto das relações sociais estabelecidas em determinados contextos sociais. Como explica Silva (2005, p. 40),

a língua em uso constitui o lugar, a fonte em que surge a gramática considerada, aqui, como algo dinâmico que permite explicar as atividades linguísticas na sua concretude, resultante das necessidades do falante pertinentes (...) às formas de ação, além das formas de representação e significação que constituem e constroem o mundo (interior e exterior de sua própria consciência).

É por essa razão que uma abordagem funcionalista da linguagem estabelece relação entre o estudo da estrutura linguística e o uso que dela se faz – como mencionado, um passo além da visão puramente estruturalista ou mentalista da linguagem.

Apesar do foco específico no que tange ao estudo da linguagem, cabe ressaltar que há vários modelos teóricos ligados à corrente funcionalista, apresentando com isso uma corrente que engloba diversas áreas de investigação. Dependendo do foco atribuído, observamos ramificações linguísticas que passam pela Linguística de Texto, a Sociolinguística, a Análise do Discurso e a Análise de Discurso Crítica, entre outras abordagens.

Gostaria de chamar a atenção para o fato de que as três grandes correntes da Linguística moderna não precisam ser interpretadas como rivais ou alternativas. Este trabalho entende que, a despeito das abordagens, o objeto de investigação é o mesmo; seja analisando a estrutura nos seus sintagmas e paradigmas, seja tomando a linguagem de acordo com um entendimento de geração sentencial prolífica, falamos de linguagem e de língua, com a especificidade de que, dentro de uma abordagem funcionalista, não é interessante isolar um fato social cujo desempenho influi em questões de relações sociais e em problemas de ordem humana (que, embora estruturada, necessita de participantes, regidos/as por regras e convenções sociais para poder existir). Com isso, deixo expresso o meu desacordo quando, ao invés de apoios entre teóricos e suas abordagens diversas acerca do estudo da linguagem, vejo grupos ou indivíduos tentando impor uma corrente como a definitiva. Penso que os estudos linguísticos devem ser entendidos como uma diversidade produtiva, na qual delimitações são estabelecidas a fim de que aspectos fenomenológicos da linguagem sejam mais bem aproveitados e compreendidos. Como lembra Neves (2001, p. 53),

Halliday (...), ao chamar a atenção para a polarização que tem havido entre a abordagem formalista e a funcionalista, considera que, na verdade, ambas se ligam à própria natureza da linguagem, além de se ligarem, pela raiz, ao pensamento ocidental.

Desse modo, a manutenção de rixas não contribui em nada para avanços relacionados aos estudos da linguagem, pois cerceiam territórios que, juntos, têm um potencial imenso de produção e descobertas profícuas para a compreensão da linguagem e do fazer linguístico, em seus mais diferentes aspectos, todos relevantes em seus escopos.

No entendimento de como a linguagem se realiza de modo social, teorias e abordagens vêm se unindo e gerando conhecimento ampliado acerca da relação linguagem e sociedade. É dentro do paradigma funcional que está localizada a Análise de Discurso Crítica (ADC), um conjunto de abordagens teórico-metodológicas que intenta dar conta da investigação

interdisciplinar da linguagem em seu aspecto discursivo. Como explicam Resende e Ramalho (2009, p. 13),

para analistas de discurso, somente o conceito funcionalista de discurso é aplicável, uma vez que o foco de interesse não é apenas a interioridade dos sistemas linguísticos (...). O conhecimento acerca da gramática – uma gramática funcionalista – é indispensável para que se compreenda como estruturas linguísticas são usadas como modo de ação sobre o mundo e sobre as pessoas.

Sobre a abordagem de linguagem que propõe a versão de ADC com que trabalho, bem como a sua relação com teorias sociais, tratarão as próximas seções.

1.2. TEORIA SOCIAL DO DISCURSO, REALISMO CRÍTICO E ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Segundo Magalhães (2005), é na década de 1970, na Grã-Bretanha, que uma nova abordagem para estudos da linguagem é desenvolvida na Universidade de East Anglia. Ao novo modelo de estudo foi dado o nome de Linguística Crítica (LC), e a ela interessavam as relações que textos estabeleciam com questões relativas a poder e ideologia. Na década seguinte, estudiosos/as passaram a aprimorar pontos-chaves da LC; entre eles, destacou-se Norman Fairclough, da Universidade de Lancaster. A ele é atribuída a primeira menção ao termo ‘análise de discurso crítica’. A partir da década de 1980, diversos/as pesquisadores/as passaram a desenvolver estudos e pesquisas diferentes, mas com características em comum, caracterizando a ADC como uma área do conhecimento heterogênea. Conforme explicam Ramalho e Resende (2011, p. 18):

É heterogênea porque há uma gama variada de abordagens que se identificam com o rótulo ‘ADC’. Assim, não apenas os avanços trazidos pela abordagem de Norman Fairclough são identificados com a ADC, mas também as perspectivas de autores como Teun Van Dijk (1989), Ruth Wodak (1996), Blommaert (2005), Theo van Leeuwen (2008), entre outros/as. Todas essas abordagens são legitimamente associadas à Análise de Discurso Crítica, e cada uma delas provê acercamento teórico e instrumental específico para pesquisas discursivas.

Este trabalho filia-se à linha britânica da ADC representada pelos trabalhos de Fairclough (2001; 2003; 2010), que desenvolveu a Teoria Social do Discurso como uma ferramenta de investigação fundamentada nos conceitos chaves da ADC. Também tira partido de algumas das várias contribuições que esse modelo de ADC recebeu de pesquisadores/as latino-americanos/as, como Pardo Abril (2007), Resende (2009; 2011) e Pardo (2011), por exemplo.

A Teoria Social do Discurso pode ser entendida como uma abordagem que reconhece, observa e investiga a relação entre linguagem e mundo social, no que tange à interligação dialética de outros elementos sociais a recursos e estratégias discursivas (FAIRCLOUGH, 2003; RESENDE, 2005). De acordo com Resende e Ramalho (2009, pp. 12-13):

Trata-se de uma proposta que, com amplo escopo de aplicação, constitui modelo teórico-metodológico aberto ao tratamento de diversas práticas na vida social, capaz de mapear relações entre os recursos linguísticos utilizados por atores sociais e grupos de atores sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se insere.

Estando inserida na ADC, a Teoria Social do Discurso propõe discutir como na linguagem podem estar representadas perspectivas particulares a respeito de questões sociais, uma vez que ela medeia as relações humanas. A abordagem proposta por Fairclough relaciona-se, assim, ao modo como a linguagem é realizada na sociedade, mas também se caracteriza como interessada na produção e aplicação de “estudos críticos e interdisciplinares sobre a prática discursiva e a sua relação com a *mudança social* e cultural”. (PEDROSA *ET AL.*, 2010, p. 649). É nesse sentido que se sustenta a sua defesa do estudo atento de linguagem-sociedade, visto que a gama de discursos que compõem a vida social não apenas reflete o mundo em que se realiza, mas tem o poder de construir, manter e/ou desconstruir relações sociais tomadas como naturais. É a partir desse pensamento que se centralizam, na abordagem proposta por Fairclough, os conceitos de ‘discurso’ e ‘prática social’ (ver Seção 1.4), os quais, alinhados a outros – desenvolvidos por teóricos de várias áreas do conhecimento –, compõem a complexa, aberta e congruente abordagem da ADC.

Desse modo, a ADC pode ser compreendida como uma abordagem teórico-metodológica transdisciplinar que intenta propor reflexões sobre problemas sociais por meio de suas facetas discursivas. A ADC tem, em seus estudos, o objetivo de “explicitar o encoberto no discurso que, por alguma razão, não é imediatamente percebido. A ADC deseja dar visibilidade àquilo que antes era invisível e considerado natural” (SILVA & VIEIRA, 2002, p. 153). Em ADC, o mundo social é compreendido como constituído de uma rede de práticas sociais, nas quais há a constante tensão entre visões de mundo particulares, em embates discursivos na busca pelo consenso. Assim, nessa abordagem, os conceitos de ideologia e hegemonia ganham destaque.

O entendimento de ideologia está relacionado à realização discursiva de aspectos hegemônicos nos embates pelo poder no mundo social – sendo ela um dos modos pelos quais a hegemonia se sustenta. Thompson (2002, p. 85) esclarece que “estudar a ideologia é estudar

as maneiras nas quais o significado serve para estabelecer e sustentar as relações de dominação”. Já o conceito de hegemonia é apropriado da concepção desenvolvida por Gramsci:

Hegemonia é a liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade; (...) o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’; (...) é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento (FAIRCLOUGH, 2001, pp. 122-3).

Para Fairclough (2001), a hegemonia não é localizada, ou seja, facilmente identificável, pois está inserida em um sistema de coligações institucionais da sociedade civil (como a família, a educação e a mídia, por exemplo). A hegemonia coloca-se no foco da tensão entre setores e blocos sociais interessados em construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que se manifestam em aspectos sociais, econômicos, políticos etc. Por isso, toda hegemonia é instável e foco de luta hegemônica. As ações de grupos sociais hegemônicos que visam à dominação por meio do discurso são consideradas ideológicas.

O caráter ideológico de certos discursos é questão de destaque nas investigações em ADC, visto que determinados discursos veiculam ideologia, no sentido negativo do termo (não neutro). Thompson (2002, p. 80) interpreta por “dominação” as relações de poder “sistematicamente assimétricas”, em que “grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito”. Desse modo, a ideologia está diretamente relacionada à dominação.

Ao analisar o conceito de “discurso” em ADC, podemos vê-lo em dois âmbitos inter-relacionados: um mais amplo (ou mais abstrato), que se refere ao momento discursivo ou semiótico da prática social; e um mais restrito (ou menos abstrato), que diz respeito aos modos particulares de representação do mundo social. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 38) explicam o conceito mais abstrato de discurso como “momento das práticas sociais em sua articulação com outros momentos não-discursivos, em perspectivas particulares encontradas em várias formas semióticas”. As duas compreensões de discurso estão intimamente atreladas às práticas sociais – localizadas em tempos e espaços particulares.

O conceito de prática social em ADC diz respeito às relações de ação e interação sociais, no sentido de como tais ações e interações repercutem na consolidação de condutas que se legitimam pela anuência e recorrência sociais durante determinado recorte temporal.

Essas ‘condutas’, ou melhor, práticas, incluem modos de ser, de agir e de representar(-se) no mundo. Como explica Fairclough (2001, p. 94), “a prática social tem várias orientações – econômica, política, cultural e ideológica, e o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações do discurso”. É por meio das práticas sociais que visualizamos a proposta do uso de significados do discurso para compreender a realidade social. O conceito de práticas sociais está diretamente relacionado à conexão entre quatro elementos da vida social: fenômeno mental (desejos, crenças, valores), atividade material, relações sociais e discurso. Entendendo a atividade discursiva como constituída de modos de ação, representação e identificação humanas no mundo, podemos interpretá-la como possível meio de mudança nas relações entre atores sociais. O discurso, assim, pode contribuir para a construção de identidades e influenciar estratégias de ação (RESENDE, 2009).

Desse modo, pesquisas em ADC questionam “problemas sociais discursivamente manifestos” (RESENDE, 2009, p. 11) e desenvolvem, por meio da análise rigorosa de textos (como resultados discursivos de eventos concretos), “o estudo da linguagem nas sociedades contemporâneas” (RESENDE & RAMALHO, 2009, p. 7). A ADC, assim, alia a Linguística às Ciências Sociais com o intuito de (re)pensar estratégias de mudança em realidades de prejuízos sociais.

Um modelo para tais estudos críticos se explica na proposta de Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO), desenvolvida em Fairclough (2001), no qual a base de investigação fundamental é o texto. A atenção aos textos, segundo o autor britânico,

provavelmente reforçará a análise social, essencialmente por assegurar atenção a exemplos concretos de prática e a formas textuais e a processos de interpretação associados a elas. (...) Pode também ajudar a relacionar os enunciados gerais sobre a mudança social e cultural aos mecanismos e às modalidades precisas dos efeitos da mudança na prática. (FAIRCLOUGH, 2001, pp. 87-8)

Ao realizar suas funções de ação, representação e identificação, textos também funcionam fundamentalmente como ferramentas para a comunicação social, visto que concretizam a linguagem. Observa-se que, na abordagem, a preocupação voltada ao escrutínio dos textos é fundamental para revelar meandros que operam disparidades sociais e que são passíveis de análise na relação entre linguagem e sociedade. Ainda segundo Resende e Ramalho (2009, p. 26),

entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como

também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença.

É nesse sentido, conforme explicam as autoras, que se localiza a dialética entre discurso e sociedade, uma vez que “o discurso é moldado pela estrutura social, mas é também constitutivo da estrutura social” (*ibidem*). A ADC, assim sendo, contribui para o constante (re)pensar baseado na linguagem, na medida em que oferece ferramentas para a problematização de pontos críticos da vida social, de algum modo tomados como naturais. A ADC demonstra como as teorias sociais podem construir relações com os fenômenos linguísticos, entendendo que

longe de ser um simples *tertium quid* entre a mente humana de um lado e o mundo externo do outro, a linguagem se constitui em importante palco de intervenção política, onde se manifestam as injustiças sociais pelas quais passa a comunidade em diferentes momentos da sua história e onde são travadas constantes lutas (RAJAGOPALAN, 2003, p. 125).

A ação discursiva realizada pelo uso da linguagem no mundo social leva em conta aspectos que relacionam os textos à estrutura social e às (redes de) práticas. A perspectiva adotada no Realismo Crítico (RC) aponta para uma compreensão ontológica do mundo social na qual as redes de práticas correspondem a um nível da realidade. Desse modo, o RC é uma teoria de proposta afim à investigação discursiva, uma vez que “oferece uma capacidade explanatória crítica das coisas do mundo social a partir do estudo das possibilidades em redes de práticas sociais” (RESENDE, 2009, p. 20). Dessa abordagem, podemos destacar o Modelo Transformacional da Atividade Social (MTAS). O MTAS é um modelo desenvolvido com base na compreensão realista crítica da configuração do mundo social em que a estrutura social promove recursos e constrangimentos que permitem, na ação, condições de reprodução e, inclusive, transformação; no entanto, essas possibilidades e condições estão ancoradas em ações/atividades prévias, inseridas em ordens sociais (BHASKAR, 1998 *apud* RESENDE, 2009). Os atores sociais, por meio de redes de práticas, podem agir sincronicamente na mudança (e/ou reprodução) dessa mesma estrutura, ainda que constrangidos por ela de determinado(s) modo(s), devido a ‘brechas’ existentes na estrutura. Tais ações de embate podem produzir resultados de forma diacrônica. Em outras palavras, a ação social – influenciada pela estrutura e operada na estrutura – desenvolve-se no tempo, contribuindo para a manutenção ou contestação de aspectos conjunturais, e podendo promover, assim, alterações que funcionam em um processo de recursividade (o que demonstra a possibilidade criativa frente a uma estrutura não hermética). As práticas sociais são o elo para a observação

do tipo de transformação social que acontece entre estrutura e ação, visto que não é possível pensar na relação direta desses níveis, pois, como explica Resende (2009, p. 26):

a relação entre estrutura e ação não é dialética, e sim transformacional, isto é, ‘não constituem dois momentos de um mesmo processo’ (Bhaskar, 1998d: 214). Dizer que não constituem dois momentos de um mesmo processo significa dizer que não são simultâneas, que há uma assimetria entre esses dois elementos: as estruturas são sempre prévias à ação. As sociedades são sempre prévias aos indivíduos, que nunca a criam, apenas a reproduzem ou transformam.

O modelo apresentado por Bhaskar evidencia a capacidade de transformação, pois se apoia em um entendimento do mundo social relativamente aberto a mudanças operadas por meio de novas (redes de) práticas realizadas por atores sociais (reflexivos). A análise de práticas sociais que perpassam, por exemplo, a construção de um periódico de proposta protagonista, como o *Aurora da Rua*, pode servir como modo de contestação e de possível transformação de problemas estruturais que se deseja superar. Assim, representações e identificações ligadas a discursos ideológicos (como o do fatalismo ligado à situação de rua, por exemplo) não são impassíveis de superação. A observação possibilitada pelo RC de que a estrutura social pode ser reordenada – ainda que como lento resultado diacrônico da ação humana –, devido à dinâmica de seu funcionamento, possibilita compreender a ontologia do mundo social com vistas a pensar estratégias que contribuam para a superação do problema social, ponto-chave defendido pelos estudos em ADC.

Com base no exposto sobre o RC, é possível recorrer à articulação da abordagem da ADC com a teoria realista crítica, na medida em que esta “entende que a vida social (...) é um *sistema* aberto, no qual qualquer evento é governado por mecanismos ou poderes emergentes que operam simultaneamente” (PAPA, 2009, p. 112). A conexão entre a ADC e o RC possibilita a investigação discursiva desse sistema com vistas à tomada de ação crítica no desvelamento e na problematização de discursos hegemônicos. Os textos permanecem assumindo uma posição de centralidade na relação, sendo entendidos como possibilidade concreta de acesso aos movimentos discursivos, tendo em vista seus “efeitos causais e que a análise desses efeitos é parte da análise discursiva de textos” (RESENDE, 2009, p. 23).

Finalmente, percebemos que a articulação das propostas da ADC e do RC pode contribuir para a análise mais apurada das movimentações discursivas que envolvem a superação de problemáticas sociais. No entanto, é importante esclarecer que a relação com o RC mostra a característica interdisciplinar da ADC, pois nós, analistas de discurso, propomos um trabalho conjunto com as teorias sociais, mas sem, com isso, pretendermos ocupar o lugar de cientistas sociais. Como aponta Resende (2009, p. 79):

Temos interesses específicos em aspectos de problemas sociais que não coincidem plenamente com os interesses das ciências sociais (em termos da dimensão intransitiva do conhecimento), e contamos com habilidades e discursos científicos diferentes (em sua dimensão transitiva). Acontece que nosso foco, como analistas de discurso, não são primariamente as atividades materiais ou as estruturas sociais de um modo amplo, mas o momento discursivo das práticas sociais e as relações causais que estabelecem com outros momentos das práticas, as relações de emergência entre aspectos discursivos e não discursivos na reprodução/transformação da sociedade.

Assim, a ADC mantém, apesar de aliada a outras áreas do conhecimento científico, a sua autonomia na investigação do mundo social com bases e categorias adaptadas a interesses linguístico-discursivos.

1.3. A ADC NA PERSPECTIVA DA AMÉRICA LATINA

A despeito da história inicial dos estudos em ADC estar fundamentalmente ligada a pesquisadores/as de centros universitários europeus, a abordagem teórico-metodológica encontrou repercussão em outras partes do mundo. A América Latina tem sido um dos exemplos mais interessantes do alcance da perspectiva de estudos voltados para a mudança social pela via do discurso. Ramalho e Resende (2011, p. 18) destacam que

também na América Latina há avanços que devem ser considerados quando se fala em ADC. Pesquisadores/as latino-americanos/as têm contribuído, nesse sentido, para a difusão da ADC como teoria e método de investigação, gerando abordagens próprias, questionando as abordagens já legitimadas e introduzido avanços que não podem nem devem ser minimizados (ver, por exemplo, Magalhães, 2000; Berardi, 2003; Meurer, 2004; Pardo Abril, 2008; Resende, 2009a; Silva, 2009; Ramalho, 2010a).

A pesquisa em ADC desenvolvida por pesquisadores/as latino-americanos/as tem se mostrado bastante produtiva no que diz respeito a questões de desigualdade social e naturalização de práticas opressoras. Os trabalhos que destaco nesta seção tratam de como discursos hegemônicos ligados à economia capitalista – mais propriamente à falácia do discurso da globalização – contribuem para cenários de extrema diferenciação entre cidadãos/ãs, em um desenho de sociedade projetado para valorizar atitudes voltadas exclusivamente à circulação do capital e ao esvaziamento da reflexividade diante de problemáticas sociais. Como ressalta Pardo (2006, p. XIII),

A vigência do hedonismo, do individualismo, do utilitarismo e o pragmatismo na era pós-moderna representam o esvaziamento da razão, a anulação da ética, a

inexistência da verdade (...), com a qual se intensifica a exploração econômica de um sujeito ancorado no vazio e, conseqüentemente, desejoso de um lugar para apoiar-se no mundo e em si mesmo.

A América Latina vem se posicionando como espaço organizado e atento para discussões que se referem a contextos de discursos ideológicos, nos quais questões como a anulação de direitos sociais e a problemática da pobreza se inserem como agendas de luta. Assim, por exemplo, trabalhos de repercussão concernentes à extrema pobreza têm sido produzidos e discutidos conjuntamente por países como Brasil, Argentina, Colômbia, Chile e Venezuela na Rede Latino-Americana de Análise de Discurso Crítica sobre a Pobreza Extrema (REDLAD). O tema, um problema estrutural extremamente urgente, tem orientado pesquisas e publicações que se alinham à proposta da ADC.

A REDLAD vem, há sete anos, reunindo investigadores/as e investigações, promovendo discussões sobre problemáticas sociais nos países envolvidos na Rede, com vistas a propor articulações que construam proposições de superação por meio do discurso. O objetivo da REDLAD, entre outros, é o de construir e aplicar conhecimento sobre os processos teóricos e metodológicos para as análises de discurso desenvolvidas nas investigações; é também de interesse da Rede o intercâmbio de pesquisas e o diálogo entre pesquisadores/as dos países e áreas do conhecimento interessados/as em ADC. Assim, como sintetiza Montecino (2010, p. 14),

a REDLAD propõe, por um lado, desvelar as representações discursivas que as pessoas constroem, em suas mais diversas práticas sociais, sobre a pobreza em geral em cada um dos seus países membros. Por outro lado, pretende dar conta da representação que as pessoas em situação de rua e que os pobres têm acerca de suas identidades pessoais e sociais, a partir do que se empreende em um processo crítico interpretativo.

Podemos ver, então, como a ADC também segue formando campos consolidados na América Latina, com exemplos como o construído pela REDLAD, em que pesquisadores/as se comprometem com a abordagem crítica da ADC entendendo que

abordar o discurso em uma perspectiva crítica impõe ao investigador a aproximação do seu objeto de estudo reconhecendo nele o seu caráter estrutural e funcional (...). Propor uma maneira de realizar a análise de discurso crítica implica assumir um compromisso com o discurso (PARDO ABRIL, 2007, p. 103).

Além dos destacados avanços da REDLAD, diversos/as pesquisadores/as, em suas próprias práticas acadêmicas, têm proposto construtos teóricos e estratégias de investigação crítica que contribuem para a ampliação das pesquisas em ADC na América Latina. Cito como exemplo

os trabalhos das pesquisadoras Neyla Pardo Abril (2007), da Colômbia, e Laura Pardo (2011), da Argentina, no desenvolvimento de novas abordagens teórico-metodológicas para a análise linguística e discursiva de textos, além das investigações do pesquisador chileno Lésmer Montecino (2010) referentes a aplicações analíticas ligadas a histórias de vida.

No Brasil, são referência os trabalhos das pesquisadoras Izabel Magalhães (1986; 2005), Josênia Antunes Vieira e Denize Elena Garcia da Silva (2003) – na apresentação das propostas teóricas fundamentais da ADC – e, mais recentemente, das pesquisadoras Viviane de Melo Resende e Viviane Ramalho (RESENDE & RAMALHO, 2009; RAMALHO & RESENDE, 2011) – na revisão e consolidação teórica da proposta crítica. Pesquisas que aliam teorias de cunho emancipatório, afins às propostas da ADC, também têm sido realizadas no Brasil. Fundamentadas na relação entre a ADC e o RC, são destaque as publicações de Viviane Resende (2009), Viviane Ramalho (2008) e Solange Maria de Barros Ibarra Papa (2009). Outros trabalhos, como os de Denize Elena Garcia da Silva (2005) na relação entre a teoria da gramática sistêmico-funcional e a ADC, de Guilherme Rios (2003) sobre Novos Estudos do Letramento com viés crítico, de Cleide Emília Faye Pedrosa (2012), com o aprofundamento da relação entre os estudos discursivos e os estudos de mídia, e Maria Carmen Aires Gomes (2005), também com estudos sobre a relação entre discurso e mídia, completam esse panorama, ainda que parcial, de investigações discursivas críticas.

Podemos observar que a produção dos/as cientistas críticos/as na América Latina é profusa e a cada ano ela se consolida como um campo fértil e colaborativo de trabalhos originais e atentos às questões que conectam o estudo da linguagem a diversas problemáticas sociais. O Brasil, particularmente, tem tido relevo nas investigações que desenvolve; seus/suas pesquisadores/as têm sido reconhecidos/as pelo comprometimento com a revisão e atualização dos modelos teórico-metodológicos abarcados na proposta de mudança social em ADC e por seu envolvimento com temas sociais. Seus trabalhos, assim, atrelam efetivamente pesquisas acadêmicas a questões relevantes referentes à contestação e à desconstrução de discursos hegemônicos no mundo social.

1.4. GÊNEROS, DISCURSOS E ESTILOS: OS SIGNIFICADOS DO DISCURSO NOS TEXTOS

A afirmação de que os conceitos de discurso e prática social são centrais para a abordagem da ADC também encontra explicação dentro das descrições ontológica e epistemológica abordadas anteriormente. Para desenvolver o conceito central de ‘discurso’, Fairclough (2003)

reinterpreta a noção de macrofunções da linguagem, proposta por Halliday nas concepções funcionais de linguagem desenvolvidas na teoria sistêmico-funcional (função ideacional, ligada à representação da experiência; função interpessoal, relacionada às ações interacionais; e função textual, concernente a aspectos estruturais e semânticos dos textos). Na sua recontextualização, as funções passam a ser denominadas significados, que atuam de modo dialético e simultâneo com concretização nos textos dispersados no mundo social. Como explicam Resende e Ramalho (2009, p. 58),

a justificativa apresentada para essa modificação na teoria está relacionada à importância do discurso na constituição, reprodução, contestação e reestruturação de identidades, que não é captada pelas funções tal como apresentadas por Halliday, uma vez que a função de identidade é marginalizada “como aspecto menor da função interpessoal” (Fairclough, 2001a, p. 209).

Com base nesse entendimento, Fairclough faz dois movimentos de reinterpretação das macrofunções sistêmico-funcionais. Em Fairclough (2001), ele ainda trabalha com o conceito de função, no entanto divide a função interpessoal em duas: a identitária e a relacional; assim, ele passa a entender a realização linguística no mundo social como organizada nas seguintes funções: ideacional, identitária, relacional e textual.

Para Fairclough (2001), à função identitária caberia o estabelecimento de identidades sociais no discurso; já a função relacional diria respeito ao modo de representação e negociação dessas identidades (RESENDE & RAMALHO, 2009). O segundo movimento de recontextualização ocorreu em Fairclough (2003), quando passa a não mais usar o termo função para se referir ao funcionamento social da linguagem, passando a apresentar o conceito de significados do discurso. Ainda que se apropriando dos conceitos da Linguística Sistêmico-Funcional, Fairclough reorganiza as funções, renomeando a função ideacional em significado representacional (associado a discursos como modos de representação) e a função identitária em significado identificacional (associado a estilos como modos de identificação), e incorporando as funções relacional e textual no significado acional (associado a gêneros como modos de ação). Com essa reorganização teórica que estabeleceu elos entre os significados da atividade discursiva e os elementos de ordens de discurso, Fairclough logrou deixar clara a relação entre discurso e prática social, uma vez que possibilitou a visualização do funcionamento do mundo social pelo discurso e concretizada em textos e eventos sociais.

Os significados como modos de representação, identificação e (inter)ação no mundo equivalem, apesar de não serem estanques, a aspectos particulares de realização discursiva no mundo social. A abordagem lança mão, então, do pensamento de Foucault relativo às ordens

de discurso que regulam as relações sociais, entendendo o conceito como a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade, e o relacionamento entre elas (FAIRCLOUGH, 2003).

O significado acional, estando relacionado aos gêneros, associa-se diretamente ao alinhamento entre as práticas sociais e os textos. Os gêneros discursivos são concretizados em textos, os quais estão inscritos em práticas sociais localizadas e consonantes a ordens do discurso – que funcionam como reguladoras dos aspectos sociais relacionados à linguagem. Os gêneros são elementos sociais de fundamental importância para o entendimento do significado acional; Fairclough (2003) define o conceito por modos de agir vistos a partir do aspecto discursivo. Assim, por meio dos diversos gêneros, é possível a observação de ação e interação de atores sociais, que além de agir discursivamente sempre representam e se identificam no mundo.

A análise baseada no significado acional busca investigar como o texto, dentro de uma prática social, opera na realização de eventos sociais. A investigação discursiva focalizada no significado acional faz uma varredura na parte estrutural dos textos atentando para o modo como relações semânticas, oracionais e modos gramaticais, por exemplo, servem a propósitos discursivos. É por meio desse significado que se tem a análise de estrutura genérica, que Fairclough (2003, p. 216) define como “estrutura ou organização global de um texto, que depende do gênero principal no qual o texto se sustenta”. Ainda assim, nem sempre os textos estarão definidos por um ‘modo relativamente estável’ de organização, como engloba o conceito bakhtiniano de gêneros discursivos, o qual se centraliza no fato de que

cada esfera conhece seus gêneros, apropriados à sua especificidade, aos quais correspondem determinados estilos. Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições, específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero (...), relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico. (BAKHTIN, 1997, p. 284).

Nas constantes reestruturações sociais, como sinaliza a afirmação de Bakhtin, os gêneros correspondem a tais mudanças; desse modo, eles são verdadeiros modelos da vida e mudança sociais. É por essa razão que muitos textos são adaptados de diversas formas a fim de corresponder ao momento discursivo que se quer consolidar nas disputas pelo poder: tal modo de (inter)ação é o que justifica o interesse de pesquisa da ADC. No movimento acional dos gêneros, com base em Swales, Fairclough (2003) estabelece uma distinção genérica. A distinção é dada por meio dos conceitos de ‘pré-gêneros’ e ‘gêneros situados’:

Os *pré-gêneros*, conceito resgatado de Swales (1990), são categorias abstratas, que transcendem redes particulares de práticas sociais e que “participam” na composição de diversos gêneros situados. Narrativa, argumentação, descrição e conversação são pré-gêneros no sentido de que são “potenciais” abstratos que podem ser alçados na composição de diversos tipos de textos. (...) *Gêneros situados*, por outro lado, são categorias concretas, utilizadas para definir gêneros que são específicos de uma rede de prática particular, como, por exemplo, a literatura de cordel e a reportagem de revistas informativas-gerais. (...). Um gênero situado geralmente alça vários pré-gêneros (RESENDE & RAMALHO, 2009, p. 63).

Assim, de acordo com a proposta explicada, o conceito de gênero inclui “diferentes níveis de abstração” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 216).

O significado representacional está alinhado a discursos como elemento de ordens de discurso particulares. Nele, representações particulares acerca de questões do mundo, ou seja, discursos, são o norte para as investigações, uma vez que diferentes discursos não apenas representam o mundo "concreto", mas também projetam possibilidades diferentes da "realidade", ou seja, relacionam-se a projetos de mudança do mundo de acordo com perspectivas particulares (RAMALHO & RESENDE, 2011). O significado representacional, desse modo, trata diretamente das representações de mundo que, dependendo da posição que ocupam no mundo social, são mais ou menos disseminadas. O que interessa à ADC é, basicamente, como operam os discursos em textos e, uma vez detectados sua natureza e efeitos potenciais, quais as estratégias utilizadas para se consolidar. O significado representacional se articula aos demais significados do discurso: acionalmente, no que diz respeito à realização e (re)configuração concreta dos discursos nos textos; identificacionalmente, no que tange a como atores sociais, por meio de discursos realizados no texto, comprometem-se com determinadas visões de mundo. O significado representacional é um dos mais utilizados nas investigações em ADC, pois trabalha com um dos conceitos centrais na ADC, que é o de discursos; a preocupação segue no sentido da propagação e naturalização de discursos hegemônicos, uma vez que

a universalização de discursos particulares e sua legitimação são poderosas ferramentas para a manutenção de hegemonias. Isso relaciona, por um lado, os conceitos de discurso e luta hegemônica, por outro lado, reforça o papel da ideologia na manutenção das relações hegemônicas (RAMALHO & RESENDE, 2011, p. 52).

O significado representacional diz respeito, ainda, ao trânsito de vários discursos nos textos, pois é fluida a disseminação discursiva na medida em que “um mesmo aspecto do mundo pode ser representado segundo diferentes discursos” (RAMALHO & RESENDE, 2009, p. 71). É o que se entende em ADC pela característica da heterogeneidade discursiva – potencializada em todo e qualquer texto.

O significado identificacional está relacionado a estilos, os quais “constituem o aspecto discursivo das identidades, ou seja, relacionam-se à identificação de atores sociais em textos” (RESENDE & RAMALHO, 2009, p. 76). A abordagem da questão das identidades e identificações nos textos justifica-se pela percepção de que, ao identificar-se ou identificar outrem, atores sociais podem disseminar discursos interiorizados e, com isso, perpetuá-los em eventos sociais, ou seja, o processo de identificação envolve os efeitos constitutivos do discurso e deve ser visto de modo dialético no qual discursos tem relação com as identidades. Desse modo, é relevante à pesquisa social a análise identificacional dos textos, tendo em vista que um confronto entre discursos implica a sua materialização, a qual é possibilitada pelo posicionamento dos atores sociais diante de questões sociais.

Sendo assim, o conceito de identidade (HALL, 2005; CASTELLS, 2008)¹ é fundamental para esse significado, pois trata diretamente da escolha frente a um discurso que pode ser ou não ligado a ideologias. Explicam Ramalho e Resende (2011, p. 72) que

para pesquisas em ADC, em relação ao estudo da materialização de estilos em textos são temas relevantes: a interiorização de discursos na construção de identidades e identificações; a relação entre construções identitárias e modos de ação discursiva e social; as identificações construídas para grupos específicos em textos de ampla circulação ou em variados tipos de texto; a construção identitária em pesquisas etnográficas e em histórias de vida; a relação entre identidades e movimentos sociais ou outros grupos ligados a lutas específicas.

Com isso, podemos observar que a identificação, como modos de construções identitárias baseadas em visões de mundo particulares, tem relevância para a observação de como discursos, por meio de estilos, se (re)configuram nas práticas sociais e repercutem em eventos.

Depois dessa breve apresentação dos significados do discurso propostos por Fairclough (2003), é preciso mencionar que o acesso a esses significados acontece por meio de análise textualmente orientada. Sendo o texto compreendido como meio fundamental da análise discursiva da ADC, são aplicadas categorias analíticas de forma sistemática. Essas categorias são explicitamente baseadas na LSF, bem como desenvolvidas dentro do escopo de outras correntes funcionalistas e de pesquisas e teorias sociais. As categorias analíticas, assim, “auxiliam no mapeamento de relações dialéticas entre o social e o discursivo, permitindo a investigação de efeitos constitutivos de textos em práticas sociais, e vice-versa” (RAMALHO & RESENDE, 2011, p. 111). Ramalho e Resende (2011, p. 112) chamam a atenção para o

¹ A pesquisa utiliza os conceitos de identidade cultural e sua descentralização na Pós-Modernidade (HALL, 2005) e os tipos de identidade assumidos como ‘fonte de significado’ pelos próprios atores sociais (CASTELLS, 2008) para observar, de forma fundamentada, como se dão as construções identitárias, bem como as identificações realizadas nas análises.

entendimento das categorias analíticas como “formas e significados textuais associados a maneiras particulares de representar, de (inter)agir e de identificar(-se) em práticas sociais situadas”.

Cada significado engloba um conjunto de categorias que dão conta de uma efetiva análise textual, que assegura o caráter científico-interpretativo das investigações em ADC, e que afasta a análise de simples leitura. Assim, em linhas gerais e sem pretender uma lista exaustiva das possibilidades analíticas, temos, para o significado acional, categorias como intertextualidade (análise da presença de textos dentro de textos, ou seja, das vozes que se articulam textualmente), estrutura genérica, pressuposição (o que Fairclough (2003, p. 213) caracteriza como “o sentido implícito de textos”, que podem trazer discursos vários de forma subentendida em textos) etc.; para o significado representacional, são mencionadas a interdiscursividade (articulação de diferentes discursos em textos), a representação de eventos/atores sociais (investigação acerca do destaque ou ofuscamento de determinados atores sociais em textos como estratégia para a consolidação de determinados discursos nas relações de poder); para o significado identificacional, categorias como a identificação relacional (como esclarecem Ramalho e Resende (2011, p. 169), “diz respeito à identificação de atores sociais em textos em termos de relações pessoais, de parentesco ou de trabalho que têm entre si”), a modalidade (para Fairclough (2003, p. 165), “o modo como as pessoas se comprometem quando fazem declarações, perguntas, demandas ou ofertas”) e a avaliação (declarações valorativas – explícitas ou implícitas – acerca de questões do mundo social, como atores e eventos sociais).

Neste trabalho, eu me volto mais especificamente para a representação de atores sociais em situação de rua em textos jornalísticos publicados no *street paper Aurora da Rua*. Nesse sentido, é preciso explicitar que os significados representacional e identificacional terão o maior destaque nas análises.

1.5. REPRESENTAÇÃO E (AUTO)IDENTIFICAÇÃO DE ATORES SOCIAIS

Como vimos, a representação de aspectos do mundo social e a identificação de atores sociais têm a ver, respectivamente, com os significados representacional e identificacional do discurso. Investigar a representação de atores sociais em textos pode ser visto como uma possibilidade de acesso ao trânsito discursivo, no que diz respeito a tentativas de consolidação de visões de mundo particulares direcionadas a atores sociais em recontextualizações.

Processos de representação e identificação articulam discursos que se consolidam na(s) prática(s) social(is), sendo assim, a análise dessas ações discursivas contribuem para o entendimento das relações em determinado contexto social. A situação assume contornos de acordo com a posição desses textos no mundo social, ou seja, veículos de grande circulação social têm condição de influenciar socialmente visões acerca de vários aspectos do mundo, inclusive sobre grupos sociais. O que quero dizer é que, por meio de discursos hegemônicos, visões de mundo ideológicas podem ser consolidadas, tendo em vista que “discursos são parciais e posicionados, e a diferença social é manifestada na diversidade de discursos dentro de práticas sociais particulares” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 550). É o que, de forma prática, podemos observar nas diversas representações de atores sociais em situação de rua – sobre as quais este trabalho também estabelece uma análise.

Nos veículos da mídia tradicional, os relatos nos quais esse grupo social é representado apresentam forte ligação com questões ligadas à violência ou ao assistencialismo (ver, por exemplo, RESENDE, 2012). Não se pode pensar em neutralidade nessas representações, pois elas correspondem a discursos de dominação ligados, por exemplo, à construção e consolidação de identidades atreladas ao consumismo e ao entendimento de cidadania confundido com o de estabilidade financeira (SANTOS, 2012). Por meio disso, podemos observar que “existem escolhas na representação de atores sociais” e que elas acontecem correspondendo a discursos socialmente localizados (FAIRCLOUGH, 2003, p. 145). Van Leeuwen (1997; 2008) trata das representações de atores sociais aliando categorias sociológicas (às quais imprime certa ênfase) a linguísticas, na busca de compreender

como é que as práticas sociais se transformam em discursos acerca dessas mesmas práticas sociais – e isto, quer no sentido de que temos meios para o fazer quer no sentido de como é que nós, na realidade, o fazemos em contextos institucionais específicos que têm relações específicas com as práticas sociais e das quais produzem representações. (VAN LEEUWEN, 1997, p. 172)

No que diz respeito às identificações e autoidentificações de atores sociais, ainda podemos observar como, nos textos, realiza-se construção simbólica que pode corresponder a discursos variados. Essas construções dizem respeito diretamente a identidades sociais, as quais podem ter relação com esquemas de representação ideológicos. Pode-se perceber isso em autoidentificações, nas quais alguns atores sociais demonstram internalizar construções não desejáveis feitas por outrem, mas legitimadas nas práticas sociais. Volto a citar o exemplo da situação de rua: influenciadas pelas esmagadoras representações midiáticas mencionadas, muitas pessoas nessa situação acabam por reafirmar posições de aspecto negativo (para

Castells (2008), assumindo identidades legitimadoras); no entanto, outras não correspondem ao padrão estabelecido e se autoidentificam de modo diferente, com viés protagonista (de acordo com o mesmo referencial, assumindo identidades de projeto ou de resistência). A questão é que, por meio da linguagem, identidades podem ser criadas e mantidas, porém existe a possibilidade de reordenamento dessas construções. O significado identificacional do discurso mostra que

usamos a linguagem para nos identificarmos e para identificarmos outras pessoas com quem/de quem falamos. A linguagem, portanto, contribui para formação de identidades sociais ou pessoais particulares e para a identificação de outras pessoas e grupos sociais em textos (RAMALHO & RESENDE, 2011, p. 68).

A mudança na concepção de cidadania na pós-modernidade responde à identificação social feita (de forma mais explícita) pelos meios hegemônicos midiáticos, que disseminam discursos referentes ao consumo. Como bem lembra Santos (2012, p. 49), “enquanto constrói e alimenta um individualismo feroz e sem fronteiras, o consumo contribui ao aniquilamento da personalidade”. Assim, as identidades construídas (identificações) desejáveis são as de quem pode sempre consumir bens e serviços.

Sendo a “identificação em textos tanto uma questão de individualidade como de coletividade” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 162), podemos tratar de questões relativas às categorias analíticas de avaliação e modalidade. Avaliar, no entendimento da ADC, é mais um exemplo de posicionamento, visto que aspectos do mundo são selecionados e valorados de acordo com tipificações positivas e negativas, as quais são assim determinadas a partir de discursos definidos, ou seja, discursos particulares – algumas vezes universalizados, quando localizados estrategicamente nos embates pelo poder. Avaliações explícitas ou de pressupostas são recorrentes em composições textuais; destarte, Ramalho e Resende (2011, p. 160) chamam a atenção para o fato de que “a avaliação está sujeita a uma escala de intensidade – por exemplo, adjetivos e advérbios avaliativos agrupam-se em conjuntos semânticos de termos que variam de baixa a alta intensidade, como no *continuum* bom/ótimo/excelente”.

A modalidade, como aponta Fairclough (2003), é uma categoria complexa e extremamente importante na texturização de identidades sociais e pessoais, uma vez que o grau de comprometimento com alguma proposição ou representação é um sinalizador bastante preciso do que se toma como verdade: assim, há diferenças discursivas entre declarações como “pessoas em situação de rua são perigosas” e “*algumas* pessoas em situação de rua

podem ser perigosas”. Nos exemplos, temos declarações avaliativas diferentes, marcadas respectivamente pela asserção categórica e pela modalização. Em outras palavras,

escolhas de modalidade são significativas não só na identificação mas também na ação e na representação, em um exemplo claro da dialética entre os três aspectos do significado. Nesse sentido, Fairclough (2001b) sugere uma relação entre modalidade e hegemonia: o uso restrito de elementos modalizantes e a predileção por modalidades categóricas e por modalidades objetivas permitem que perspectivas parciais (discursos particulares) sejam universalizadas (RESENDE & RAMALHO, 2009, p. 85).

Aplicações das categorias analíticas selecionadas para esta pesquisa serão apresentadas mais adiante, nos capítulos analíticos deste trabalho. Antes, o capítulo que segue tratará da conjuntura na qual está inserido o estudo: a pobreza extrema na sua mais terrível faceta, a situação de rua.

2. O (DES)CAMINHO DA SITUAÇÃO DE RUA: CONTEXTUALIZANDO A PROBLEMÁTICA

“Milagres/Misérias”,

Cazuza/ Arnaldo Antunes/ Roberto Frejat/ Denise Barroso/ Paulo Miklos

Neste segundo capítulo, desenvolvo a contextualização da problemática da situação de rua por meio de sua conjuntura histórica. Para tanto, estabeleço as relações estruturais que contribuíram diacronicamente para o cenário de descaso social observado nos dias atuais. Na primeira seção, 2.1, refaço narrativamente o percurso histórico no qual a pobreza e a miséria se desenvolveram, expondo a relação fundamental desses fenômenos sociais com o processo de industrialização e a contribuição da lógica de produção capitalista para o surgimento e consolidação da situação de rua. Em 2.2, estabeleço paralelos entre a situação de rua e sua representação na imprensa brasileira do século XVIII, exemplificada pelos meios jornalísticos baianos na construção simbólica das pessoas em situação de rua como ‘figuras indesejáveis’, ligadas a aspectos extremamente negativos, entendendo que esse modo histórico de representação ainda encontra eco nos dias de hoje. Já em 2.3, trato de conceituar a proposta de mídia cidadã, contrapondo-a à mídia hegemônica e discutindo, com isso, o papel alternativo que a primeira desempenha para o resgate do entendimento de cidadania, além de mencionar, de forma breve, algumas perspectivas voltadas à compreensão de uma mídia de proposta cidadã. Na seção 2.4, abordo a perspectiva cidadã nas publicações de rua, os *street papers*, traçando um breve panorama da construção dessa modalidade de mídia e suas atuais implicações na (re)construção discursiva de atores sociais em situação de rua. Finalmente, em 2.5, apresento o *Aurora da Rua* – objeto desta pesquisa – como veículo identificado como ‘voz da situação de rua’, voltando-me para a organização de aspectos relacionados à sua constituição e proposta de mudança discursiva.

2.1. A POBREZA E A SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: ‘VAGABUNDOS’, ‘COITADOS’ E ‘CRIMINOSOS’, DE ONDE VIERAM?

A situação de rua mostra-se como um processo cuja origem está na consolidação e evolução do sistema capitalista de produção. No contexto da Revolução Industrial e com a estabilização

da nova era social baseada na industrialização, “o problema da pobreza se concentrava em torno de dois termos estreitamente relacionados: pauperismo e economia política” (POLANYI, 2000, p. 128). Os espaços urbanos passaram, assim, a se tornar chamariz para um grupo de pessoas não proprietárias que buscavam melhoria de condição de vida, desorientada devido ao enfraquecimento da economia – antes exclusivamente voltada ao cultivo de subsistência. Houve, com isso, um intenso êxodo rumo aos centros industriais, os quais se mostravam incapazes de absorver completamente a grande massa de trabalhadores/as disponível para o então novo sistema de produção.

Ora por excesso de contingente humano, ora pelo crescimento da utilização de maquinaria para a realização de serviços antes braçais (máquinas que podiam substituir muitos/as trabalhadores/as, ser mais rápidas e, principalmente, mais econômicas), milhares de pessoas não foram ‘encaixadas’ no modelo de produção (nomeado, no século XIX, como ‘capitalista’ industrial) que, segundo Hobsbawm (1979, p. 81), “abarcou pelo menos 8 séculos, desde o ano 1000 até 1800” de processos “lentos e sinuosos” para se consolidar. Por outro lado, consolidava-se a forte questão do consumo, que intensificou a situação de desigualdade entre as populações. O advento de produtos feitos em série remete a essa época; em pouco tempo, eles se tornaram itens de necessidade básica (relacionados à alimentação e higiene, por exemplo).

Apesar da ascensão de um mercado de consumo, nem todos/as tinham acesso a tais produtos devido à falta do meio de aquisição em franca consolidação: o dinheiro. Quando empregada, a gente incluída na classe trabalhadora era submetida a regimes desumanos de trabalho e extremamente mal remunerada, o que lhe submetia a uma situação crítica de sobrevivência e constantes crises de manutenção. A Revolução Industrial, assim, logrou projetar, de forma triunfal, a classe burguesa. Esse grupo social não tardou a impor o seu modo de viver, pensar e agir como o único a ser seguido, não hesitando, aliás, em lançar mão de estratégias de imposição e cooptação, com vistas a enfraquecer todo e qualquer pensamento que fugisse ao ideário do mercado e das relações baseadas na acumulação e no lucro. Assim, a industrialização espalhou-se geograficamente por meio das relações comerciais – em que diversas nações do globo decidiram realizar mudanças bastante efetivas, as quais configuraram o entendimento de questões relacionadas às relações econômicas e, consequentemente, sociais (HOBSBAWM, 1979).

Fatores como a escassez de oportunidades de trabalho, o expressivo contingente de pessoas migrantes para as zonas urbanas, mais as profundas desigualdades que vinham se estabelecendo no novo contexto econômico do século XVIII criaram e estabeleceram novos

mundos díspares: o da burguesia e o do proletariado; o dos/as muito ricos/as e o dos/as muito pobres; o dos/as exploradores/as e dos/as explorados/as, enfim. Foi a partir de tal conjuntura que apareceu mais marcadamente a classe dos/as extremamente pobres e miseráveis.

O Brasil não experimentou o processo de industrialização na mesma época em que ele ocorria na Europa, pois no século XVIII era território pertencente à Coroa Portuguesa. No entanto, foi marcado o desenho das posições sociais nas relações humanas. Dada a particularidade de ser território-colônia de Portugal, o Brasil, a despeito das esporádicas tentativas de insurreição, reproduzia as ideias europeias, trazidas de e por Portugal, no que dizia respeito à pobreza.

Do século XVII ao XVIII, o Brasil era um território marcado por forte desigualdade, tendo em vista a economia extrativista e escravocrata que mesclava populações de migrantes e escravos no corpo trabalhador de territórios com produção de matérias primas de grande valor comercial – como o ouro e a cana-de-açúcar. Ainda no século XIX, a economia baseada na extração e produção calcada exclusivamente no setor primário já delineava os primeiros sinais de desgaste. A produção econômica da época se concentrava nas mãos de portugueses e de outros europeus ricos instalados no Brasil. O ofício assalariado era extremamente raro, visto que os escravos ocupavam o contingente de força de trabalho mais pesado em troca de péssima moradia e alguma alimentação nos territórios dos senhores. É o que podemos ver tomando a representação do contexto socioeconômico da importante província da Bahia à época:

Desigualdades sociais profundas dividiam os baianos entre senhores e escravos, brancos e negros, ricos e pobres. A escravidão, até a década de 1830, atingia mais de trinta por cento da população. Sobre os escravos recaía o peso da produção da maior parte da riqueza consumida e exportada pela província da Bahia. A grande maioria dos pobres ou já havia vivido a experiência da escravidão ou descendia de gente com raízes na África. Embora alguns poucos libertos conseguissem a duras penas se tornar proprietários, o contingente de pobres da cidade estava sempre sendo abastecido por um grande número de ex-escravos. A maior parte destes era obrigada a sobreviver de serviços esporádicos, do pequeno comércio ambulante e da mendicância. (FRAGA FILHO, 1994, pp. 14-15)

Como visto, a escravidão contribuiu bastante para a segregação e a negligência sociais, sendo a maioria dos/as alijados/as do sistema econômico composta por ex-escravos/as e seus/suas descendentes. Sem ter como se sustentar de forma satisfatória, os/as ex-escravos/as, os/as trabalhadores/as migrantes de zonas menos produtivas, os/as estrangeiros/as sem qualificação ou fugidos/as e os/as mestiços/as redesejavam em terras brasileiras – ainda que não dentro

de um contexto industrial – a realidade europeia: ocupando espaços públicos, oferecendo seus serviços ou simplesmente pedindo esmolas.

Foi no século XX que a industrialização brasileira começou a tomar contorno com o declínio do império cafeeiro – devido à crise mundial de 1929 e à queda nas exportações do principal produto nacional. Com o avanço do *modus operandi* industrial, os grandes centros urbanos tiveram uma nova e crescente explosão demográfica, ocasionada, em boa parte, pelo contínuo fluxo de pessoas vindas do campo ou de zonas populacionais economicamente desgastadas em busca de empregos na cidade. A grande quantidade de mão de obra possibilitou o desenvolvimento dos centros, porém intensificou a exclusão social já nítida nos séculos anteriores. Desde o século XVI, o trabalho braçal se concentrava nas mãos de pessoas trazidas como escravas das colônias portuguesas na África para trabalhar na produção de açúcar, inicialmente. Foi desse modo que, por quatro séculos, uma verdadeira casta excluída ia sendo estabelecida: a dos/as escravos/as e seus/suas descendentes, e, em menor número, a dos chamados ‘homens livres’ (ex-escravos/as alforriados/as ou pessoas sem instrução) (FRAGA FILHO, 1994).

A gradativa restrição ao uso do trabalho escravo, no século XIX, traçou mais nitidamente a situação de pobreza e de miséria no Brasil. De acordo com Fausto (2012), de 1850 (ano da assinatura da Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico intercontinental de escravos) até 1888 (ano da Lei Áurea, que estabelecia o fim da escravidão no Brasil), os/as negros/as africanos/as e seus/suas descendentes brasileiros/as seguiram sofrendo um processo de forte exclusão: uma vez livres, enfrentavam o problema da não absorção social e econômica. Quando conseguiam possibilidade de atuação no mercado de trabalho, encontravam espaços degradantes dentro do sistema de industrialização que anunciava o crescimento, tendo de concorrer, inclusive, com imigrantes europeus/eias – conhecedores/as do processo fabril, já consolidado na Europa industrial –, atraídos/as para trabalhar nas fábricas brasileiras dos séculos XIX e XX. Todo esse contexto de exclusão formou no Brasil uma verdadeira classe de párias, que, alijados/as do processo de desenvolvimento, não encontravam modos de sobrevivência dentro de uma sociedade excludente e em uma economia instável. A pobreza, desde muito, parecia já possuir cor e rosto.

A despeito de mudanças no país, a condição de ser pobre já era estabelecida como abominação pela ótica da sociedade burguesa. O discurso burguês passou, então, a construir e reproduzir a demonização daqueles/as que não estivessem encaixados/as no modo de vida da burguesia local. O cenário da pobreza desses séculos assumiu o contorno de popularização de personagens como os/as ‘pivetes’ (filhos/as ‘livres’ de escravos/as devido à promulgação da

Lei do Ventre Livre, em 1871), ‘coitados/as’ (idosos/as, que depois de uma vida inteira de escravidão, foram ‘libertados/as’ pela Lei dos Sexagenários, em 1885) ou ‘vagabundos/as’ (homens e mulheres que não estavam inseridos/as em uma atividade produtora entendida como tal pelas autoridades oficiais) (FRAGA FILHO, 1994). Esses ‘tipos sociais’, por não se encaixarem e, conseqüentemente, sofrerem sistematicamente variados tipos de preconceito, formaram os grupos sociais cujas características (‘pivetes’, ‘coitados/as’, vagabundos/as’) até hoje se associam simbolicamente à população em situação de rua. O contingente humano vivendo nas ruas crescia, desse modo, na dinâmica desigual da estratificação das camadas ricas em contraposição aos grupos de miseráveis. É no século XIX que se consolidam construções de cortiços para abrigar os/as trabalhadores/as das então modernas e vaporosas fábricas, em um desenho que traçou o conceito posterior do que entendemos por favelas. Como sintetiza Pereira (2008, p. 46),

além das duas principais classes sociais que dividiam o Brasil no final do século XIX – constituídas por capitalistas, banqueiros, políticos, comerciantes e negociantes de um lado e por escravos do outro –, surgia uma terceira. Esta era formada por escravos alforriados, libertos, mas abandonados pelo Estado, sem acesso a terra ou casa própria, que não conseguia se fixar em nenhuma atividade laboral e, devido a esses fatores, vivia em meio à ignorância, à miséria e à dependência dos grandes produtores ou fazendeiros.

A pobreza no Brasil seguiu a lógica desenvolvida no sistema capitalista de acumulação e lucro: a escravidão foi uma dessas estratégias, na medida em que o entendimento de trabalho no vetusto ideário colonizador – antes de consolidar o discurso de ojeriza ao pobre e outrificação do miserável – “criou duas categorias de pessoas: os cidadãos e os escravos” (JESUS, 2005, p.7). A sua reorganização no que, para muitos/as, simbolizou um eventual desfecho, foi responsável por boa parte do cenário de pobreza e miséria do Brasil como o vemos atualmente.

A reorganização de que falo se deve também aos modos simbólicos de reprodução da lógica hegemônica, como determinados setores da mídia escrita, por exemplo, que durante séculos estiveram aliados à construção de papéis negativamente marcados para a classe social miserável consolidada – constantemente descrita como composta por pessoas de má índole. No cenário nacional de transição do século XIX para o XX, passaram a pulular as representações obtusas e estereotipadas, que criminalizavam tipos específicos, marcando “uma dicotomia: de um lado, o trabalhador assalariado, representado pelo imigrante branco, ordeiro, virtuoso; de outro, o pobre que não trabalhava representado pelo negro liberto, malandro, preguiçoso, vicioso”. (PEREIRA, 2008, p. 48)

Assim, desde tempos longevos, a rua estava na imprensa, mas a imprensa hegemônica, obliterando sua função social em detrimento das benesses do sistema econômico voltado aos/às mais abastados/as, jamais estivera na rua.

2.2. PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA IMPRENSA: UMA CRIMINOSA VITIMIZAÇÃO

A mídia hegemônica foi, seguramente, um dos principais agentes da ‘coisificação’ da figura da pessoa em situação de rua no Brasil. Fraga Filho (1994) explica que as caracterizações de homens e mulheres que não se encaixavam no padrão adotado como o desejado, ou seja, que, de algum modo, estavam alijados/as do consumo, eram bastante enfáticas na tipificação de vadios/as ou desocupados/as. Desde os séculos iniciais da mídia impressa no país, os grupos sociais descendentes de escravos/as ou aqueles não ligados às elites tinham na imprensa hegemônica mais um modo de exclusão: a representação como perigosos ao convívio dito civilizado.

A relação do jornalismo com a pobreza sempre passou pela representação de eventos que exaustivamente exploravam as ações repressoras executadas por órgãos policiais. Baseados nessa prática, desde há muito tempo os jornais constantemente identificavam os/as pobres como causadores/as da desordem, como genuínos/as vagabundos/as e golpistas. Fraga Filho (1994, p. 47), ao discutir a tipificação dos/as pobres na Bahia do século XIX, traz uma amostra dessa identificação:²

Em 28 de abril de 1868, o Alabama denunciaria um mendigo português que pedia acompanhado da imagem de Nossa Senhora envolvida em alguns “trapos”, dentro de uma gamela. Segundo aquele jornal era ele mendigo por escolha e convicção. (...) O periódico afirmava que até pelo “ridículo escárnio da Religião” era preciso acabar com aquela “industriosa maneira de viver”.

Ou então:

Comentava ainda O Alabama que a maior parte da “malta de mendigos” que andava pelas ruas a abordar as pessoas com pedidos de esmolas era composta de escravos “africanos decrépitos cujos senhores, quando já não podem usufruir de seus serviços os desamparam cruelmente, como se atira um objecto repugnante ao monturo”. (FRAGA FILHO, 1994, p. 82)

Como os trechos acima exemplificam (ainda que seja possível observar um juízo de valor em “cruelmente”), diversas notícias contribuíram para que fosse construída uma alteridade

² Neste caso, tratando da construção dos/as chamados/as ‘mendigos/as’ naquela sociedade.

repugnante para aqueles/as que experienciavam a extrema pobreza – representação que repercutia e absorvia a visão da sociedade acerca desses seres humanos. Com fontes ligadas principalmente à polícia (FRAGA FILHO, 1994), os jornais estabeleciam representações que narravam horrores de uma época de negligência social, mas sem a preocupação de estabelecer as verdadeiras relações causativas de tais ‘desastres sociais’ recorrentemente presentes nas páginas de consagrados periódicos.

Podemos perceber, assim, que no que concerne à representação da extrema pobreza na mídia tradicional pouca coisa mudou desde os anos iniciais de consolidação da imprensa no Brasil até o nosso atual contexto social – a despeito do maior cuidado na ocultação dos preconceitos, caudatário do discurso dos Direitos Humanos, pode-se dizer que os sentidos permanecem hostis. Atualmente, ainda é uma prática relacionar, em notícias e reportagens, o grupo classificado como ‘moradores de rua’ à violência ou ao ‘incômodo’ causado para classes incluídas no sistema produtivo formal, “o que pode (...) funcionar ideologicamente sobretudo por dissimular relações de dominação” (RAMALHO & RESENDE, 2011). A representação baseada na figura ‘morador de rua’, em que pese a contradição latente, condensou boa parte do que se imagina em relação a indivíduos que experienciam a situação de rua. Como ressalta Resende (2005, pp. 72-73),

A situação de rua tem sido representada com frequência por meio do termo ‘moradores de rua’. Ora, há uma contradição evidente nessa classificação: o que determina o fato de alguém ser um(a) ‘morador(a)’ é possuir um endereço, um local onde mora. Pois isso é justamente o que (ou melhor, uma das coisas que) um(a) ‘morador(a) de rua’ não tem.

A naturalização da condição de vulnerabilidade social por meio de termos como ‘morador de rua’ implica um velamento do abuso social sofrido histórica e sistematicamente pela população em situação de rua no Brasil. Esses desrespeitos e humilhações ocorrem de diferentes maneiras: desde, por exemplo, as repetitivas imagens midiáticas de corpos deitados em espaços públicos (ladeados por papelões, cobertores de lã e cachorros), à construção discursiva de uma ‘figura’ diferente, síntese do mais socialmente indesejável. Assim, a imagem da pessoa em situação de rua foi, e continua sendo, formatada para que ‘os/as cidadãos/ãs’ lhe tenham piedade, medo e/ou asco.

É o que podemos perceber em manchetes como “Abandono no Lago Norte – casa que pertence ao Ibama virou ponto de drogas e abrigo para moradores de rua” (publicado no *Caderno Brasília*)³, ou ainda “Prefeitura intensifica ‘limpeza’ de moradores de rua em

³ O texto foi submetido à análise por Resende (2012).

Ribeirão” (*Folha de S. Paulo*). Textos jornalísticos como os intitulados por essas manchetes representam simbolicamente seres indesejáveis ao inculcar pontos de vista generalizantes e criminalizatórios. A mídia hegemônica, como demonstrado para o passado na pesquisa de Fraga Filho (1994), ainda recorre a discursos normativos que prestam verdadeiros desserviços à questão da situação de rua. A esses se somam, por vezes, discursos oficiais, como no excerto a seguir, no qual se reproduz fala da Secretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Governo do Distrito Federal, Arlete Sampaio:⁴

Para Arlete Sampaio, Brasília continua sendo polo de atração de moradores sem teto em função da alta renda dos habitantes, que mantêm o hábito de fazer doações. “Eles sabem que vão receber alguma coisa e eles próprios dizem que o lixo de Brasília é muito rico”, explica. A secretária acredita que a população deve mudar de hábitos para tornar a vida nas ruas menos atrativa. “As pessoas podem ajudar, mas fazendo doações para instituições que desenvolvem trabalhos sociais”, aconselha.

O que aqui poderia ser visto como informação acaba por servir a um projeto ideológico que atribui à pessoa em situação de rua o papel de despojo humano, além de caráter oportunista. O excerto com a voz oficial ilustra como determinados veículos de comunicação servem à lógica de um mundo no qual, entre outras violações, as relações econômicas sobrepujam a cidadania. Identificações como as do exemplo representam aqueles/as que não apresentam possíveis retornos financeiros (frente aos anúncios de publicidades de imperativo ‘tenha!’) de modo desconsiderado, invisibilizado e marginalizado, ou seja, um grupo social “anônimo e silenciado (...), produto de um rompimento (...). Seu discurso não circula como o dos outros; a sua palavra está degradada e sem valor” (MONTECINO, 2010, p. 245).

A estratégia da tipificação é operada por meio de estereótipos, que ‘facilitam’ na construção de alteridades bem marcadas e no esvaziamento discursivo nos embates sociais pela tomada do poder. Conforme aponta Silva (*in* HALL *ET AL.*, 2000, p. 81), “na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade”; sendo assim, como homens e mulheres destituídos/as de ‘poder simbólico’ serão retratados/as de forma cuidadosa pela mídia que serve aos propósitos de um capitalismo desumano? A resposta pode ser observada nas representações recorrentes de pessoas em situação de rua: a de pessoas, de uma forma ou de outra, indesejáveis, dessemelhantes, incômodas, ameaçadoras, tornando constantes situações constrangedoras nas quais

alguns as vêem como perigosas, apressam o passo. Outros, logo as consideram vagabundas e que ali estão por não quererem trabalhar, olhando-as com hostilidade.

⁴ Em texto veiculado pelo jornal *Correio Braziliense* em 19 de outubro de 2011.

Muitos atravessam a rua com receio de serem abordados por pedidos de esmola, ou mesmo por pré-conceberem que são pessoas sujas e mal cheirosas. Há também aqueles que dela sentem pena e olham-nas com comoção ou piedade. (MATTOS & FERREIRA, 2004, p. 47)

Essas representações, salientando, são divulgadas, reproduzidas, distribuídas e consumidas por meio de textos, atingindo dimensões socialmente significativas; representações baseadas em seleções lexicais avaliativas que constroem identificações influenciadas ideologicamente. Sobre a abrangência midiática e sua relação com o poder hegemônico, Ramalho (2005, p. 61) explica que “o acesso privilegiado das instituições de poder à mídia faz com que elas não só reproduzam seu poder, como também sua interpretação dos eventos e sua ideologia”. Podemos observar, assim, a mídia hegemônica localizada em um ponto estratégico no qual lida diretamente com o poder ao mesmo tempo em que empodera ou anula determinados grupos.

Dada a sua abrangência e alcance, a mídia hegemônica, apesar de não ser onipotente, “representa uma fonte de normatividade, legitimação e sustentação da hegemonia” (RAMALHO, 2005, p. 61). Com base no entendimento das relações entre mídia e poder, e estabelecendo um elo com a construção da figura da pessoa em situação de rua na imprensa, podemos observar – também seguindo as lógicas capitalista e neoliberal – que a pessoa em situação de rua assume nessas representações o papel de ‘causadora da sua própria desgraça’, pois muitas vezes estar na condição de rua é representado como volição, resultado do que o sistema econômico pontua como um ‘erro de escolhas’. Essa lógica torna, assim, ‘natural’ a veiculação desses ‘papéis atribuídos’, localizados a partir de uma “exclusão que emerge da pobreza nas ruas, (...) configurada por um grupo social ‘que se torna economicamente desnecessário, politicamente incômodo e socialmente ameaçador, podendo ser fisicamente eliminado (...)’” (SILVA, 2008, p. 274).

É a partir de tal perspectiva que outros discursos vão se agregando ao da situação de rua como penalização para quem não foi ‘competente o suficiente’ para ‘vencer’ em um mundo ‘tão cheio de oportunidades’, localizadas, por exemplo, no incensado mercado de trabalho. É relevante mencionar que não se publica nos veículos hegemônicos a história vista sob diferentes óticas, tampouco é abordada a ‘retirada do Estado’ do serviço social (RESENDE, 2005), fazendo com que a responsabilidade pelo estado de coisas passe a ser entendida como inteiramente do indivíduo.

Em seu estudo comparativo das realidades de representação midiática da situação de rua entre Brasil (jornal *Folha de S. Paulo*) e França (jornal *Le Monde*), Giorgetti (2007, pp.

244-5) observou que, “ao enfatizar o alcoolismo e as atitudes irreverentes dos moradores de rua, em vez de questionar as políticas públicas, os jornais estão sugerindo que é o indivíduo o maior responsável por sua situação”. A escolha midiática por responsabilizar atores sociais em situação de rua por sua vulnerabilidade social marca a característica do tipo ‘vadio’, já apregoada desde tempos outros, como já vimos. A constatação da pesquisadora acrescenta as publicações estudadas no rol dos veículos de imprensa de grande circulação que prejudicam o grau de reflexividade que levaria em conta a inserção da problemática da miséria e da situação de rua em uma questão estrutural, que traspassaria o reducionismo da responsabilização do indivíduo em vulnerabilidade, de modo desvinculado a questões sociais como, por exemplo, o desemprego crônico.

2.3. MÍDIA CIDADÃ: UMA QUESTÃO DE MUDANÇA

A despeito do uso da mídia como descrevi, consolidam-se mundialmente publicações voltadas para a vulnerabilidade social. Trata-se de um tipo de mídia diferente, com a proposta de abordar temas que não são de interesse do sistema vigente – o qual, como mencionado, despreza grupos que não podem ser vistos como, no mínimo, potenciais consumidores.

O surgimento desse tipo de mídia contra-hegemônica é resultado do histórico comportamento descompassado da imprensa ideológica no tratamento de problemas sociais. O célebre escritor brasileiro Machado de Assis foi certo com a sua frase: “A vida é uma ópera e uma grande ópera”, na qual abordou os tons de poder e disputa em diferentes níveis da vida social. Relacionando a citação ao contexto midiático hegemônico – cujas práticas são, como vimos, questionáveis –, a representação da vida social é comparável a uma novela: temos os/as mocinhos/as, reconhecidos/as em sua cidadania, e os/as outros/as, os/as vilões/ãs, representados/as como uma verdadeira corja, que não mereceria permanecer no cenário e que por isso recebe sua dose de humilhação e expurgo. Em outras palavras:

a grande imprensa, como sugere o nome, é ligada àquela classe que a pode manter. (...) Jornais podem exercer um papel de esclarecimento da sociedade, porém só até o limite dos interesses de seus proprietários, vinculados à manutenção de um complexo econômico, político e institucional. (CHINEM, 1995, p. 11)

Nesse cenário, a situação de rua, como fato social concreto, encontra-se diante desse desenho de mídia. Nas construções midiáticas sensacionalistas, há na representação da rua uma população, e a essa população é atribuído o papel de vilã ou de ‘inexistente’. Nas

representações midiáticas tradicionais, podemos ver a preferência por determinados grupos sociais ‘economicamente viáveis’, em detrimento dos/as chamados/as ‘excluídos/as’ ou ‘minorias’ – verdadeiras pechas atribuídas àqueles/as que não estão inseridos/as na sociedade fetichista da mídia hegemônica. Frazão (2010) chama a atenção para o fato de que, nas representações das pessoas em situação de rua nos veículos midiáticos ideológicos,

A mídia não lhe reserva maior espaço fora das páginas policiais, (sempre como suspeito de crime ou vítima de violência) ou nas páginas de vida urbana (como agente de invasão de áreas residenciais ou públicas). No discurso jornalístico a imagem apresentada é quase sempre negativa e neles a voz do morador de rua [ou da moradora de rua] é apagada, já que o repórter [ou a repórter] pede que outros falem por ele [ou ela]. (FRAZÃO, 2010, p. V, acréscimos meus)

É no sentido de observar outros (e amplos) pontos de vista – aos quais a mídia hegemônica não mostra o interesse de se voltar – que profissionais do jornalismo e outros atores sociais comprometidos com a comunicação efetivamente social e cidadã vêm desenvolvendo estudos e práticas relacionadas ao entendimento da sociedade em seus contextos de vulnerabilidade social no rumo da mudança, por defenderem que o conceito de humanidade desconhece posição social. Esse modelo de mídia recebe diversas compreensões que, para além de ser entendido como ‘mídia alternativa’, entram no escopo da ‘mídia cidadã’.

O conceito de mídia alternativa é bastante amplo, visto que é possível interpretar, semanticamente, por ‘alternativo’ todo o exercício de informação que não siga os padrões de um sistema mais poderoso em determinada rede de práticas. Discussões teóricas vêm tratando das denominações relativas à imprensa que segue ‘na contramão’ do estabelecido, dando-lhe alcunhas que transitam desde ‘imprensa nanica’ (relativa, principalmente, aos anos de ditadura no Brasil) até ‘mídia independente’. Caparelli (1980, p. 45, acréscimo meu) defende o termo ‘alternativa’, argumentando que ele “indica uma relação com o outro, um alter que chama a si os [as] que se desviam de um caminho inicial, no caso, a imprensa tradicional”. Podemos ver, com isso, que o termo ‘alternativa’ encerra uma gama de possibilidades de uso. Sem a pretensão de me comprometer mais intimamente com as teorizações da Comunicação Social – tampouco desejando esgotar a discussão –, entendo que definir o trabalho de profissionais da Comunicação Social que se voltam para temas de mudança social com o rótulo ‘alternativa’ não comporta a dimensão do propósito. Com isso, opto por caracterizar o tipo de mídia como ‘cidadã’, no intuito de refletir acerca da mudança social e concordando com o entendimento de Silva (2011, p. 99) acerca do conceito de cidadania como “atividade que consiste na autoconstrução do sujeito social enquanto partícipe e copartícipe da vida

pública, entendida como inserção civil do indivíduo na polêmica em torno do que é melhor para todos”.

O entendimento de mídia cidadã passa pela corrente da comunicação intitulada ‘jornalismo cidadão’. Este conceito de jornalismo se insere em questões relacionadas ao surgimento de um tipo de imprensa escrita que visava à retomada de um público leitor (consumidor) diante do avanço das mídias audiovisuais. Seu nascimento se deu inclusive no jogo de interesses no qual o jornalismo necessitava se afirmar como mediador no acirrado contexto neoliberal e de globalização. O conceito embrionário desse tipo de imprensa se deu nos Estados Unidos da década de 1980 e era conhecido, mormente, por *public journalism* e *civic journalism* (ABREU, 2003; HADDAD, 2007).

O *public journalism* colocou-se como uma ponte entre setores sociais e instituições de poder – como as eleitoreiras, por exemplo –, fazendo com que o setor midiático fosse entendido como aliado na mediação com outros setores (ABREU, 2003). Dado o sucesso alcançado na época, diversos jornais de prestígio incorporaram a proposta de jornalismo público às suas linhas editoriais, e assim ampliou-se a participação popular em jornais socialmente legitimados. O movimento do *civic journalism*, por sua vez, tentou promover o ‘despertar’ do interesse cívico do/a cidadão/ã comum pela mediação do/a jornalista: tanto o/a jornalista quanto sua audiência se entendem como parte dos processos políticos e sociais, e à imprensa caberia o papel de orientar essa ‘tomada de consciência’.

A ideia de ‘jornalismo cidadão’, no entanto, defende o extrapolar das relações de poder estabelecidas entre peritos/as e leigos/as, entre jornalistas e audiência – claramente visíveis nas modalidades *public journalism* e *civic journalism*. Essa vertente do jornalismo também pode ser conhecida como ‘de defesa civil’, ‘participatório’, ‘democrático’, ou ‘de rua’, por exemplo. Em poucas palavras, ela recontextualiza as relações de acesso e difusão das informações ao reposicionar democraticamente as práticas profissionais e não especializadas na realidade das novas mídias sociais e de ferramentas da Internet, como os blogues, por exemplo.

O alcance e a efetividade da mídia cidadã podem ser observados em eventos da história recente, nos quais grupos sociais, geralmente denunciando contextos de opressão – como ocorrido na Primavera Árabe, no Oriente Médio, ou nos protestos do *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos –, utilizaram ferramentas acessíveis, como as redes sociais, para reunir pessoas engajadas na reivindicação de mudanças sociais. É um procedimento diferente que pode ser caracterizado como registro dos fatos em meio ao trânsito de informações acerca dos conflitos ou planos de ação das mobilizações. A mídia cidadã se destaca, assim, por lidar

com temas caros a setores sociais que não se veem representados midiaticamente nos veículos hegemônicos de comunicação.

É necessário perceber a mídia cidadã como um contraponto em relação a grupos hegemônicos que controlam as redes de difusão e que se limitam a representar o que seja de interesse de seus grupos irmanados, atuando como empresas, fábricas de notícias. Cabe ainda lembrar que grupos hegemônicos agem dentro do sistema de mercado e se valem de estratégias, diversas vezes, pouco sutis, de propósito comercial. Essa mídia,

que se orgulha em difundir seus objetivos (já ultrapassados há muito), possui um discurso autoritário, que ‘informa’ em vez de problematizar a realidade, que confunde propaganda e comunicação, muitas vezes propositadamente, bem como informação e persuasão. (DORNELLES & BIZ, 2006, p. 53)

Desse modo, podemos observar que questões como a situação de rua não são atrativas à realidade comercial de grandes grupos de notícia, uma vez que ela expõe as extremas falhas inerentes a um sistema social baseado no entendimento dos atores sociais como possibilidades de lucro, isto é, aquele/a que “alimenta-se de parcialidades, contenta-se com respostas setoriais, alcança satisfações limitadas, não tem direito ao debate sobre os objetivos de suas ações, públicas ou privadas” (SANTOS, 2012, p. 57). A situação de rua, entretanto, como vimos, é notícia na grande mídia quando se trata de destacar os ‘incômodos’ ou ‘riscos’ que representaria para grupos sociais consumidores, legitimados pela mesma lógica que informa a decisão midiática do que deve ser notícia.

A mídia cidadã, por outro lado, como meio de compreensão dos fatos do mundo por meio de possibilidades de apresentação de outras perspectivas das relações sociais, promove a aproximação entre mundos separados por tapumes ideológicos e uma consequente reflexividade sobre as práticas (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999). Nesse sentido, reconhece-se o valor dessas propostas, uma vez que se mostram como uma real alternativa a um modo normativo de entender o mundo social. A mídia cidadã aborda questões que, em outras esferas, são invisibilizadas ou representadas por meio de discursos de criminalização, e sua relação com os movimentos sociais é coerente e produtiva, pois ambas as manifestações humanas lidam com as tensões comum e lexicalmente minimizadas pelo carimbo de ‘exclusão’, ‘minorias’ e mais ‘etcéteras sociais’ com vistas à superação de situações de apartação. Nesse contexto de luta, podemos localizar a proposta de mudança defendida pela imprensa de rua e suas publicações, também conhecidas como *street papers*.

2.4. STREET PAPERS: UMA PROPOSTA DE PROTAGONISMO

A rua é caracterizada por ser um espaço de transição, pois é onde estão em movimento o tráfego e as pessoas em constante ir e vir, e onde estão situados os locais de trabalho, convívio e moradia. No entanto, para a população em situação de rua, o espaço da rua acaba se tornando um universo bem diverso do imaginado por quem não experiencia essa condição. Segundo Ive (2007, p. 15, acréscimos meus), em sua representação,

viver nas ruas é ter uma casa pública com paredes e tetos invisíveis. É aceitar os olhares invasores que vêm sempre de cima para baixo, ser chutado[a] e ofendido[a] sem motivos pelos[as] policiais ou simplesmente por pessoas incomodadas com a presença deles[as].

Vimos discutindo que a ideia que se tem das pessoas em situação de rua se deve muito ao que sabemos delas, ou melhor, ao que nos é seletivamente informado a seu respeito, e que à mídia hegemônica parece ser pouco (ou nada) interessante se deter em temas diversificados no tocante à população em situação de rua. Mas na esteira da mídia cidadã, surge e se desenvolve a proposta dos *street papers*. O conceito de *street papers*, ou jornais de rua, passa pela perspectiva urgente da mudança social.

De acordo com a INSP (*International Network of Street Papers*), os *street papers* são publicações independentes que oferecem oportunidades de geração de renda e de “autorrepresentação” àqueles/as que estão em situação de extrema pobreza. O sítio oficial do INSP conceitua os *street papers* como “jornais e revistas independentes que proporcionam oportunidades de empregabilidade a pessoas em experiência de pobreza e de falta de moradia” (INSP, 2012). Esse tipo de mídia compreende suportes variados, que abrange impressos como revistas e jornais. A temática pode ser exclusivamente relacionada à situação de vulnerabilidade social experienciada por milhões de homens e mulheres em diversas partes do globo, como no caso dos jornais, a exemplo do jornal *Aurora da Rua*, ou pode ser mais abrangente, como no caso das revistas que seguem o modelo das revistas informativas de cunho mais geral, mas que são bem sucedidos projetos alternativos para geração de renda, a exemplo da revista *Ocas'*, de São Paulo (ACOSTA, 2012), e da revista *Cais*, de Lisboa (RESENDE, 2012).

Os primeiros jornais com temáticas relacionadas a atores sociais em situação de vulnerabilidade social surgiram nos contextos de guerras e movimentos por caridade; desse modo, publicações surgidas desde o auge da Revolução Industrial, no século XIX – como a

inglesa *War Cry* –, são consideradas ‘embriões’ dos *street papers*. Elas lidavam com os resultados desumanos das guerras e da extrema pobreza no intuito de despertar o interesse pela ajuda caritativa aos/às diretamente afetados/as pelos conflitos. Havia, naquela época, uma forte relação com entidades religiosas. Não se pode entender, entretanto, tais publicações como *street papers*, pois além de pouco contar com a colaboração de pessoas em situação de risco social, elas não se debruçavam sobre a questão da situação de rua, problema social, como vimos, em expansão já naquele contexto (ABREU, 2003; HADDAD, 2007).

A situação de rua como temática central apareceu apenas na segunda metade do século XX, mais exatamente na década de 1980, em resposta ao apogeu das políticas neoliberais no mundo e suas consequências de desequilíbrio social. A forte pressão pela retração do Estado em ações no contexto socioeconômico – encabeçada pelos Estados Unidos e Reino Unido, e personificados nas figuras dos chefes de Estado Ronald Reagan e Margaret Thatcher – acarretou uma onda de desemprego e consequente explosão do endividamento e do desamparo social. A situação de rua passou, assim, a chamar a atenção pelo modo como vinha sendo representada nos periódicos de grande circulação e alcance. Desse modo, com a proposta de abordar o tema de maneira diferente da mídia hegemônica, foram criadas publicações voltadas para a denúncia da violação de direitos e a representação alternativa do grupo social em situação de rua, o mais afetado com os descompassos neoliberais.

É na década de 1990 que os *street papers* alcançam uma maior estabilidade. Se na década de 1980 alguns títulos – como as estadunidenses *Street News* e *Street Sheet* – ainda estavam alcançando notoriedade e formatando suas pautas de ação, é na década seguinte que mais periódicos são idealizados e se consolidam em outros lugares do planeta. É com a revista *The Big Issue*, de Londres, que os *street papers* passam a se expandir de maneira mais padronizada, inicialmente pela Europa e, em seguida, por outras partes do mundo (HADDAD, 2007).

O conceito daquela revista, conforme indica sua página oficial, baseou-se no *Street News* para tratar dos temas relativos à situação de rua e de risco social. Produzido por jornalistas e vendido por pessoas em situação de rua, a revista hoje é um exemplo de periódico de rua de sucesso, sendo publicada e comercializada em quatro continentes: Europa (Reino Unido), África (África do Sul, Namíbia, Quênia, Malawi), Ásia (Japão, Taiwan, Coreia do Sul) e Oceania (Austrália) (BIG ISSUE, 2012). O periódico de rua londrino também organizou a questão do trabalho com o material impresso, que consistia na preocupação com a definição de características como padronização, identificação e organização de uma equipe de

vendas formada por pessoas em situação de rua e/ou em condição de vulnerabilidade social que pudesse ser identificada como pertencente ao quadro oficial de vendedores/as.⁵

Com a repercussão da *The Big Issue*, redes de organização e apoio a *street papers* foram organizadas a fim de oferecer parâmetros para mais propostas de trabalho voltadas para a representação de atores sociais em situação de rua. Como explica Haddad (2007, pp. 42 e 44),

em 1994 foi criada a primeira rede internacional de *street papers*, a *International Network of Street Papers* (INSP), que surgiu com o objetivo de prestar consultoria e ajudar a divulgar a proposta editorial dos *street papers*.

(...)

Em agosto de 1996, representantes de 26 *street papers* dos Estados Unidos e do Canadá criaram outra rede, *The North American Street Newspaper* (Nasna), com sede na cidade de Seattle, em Washington. Assim como a INSP, a Nasna surgiu com o objetivo principal de criar uma rede para os *street papers*, mas agora nos Estados Unidos e no Canadá, a fim de proporcionar suporte para a criação de novos projetos de *street papers*, além de divulgar o movimento.

Atualmente, as duas redes desenvolvem trabalhos conjuntos, articulando “juntas mais de setenta publicações filiadas, nos cinco continentes” (HADDAD, 2007, p. 44).

Na América Latina, quatro países estão representados na rede. O Brasil, a Argentina, o Uruguai e a Colômbia produzem *street papers* vinculados ao INSP. Entre jornais impressos e revistas, são eles *Al Margen*, *Hecho en Buenos Aires*, *La Luciernaga* (Argentina), *Aurora da Rua*, *Boca de Rua*, *Ocas'* (Brasil), *La Callejera* (Uruguai) e *La Calle* (Colômbia). Todos seguem as normas organizadas pelos parceiros na rede, que tratam questões relacionadas a identificação e compromisso daqueles/as que se vinculam à venda das publicações. Além disso, pessoas em situação de rua encontram no jornal uma possibilidade de se verem representadas de modo diferente da imagem disseminada pela imprensa de viés hegemônico. Rozendo (2011, p. 141) explica o processo de participação do ator social em situação de rua na dinâmica dos *street papers*:

A pessoa em situação de rua compra, com desconto, o produto da organização responsável pela produção e a revende pelo preço de capa. As publicações só podem ser compradas diretamente com os vendedores cadastrados, que circulam em pontos de venda alternativos, como cinemas, cafés, bares, museus, universidades, feiras e eventos. Os vendedores devem ter idade mínima de dezoito anos, receber treinamento, assinar um código de conduta e portar crachá.

Duas questões são bastante relevantes para a compreensão das dinâmicas dos *street papers*: o entendimento das publicações de rua como promotoras da reinserção social de pessoas em

⁵ Para uma discussão mais aprofundada, consultar Alexandre e Resende (2010).

situação de rua e o papel que os/as envolvidos/as desempenham nesses veículos. Ainda de acordo com a proposta de mídia cidadã, alguns desses jornais e revistas retratam em suas páginas histórias da vivência nas ruas com hibridismos diversos. Essas mesclas acontecem tanto no sentido da produção do material (gêneros) quanto dos temas abordados (discursos e estilos), já que a produção dos *street papers* conta com a contribuição de jornalistas profissionais e pessoas com trajetória de rua. Os conteúdos que são veiculados nesses espaços variam, pois há publicações de característica mais ‘mercadológica’ (com temas mais abrangentes misturados a temas específicos da realidade e do cotidiano da rua) e outras que se concentram em temas diretamente ligados à situação de rua.

A questão mais polêmica diz respeito ao grau de participação de pessoas em situação de rua e de jornalistas profissionais engajados/as com a proposta de visibilização daqueles atores sociais. Pesquisas apontam para práticas diversas: algumas iniciativas abordam a pessoa em situação de rua apenas como tema para a produção mais especializada de textos, outras lhes garantem papel mais ativo na produção de partes essenciais dos periódicos (RESENDE, 2012; ACOSTA, 2012; ROZENDO, 2011; HADDAD, 2007). Em todos os casos, o que podemos observar em comum é o trânsito de discursos que reorganizam a compreensão da situação de rua. Os *street papers* compartilham, desse modo, a característica de serem motores para novas representações – ao explicitarem que é a autonomia o mais relevante para a mudança social, na medida em que os/as envolvidos/as em situações de vulnerabilidade social são responsáveis pelo que vendem e por como lidam com a renda obtida desse processo. Nesse sentido, então, é pertinente o reconhecimento da cidadania como efetiva ação para a mudança social.

A questão do protagonismo passa, assim, a assumir posição central, pois os jornais e revistas de rua propõem os objetivos comuns da representação alternativa da realidade da rua e da alternativa para geração de renda; no entanto, entendo que essa política de representação é inseparável da atuação direta daqueles/as que passam por esse cotidiano de apartação – de outro modo, a representação não ultrapassa o foco na alteridade, incapaz de garantir a identidade pela autorrepresentação (RESENDE, 2012).

O projeto de *street papers* pode ser um espaço para a representação alternativa da situação de rua, mas pode ser ainda mais que isso se ultrapassar o retrato de uma personagem para buscar a inserção de pessoas em situação de rua em suas práticas de produção de conteúdos simbólicos. Abordar isso é marcar o espaço de evolução que reside na possibilidade de haver lugar para as vozes de grupos sociais que historicamente não têm encontrado espaço para desconstruir a imagem que lhes é imposta, garantindo a

autorrepresentação. As publicações de rua são, enfim, um elo entre o espaço concreto da cidade e a voz de quem é tradicionalmente representado/a como consequência indesejável dos excessos urbanos; sendo assim, precisam estar atentas para o fato de avançar para além da concepção de serem exclusivamente veículos de fonte de renda – o que pode posicioná-las na lógica do capital, perdendo a oportunidade da construção de hibridismos discursivos capazes de inaugurar novos modos de representação.

Seguindo Santos (2012, p. 30), entendo que “a socialização capitalista, originária de uma divisão de trabalho que a monetarização acentua, impede movimento globais [*sic.*] e um pensamento global”; desse modo, as publicações de rua podem cumprir importante papel na perspectiva da pessoa em situação de rua como participante de um espaço que constantemente lhe é mostrado como território de exclusão, mas para isso precisam estar atentas aos movimentos interpretados como principais: garantir apenas a venda ou também a construção de conteúdos simbólicos?

2.5. O JORNAL AURORA DA RUA: PROTAGONISMO NA SITUAÇÃO DE RUA

O jornal *Aurora da Rua* foi constituído no contexto de reflexão acerca do problema social relativo à situação de pessoas que, de trajetória errática, são observadas desde si próprias como sem rumo ou nenhuma solução. Como explica Sued, idealizador do jornal, em entrevista gerada para este trabalho,⁶

O que leva uma pessoa a viver na rua não é perda de emprego, não é perda de moradia, mas muitos e muitos traumas que foram acumulados durante anos e anos; então, sem dúvida, são pessoas feridas pela vida, machucadas e que em um momento não conseguiram mais lidar com tudo isto.

A discussão sobre o direcionamento para questões de cidadania toma corpo diante do entendimento do funcionamento do jornal *Aurora da Rua*. O jornal coloca-se no embate entre discursos relativos à representação de pessoas em situação de rua, conforme com a possibilidade de transformação. Sua atuação o posiciona como veículo identitário de resistência (CASTELLS, 2008) frente ao que é simbolizado pela lógica da dominação. Assim, a proposta do jornal – alinhada ao conceito de *street paper* – é “tornar visível e audível a face e a voz daqueles que muitas vezes são pouco vistos e pouco ouvidos na sociedade. Trata-se do

⁶ Nome fictício.

‘Aurora da Rua’, um jornal que traz, pela primeira vez para o Nordeste, o conceito de ‘jornal de rua’” (AURORA DA RUA, 2012).

O periódico é produzido por pessoas em situação (ou com trajetória) de rua e por jornalistas, que, em trabalho conjunto, assinam os textos veiculados no jornal. De acordo com a equipe entrevistada, algumas seções são assinadas especificamente por pessoas em situação de rua após a sua participação nas oficinas de texto orientadas por jornalistas engajadas no projeto. As informações acerca do processo de construção do periódico foram obtidas, neste trabalho, mediante a colaboração da equipe de editores/as, colaboradores/as e vendedores/as na participação em entrevistas focalizadas realizadas na sede do *street paper* (descritas com detalhes no Capítulo 3).

Nos próximos capítulos, trataremos mais especificamente da rotina do jornal, observada em trabalho de campo. No Capítulo 3, apresento as características organizacionais do periódico mescladas com informações geradas em entrevistas que fizeram parte do desenho metodológico desta pesquisa, a fim de que o jornal seja explicado pela voz daqueles/as que o constroem.

Antes disso, importa ressaltar desde já que o histórico da criação do jornal *Aurora da Rua* se confunde com o da trajetória da voz norteadora da Comunidade na qual ele é produzido. O *street paper* foi idealizado pelo peregrino francês Sued em conjunto com pessoas acolhidas na Comunidade da Santíssima Trindade, que desde o ano 2000 segue acolhendo pessoas em situação de rua. Localizada na antiga Igreja da Celestial Ordem Terceira da Santíssima Trindade e Resgate dos Cativos, na cidade de Salvador, o espaço é conduzido por Sued e outros homens e mulheres com histórico ou ligação direta com a Igreja. Eles/as argumentam ter optado por uma vida junto à realidade da pobreza, de forma concreta e não simplesmente pelo discurso religioso da caridade.

No espaço de acolhimento da Trindade, são celebrados cultos e organizadas reuniões com o intuito de favorecer a percepção da possibilidade ativa de mudança, objetivo refletido no nome do projeto social ligado à Comunidade – e lema das reuniões, segundo Sued: “Levanta-te e Anda”. No próprio nome do projeto, portanto, percebe-se a forte presença do discurso religioso, ecoando o texto do Evangelho. Esse projeto social funciona como espaço de acolhimento (sem permanência), trabalhando na recuperação de dependentes químicos/as e de pessoas com problemas relacionados à desestruturação do núcleo familiar. A Comunidade da Trindade é parte essencial nas práticas de produção do jornal, pois é dentro dela que são desenvolvidas também atividades de catação e reciclagem de materiais e o bazar de produtos da Trindade, que, junto com a venda do *street paper*, segundo a equipe do jornal, constituem

as fontes de renda para a manutenção do lugar. Assim, o jornal não é o único projeto da Trindade, mas uma das etapas do trabalho de reinserção social que promove.

O jornal é o projeto mais conhecido da Comunidade, e é o que garante a interação mediada com o público externo – ao mesmo tempo em que promove uma atividade de autonomia por meio das reuniões de pauta e das oficinas de texto. É também a fonte mais sólida de recursos, devido às assinaturas nacionais e internacionais.

No que se refere à definição conjunta de conteúdos, Paulina, ex-vendedora do *Aurora da Rua*, aponta que:⁷

é assim: a galera do jornal se reúne, os vendedores, e diz qual é a pauta; com essa pauta, então, o que é que a gente vai falar num contexto, por exemplo, “a fé na população de rua”, “a religião da população de rua”, então tem esse tema, vai pras ruas, joga esse tema, a galera começa a falar, começa a discorrer (...) juntando os pedaços.

Note-se, nessa fala da colaboradora, a presença sempre latente do discurso religioso na pauta do jornal. Ao exemplificar os debates acerca das pautas jornalísticas colaborativamente definidas, os dois exemplos que Paulina aventa são, ambos, caudatários de temas religiosos.

Quanto ao formato da publicação, o jornal tem diagramação atraente e premiada. Colorido e com textos e fotos bastante chamativos, a publicação mostra uma preocupação com a qualidade de sua apresentação gráfica. Produzida em folha A3, a publicação é formatada de acordo com um leiaute jornalístico padrão. Ela se organiza em dez seções que tratam da situação de rua: “Editorial” (texto que traz um resumo sobre a edição e comentários dos/as jornalistas); “Cartas da rua” (transcrições literais de comentários de pessoas em situação de rua quando em contato com o jornal); “Matéria de capa” (texto coletivo central do periódico – escrito por pessoas em situação de rua e jornalistas); “Código de conduta” (texto que descreve e caracteriza o/a vendedor/a da publicação); “Diversos de rua” (seção que aborda uma diversidade de temas específicos das ruas); “Aurora notícias” (notícias sobre as ruas de Salvador, bem como de outros lugares no mundo); “Deus na rua” (histórias fictícias com Deus como personagem principal, vivenciando experiências de rua); “Brilho da Aurora” (testemunhos de superação de pessoas em situação de rua); “Arte Rua” (seção que promove intervenções artísticas nas ruas por pessoas em situação de rua); “Tirinhas da Rua” (tirinhas com a personagem Aurora sobre a realidade das ruas).

Como se vê, o jornal aborda questões diversas acerca da situação de rua, no entanto, as jornalistas, juntamente com Sued, têm uma preocupação expressa com a representação da rua

⁷ Nome fictício.

como um mundo com os próprios modos de operação, com personagens e histórias que focalizam a humanidade da situação de rua; assim, temas como ‘amor’, ‘trabalho’ e ‘religiosidade’ são recorrentes nas matérias. A religiosidade, aliás, é um aspecto que faz do *Aurora da Rua* uma publicação peculiar: é explícita a presença do discurso religioso nas abordagens da situação de rua, e é nesse discurso, conforme observei, que se apoia a Comunidade da Trindade para sua ação social. É também patente a preocupação da equipe editorial em afirmar que não interessam ao jornal ‘questões políticas’ (ou seja, de denúncias ligadas a violação de direitos e violência, por exemplo) como o foco das reportagens. Esta, no entanto, é uma discussão que será mais aprofundada nos capítulos que seguem.

3. ACESSANDO A RUA: AS RELAÇÕES PRÁTICAS ENTRE MÉTODOS E CAMPO NA PESQUISA

“Música Urbana 2”, Renato Russo

Tendo em vista a filiação deste trabalho aos estudos sociais críticos – mais especificamente à teoria do Realismo Crítico (RC) – em aliança com a abordagem da Análise de Discurso Crítica (ADC), é necessário o esclarecimento referente às estratégias de trabalho empreendidas na investigação do protagonismo (ou não) dos atores sociais em situação de rua no ‘street paper’ *Aurora da Rua*. Para tanto, aspectos referentes à natureza das práticas investigadas merecem uma discussão mais detalhada. Assim, este capítulo versará sobre a relação entre o reconhecimento da ontologia, a reflexão epistemológica e o desenho metodológico que conduziram o processo de investigação do tema proposto, bem como acerca dos registros do trabalho de campo. Em 3.1, aprofundo a discussão iniciada no Capítulo 1 sobre os componentes da realidade social, desta vez voltando o foco para a estruturação do conhecimento obtido pela perspectiva epistemológica, e apresento as questões que nortearam o desenvolvimento da pesquisa; em 3.2, discuto a seleção dos métodos empregados nesta investigação, justificando as escolhas metodológicas aplicadas; na Seção 3.3, relato as atividades realizadas no percurso e o acesso ao campo, apresentando os/as colaboradores/as que contribuíram para a geração de parte dos dados; finalmente, em 3.4, explico os critérios utilizados para a construção dos *corpora*.

3.1. REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS

Refletir sobre epistemologia é uma atitude necessária para a coerência dos trabalhos que se propõem críticos. Para tratar da epistemologia, isto é, de questões a respeito de “como se considera possível gerar conhecimento acerca da realidade social pesquisada; (...) acerca da natureza do conhecimento”, no que tange “aos modos por meio dos quais a realidade social pode ser conhecida, ao que se considera como evidência ou conhecimento das coisas sociais” (RESENDE, 2008, p. 79), necessitamos voltar à ontologia das (redes de) práticas sobre as quais se deseja escrutinar.

O RC oferece uma proposta de observação do mundo social bastante produtiva para pesquisas em ADC, tendo em vista o entendimento da ontologia do mundo social e seus elementos fundamentais. Essa visão ontológica do mundo baseada na teoria crítico-realista entende a realidade social por meio de três estratos: o potencial, o realizado e o empírico. Como explica Resende (2009, pp. 20-21),

O domínio do potencial refere-se ao que quer que exista (...). O potencial refere-se também às estruturas internas e poderes causais dos elementos sociais, isto é, sua capacidade de se comportarem de maneiras particulares, suas tendências e suscetibilidades a certas mudanças. (...) Se o potencial refere-se às estruturas e poderes dos elementos sociais, o realizado refere-se “ao que acontece quando esses poderes são ativados (Sayer, 2000b: 10) (...). O empírico, por fim, é definido como o domínio da experiência, da observação – é aquilo que nós efetivamente observamos dos efeitos das estruturas, das potencialidades e das realizações.

Resende (2009) ainda explica que a proposta de estratificação atende à complexidade da realidade social, visto que não se pode atribuir exclusivamente aos atores sociais as ações diante do mundo social e seus resultados, ou seja, existe a presença de contingências estruturais que, de diversas maneiras, agem de forma patente nessas ações, regulando práticas e contribuindo para os resultados. As estruturas sociais ganham, nessa perspectiva, um enquadre realista, mas crítico, pois é por meio dos eventos sociais (do realizado) que a estrutura pode ser acessada e investigada, dado seu caráter mais tangível (do empírico), ainda que a “distinção entre os domínios do realizado e do empírico (...) impli[que] que nem tudo o que é concretizado em eventos é captado em nossa experiência” (RESENDE, 2009, p. 21): a visão ontológica do mundo engloba os domínios do potencial e do realizado.

O domínio empírico, por sua vez, é categoria epistemológica, que é apreendida como produto do entendimento do aspecto ontológico da realidade social com vistas à produção de conhecimento acerca da natureza do funcionamento do mundo social. Desse modo, pesquisas críticas devem ter alinhados os aspectos ontológicos e epistemológicos do objeto de investigação. Especificamente neste trabalho, que se volta ao estudo crítico do grau de protagonismo de pessoas em situação de rua no jornal *Aurora da Rua*, torna-se necessária a compreensão dos processos que contribuíram para as questões de vulnerabilidade e invisibilidade sociais relacionadas à população em situação de rua, bem como quais práticas ainda permanecem sustentando essa problemática. Em outras palavras, é uma discussão que leva em conta processos diacrônicos e sincrônicos (os quais têm forte influência no entendimento que se tem acerca do tema), e nisso a presença da reflexão epistemológica serve como aliada para a organização do que se apreendeu do funcionamento de tais processos. Esse conjunto de percepções contribui para a formatação das ações de pesquisa, em outras

palavras, do seu desenho. Assim, antes de selecionar os métodos, é necessário definir de forma clara a ontologia e a epistemologia em relação ao problema a ser investigado; por meio desse entendimento, digamos, ‘macro’ do problema, com vistas a uma metodologia eficiente, “um desenho de pesquisa deve ser produzido no início do processo” (MASON, 2002, p. 24).

Prosseguindo na discussão acerca da complexidade de realizar pesquisas que aliem as relações entre linguagem e sociedade e o seu posicionamento nas (redes de) práticas de modo a acessar o nível ontológico e construir uma epistemologia capaz de acessar esse conhecimento (RESENDE, 2009; RAMALHO & RESENDE, 2011), refleti sobre quais métodos seriam mais apropriados para investigar eventos que me permitissem acessar, em termos do diálogo com o RC, o domínio do empírico (que em conjunto com o potencial e o realizado conformam a realidade social). O objetivo de pensar a etapa de construção do *corpus* etnográfico teve que ver com a intenção de desenvolver uma análise coerente da representação e da identificação discursivas dos atores sociais em situação de rua no projeto do *Aurora da Rua*, pois entendo que “em análises é possível reivindicar causas não observáveis (no domínio do potencial, dos poderes causais) para efeitos em eventos (no domínio do realizado) observados empiricamente (no domínio do empírico)” (RESENDE, 2008, p. 87). Desse modo, mais uma vez, podemos visualizar a necessidade de diálogo entre as perspectivas ontológica, epistemológica e metodológica.

Para o desenho de pesquisa – necessário para garantir a coerência das escolhas metodológicas –, foram estabelecidas algumas reflexões acerca da natureza e da aplicabilidade teórica e prática da investigação. As contribuições de Mason (2002) foram muito profícuas na medida em que a autora discute a necessidade de coerência entre as etapas de pesquisa. Quando das orientações de pesquisa, estudamos o texto da autora no sentido de localizar reflexivamente a pesquisa e estruturar as ações que seriam desenvolvidas. Nas leituras e discussões observei que, sendo a pesquisa qualitativa, o processo deveria, segundo a pesquisadora, pautar-se na reflexividade e no aspecto dialógico durante o decorrer das atividades planejadas.

Mason (2002) também chama a atenção para o cuidado na formulação de questões de pesquisa. De acordo com a autora, as questões de pesquisa orientam, por meio da compreensão ontológica, as decisões epistemológicas que norteiam a pesquisa. Como explicam Ramalho e Resende (2011, p. 78), “as respostas às questões epistemológicas precisam ser coerentes com a definição ontológica, e os dois conjuntos de respostas devem ser consistentes”. Assim, as questões de pesquisa são de fundamental importância para pesquisas reflexivas acerca de questões do mundo social, pois, por definirem os métodos selecionados,

“são como uma porta para o campo de pesquisa em estudo. Se as atividades empíricas produzirão ou não respostas, isso dependerá da formulação dessas questões” (FLICK, 2009b, p. 106). Mason (2002, p. 27), na justificação da importância da formulação das questões de pesquisa visando à coerência metodológica, explica que a elaboração reflexiva das questões de pesquisa

ajudará você a começar o processo de fazer escolhas de método e fonte de dados. Isso o/a ajudará a destacar e a eliminar inconsistências relativas, por exemplo, ao que você considera que um método particular pode produzir e que tipos de dados você acha que precisará gerar para acessar as suas questões de pesquisa.

A visita de campo destacou-se como possibilidade de colocar em prática o elaborado nas discussões epistemológicas, pois a observação de como as relações entre atores sociais em situação de rua e as jornalistas envolvidas na produção se dava poderia oferecer uma ótica além da que seria obtida pela análise discursiva dos textos; desse modo, “a necessidade de se ter clara a diferença entre ação e representação de ação em pesquisas discursivas” (RESENDE, 2008, p. 136) também aponta para a necessidade das duas dimensões complementares para um acesso mais amplo da realidade social pesquisada.

As questões de pesquisa foram utilizadas para aliar as duas etapas da pesquisa (documental e trabalho de campo), além de organizar e averiguar sua coerência relacional. As discussões relativas às necessárias relações entre questões de pesquisa, ontologia, epistemologia e metodologia, propostas por Mason (2002) para a pesquisa qualitativa de modo geral e retomadas por Resende (2008) em reflexão específica para a ADC, serviram para esse fim. Assim, foi organizado o planejamento da pesquisa com as questões que a fundamentariam, bem como os critérios para a pesquisa de campo, emergidos, aliás, por meio da sistematização das perspectivas ontológica, epistemológica e metodológica que orientaram a investigação. Para nortear pesquisas qualitativas, Flick (2009a; 2009b) sugere o desenvolvimento de recursos que reforcem o aspecto dialógico característico da pesquisa qualitativa; segundo ele, é decisivo para o sucesso de um projeto ter perguntas de pesquisa claras e formuladas explicitamente, capazes de nortear a coleta/ geração de dados, sua análise e, ainda mais, a decisão do que é menos importante e deve ser deixado de fora do escopo do projeto, garantindo seu foco.

Com as questões de pesquisa definidas, intentamos dar conta de uma sistematização dos componentes ontológicos que orientariam este trabalho: representações, identificações, práticas e relações sociais. O foco desta investigação foi localizado na observação crítica da presença ou da ausência do protagonismo nas práticas de produção do jornal, e, em caso de

sua existência, se haveria a tensão com o discurso do assistencialismo e/ou fatalismo. O trabalho de campo foi fundamental para a investigação dessas questões nas práticas mesmas da publicação, para além da investigação de sua representação discursiva por meio da análise dos dados documentais. A seguir, apresento as questões que orientaram a realização da pesquisa:

Quadro 3.1 – Questões de pesquisa

QUESTÕES DE PESQUISA
1. A representação de atores sociais em situação de rua nos textos publicados no jornal materializa o discurso protagonista ou o discurso assistencialista ou ambos?
2. Como são construídas discursivamente as identidades desses atores sociais?
3. De que forma, nos textos selecionados, identificam-se as pessoas em situação de rua e os/as jornalistas envolvidos/as na produção do jornal <i>Aurora da Rua</i> ?
4. Os atores sociais em situação de rua exercem papel protagonista na construção do jornal <i>Aurora da Rua</i> ?

Tendo orientado o método para acessar as representações sobre a situação de rua presentes nos textos selecionados (ver Seção 3.4) e as representações e (auto)identificações dos atores sociais envolvidos na produção do *Aurora da Rua* nos dados de campo, a pesquisa assumiu contorno explicitado no Quadro 3.2:

Quadro 3.2 – Relações resultantes da reflexão epistemológica

ETAPAS DA PESQUISA	DIMENSÕES DA PESQUISA	QUESTÕES DE PESQUISA	COMPONENTES ONTOLÓGICOS	MÉTODOS E FONTES
ANÁLISE DOCUMENTAL	Representação e identificação no ‘street paper’ <i>Aurora da Rua</i> : análise discursiva crítica de matérias de capa	A representação de atores sociais em situação de rua nos textos publicados no jornal materializa o discurso protagonista ou o discurso assistencialista ou ambos?	Discursos, (auto)identificações discursivas	Análise linguístico-discursiva de cinco matérias de capa do <i>Aurora da Rua</i>
		De que forma, nos textos selecionados, identificam-se as pessoas em situação de rua e os/as jornalistas envolvidos/as na produção do jornal <i>Aurora da Rua</i> ?		Análise linguístico-discursiva de cinco matérias de capa do <i>Aurora da Rua</i>
TRABALHO DE CAMPO	Representação e (auto)identificação dos atores sociais envolvidos no processo de construção do ‘street paper’ <i>Aurora da Rua</i> : vozes dos/as vendedores/as/colaboradores/as e dos/as editores/as	Como são construídas discursivamente as identidades desses atores sociais quando representam sua atuação junto à publicação?	(Auto)Identificações e representações discursivas de ações, práticas e relações sociais	Grupos focais e entrevistas focalizadas com pessoas em situação de rua e jornalistas que participam do processo nas
	Práticas e relações sociais nos processos de produção do ‘street paper’ <i>Aurora da Rua</i>	Atores sociais em situação de rua exercem papel protagonista na construção do jornal <i>Aurora da Rua</i> ?	Ação social, atividades materiais, (redes de) práticas e relações sociais	Observação participante, notas de campo oriundas da visita de campo à redação do <i>Aurora da Rua</i>

(Baseado no quadro apresentado em Resende, 2009, pp. 66-7.)

Enfim, o que deve ser observado de modo atento é a coerência da investigação pretendida. Quero dizer, juntamente com Resende (2007; 2009), que um quadro epistemológico bem estruturado – decorrente do efetivo entendimento ontológico – favorece uma metodologia produtiva, harmonizada efetivamente com os objetivos de pesquisa (perseguidos por meio de determinadas estratégias, dos métodos selecionados para se chegar ao fim pretendido). Sobre métodos tratarei na seção que segue.

3.2. TEORIAS DE MÉTODO

Devemos, quando do desenho metodológico de uma investigação, pensar meios pelos quais poderemos responder às questões da pesquisa. Para tanto, é necessário lançar mão de estratégias que estejam harmonizadas com as propostas pensadas para a investigação. É nesse sentido que as teorias de método auxiliam na constituição e concretização da investigação crítica, especialmente falando da pesquisa de viés qualitativo (ver Capítulo 1).

De acordo com o entendimento crítico da ADC, a compreensão da vida social, de uma perspectiva linguístico-discursiva, passa inescapavelmente pela observação de eventos sociais realizados pela linguagem e nas quais esta se realiza, em um movimento dialético. Desse modo, a intenção de analisar a representação e a (auto)identificação discursivas de atores sociais em situação de rua, no contexto do *Aurora da Rua*, necessitou de uma reflexão acerca de quais estratégias seriam úteis para tanto. Tendo em vista o interesse na observação de manifestações discursivas características do contexto de produção de um *street paper*, nossos *corpora* compõem-se de edições do periódico e de entrevistas com atores sociais centrais no processo de feitura do jornal.

A atenção voltou-se, assim, à delimitação das estratégias metodológicas a serem usadas, dado que, desde o início dos trabalhos, apresentou-se a necessidade de recorrer a múltiplos métodos. A reflexão epistemológica levou a um desenho de pesquisa que incluiu tanto a coleta quanto a geração de dados: procedemos à seleção de textos do jornal e à pesquisa de campo, em um direcionamento que pretendia aliar a proposta da pesquisa a características da pesquisa etnográfica. Resende (2008, p. 1) explica que

a etnografia é definida como uma tradição de PQ [pesquisa qualitativa] que agrupa a análise de dados empíricos gerados e coletados sistematicamente para a pesquisa provenientes de contextos situados e de uma variedade de métodos (...). A geração/coleta de dados etnográficos e sua fixação em textos passíveis de análise seguem uma tradição metodológica que conta com variados métodos a serem selecionados de acordo com os objetivos de cada pesquisa.

A etnografia mostrou-se uma possibilidade válida dentro do escopo da pesquisa, no entanto não foi possível desenvolver uma pesquisa etnográfica propriamente dita, devido ao limite temporal que impõe a uma dissertação barreiras que lhe exigem adaptações. Assim, não julgo ter feito uma pesquisa etnográfica completa, entendendo que “o etnógrafo participa (...) das vidas cotidianas das pessoas por um longo período, observando o que acontece, ouvindo o que se diz, fazendo perguntas” (HAMMERSLEY; ATKINSON, 1983 *apud* FLICK, 2009a, p.

104). Como visualizamos a impossibilidade do trabalho de campo extensivo, não só pelo limite temporal do mestrado, mas também pelo limite espacial da distância entre Brasília e Salvador, optamos por recorrer a estratégias outras que permitissem alguma vivência na Comunidade da Trindade, a fim de observarmos a atividade social subjacente à construção do jornal. Destarte, observando modos de desenvolver uma investigação mais ampliada a despeito dos limites impostos, optamos por organizar a parte de geração de dados na seguinte tríade: observação participante, grupos focais e entrevistas individuais (focalizadas).

De acordo com Flick (2009a; 2009b), a observação participante é a forma de observação mais recorrente em investigações orientadas pela pesquisa qualitativa. Por meio dessa estratégia, particularmente, pude estabelecer uma relação de proximidade com o contexto de interesse da pesquisa. Como sinaliza o termo, na observação participante o/a pesquisador/a torna-se parte do contexto que investiga, construindo uma relação de confiança que extrapola os papéis de cientista e participantes de pesquisa; em outras palavras, “consiste não apenas em estar presente no contexto a ser pesquisado, mas em participar das atividades observadas, tornar-se um ‘membro do grupo’” (RESENDE, 2008, p. 113). Foi preciso, assim, de alguma forma, não me mostrar como alguém que estava naquele espaço para extrair o que queria e depois não oferecer (outros) caminhos de ação e de compreensão das práticas de produção do jornal. Em todo caso, reconheço que os limites espaço-temporais impostos à pesquisa não me permitiram tornar-me um membro interno do grupo, mas ainda assim pude estabelecer relações próximas com membros da equipe do jornal, para isso lançando mão, inclusive, da comunicação por e-mail e por rede social.

A observação participante está inserida no trabalho de etnografia, portanto não deve ser entendida como um método *per se*, sendo interpretada como “um contexto comportamental a partir do qual um etnógrafo usa técnicas específicas para coletar dados” com uma abordagem dialógica (AGROSINO, 2009, p. 34). A observação participante possibilitou, na pesquisa, uma experiência de trabalho ‘mais leve’, na qual eu pude ser visto como alguém familiar, ainda que claramente a serviço de uma proposta investigativa. As relações que se estabeleceram foram norteadas pela presença de intermediadoras entre dois espaços diferentes: as participantes-chave. Resende (2008, p. 114), sobre o/a participante-chave, explica que

é importante que essa pessoa seja membro ativo da comunidade, que conheça muitas pessoas no grupo, que tenha um *status* elevado e, sobretudo, que deseje partilhar seu conhecimento com o/a pesquisador/a (...): é mais fácil ter acesso a um grupo de atores sociais quando se é introduzid[o] por um membro da comunidade.

Com a ajuda das participantes-chave, pude participar do desenrolar de alguns processos que se mostraram extremamente interessantes ao pretendido no desenho da pesquisa (sobre a recepção e o desenvolvimento do trabalho de campo, versarei na próxima seção, “Narrativas de campo”).

Uma vez inserido nas práticas de construção do periódico como um observador participante, a etapa seguinte foi a interação mais focada nos significados discursivos da representação e da identificação. Os métodos de grupos focais e entrevistas foram considerados relevantes no planejamento devido ao caráter de maior proximidade discursiva na apreensão das representações internas aos grupos participantes: se na observação participante podemos assistir e fazer parte ativa em eventos específicos, com o uso dos métodos de grupo focal e de entrevista podemos acessar mais diretamente a representação da realidade social pesquisada. Sobre grupo focal, e fazendo referência a Lunt e Livingstone (1996), Flick (2009b) explica que

os grupos focais podem ser entendidos e utilizados como simulações de (...) conversas cotidianas, ou como um método (...) para o estudo da geração das representações sociais ou do conhecimento social em geral (FLICK, 2009b, p. 189).

A principal relevância desse método no planejamento desta pesquisa foi a possibilidade de acesso a informações que poderiam ser escamoteadas ou simplesmente não mencionadas em entrevistas individuais, dado o caráter plural do método. O foco é a possibilidade de interação de grupo em um incentivo à conversa e à discussão de temas. Infelizmente, não pude levar adiante o planejamento dos grupos focais (ver Seção 3.3), o que me fez utilizar apenas o método de entrevistas focalizadas, a fim de perseguir o objetivo da percepção mais acurada dos processos de representação e identificação discursiva. Como explicam Ramalho e Resende (2011), o método de entrevista focalizada,

visa deixar os/as participantes livres para relatarem o que considerem relevante acerca do tema estudado, o que tem o duplo mérito de alcançar a perspectiva dos sujeitos face ao tema e de não invadir de maneira indesejável sua privacidade. (RAMALHO & RESENDE, 2011, p. 87)

Uma preocupação presente na utilização desse método reside em não direcionar as questões a serem levantadas, tendo em vista ser “mais provável que os pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário” (FLICK, 2009b, p. 143).

Assim, não é interessante o uso de questões listadas com o propósito de obter respostas já imaginadas. As entrevistas, então, devem se pautar em uma perspectiva dialógica na qual o/a participante se sinta à vontade para desenvolver o que lhe é proposto. Por isso, é recomendável o uso de estratégias que se harmonizem com a proposta dialógica: o uso de perguntas capsulares, então, apresenta-se como pouco eficaz (DENZIN & LINCOLN, 2006). Por isso, ao invés de formular questões prontas, como roteiro para as entrevistas, optei por formular tópicos-guia com temas a serem abordados (ver Seção 3.4).

Outro procedimento utilizado foi uso de notas de campo. Elas se inseriram no planejamento das ações que seriam integradas à pesquisa de campo por terem a capacidade de articular teoria e prática, ou seja, “articulam, no discurso, os diversos métodos adotados em uma pesquisa particular, integrando percepções e interpretações associadas aos vários momentos da pesquisa” (RESENDE, 2008, p. 117). Baseada em Sanjek (1993), Resende (2008, p. 117) explica a classificação das notas de campo em *inscrição*, *transcrição* e *descrição*:

Inscrição é o tipo de nota de campo que o/a pesquisador/a toma durante uma interação com participantes da pesquisa, uma interrupção na interação para tomada de notas mnemônicas, de auxílio à memória. Trata-se da anotação de palavras-chave que auxiliam o/a pesquisador/a no desenvolvimento posterior de notas mais acuradas. Transcrição é o tipo de nota de campo utilizado quando o/a pesquisador/a, ao mesmo tempo em que faz perguntas, anota as respostas dos/as participantes da pesquisa. Descrição, por fim, refere-se à produção coerente de representações de uma realidade cultural observada; constitui um momento de isolamento do/a pesquisador/a, um momento de reflexão, análise e interpretação.

Na pesquisa, optei pela nota de campo do tipo descrição, tendo em vista que estive em contato direto com situações cujas circunstâncias de realização eram extremamente novas para mim; sendo assim, um registro que passasse pela minha ótica particular, pelas minhas percepções, poderia ser de grande utilidade quando da organização deste capítulo metodológico. Ademais, a produção de um texto de cunho mais fotográfico, digamos assim, traz a possibilidade de uma visão ainda mais ampliada acerca da observação das (rede de) práticas e das características que compõem a realidade social investigada, tais como o cenário onde se desenrolam as ações (discursivas e não-discursivas), os/as participantes, a cronologia, tudo registrado por meio de descrições atentas e bem organizadas (ANGROSINO, 2009). Resende (2008) destaca ainda que, além da sua aplicabilidade no auxílio às memórias do campo, as notas registradas são muito proveitosas na análise de dados, ainda que não necessitem ser diretamente utilizadas como documento analítico.

As notas de campo oferecem também um momento de reflexividade. Ramalho e Resende (2011) as consideram fundamentais, devido ao caráter articulador que encerram, e mencionam outro recurso: os diários de pesquisa. O ato de organizar diários de pesquisa vai um passo além das notas de campo em grau de subjetividade na percepção do campo pelo/a pesquisador/a, tendo em vista que neles ficam registradas observações mais impressionistas. Não cheguei a desenvolver um diário, segundo o entendimento de um texto estruturado com o registro de “reações pessoais, frustrações e conquistas do trabalho no campo” (RESENDE, 2008, p.120), mas pincelei algumas considerações de caráter mais particular que cri serem passíveis de registro, ainda que não organizadas em forma de um texto padronizado.

Os métodos arrolados contribuíram para um desenvolvimento que considere bastante satisfatório, tendo em vista que nortearam a minha atuação no campo e possibilitaram a coleta e a geração dos dados necessários, sendo assim, reforço que a investigação em campo mostrou-se como uma oportunidade produtiva de observação de aspectos que poderiam fugir do escopo da análise linguístico-discursiva dos textos publicados no jornal. As entrevistas focalizadas, por exemplo, possibilitaram estar diante dos/as que constroem o jornal *Aurora da Rua* e ouvir deles/as relatos sobre o veículo. Entretanto, provavelmente, não teriam sido tão efetivas se, antes, eu não tivesse sido aceito e recebido na Comunidade da Trindade para a realização da observação participante. Isso demonstra como a articulação dos métodos é necessária para o acesso a um conjunto coerente de dados, considerando-se as questões de pesquisa. O percurso para o acesso aos dados passa pelas relações e situações que se estabelecem no momento efetivo da interação. A experiência de contato e visitas à sede do *Aurora da Rua* será discutida a seguir.

3.3. NARRATIVAS DE CAMPO

Nesta seção, abordarei especificamente a experiência de geração de dados em trabalho de campo. Quando foi fechado o desenho da pesquisa, planejado o trabalho de campo e elencados os métodos que envolveriam a interação (observação participante, grupos focais – que por fim não puderam ser realizados – e entrevistas focalizadas, além do registro em notas de campo e/ou diários de pesquisa), parti para os termos práticos da visita de campo.

A primeira ação foi apresentar-me às pessoas que estavam envolvidas na feitura do periódico. Após uma pesquisa acerca do *street paper*, entrei em contato, por e-mail, com a primeira de minhas participantes-chave, Cora, jornalista e editora do jornal *Aurora da Rua*.

Eu lhe solicitei informações sobre o procedimento para a assinatura do jornal, em maio de 2011, por meio da mensagem eletrônica que reproduzo a seguir:

Eu me chamo Gersiney Pablo Santos. Sou pesquisador-mestrando da Universidade de Brasília (UnB), na área de Análise de Discurso Crítica (ADC). Estou entrando em contato com o setor de assinaturas do Jornal “Aurora da Rua” para ter mais informações acerca do acesso a exemplares do periódico (como posso ter o jornal por meio de envio ou assinatura). O motivo da procura deve-se ao fato de que a minha dissertação versará sobre pessoas em situação de rua; assim, gostaria de contar com o apoio do “Aurora”, dado ser ele um importante veículo de divulgação e mobilização social.

Agradeço, desde já, a atenção.

A assinatura foi feita, e eu segui mantendo contato, inicialmente, em relação à entrega dos exemplares. Em novembro de 2011, iniciei uma investida diferente de aproximação solicitando a opinião da equipe de produção do periódico acerca de uma visita de ambientação:

Oi, Cora!

Gostaria de estar mais em contato com o Aurora da Rua. Seria possível reunir-me com vocês em dezembro - terceira semana do mês, mais precisamente - para conversarmos e trocarmos informações acerca da minha pesquisa e do trabalho de produção do Aurora da Rua? A proposta, inicialmente, é passar uma semana acompanhando o processo de construção de uma edição do jornal, além de interagir com a equipe (por meio de entrevistas com os/as editores/as). Seria muito interessante se, durante a visita, eu pudesse estar presente a uma oficina para novos/as vendedores/as. Existe a possibilidade?

Espero que a ideia se concretize.

Um abraço.

Cora respondeu prontamente a minha mensagem e, assim, estava acertado o primeiro momento de ida a Salvador para acompanhar os trabalhos do *Aurora da Rua*.

Fomos, a partir de então, nos comunicando por e-mail. Devido ao recesso de trabalho do fim de 2011 no *Aurora da Rua*, minha visita a campo acabou acontecendo nos meses de janeiro e fevereiro de 2012. Quando cheguei a Salvador, fui recebido por Cora, que me encontrou no Pelourinho – pois eu estava hospedado por ali – e me levou para conhecer a “sede” (como é conhecido lugar dentro da Comunidade da Trindade onde é produzido o jornal) e, em seguida, os demais espaços que constituem a Comunidade da Trindade. Antes da apresentação da Comunidade, nós havíamos conversado sobre minha pesquisa, sobre as razões do meu trabalho. A jornalista ressaltava que era sempre muito bom dividir experiências com acadêmicos/as, mas que andava colaborando com algumas reservas – assim como boa parte dos/as colaboradores/as do *street paper* e dos/as habitantes da Trindade –, alegando ser comum a vinda de estudantes que obtinham o que lhes era interessante e depois não traziam o

retorno para o jornal e para a Comunidade. Esse comentário me fez lembrar os debates com o grupo de pesquisa e nossa orientadora em relação à ética na pesquisa, de como é necessário o retorno a campo para o compartilhamento de ações e resultados. Como lembra Angrosino (2009, p.114, acréscimos meus) em relação aos/às participantes de pesquisas:

O “consentimento informado” dessas pessoas significa bem mais do que simplesmente entender o que o[a] pesquisador[a] quer fazer “para” elas; é preciso que os[as] informantes (*sic.*) compreendem como o seu próprio *feedback* se tornará parte do plano que o[a] pesquisador[a] pode fazer “junto com” eles[as].

Depois de algum tempo de apresentações, fomos conhecer a área da Comunidade da Trindade. Observei atentamente tudo o que ela me apresentava: tratava-se de um núcleo de apoio bem estruturado, que contava, dentro da velha igreja, com um espaço onde eram realizados cultos e a recepção dos/as acolhidos/as. No mesmo lugar, à noite, alguns/algumas pessoas dormem.

Minha estada em Salvador acompanhando o *Aurora da Rua* foi acertada para duas semanas; durante esse tempo, estavam planejadas a observação participante e os grupos focais, além das entrevistas. Cora me explicou que a realização de grupos focais seria bastante difícil, pois todos/as os/as participantes da construção do jornal – tanto as pessoas em situação/trajetória de rua quanto as jornalistas – tinham rotinas diferentes e apenas se encontravam em datas previamente acordadas, nas ocasiões das reuniões de pauta. Cora, com isso, explicou-me que tentaria agendar os grupos, mas que o mais seguro seria fazer entrevistas de acordo com a disponibilidade apresentada pelos/as participantes, pois reuni-los/as seria difícil. Com a confirmação de que os grupos não poderiam ser formados – principalmente pela incompatibilidade de agendas –, acertamos que seriam feitas apenas entrevistas focalizadas.⁸ Cora agendou horários com oito participantes do *Aurora da Rua*: três vendedoras e um vendedor com trajetória de rua, e quatro jornalistas e/ou colaboradores/as. Durante o ano de 2012, fiz mais uma visita à Comunidade da Trindade, com a intenção de participar de uma reunião de pauta, uma oficina de texto e uma oficina de formação de vendedores/as.

A seguir, descrevo cada estágio do trabalho de campo, optando por atribuir nomes fictícios aos/às participantes, alinhando-me, por meio disso, com o que defende Silva (2003) – em relação à ética no tratamento das informações compartilhadas. Segundo a pesquisadora,

⁸ A incompatibilidade de agendas foi apenas um dos obstáculos para o planejamento. Cora me advertiu que os/as participantes não tinham obrigação de permanecer na sede do jornal, ora porque trabalhavam em outros espaços, ora porque só se faziam presentes nas ocasiões de distribuição de exemplares (no caso dos/as vendedores/as).

saber trabalhá-las guardando a identidade dos informantes é a atitude mais esperada no processo de pesquisa que traz sempre os imprevistos e as dissimulações com as quais o[a] investigador[a] vai travando contato e amadurecendo. (SILVA, 2003, p. 169, acréscimos meus)

Assim, nos próximos tópicos, desenvolverei os relatos de campo com base nas experiências com a realização de entrevistas focalizadas e a interação com os/as participantes no contexto de produção do *Aurora da Rua*. Todos/as os/as participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (CEP-IH). O projeto integrado de que esta pesquisa é parte foi aprovado pelo CEP-IH em julho de 2010.

ENTREVISTAS FOCALIZADAS

Para a realização das entrevistas, visando manter o foco nos temas de interesse da investigação, construí tópicos-guia. Como Resende (2008) destaca:

Gaskell (2005: 66) chama a atenção para a necessidade de formulação de um tópico-guia na condução de qualquer tipo de entrevista qualitativa, individual ou em grupo. Para ele, “um bom tópico-guia irá criar um referencial fácil e confortável para uma discussão, fornecendo uma progressão lógica plausível através dos temas em foco”. Entretanto, é preciso adotar o tópico-guia, formulado para dar conta das questões de pesquisa, com flexibilidade: algumas alterações de foco podem acontecer devido ao próprio interesse dos/as participantes. (RESENDE, 2008, p. 123)

As entrevistas foram, então, realizadas de acordo com os seguintes temas gerais, discutidos de acordo com as direções que lhes deram os/as participantes, pois não era o propósito levar perguntas prontas, mas temas abertos para o diálogo:

Quadro 3.3 – Tópico-guia para entrevistas com vendedores/as

TÓPICO-GUIA PARA A ENTREVISTA COM VENDEDORES/AS (PESSOAS EM SITUAÇÃO/TRAJETÓRIA DE RUA)	
1.	<i>Aurora da Rua</i>
2.	<i>Aurora da Rua e a pessoa em situação de rua</i>
3.	<i>Situação de rua</i>
4.	<i>O trabalho no Aurora da Rua</i>
5.	<i>Como soube do Aurora da Rua</i>

Quadro 3.4 – Tópico-guia para entrevistas com editores/as e jornalistas

TÓPICO-GUIA PARA A ENTREVISTA COM EDITORES/AS, JORNALISTAS E COLABORADORES/AS SEM TRAJETÓRIA DE RUA	
1.	<i>Aurora da Rua</i>
2.	<i>As pessoas em situação de rua no jornal Aurora da Rua</i>
3.	<i>A produção, edição e publicação dos textos no Aurora da Rua</i>
4.	<i>A experiência com o trabalho no Aurora da Rua</i>
5.	<i>Efeitos do jornal Aurora da Rua sobre políticas públicas (ou não)</i>

Os resultados das interações baseadas nos tópicos-guia revelaram importantes detalhes relativos à participação da equipe no jornal e, especialmente, ao entendimento da pessoa em situação de rua no processo. Para que a minha intervenção nas interações fosse mínima, foi solicitado, no início, que os/as participantes se identificassem como desejassem e, em seguida, foram lançadas as questões dos tópicos-guia. Disso resulta que as interações, embora seguissem o mesmo tópico, não se desenrolassem exatamente da mesma maneira. Não foi aplicado questionário para coleta de informações como idade e escolaridade.

A seguir, explico como se deram as interações para as entrevistas com os dois grupos, começando pelo/as vendedor/as.

VENDEDOR/AS

As entrevistas focalizadas com vendedor/as foram bastante produtivas. O/As participantes logo entenderam a lógica pensada para as interações e se colocaram visivelmente disposto/as a participar. Foram entrevistadas quatro pessoas, entre vendedoras e ex-vendedor/a⁹: Pérola, vendedora e ex-acolhida da Comunidade da Trindade; Perpétua, vendedora e acolhida da Comunidade da Trindade; Paulina – ex-vendedora e ex-acolhida da Comunidade da Trindade, e Paulo, ex-vendedor. Em todos os momentos de entrevista, percebi que elas e ele viam na minha investigação – que foi explicada com cuidado para cada um/a – uma oportunidade de falar sobre problemas que vivenciaram em determinado momento de suas vidas.

As interações foram realizadas na Comunidade da Trindade (sob o apoio de Cora, que me recebeu nas duas semanas de trabalho na capital baiana) e na sede do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) em Salvador (a seguir apresento o/as participante/s e descrevo brevemente cada uma das interações).

Como mencionei, nas interações de entrevista eu fui recebido de maneira bastante atenciosa por todos/as. Por exemplo, uma quinta-feira chuvosa não se mostrou um empecilho para a realização da primeira conversa com a vendedora Pérola. Sobre isso, fiz um registro em nota de campo:

Hoje, primeiro dia da minha interação (entrevista focalizada) com a equipe do Aurora. Estou na sede. O espaço é bem precário, mas a entrevista vai acontecer nele. Cora me orientou desde o nosso primeiro encontro, apresentando-me as pessoas com quem ela conseguiu acertar. A primeira delas a participar se chama Pérola, e ela veio, mesmo

⁹ Devido à natureza da interação, as respostas compartilhadas não direcionaram o/as participante/s a dar informações específicas; desse modo, identificações pessoais não foram disponibilizadas por alguns/mas deles/as.

chovendo. Foi uma tremenda consideração. Isso me motiva muito. (Nota registrada em 26 de janeiro de 2012)

A entrevista com Pérola, assim como todas, foi gravada em áudio. Durou cerca de vinte minutos nos quais fiquei sabendo de sua trajetória de vida e de sua atuação no contexto do *street paper*. Pérola fazia parte do grupo de acolhidos/as da Comunidade da Trindade; atualmente, ela não está vivendo no espaço de acolhimento, pois tem a sua casa, conseguida, segundo ela, por meio do trabalho no jornal e pela política de habitação do governo federal ‘Minha Casa Minha Vida’. Extremamente bem articulada, Pérola, de 43 anos, relatou uma trajetória de rupturas que a mostraram como ‘uma mulher que se desencontrou e se encontrou’ na experiência de situação de rua. A sua relação com a estada nos albergues foi um dos temas de maior destaque na representação da sua condição passada.

Perpétua foi a segunda participante entrevistada. Nossa conversa, ocorrida na Igreja da Trindade, durou pouco mais de uma hora, caracterizando-se como a mais extensa do *corpus* de entrevistas, e foi um dos momentos de maior emoção entre essas interações. Perpétua tem 43 anos, e descreveu um percurso bastante detalhado de desestruturação, questionamento e superação. Sua narrativa foi baseada em uma conduta corajosa, tendo em vista o grau de exposição.. Ela foi muito solícita desde o começo, mostrando-se disposta a contribuir com o que fosse necessário. Durante a nossa interação, pude ter contato com uma representação crua da situação de rua, como registrei em seguida:

Acabo de entrevistar Perpétua. Meu Deus! Que mulher forte! A trajetória de superação dela é realmente incrível. Ela se emocionou e eu não consegui evitar que uma lágrima caísse do meu rosto. (...) É incrível como em uma hora eu pude observar que estar na rua, ir para albergues e ver-se acompanhado de gente que sofre o mesmo é uma realidade extremamente dura e doída para quem experiencia a situação de rua. Perpétua se abriu, expôs-se de uma forma que não consegui fazer nada mais do que escutá-la no seu momento de desabafo. (Nota registrada em 28 de janeiro de 2012)

Algumas vezes, eu pensava se deveria intervir, dada a questão do tempo e da centralidade dos tópicos-guia, entretanto notei que não seria correto com a disponibilidade de Perpétua cerceá-la em um momento de notada vulnerabilidade. Por fim, ela contemplou todos os temas previstos, e me marcou como pesquisador (e como pessoa, que havia ouvido a respeito das injustiças no mundo, mas que, naquele momento, ouvira diretamente de quem as sofreu e estava em um caminho de recuperação bem-sucedido).

A próxima entrevista foi com Paulina. Ela já não faz parte do jornal *Aurora da Rua*, tampouco mora na Comunidade da Trindade, desempenhando atualmente funções no MNPR.

Cora – assim como mais participantes – sugeriu que eu conversasse com Paulina devido ao peso que ela tem na história do jornal, pois esteve presente no início da publicação, quando era acolhida da Trindade. Essa entrevista aconteceu na sede do MNPR em Salvador, e, lá, em meio às muitas coisas que Paulina fazia, não houve recusa para o compartilhamento das histórias ligadas ao *street paper*. Apesar disso, a ex-vendedora não se aprofundou em aspectos pessoais – como fizeram as participantes anteriores –, limitando-se a identificar-se como ‘casada e residente em Salvador’. Paulina, de jeito extrovertido, mostrou-se uma pessoa que também via com bons olhos a interação da academia com temas sociais como a situação de rua, e inclusive deu a sua visão pessoal acerca da problemática em contextos de pesquisa acadêmica. Ela contou que sua passagem pelo *Aurora da Rua* havia sido o primeiro passo para a redescoberta de si mesma como alguém capaz de se levantar e de, por exemplo, exigir dos poderes públicos ações de mudança (o que a conduziu a atuar no MNPR).

O último participante desse grupo a ser entrevistado foi um vendedor eventual atualmente. Paulo, bem econômico em suas palavras, falou comigo também na sede do MNPR, uma vez que desempenha funções no movimento social – o que faz com que ele passe boa parte de seu tempo auxiliando em serviços naquele espaço. Ele, que fez parte do grupo de acolhidos/as da Comunidade da Trindade, mencionou a importância do *Aurora da Rua* na sua trajetória de saída da situação de rua e que, por meio dele, pôde superar preconceitos e assumir-se como alguém em situação de rua, mas com uma perspectiva de agência. Sobre a interação com Paulo, registrei o seguinte:

Ele foi bastante diplomático nas respostas, pouco esclareceu sobre a causa que o levou à rua. Não houve muitas coisas que me surpreenderam, pois ele parecia alguém ciente e tranquilo da sua posição no Movimento e na conjuntura de luta por cidadania. Sobre o Aurora..., ele comentou que as vendas eram importantes para o seu sustento e para o do Movimento, além de ser interessante para a discussão da situação de rua nas suas articulações (em universidades e outros espaços de reflexão). (Nota registrada em 2 de fevereiro de 2012)

A conversa com Paulo me fez refletir sobre a discussão da eficácia dos albergues e como são difíceis as experiências em um espaço que, em teoria, serviria de local de acolhimento e de alguma atividade construtiva. Esse ponto já havia sido abordado por Pérola (de forma menos marcada) e por Perpétua (de forma muito patente), o que me chamou bastante a atenção, comprovando para mim que a situação de rua tem implicações que englobam marcadamente as políticas de auxílio social.

EDITOR/AS E COLABORADORA

Antes de realizar as entrevistas com o idealizador do jornal, suas editoras e uma colaboradora, percebi que as histórias das pessoas com trajetória de rua tinham uma linha em comum além do trabalho no jornal: a questão do acolhimento na Comunidade da Trindade. De modo geral, o mesmo se aplica a esse segundo grupo: as pessoas que entrevistei estavam diretamente ligadas ao espaço da Trindade. A exceção era Cora, que não tinha, antes de ser editora do periódico, relação mais próxima com o espaço. Entrevistei Sued, que exerce funções organizacionais na Comunidade da Trindade e de editoria no *Aurora da Rua*; Glenda, moradora da Comunidade e fotógrafa do *Aurora da Rua*; Graciela, jornalista e editora do *street paper* desde seu início, e, finalmente, Cora, também jornalista-editora do *Aurora da Rua*.

Sendo o tópico-guia direcionado para esse grupo diferente do utilizado para as entrevistas com vendedor/as, as interações seguiram caminhos diferentes. Percebi que as atitudes eram bem menos espontâneas, por exemplo.

Conversar com Sued, o primeiro a ser entrevistado, foi um dos momentos de maior expectativa para mim, como registrei no meu diário de pesquisa:

Amanhã, conversarei com Sued, o fundador da Comunidade da Trindade e, pelo que percebi, última voz na edição do jornal. As entrevistas até aqui têm sido bem diversificadas, apesar de orbitarem nas dificuldades de superação da situação de rua, no entanto, os/as entrevistados/as têm agido de forma tão gentil – cedendo horas do seu tempo para falar de questões sensíveis – que sinto como se estabelecêssemos uma relação de cumplicidade. Não sei se acontecerá o mesmo com o peregrino Sued devido ao seu modo atencioso, mas grave de se dirigir a mim... (Nota registrada em 30 de janeiro de 2012)

As conjecturas revelaram-se parcialmente erradas. Sued, por algo mais que meia hora, manteve-se sério, contudo também se ofereceu como uma possibilidade de ajuda para a pesquisa. Ele, mesmo assim, fez-me várias perguntas antes de começarmos propriamente a entrevista: quis saber sobre minha pesquisa; quais os objetivos dela; se havia alguma perspectiva de retorno da minha parte. Quando respondi às indagações, ele, de modo mais aberto, concordou em dar início à participação nos moldes sugeridos por mim. Sued, mesmo não sendo brasileiro, expressou-se perfeitamente em português no relato da sua história. Sua trajetória se relaciona com a Igreja Católica – da qual parece retirar a base para as atividades de acolhimento na Comunidade da Trindade –, todavia, ele não representa as ações desenvolvidas como estritamente católicas. Segundo relatos de dentro da Comunidade, na França ele teve acesso a estudos teológicos e resolveu dedicar a vida a andar por vários

lugares do mundo; desse modo, o idealizador do *street paper* caracteriza-se como ‘peregrino’ e à Trindade como comunidade ‘ecumênica’. Conforme exposto na nota de campo, para mim foi uma experiência incrível, pois, com ele, eu poderia ter acesso às origens do jornal, a partir das palavras do seu idealizador. A entrevista fluiu de acordo com os tópicos sugeridos. Sued dava respostas amplas, mas não se excedia ou resvalava para temas que indicassem algo mais subjetivo – como tinha sido comum em muitos dos encontros com as pessoas com trajetória de rua.

Glenda foi uma das pessoas que primeiro me receberam na Trindade. Ela, por morar na Comunidade, várias vezes falava a mim das pessoas que ali vivem. Glenda também ajudou Cora a selecionar as pessoas que mais estavam ativas, em condições e/ou dispostas a falar em uma entrevista – pois, nos espaços da Comunidade, não era raro encontrar homens e mulheres com algum transtorno mental ou que simplesmente não gostassem de falar sobre as suas vidas. Assim, considero Glenda mais uma participante-chave no processo da investigação. No *Aurora da Rua*, ela atua como a fotógrafa oficial das matérias e, para tanto, vai a campo para registrar imagens a serem usadas nos textos do periódico. Desse modo, Glenda tem contato direto com a situação de rua, indo, muitas vezes, para locais de difícil acesso, acompanhando as repórteres-editoras Cora e Graciela. Glenda também me recebeu de modo atencioso e sempre esteve por perto nos momentos em que visitava a Comunidade da Trindade – ajudando-me, inclusive, na ocasião em que passei uma noite na Comunidade, “no papelão” (como dormem as pessoas em situação de rua), junto com os/as novos/as acolhidos/as. No momento da entrevista, Glenda, que tem sua história com a Trindade como resultado de seu afastamento do noviciado, mostrou ser mais atuante em temas da Comunidade. Sobre o momento da interação, registrei:

Eu e Glenda conversamos de modo desembaraçado. Ela deu respostas breves e a sua entrevista foi a mais rápida de todas. Glenda mora na Trindade, mas não vem de trajetória de rua. Segundo ela, a sua presença na Comunidade se deu, inicialmente, por uma busca espiritual, "pessoal". Ainda de acordo com ela, estar ali lhe traz alegria e sentido para viver. (Nota registrada em 31 de janeiro de 2012)

Dentre as entrevistas focalizadas, aquela feita com Graciela certamente mereceu destaque. Ao contrário das outras três interações, a conversa com ela assumiu contornos mais pessoais. À medida que íamos discutindo as questões levantadas no tópico-guia, Graciela ia intercalando às suas respostas momentos de vivência com a realidade da rua experienciados durante as produções de matérias para o periódico. Ela é jornalista e foi uma das primeiras a estar presente na construção do *Aurora da Rua* (a primeira profissional voluntária, aliás). Muito

mais do que oferecer informações, Graciela, no seu relato, mostrou ser uma pessoa ativa nas discussões e atividades da Comunidade da Trindade e diante da situação de rua, com uma ligação pessoal com os/as acolhidos/as. Sendo assim, nossa interação foi a de maior duração no conjunto de entrevistas desse segundo grupo. Nossa conversa aconteceu de modo bem tranquilo, acredito que devido ao fato de Graciela ter sido uma das primeiras a me localizar dentro da sistemática do *Aurora da Rua*. Suas contribuições, baseadas nos cinco anos de jornal, foram muito importantes para saber daquele espaço tão novo para mim – assim como a companhia e as caronas quando saíamos de noite da Comunidade da Trindade. Graciela, talvez pela sua proximidade com a academia, desde o início sinalizou a boa vontade de contribuir e achou bastante interessante a abordagem da ADC, expressando que a união da Linguística com questões sociais era algo necessário na atualidade. A sua história de envolvimento com o jornal está relacionada com a academia pela necessidade de realizar um trabalho de conclusão de curso. Na interação, Graciela se apresentou do seguinte modo:

sou jornalista, trabalho com população de rua desde a época da graduação, e a população de rua entrou na minha vida quando eu precisava escrever um livro-reportagem, que era o meu trabalho de conclusão de curso e eu queria muito fazer algo que, na época, eu chamava de ‘mendigos’, né; eu ainda não tinha acesso a essa nomenclatura e também tinha uma ideia diferente da qual eu tenho hoje. (Graciela, jornalista, em entrevista concedida em 31 de janeiro de 2012)

Passou por mim a mesma dúvida em relação ao tempo (a nossa interação durou quase uma hora) – como no caso de Perpétua –, mas optei por também deixar que as respostas seguissem de modo natural.

Enfim, cheguei à última entrevista. A conversa agora seria com minha principal colaboradora, Cora. Sobre o nosso encontro escrevi:

Amanhã encerrarei a primeira etapa de visita a campo com a entrevista de Cora. Fico pensando como teria sido o meu acesso à Trindade sem ela e a sua constante disponibilidade. Ela foi a pessoa com quem mais conversei e a entrevista amanhã retornará a pontos que, de uma forma ou de outra, já estiveram em nossas conversas. Espero que seja produtivo o momento. (Nota registrada em 31 de janeiro de 2012)

A entrevista com Cora correu de acordo com o que esperava. As respostas dela iam direcionadas pelas questões que eu levantava. Cora é uma jornalista que está no *Aurora* há cerca de três anos; desde então, é, dentro da atual prática do *Aurora da Rua*, a pessoa mais próxima do Sued e, junto com Graciela, quem organiza, decide e orienta questões como assinaturas, contatos entre jornal e outras instituições ou pessoas, agendamentos etc. Observei que Cora tem uma relação mais voltada para as questões práticas do jornal, porém isso não faz

com que ela se distancie dos/as habitantes da Trindade. Ela cumpre um expediente que vai até o almoço, todos os dias úteis da semana, tendo em vista sua atuação como jornalista contratada (com a carteira de trabalho assinada, inclusive) para assumir o posto de jornalista-responsável (antes ocupado por Graciela, que precisou se afastar oficialmente do cargo por motivos pessoais). A entrevista durou menos de meia hora e, nela, Cora esclareceu de forma didática aspectos relativos à construção do jornal.

Essa questão do compromisso (no que diz respeito a todos/as os/as envolvidos/as nessa etapa da pesquisa) foi algo que me chamou bastante a atenção, pois trabalhar no *Aurora da Rua* não é uma atividade fácil, dado o fato de lidar com temas delicados, conviver com pessoas diferentes e em estágios de superação de problemas graves, além de não receber apoio algum de entidades ou órgãos do governo, por exemplo. Apesar das dificuldades, os depoimentos giram em torno da questão da crença na mudança de situação, na questão do fim de um ‘momento de trevas’ e o começo de uma ‘aurora’ – metáfora recorrente nas falas dos/as entrevistados/as, que novamente delinea um vínculo com o discurso religioso (ver Capítulo 2).

3.4. CONSTRUÇÃO DOS *CORPORA*

Conforme discutido na Seção 3.1, as questões de pesquisa foram determinantes para o direcionamento apropriado das ações concernentes à investigação. Nesta seção, as questões serão relacionadas aos objetos de análise e aos métodos descritos anteriormente, também em 3.1.

Vinculado ao grupo de pesquisa 'Mobilização, direitos e cidadania: ação, representação e identificação no discurso', este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa integrado, intitulado 'Publicações em língua portuguesa sobre população em situação de rua: análise de discurso crítica', que, como explica Resende (2010), tem o objetivo de ¹⁰

investigar as cinco publicações localizadas, em língua portuguesa, voltadas para a abordagem específica da população em situação de rua. São elas: a revista *Ocas*, de São Paulo, também distribuída no Rio de Janeiro; o jornal *O Trecheiro*, de São

¹⁰ O projeto “Publicações em língua portuguesa sobre população em situação de rua: análise de discurso crítica” recebeu apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), Edital 3/2010, Processo 2010/00090-1 e foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas (CEP-IH) da Universidade de Brasília em 5 de julho de 2010. O projeto foi laureado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC), no âmbito do ‘Prêmio Jovens Investigadores’, em 2011. Participam do projeto, além de mim, a professora Viviane de Melo Resende (PPGL/UnB) e o professor Fábio Henrique Pereira (PPGJOR/UnB), e as mestrandas María del Pilar Tobar Acosta e Andreia Alves dos Santos.

Paulo; o jornal *Boca de Rua*, de Porto Alegre; o jornal *Aurora da Rua*, de Salvador; e a revista *Cais*, de Lisboa, também distribuída em diversas cidades portuguesas, a exemplo de Porto e Coimbra. (RESENDE, 2010, p. 2).

A pesquisa referente ao *street paper* soteropolitano ficou sob a minha responsabilidade, e assim se tornou meu projeto de mestrado. As discussões iniciais se deram por meio do reconhecimento da publicação, do contexto em que ela se desenvolvia e de seu *modus operandi*. Uma vez que partimos dos pressupostos teórico-metodológicos da ADC, e tendo textos da publicação como objeto de investigação, foi necessário estabelecer critérios para a seleção dos textos que comporiam o *corpus* documental da pesquisa. Decidimos que seriam consideradas as matérias de capa das últimas cinco edições publicadas em 2011, tendo em vista alguns aspectos que diferenciavam tais textos dos demais. As reportagens de capa do *Aurora da Rua* são textos que exigem efetivamente o trabalho coletivo da equipe, pois as demais editoriais se mostram mais isoladas na sua construção.¹¹ Além da assinatura ‘texto coletivo’ que as caracteriza, as matérias de capa são resultado concreto das reuniões de pauta e das oficinas de texto (momentos de compartilhamento entre pessoas em situação de rua com os/as editores/as e colaboradores/as) e notoriamente destacadas como a etapa mais importante do jornal. Percebi, assim, que o *Aurora da Rua* se caracteriza pelo conteúdo sintético de informação, tendo a matéria de capa o diferencial de ser desenvolvida em duas páginas. Nas demais oito páginas totais do periódico, as seções são distribuídas de modo que apenas as seções ‘Diversos da rua’ e ‘Brilho da Aurora’ (as quais contêm entrevistas e perfis de atores sociais com trajetória de rua, respectivamente) ocupam uma página inteira; as demais (‘Editorial’, ‘Cartas da rua’ e ‘Código de conduta’; ‘Aurora notícias’ e ‘Deus na Rua’; ‘Arte Rua’ e ‘Tirinhas da Rua’ ‘dividem’ o espaço diagramático).

O *corpus* documental compreendeu, assim, as seguintes matérias de capa do jornal *Aurora da Rua*:

Quadro 3.5 – Matérias de capa selecionadas para o *corpus* documental

Manchete	Edição e mês de publicação
“Fonte de sobrevivência”	Edição nº 24, de fevereiro/março de 2011
“Rua, o meu ambiente”	Edição nº 25, de abril/maio de 2011
“Semeadores de Auroras”	Edição nº 26, de junho/julho de 2011
“ESTOU em situação de rua”	Edição nº 27, de agosto/setembro de 2011
“As noites da rua”	Edição nº 28, de outubro/novembro de 2011

¹¹ No caso, em relação a um trabalho desenvolvido por partes do grupo; por exemplo, as jornalistas organizam e atuam nas entrevistas (‘Diversos da rua’), e as ilustrações (‘Tirinhas da Rua’) e os perfis de pessoas em situação de rua (‘Brilho da Aurora’) são realizados por colaboradores/as – com um ilustrador específico e um ator social em situação de rua, respectivamente.

Percebo que as matérias de capa da publicação de rua traziam a característica de aprofundamento de um tema, focalizando uma questão que se harmonizava com as outras seções do jornal – diferentemente daquelas que se encaixavam mais na proposta de notícia, ou seja, de cunho mais informativo. Posteriormente, constatei que as matérias de capa eram produto de *procedimentos jornalísticos investigativos* (como, por exemplo, o deslocamento até as fontes, fotografias originais etc.), o que as caracteriza como reportagens.

A distinção entre reportagem e notícia me parece interessante para entender o processo de produção da matéria de capa como aquele que demandava o maior esforço do grupo editorial – em segundo lugar vêm as entrevistas da seção ‘Brilho da Rua’. Percebo que, nas conceituações da teoria jornalística consultadas, a ideia de reportagem é de modo recorrente contraposta à de notícia, a qual é vista como “rompimento ou mudança na ocorrência normal dos fatos, pressupõe apresentação bem mais sintética e fragmentária” (LAGE, 2008, p. 113).

Os textos das matérias de capa foram o primeiro material a ser analisado com o arcabouço teórico-prático da ADC e das categorias emergentes indutivamente dos dados. Realizadas as análises do *corpus* documental, procedemos à segunda etapa do trabalho analítico, relativa ao material resultante do trabalho de campo. Após a gravação das interações em áudio, procedi às transcrições; em seguida, fiz três leituras do material registrado (uma mais superficial e duas às quais dediquei atenção especial). A primeira leitura foi para a revisão estrutural; na segunda leitura, observei os trechos que se reportavam de forma mais direta e esclarecedora à questão correspondente ao tópico lançado; na terceira leitura, fiz destaques dos trechos em cores diferentes, indicativas de cada questão. As marcações serviram para auxiliar a organização apresentada no Capítulo 5

Para encerrar este capítulo, observo que o desenho metodológico da pesquisa e sua implementação foram os maiores desafios para a investigação do protagonismo da pessoa em situação de rua no periódico *Aurora da Rua*. Posso mencionar que as dificuldades se dividiram, mormente, em dois momentos: o do desenho da pesquisa e o da implementação do que foi organizado, ou seja, a ida a campo. Explico. O primeiro momento, referente ao desenho de pesquisa, envolveu um processo (não tão tranquilo para mim) de revisão teórica, baseada nas discussões com a minha orientadora; essas primeiras interações focalizavam uma estruturação metodológica coerente que pudesse concretizar as reflexões epistemológicas. Essa triagem para o acesso aos dados necessários para a investigação das questões de pesquisa preencheu boa parte dos momentos iniciais da investigação. O segundo momento consolidou-se por dificuldades de outras naturezas, concentradas no movimento naturalmente complexo da passagem da teoria à prática. Apesar do auxílio desde o início por parte dos/as

colaboradores/as, acessar locais e situações de cunho tão pessoal e com eles/as gerar conhecimento útil socialmente sem a reprodução de uma conduta ‘extrativista’ foi, sem dúvida, uma atividade assaz complexa, mas inerente a pesquisas de atenção social.

Ciente de que, dados os objetivos da pesquisa e as estratégias para geração de dados, “os dados gerados em campo [por meio de entrevistas] serão úteis para a análise de representações da ação, da atividade material, das relações sociais, mas não para a análise da ação social em si” (RESENDE, 2008, p. 83, acréscimos meus), observo que eles assumem um aspecto complementar, mas importante para a proximidade com aspectos concretos da rede de práticas que compõem o objeto de pesquisa. Penso, assim, que ter estado no *Aurora da Rua* e, uma vez lá, ter negociado com os atores sociais partícipes do processo as estratégias criticamente discutidas, de fato contribuiu para a construção de um trabalho comprometido com a possibilidade de mudança social.

4. VOZES EM SITUAÇÃO DE RUA: ANÁLISE CRÍTICA DAS REPORTAGENS DE CAPA DO AURORA DA RUA

“Brejo da Cruz”, Chico Buarque

A situação de rua engloba uma miríade de questões bastante complexas. Em estudos e discussões acerca da problemática social, aspectos que tratam da violência e da violação sistemáticas sofridas cotidianamente pela população em situação de rua têm encontrado espaço discursivo para o (re)pensar de ações direcionadas à mudança social. O jornal *Aurora da Rua*, em suas edições, representa indivíduos que experienciam ou experienciaram a situação de rua e, por meio das vozes das pessoas representadas, aborda temas que se relacionam à vida e ao cotidiano dessa população – referida como tal devido ao grande número de pessoas nessa condição por quase todo o território brasileiro.

Neste capítulo, tratarei do primeiro *corpus* analítico, o qual é constituído pelos dados coletados no periódico *Aurora da Rua*. Desse modo, ao longo das próximas páginas, serão apresentadas análises referentes às edições 24, 25, 26, 27 e 28 do jornal, todas publicadas em 2011. Os textos correspondem ao recorte analítico referente ao *corpus* documental da investigação.

4.1. REPORTAGEM DE CAPA “FONTE DE SOBREVIVÊNCIA” [EDIÇÃO 24]

A edição de número 24 (“Fonte de sobrevivência”), publicada no bimestre fevereiro/março de 2011, trata de um elemento bastante presente no dia-a-dia de pessoas em situação de rua em Salvador: as fontes históricas instaladas em alguns bairros da capital baiana. A reportagem de capa tem como título “Fontes esquecidas” e traça paralelos peculiares entre a vida de gente identificada como ‘morador/a de rua’ e esses monumentos. O texto é iniciado, assim, de forma apresentar a atual condição das construções históricas:

- (1) Elas estão por toda parte em Salvador, mas poucos as conhecem. Um dia foram monumentos preciosos. Hoje, esquecidas, tentam sobreviver aos desgastes do tempo. São as fontes de água natural que, redescobertas por moradores de rua, tornam-se pontos de encontros para atividades cotidianas e momentos de lazer.

Desde este início do texto, podemos observar que a menção às fontes acontece de modo

especial: os chafarizes são descritos com traços humanos, como na ‘ação’ de ‘tentar sobreviver’. Assim, vemos duas ocorrências de metáfora (LAKOFF & JOHNSON, 2002) que têm o efeito de aproximar um patrimônio da história da cidade a um grupo social também parte da história (mas que não goza do mesmo prestígio), a população em situação de rua. As ocorrências metafóricas podem ser caracterizadas como a descrição, por parte do jornal, de uma ação animada desempenhada pelas fontes, no que Lakoff & Johnson (2002) chamam de personificação.

Em linhas gerais, ocorre a personificação quando entes inanimados desempenham ações, ou seja, passam a ser reconfigurados semanticamente como dotados de agência. A personificação é entendida dentro de uma classificação maior de metáfora, as classificadas como ‘ontológicas’. A metáfora ontológica opera um deslocamento de sentido no qual certas entidades passam a ser caracterizadas em termos de outras. É uma estratégia que destaca características de objetos ou entes com vistas a relacioná-los e (re)orientá-los a um contexto similar sobre o qual, de fato, deseja-se falar. As metáforas ontológicas não são simples efeitos de estilo em textos, visto que “servem a vários propósitos e as diferenças que existem entre elas refletem os diferentes fins” (LAKOFF & JOHNSON, 2002, p. 76). Desse modo, temos em ‘desgastes do tempo’ a entidade ‘tempo’ como substância – que, no caso, corrói, consome, arruína, destrói: Lakoff e Johnson (2002, p. 83) explicam que “eventos e ações são metaforicamente conceptualizados como objetos, atividades como substâncias, estados como recipientes”.

Ainda em (1), os atores sociais em situação de rua são identificados de maneira positiva. A identificação relacional – representações de identidades de atores sociais a partir das relações pessoais, de parentesco, de ocupação nas quais estão envolvidos e desenvolvem entre si (RESENDE, 2008; RAMALHO & RESENDE, 2011) – é uma importante ferramenta para a observação crítica de como estão representados atores sociais nos textos. No excerto, as fontes (caracterizadas como “monumentos preciosos”) têm o sentido positivo ativado, e as pessoas em situação de rua acabam recebendo semanticamente essa valoração, devido à ação que desempenham em relação às construções (em “redescobertas por moradores de rua, tornam-se pontos de encontros para atividades cotidianas e momentos de lazer”). Por meio dessa categoria analítica é possível observar construções discursivas diretamente ligadas a visões de mundo particulares, as quais demonstram o nível de envolvimento de produtores/as do texto com determinadas questões sociais por meio da representação que selecionam realizar; em outras palavras, podemos visualizar pontos referentes ao significado identificacional do discurso. Ramalho e Resende (2011, p. 130) argumentam que “o

significado identificacional está relacionado ao aspecto discursivo de identidades, à identificação de atores sociais em textos (...), isto é, a construção de modos particulares de identificação de atores sociais representados em textos”. Embora sejam classificadas como “monumentos preciosos”, as fontes são representadas de maneira negativa (como abandonadas), semantizando a negligência – estratégia já mencionada com o uso de metáforas –, que, logo, no texto, será combatida pela população em situação de rua. O uso do processo material ‘redescobrir’ (em “São as fontes de água natural que, redescobertas por moradores de rua...”) opera o sentido de agência por parte da população em situação de rua contra uma atitude não desejável: o de descaso em relação a importantes monumentos históricos.¹² A exaltação da importância das fontes no contexto atual é relacionada à população em situação de rua:

- (2) A rua foi inspirada em seu nome: Ladeira da Fonte. Mas quase todos desconhecem a existência da Fonte São Pedro, no bairro Campo Grande. Ela existe desde o século XIX e é responsável pela criação de uma comunidade ao seu redor. Joana, moradora de rua, ficou conhecida no local por alimentar os peixes da fonte com migalhas de pão. A presença diária dos moradores de rua cultivava laços sociais e afetivos que atribuem novos significados às fontes. “Parece que com a gente perto, ela tem força para continuar jorrando água”, destaca Alisson, que todos os dias retira a sujeira da Fonte da Preguiça. “No Carnaval é que é problema. Gente do interior vem tomar banho aqui e vira uma bagunça. Chega dá pena”, comenta. Se a sociedade negligencia a importância cultural e histórica das fontes, a luta diária da população de rua tenta resgatar os seus valores mais genuínos.

No primeiro destaque do excerto (2), podemos observar a caracterização protagonista atribuída às fontes no texto (responsável pela aglomeração de uma comunidade a seu redor, e com ‘força’ para jorrar água). A reportagem identifica Joana como uma personagem “conhecida no local por alimentar os peixes da fonte com migalhas de pão”. Vemos, com isso, uma identificação positiva da mulher, que na representação exerce agência de modo simbiótico – dada a ênfase nas descrições relacionadas às fontes soteropolitanas da reportagem. No período seguinte (“A presença diária dos moradores de rua cultivava laços sociais e afetivos...”), vemos uma subversão do desenhado pela reportagem até aqui: o trecho em destaque coloca os atores em situação de rua em relação de ativação (VAN LEEUWEN, 2008) referente à fonte, representada como beneficiária dessa ação. Em “Parece que com a gente perto, ela tem força para continuar jorrando água, destaca Alisson, que todos os dias retira a sujeira da Fonte da Preguiça”, o ator social personifica a fonte, atribuindo força ao monumento, mas essa força é consequência da presença do ator social. A presença da

¹² Em outros contextos, o processo ‘redescobrir’ poderia ser classificado como processo mental, sempre que a ênfase seja na redescoberta como cognição. No caso em análise, entretanto, a redescoberta é processo material, pois se refere a um redescobrir físico no mundo, da reutilização das fontes como estratégia de acesso à água e como local de encontro e lazer.

população em situação de rua como motivadora da ‘vida’ da fonte é modalizada pelo processo ‘parecer’. Essas escolhas para representar o grupo social em situação de rua apresentam características peculiares: aqui, mais uma vez, vemos que a voz do ator social não se coloca em evidência quando na relação com a fonte, pelo contrário, ela explica essa relação de forma proeminentemente metafórica.

No trecho “Se a sociedade negligencia a importância cultural e histórica das fontes, a luta diária da população de rua tenta resgatar os seus valores mais genuínos”, a voz da reportagem destaca positivamente a população de rua, já que, por meio de uma metáfora material de sentido contundente (‘resgatar’), situa o grupo social como verdadeiro ‘salvador’ desses monumentos linguisticamente construídos no texto como de grande importância (ainda que o processo seja modalizado com ‘tentar’). Há também que mencionar um posicionamento que opõe e diferencia os indivíduos em situação de rua ao grupo social mencionado como ‘sociedade’.

A “sociedade” é caracterizada por um processo mental incisivo e de valor negativo (‘negligenciar’), que denota conhecimento do problema e anuência relativa a sua continuidade. De qualquer forma, é de se notar que a população em situação de rua, nessa relação, é representada como à margem dessa mesma ‘sociedade’. A escolha por ‘sociedade’ pode ser explicada como um exemplo do que van Leeuwen (2008) chama de ‘associação’. Segundo o autor, essa categoria de representação “refere-se a grupos formados por atores sociais e/ou grupos de atores sociais (referidos de forma genérica ou específica) que nunca são identificados no texto” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 38). Desse modo, o item lexical é utilizado para ser o contraponto do grupo social em situação de rua, que, representado em oposição a uma (grande) parcela da população, encontra nas fontes uma espécie de símbolo de luta pela visibilidade. Por outro lado, cabe destacar que essa oposição tem por efeito colocar, na representação, a população em situação de rua fora da sociedade, e não como parte dela.

Uma analogia, então, passa a ser traçada pela voz autoral da reportagem, conforme podemos ver no próximo excerto:

- (3) Entretanto, as fontes já nasceram como um lugar marginalizado porque representava o espaço de convivência social dos escravos que buscavam água para os seus senhores. Como reflexo, hoje grande parte da população ignora a água das fontes como se o seu uso fosse destinado apenas a pessoas sem moradia ou sem água encanada. Assim, o descarte humano sofrido pela população de rua se une com o descarte social e político das fontes. Ambos lutando pela sobrevivência.

O excerto (3) inicia-se com o operador argumentativo “entretanto”, que estabelece uma relação de oposição entre todo o trecho e o que vinha sendo dito anteriormente. Ainda em

termos de coesão textual, existe uma relação semântica, promovida pela presença do grupo conjuncional ‘porque’, cuja posição opera o sentido de causa em “as fontes já nasceram como um lugar marginalizado porque representava o espaço de convivência social dos escravos que buscavam água para os seus senhores”. A união das duas orações paratáticas (unidas pelo grupo conjuncional ‘porque’) revela uma lógica explanatória, em que podemos observar uma relação elaborada de forma lógica, a qual explica a afirmação que a precede. A reportagem, dessa feita, passa a estruturar semanticamente a realidade de exclusão da população em situação de rua ao exprimir a correlação entre as fontes e o público que historicamente as frequentava – a saber, os escravos, grupo social criado, desprestigiado e excluído na história das colonizações. Então, passa-se à construção de uma espécie de metonímia social, em que as fontes são avaliadas de acordo com o público que as frequenta, e a população em situação de rua é posta ao lado das populações escravizadas no passado.

A analogia tem o efeito de aproximar o preconceito direcionado às fontes ao preconceito contra a população escravizada de outrora e a população em situação de rua do presente; a reportagem vai traçando, assim, um percurso semântico que atrela as realidades dos monumentos às da população em situação de rua, de forma explícita com o uso do conclusivo ‘Assim’ (em “Assim, o descarte humano sofrido pela população de rua se une com o descarte social e político das fontes”) e por meio da nominalização ‘descarte humano’, que classifica a população em situação de rua em sua relação com a “sociedade” evidenciada no excerto anterior (que descarta tanto as fontes quanto as pessoas). No entanto, em “hoje grande parte da população ignora a água das fontes como se o seu uso fosse destinado apenas a pessoas sem moradia ou sem água encanada”, a reportagem marca a população em situação de rua (relexicalizada como ‘pessoas sem moradia’) de modo a representá-la numa diferenciação negativa; não no sentido de protesto – como vinha fazendo até então –, mas como uma característica que não é desejável para a fonte, ou seja, a avaliação negativa das fontes em decorrência de sua associação a populações marginalizadas é tida como natural, uma vez que não é problematizada.

4.2. REPORTAGEM DE CAPA “RUA, O MEU AMBIENTE” [EDIÇÃO 25]

A edição de número 25 (de abril/maio) do jornal *Aurora da Rua* traz uma reportagem que discute o cotidiano de pessoas em situação de rua na capital baiana. Intitulado “Rua, o meu ambiente”, o texto apresenta relatos, de pessoas nessa condição, ligados a maneiras de

conviver com problemas típicos de locais de grande circulação. A reportagem também aborda o modo como atores sociais em situação de rua percebem as influências sobre o que a reportagem chama de “o seu ambiente”.

Literalmente localizando o/a leitor/a dentro da realidade das pessoas em situação de rua, o texto inicia-se com uma apresentação do espaço urbano como ‘caótico’. Toda essa parte inicial do texto materializa o pré-gênero descrição, conforme podemos observar no excerto (4):

- (4) Pessoas indo e vindo, o calor extremo, fumaça e barulho dos carros, sonorização de propagandas bombardeando o ar, lixo espalhado e calçadas maltratadas. Esse cenário de agressão diária é comum para todos. Nenhuma sociedade está imune aos desgastes ambientais.

Em (4) é recriado textualmente um cenário desagradável, que exprime uma imagem de exacerbada desorganização. A força da representação reside nas escolhas lexicais e nos processos. Em “Pessoas indo e vindo” e “sonorização de propagandas bombardeando o ar”, observamos processos materiais transformativos, que, caracterizados por um processo contínuo (gerúndio), dão o sentido de algo que se repete, uma ação frequente e, mais, ativa, simbolizada por uma metáfora de natureza ontológica (‘bombardear’). Halliday (2004, com revisão de Matthiessen) chama a atenção para o fato de que os processos materiais são característicos pelo sentido de fluxo que denotam e, nesse sentido, ele destaca que tais processos operam semanticamente a mudança de estado de determinados constituintes da oração. Com base nisso, podemos entender que se trata da representação de uma realidade em que processos acontecem modificando estados, ou seja, interferindo na constituição de determinados aspectos; no caso, as alterações são marcadas na descrição quase literária do contexto urbano. A reportagem, assim, representa o ambiente em que os atores sociais em situação de rua estão inseridos, expressando uma avaliação negativa do espaço. Podemos notar tal juízo acerca do espaço urbano em “Esse cenário de agressão é comum para todos”, que sintetiza a imagem criada e inclui o/a leitor/a em uma realidade compartilhada por “todos” (mas que na sequência do texto será associada à população em situação de rua).

A estratégia pode ter o efeito de aproximar o/a leitor/a da realidade da situação de rua pela leitura da reportagem, ao fazer a descrição de uma realidade reconhecida pelos/as cidadãos/ãs: a da confusão característica das metrópoles, esta, como aponta o jornal, “comum a todos” (mas experienciada de modo particular na heterogeneidade dos grupos sociais). Podemos ver, ainda, por meio dos itens lexicais ‘pessoas’ e ‘comum’, e do item gramatical ‘todos’, a estratégia da ‘generalização’ (VAN LEEUWEN, 2008), realizada pelo uso de

palavras gerais, isto é, inespecíficas, e pelo encerramento semântico realizado por ‘todos’. A generalização pode ser entendida, aqui, como uma estratégia de inclusão, o que está ligado ao discutido sobre a proposta de aproximação entre pessoas em situação de rua e pessoas que não passam por essa situação.

Finalmente, podem-se traçar relações semânticas entre os conjuntos de itens lexicais (a. ‘fumaça’/‘barulho [dos carros]’/ ‘sonorização [de propagandas]’ e b. ‘lixo’/ ‘calçadas’) que remetem a elementos distintos. Semanticamente, o primeiro grupo carrega traços de agente agressor que incomoda, que produz efeitos sobre outro; já o segundo é caracterizado por algo que é despejado, sobre o que se pisa e recebe a característica de ‘maltratada’. No grupo (a), temos ações tipicamente desempenhadas por objetos de representação de bens e conteúdos simbólicos (como ‘carro’ e ‘propaganda’) que não correspondem à realidade de exclusão da população em situação de rua; por outro lado, o conjunto (b) é composto de termos recorrentes em identificações relacionais ligadas à situação de rua, promovidas pela mídia tradicional. Desse modo, semanticamente, é possível interpretar que (a) se refere à intervenção do grupo social incluído no cotidiano da população em situação de rua, representada por (b), que ‘sofre’ essas intervenções em um cenário altamente metaforizado.

A reportagem segue, no mesmo parágrafo, a abordagem dos temas do ambiente urbano e da vida de pessoas em situação de rua, mas inicia o novo período com o conectivo ‘porém’, conforme podemos observar a seguir:

- (5) Porém, existe uma população que sente esses impactos de maneira mais intensa porque o espaço da rua é o seu lar, a sua casa. Essas pessoas não têm o refúgio de quatro paredes e, durante a rotina, costumam circular em diversos espaços da cidade.

Mais do que se contrapor a todo o período anterior, a continuação do texto realiza uma quebra de relação semântica que destaca o fato de que nem todos/as sofreremos da mesma forma os efeitos da sociedade de consumo na qual estamos inseridos/as. A presença do conectivo ‘porém’ estabelece relação adversativa entre dois momentos do texto, os quais operam direções semânticas distintas: embora o caos urbano seja descrito como “comum para todos” – o que pode tender para uma naturalização –, acarreta prejuízos maiores para um grupo do que para outro. O sentido adversativo, desse modo, faz com que o foco passe para a situação de rua, em um movimento controverso que discutirei a seguir. Existe (desde o primeiro excerto) a demarcação pressuposta da existência de dois mundos.

O excerto (5) mostra uma sequência de relações semânticas iniciada pelo ‘porém’ e seguida do ‘porque’, ou seja, de contraste e de causa; vemos, ainda, uma elaboração

explicitada por “a sua casa” (“porque o espaço da rua é o seu lar, a sua casa”). Fairclough (2003) sugere a relevância da análise das relações semânticas nos textos; o que, no excerto, podemos observar na medida em que o ‘porém’ abre um espaço semântico entre as ideias trazidas, com efeito de destacar o sofrimento por que passam as pessoas em situação de rua. Contudo, a reportagem adota uma postura controvertida ao trazer e, de certo modo, legitimar o discurso de diferenciação: ela naturaliza o entendimento do espaço público como ‘lar’ e ‘casa’. O excerto abre, então, uma contradição semântica que remete à discussão da classificação ‘morador de rua’, uma construção incongruente que pode ser associada a uma lógica de aparências – dado que o ‘porque’ conecta orações que ofuscam causas e agências outras (por exemplo, quem ou o que fez com que a rua seja considerada um “lar”, uma “casa”).

A utilização de recursos metafóricos (‘refúgio’ e ‘circular’) ativa modos de sentido que corroboram a asserção feita a respeito da condição dos atores sociais em situação de rua (“existe uma população que sente esses impactos de maneira mais intensa”). A primeira metáfora, pela menção a ‘refúgio’, ativa o sentido da ‘vida como conflito’, uma guerra na qual o lugar seguro, ou seja, o “refúgio” é a casa – metonimizada pela expressão ‘quatro paredes’. A metáfora de guerra está presente na reportagem de modo marcante, visto que itens lexicais característicos desse campo semântico formatam a impressão de realidade bélica, como, por exemplo, no excerto (4), os itens lexicais ‘bombardear’ e ‘agressões [diárias]’, e ‘impacto’, no excerto (5). A segunda ocorrência metafórica traz à tona o processo material de movimento ‘circular’, o qual, em si, ativa a ideia de nomadismo. A atenção relativa ao uso das metáforas permite que observemos processos que contribuem para a representação de atores e eventos sociais; no caso da reportagem, o papel representacional não desejável atribuído à situação de rua é ratificado semanticamente pela relação causal caracterizada pelo grupo pronominal ‘porque’ (que opera a naturalização de questões de desigualdade).

Por meio da relação semântica causal mencionada, observamos a presença de uma ‘lógica de aparências’. Fairclough (2003) explica que o uso de relações causais serve para dar sentidos diferenciados à representação dos eventos em textos, podendo isso se dar por meio de ‘lógica de aparências’ e ‘lógica explanatória’. Em sua tese de doutoramento, fazendo referência a Fairclough (2003), Resende (2008, pp. 156-157) discorre sobre a diferença entre essas duas interpretações de representação dos eventos sociais em textos ao afirmar que

o contraste entre a ‘lógica explanatória’ e a ‘lógica de aparências’ é que a primeira inclui uma elaboração das relações causais entre eventos, práticas e estruturas, e a

última não o faz, apenas lista determinadas ‘aparências’ relacionadas a eventos sem referência às práticas e às estruturas que conformam esses eventos.

Podemos atentar para a escolha do item lexical ‘lar’ anteposto a ‘casa’. Semanticamente, os dois termos assumem implicaturas distintas. Na visão da semântica, implicaturas são “proposições que fazem parte de um enunciado de uma sentença em um determinado contexto”, referentes à cultura (ROSSA, 2002, p. 320); assim, estabelecer que a rua é o ‘lar’ e também a ‘casa’ implica uma representação de completude. Explico: culturalmente, o primeiro item lexical implica o local com que se estabelece uma relação de afetividade (lembrando a máxima ‘uma casa não é um lar’), enquanto ‘casa’ é semanticamente relacionado ao local físico, digamos, à construção predial. A discussão sobre ‘completude’, então, refere-se ao sentido de que o espaço da rua, curiosamente, pode ser entendido como local físico e afetivo para pessoas em situação de rua. Assim, no caso do excerto em questão, o papel de ‘lar’ pode assumir um grau de forte identificação no que tange à relação da pessoa em situação de rua com o espaço onde está inserida. Mais uma vez, a naturalização é operada. Ao fazer a afirmação, a voz do jornal reproduz o discurso hegemônico que promove a ocupação da rua por pessoas como um resultado ‘natural’ e ‘inevitável’ da vida urbana, e não como uma criação social e histórica de desigualdade – o que está relacionado à estratégia de construção simbólica de operação da ideologia da naturalização, apresentada por Thompson (2002).

O processo de identificação da população em situação de rua no espaço público segue com o texto exibindo relações intertextuais. A reportagem abre espaço para mais atores sociais em situação de rua, relatando a organização que operam em seu ‘espaço de moradia’ e classificando-os como ‘habitantes da rua’:

- (6) “Sou carregador, ando muito, mas, sempre volto para cá, aqui é meu lugar, daqui ninguém me tira”, afirma esse senhor que tem sempre na sua companhia a cadela Princesa. Rodeada de papéis e tábuas, Princesa fica tranquilamente sob o viaduto. Ela é um dos cães que circulam no local, em meio aos materiais recicláveis. Tem um papel fundamental no dia-a-dia do seu dono servindo de proteção e de companhia. Ele, por sua vez, igual a todos os moradores de rua que criam animais de estimação, cuida dela de forma afetuosa, um belo exemplo de respeito pelos animais.

Vemos em (6) uma das realidades da situação de rua: a de atores sociais que afirmam estar acostumados com o cotidiano de ter a vida atrelada ao passeio público. Note-se também a identificação entre situação de rua, “cães” e “materiais recicláveis”, com ênfase na desorganização do espaço em “Rodeada de papéis e tábuas” e “em meio”, sentidos comumente ativados em textos da grande mídia. Nesse excerto, temos a articulação

intertextual da voz de Ernesto, referido no texto como Carreto. A naturalização sobre a qual venho comentando mostra um discurso ideológico em funcionamento. Aqui, podemos perceber uma espécie de narrativa em que personagens são apresentadas ao/à leitor/a: a presença da cadela Princesa contribui para dar um tom ‘familiar’ ao que é descrito (em “Princesa fica tranquilamente sob o viaduto”).

Ao homem é atribuída uma asserção bastante forte, que representa a rua como ‘o seu lugar’, isto é, ele expressa aceitação em relação à situação em que se encontra. O jornal usa a própria voz para, com modalidade epistêmica alta (em “[Ele] é *um belo* exemplo de respeito pelos animais”), fazer mais uma avaliação do ator social em situação de rua. Essa avaliação é positiva e se torna explícita devido ao qualificador ‘belo’ e à presunção valorativa ativada em ‘respeito’. Temos a autoidentificação de Carreto reconhecendo fazer parte do mundo outro chamado ‘rua’ e, por outro lado, a identificação realizada pelo jornal do ator em situação de rua de modo positivo (uma constante no texto, que à frente destaca características relacionadas à organização, limpeza e sensibilidade).

Com o próximo excerto, veremos amplificadas as relações entre pessoas em situação de rua e o passeio público:

- (7) “Durante o dia, o barulho é grande, os carros, a fumaça, mas à noite é mais tranquilo”, garante. Em um contexto de limitação, são estabelecidos mecanismos de defesa, uma cultura própria do povo da rua que serve para facilitar a vivência nas ruas.

Em (7), ainda articulando a voz de Ernesto, observamos que o jornal coletiviza as pessoas em situação de rua e as generaliza como “povo” (PARDO ABRIL, 2007; VAN LEEUWEN, 2008), marcando a divisão social que caracteriza a sua condição. A seleção lexical de “povo da rua” é significativa, pois opera a construção simbólica de unidade, de identidade, de elementos culturais em comum. Se, por um lado, isso pode ativar sentidos de luta e resistência (ACOSTA, 2012), por outro, também pode amplificar a distinção observada em (2), entre população em situação de rua e “sociedade” – o ‘povo da rua’ sendo representado como ‘outro povo’, apartado do povo brasileiro, com uma cultura paralela e um território também à parte, ainda que interno ao território nacional.

A naturalização da situação de rua abre espaço para representações que reverberam em muitos/as dos/as que estão caracterizados/as como ‘moradores de rua’, como o que podemos ver no excerto que segue:

- (8) Há pessoas que desde criança vivem na exclusão do mundo das ruas. É o caso de José Sandro, do bairro do Cabula. “Sei que a rua não é lugar para ninguém. Mas não consigo me ver em outro lugar, sem ser a rua. Porque me acostumei com esse lugar. Sei me virar, trabalhar, ganhar dinheiro, me alimentar”, argumenta. Sandro faz realmente da rua o seu habitat “natural”. E, para ele, o ato de reciclar, coletando lixo, é uma forma de retribuir o acolhimento que a rua dá. “Ela me amparou e agora eu faço o favor e a obrigação de mantê-la limpa. Nós, povo da rua, é que sabemos que vivemos na cidade pelo avesso. A gente quer escovar os dentes, fazer uma limpeza, mas não tem um lugar apropriado. Como posso cuidar do meu corpo, do meu ambiente, dessa forma?”

No excerto (8), relaciona-se o “mundo das ruas” a ‘exclusão’, a uma vida “na cidade pelo avesso”. Observamos a representação de um cidadão sobre um ambiente que, de fato, não foi feito para ‘morar’. José Sandro assume a complexidade de sua situação, iniciando uma problematização sinalizada pela asserção categórica “sei que a rua não é lugar para ninguém”, porém a seleção por um operador adversativo (“Mas não consigo me ver em outro lugar, sem ser a rua”) contrapõe a sua conclusão. A frase expressa uma modalização categórica que imprime a representação do que ele passa no seu cotidiano em um centro urbano caótico – ressaltado, desde o início, pela reportagem –, mostrando seu reconhecimento da dificuldade de viver em situação de vulnerabilidade. O processo ‘saber’ denota forte grau de comprometimento, pois, sendo do tipo mental, traz à tona a possibilidade de reflexão sobre um estado no qual o ator social em situação de rua está inserido: ele “sente, acha, quer ou percebe”, age no mundo, mostrando-se “dotado de consciência” (HALLIDAY, 2004, p. 201).

Mesmo mostrando-se agente do processo mental de base cognitiva mencionado, José Sandro reproduz o discurso de diferenciação social, anulando-se ao, semanticamente, representar-se como ‘ninguém’ – consideração explicitada pela expressão “não consigo me ver em outro lugar” (posta em funcionamento ao lado de “a rua não é lugar para ninguém”). Uma vez mais, a naturalização é construída com a relação causal (“porque me acostumei com esse lugar”). A voz do jornal utiliza o discurso indireto seguido do direto para marcar o posicionamento do ator social em situação de rua em relação ao problema, demonstrando certo distanciamento simbolizado pelas aspas em “natural” – o que pode sinalizar uma resistência da publicação à naturalização operada no discurso direto. Finalmente, no excerto observa-se a caracterização da rua como uma entidade, por meio de personificação, que atribui à relação entre o ator e o espaço um entendimento de reciprocidade. Isso provavelmente faz com que José Sandro estabeleça uma relação quase fisiológica com o ambiente da rua, um espaço de não encontro, demonstrada pelo questionamento que encerra (8).

4.3. REPORTAGEM DE CAPA “SEMEADORES DE AURORAS” [EDIÇÃO 26]

A análise a seguir trata da reportagem de capa da edição de número 26 (de junho/julho de 2011) do periódico. Intitulado “Semeadores de Auroras”, o texto traz uma aproximação entre pessoas em situação de rua e gente envolvida (leitores/as e colaboradores/as, por exemplo) com a proposta do jornal. A reportagem principal traz, assim, relatos acerca do modo como o público que consome os textos de *Aurora da Rua* é influenciado por descrições sobre a realidade da rua desde uma ótica contraposta à da mídia hegemônica. A matéria de capa detém-se em descrições que caracterizam atores sociais em situação de rua do ponto de vista cristalizado na sociedade. É o que vemos no excerto (9):

- (9) No vai-e-vem das cidades todo mundo se depara com a figura de um morador de rua. A maioria das pessoas enxerga o povo da rua com medo. Algumas os tratam com hostilidade ou, pelo contrário, piedade. Outras chegam a agredi-los ou queimá-los, como em alguns casos que são noticiados pela imprensa.

O excerto é o primeiro parágrafo da reportagem. Nele, podemos observar a representação-síntese da pessoa em situação de rua como a vemos constantemente por meio da imprensa hegemônica, e a generalização é operada em “*a figura* de um morador de rua”. O termo ‘morador de rua’ coocorre com os itens lexicais “medo”, “hostilidade” e “piedade”, assim como com processos “agredi-los” e “queimá-los”, dos quais participam apassivados por sujeição. Há, nesse início do texto, a inferência do ator social em situação de rua como ‘enxergado’, ‘tratado’, ‘agredido’, ‘queimado’; vemos, desse modo, casos de apassivação, uma vez que atores sociais – em situação de rua – são “representados como ‘sofrendo’ a ação” ou sendo o alvo dela (VAN LEEUWEN, 2008, p. 33). Notemos também a presença de processos mental (‘enxergar’), comportamental (‘tratar’) e materiais (‘agredir’ e ‘queimar’), caracterizando essa apassivação, de modo que pessoas em situação de rua participam desses processos como objeto da apreciação, do tratamento dispensado e da ação violenta imposta. Nessa representação, portanto, reconstrói-se a clivagem entre “a maioria das pessoas”, que opera ação no mundo, e “o povo da rua”, que sofre essas ações e não faz parte do grupo representado como “a maioria das pessoas”.

Em todo o excerto, é perceptível o sentido de movimento (“no vai-e-vem”), que contrasta com a representação estática do grupo em situação de rua, representado como “um ente sobre o qual recai uma ação” (PARDO ABRIL, 2007, p. 144). O uso de “povo da rua” traz uma carga semântica forte ao ativar a pressuposição de que há existência de mais de uma

espécie de cultura: o termo promove uma diferenciação sustentada no pressuposto de grupos sociais diferentes. Fairclough (2001) explica que a atenção às lexicalizações deve fazer parte da análise, dado o sentido político que elas podem assumir: lexicalizações alternativas devem ser observadas na sua significação política. Desse modo, é relevante a análise dos significados de palavra, visto que “entram em disputa dentro de lutas mais amplas” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 105).

Os atores sociais em situação de rua, no excerto, são incluídos, personalizados, sendo representados por categorização, explicada por van Leeuwen (2008, p. 40) como um processo no qual atores sociais são representados em termos de identidade única pela função (neste caso, condição) que compartilham entre si como um grupo. Não se esclarece o ator social causador dos processos realizados, já que a representação é feita por expressão e pronomes indefinidos (com, por exemplo, ‘algumas’ e ‘outras’). Ainda o termo ‘morador de rua’ (classificação) e a expressão ‘a maioria das pessoas’ (agregação) estabelecem uma coletivização, que, além de indeterminar, posiciona os atores sociais explicitamente em grupos sociais distintos. Na divisão, as ações são mencionadas sem questionamentos, apenas como dados a serem expostos.

A clivagem entre pessoas em situação de rua e outrem opera uma contraposição, sendo este segundo grupo subdividido por gradação de sua atitude (piedade, medo, hostilidade, agressão) em relação à população em situação de rua. Há o uso da estratégia discursiva da indeterminação, um modo de representação de experiências (ABRIL, 2007; RESENDE, 2008; VAN LEEUWEN, 2008). A indeterminação acaba atribuindo ao ator social (agente nos processos) não identificado uma espécie de autoridade impessoal, diante da qual o ator social em situação de rua não esboça reação.

Avançando na discussão, uma nova diferenciação é feita, dessa vez entre a imprensa hegemônica e a imprensa de rua:

- (10) Enquanto a mídia convencional traz em suas páginas o morador de rua de maneira marginalizada, os jornais de rua são publicações que vão na contramão do estabelecido. Eles se propõem a discutir e mostrar as demandas da população de rua. Além disso, proporcionam ao leitor ser partícipe de um processo de transformação social.

Em (10), é feita uma separação entre tipos de imprensa: “a mídia convencional” e a mídia cidadã (ROZENDO, 2011). Podemos observar, no trecho, a construção da identidade do jornal *Aurora da Rua* como veículo que se insere na luta para uma representação diferente daquela imposta pela mídia hegemônica e seu reforço como o jornal para uma “transformação social”. Para tanto, o jornal traz outros atores sociais ao espaço de discussão: os/as leitores/as.

O periódico representa-se, então, como uma oportunidade de acesso a esse ‘outro mundo’; assim, ao ser uma espécie de intermediador, ele traz, na reportagem de capa da edição, uma amostra de sua eficácia na mudança de concepção acerca da população em situação de rua. A matéria tem como norte a visão dos/as leitores/as a respeito da publicação, e articula espaços intertextuais que abrem espaço para a circulação de diversas vozes de pessoas que, de alguma forma, estão em contato com a produção do periódico. Vejamos o que apresenta o próximo excerto:

- (11) Ao ler o jornal os leitores descobrem um universo heterogêneo, mesclado por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição da falta absoluta de quase tudo e a desconexão com a sociedade formal. Luciana Rios é estudante de jornalismo e leitora do jornal desde 2007. “Sempre que abrimos um jornal e lemos algum relato sobre morador de rua, é no sentido ruim. As pessoas são sempre retratadas da pior forma. No entanto, se pararmos para analisar a figura do morador de rua, despojados de qualquer preconceito, podemos notar que até nos pertences que carregam há uma demarcação de personalidade”.

O excerto (11) traz o primeiro exemplo de voz de leitora. Desse ponto em diante, a matéria entremeia relatos de leitores/as com a voz do *Aurora da Rua*, introduzindo os atores sociais e esboçando comentários, algumas vezes. No trecho destacado, podemos observar certos aspectos que, como vem acontecendo, traçam a divisão de mundos (ou, no caso, um “universo heterogêneo”): o da “sociedade formal” (relexicalização para “sociedade”, como vimos no segundo excerto analisado) e o daqueles que estão em situação de rua – bipartição já sinalizada pelo próprio jornal, conforme mencionado anteriormente.

No primeiro destaque (“os leitores descobrem um universo...”), vemos a presença de um processo mental atribuído aos/as leitores/as, se entendemos ‘descoberta’ como ‘reconhecimento’. O processo “descobrir” ativa pressuposições características. Observamos no excerto o que Fairclough (2003) afirma sobre a relação entre a intertextualidade e a pressuposição. Ele explica que, assim como a acontece na intertextualidade, “as pressuposições conectam um texto a outros textos, ao ‘mundo dos textos’” e que os textos naturalmente criam pressuposições. Assim, podemos pressupor que a) já existe/existia um universo, e ‘desconhecido’, e b) esse universo era visto como homogêneo (antes da descoberta) – sendo que ambas essas pressuposições orientam para o fato de que boa parte da população desconhece a realidade da situação de rua. Desenvolve-se, então, uma relação causal que atribui ao jornal o papel de esclarecedor de um “universo” desconhecido; temos, com isso, a implicação que os/as leitores/as passam a conhecer a situação de rua no momento em que leem o *street paper*.

No segundo destaque de (11) (“da falta absoluta de quase tudo e a desconexão com a sociedade formal”), a expressão “falta absoluta de quase tudo” já exprime linguisticamente o paradoxo da questão ao posicionar, na mesma sentença, duas modalizações com tipos distintos de envolvimento. Fragmentando a sentença, temos uma modalidade do tipo epistêmica, visto que se trata de uma troca de conhecimento na qual o jornal faz uma afirmação (*peças em situação de rua* “têm em comum a condição da falta absoluta de quase tudo”). O adjetivo ‘absoluta’ como pós-modificador de ‘falta’ aprofunda o caráter da carência, conferindo alto grau de comprometimento com a verdade; em seguida, o ‘quase’ mitiga o ‘tudo’, realizando movimento epistêmico inverso.

Fairclough (2003) demonstra que para a realização dos graus de modalidade há uma série de marcadores de modalização, a qual inclui centralmente determinados grupos adverbiais, adjetivais e processos. A construção estudada no parágrafo anterior pode ser interpretada de acordo com a proposta do jornal de oferecer uma identificação diferenciada no que diz respeito à representação dos atores sociais em situação de rua, pois marcar que a eles falta absolutamente tudo seria, em outra medida, semantizá-los como grupo assaz enfraquecido, o que reforçaria o caráter vitimizante também atribuído comumente a esses atores sociais.

O trecho que trata da desconexão com a economia institucionalizada, relexicalizada como ‘sociedade formal’, reforça a clivagem que já vimos em exemplos anteriores.

Na segunda divisão do excerto (11) (“Sempre que abrimos um jornal...”), temos articulada a voz de uma leitora em discurso direto, que segue até o final do excerto. A moça reforça o que já foi trazido pelo início do texto no que diz respeito à representação das pessoas em situação de rua pela mídia hegemônica. Ela utiliza o recurso metonímico para se referir à mídia hegemônica (‘jornal’), e segue modalizando recorrentemente com o advérbio “sempre”. A jovem, com esse primeiro trecho, mostra um distanciamento e uma aparente discordância em relação à conduta de veículos de comunicação hegemônicos. De acordo com van Leeuwen (2008), temos no período em destaque um exemplo de impersonalização: ela menciona não os seres humanos que passam pelo problema social, mas “a figura do morador de rua”. Podemos analisar também essa escolha representacional como um caso de objetivação, uma vez que a problematização acontece sobre uma espécie de coletivo (estereótipo) e acerca de uma representação cristalizada (e tudo mais que ela acarreta).

No excerto seguinte, outro ator social relata suas impressões em relação ao jornal:

- (12) Para o professor de Filosofia Daniel Nascimento, morador do estado do Piauí, as notícias e as imagens do jornal o fazem recordar como, com muito pouco, é possível ainda ser feliz e

transmitir essa felicidade. “Impressiona-me o modo como as pessoas que vivem em situação de rua, mesmo que contem com histórias de abandono e sofrimento, conseguem aliar simplicidade e alegria. Também como alguns conseguem perdoar, e outros se tornam sábios”, conta.

Em (12), temos as vozes do jornal e de um leitor. A voz de Daniel Nascimento, articulada em discurso indireto e direto, ressalta qualidades do indivíduo em situação de rua, o que aponta a relevância da categoria de avaliação na análise. Como explicam Ramalho e Resende (2011, p. 119), essa categoria analítica refere-se a “apreciações ou perspectivas do locutor, mais ou menos explícitas, sobre aspectos do mundo, sobre o que considera bom ou ruim, ou o que deseja ou não”. Há, no texto, uma identificação da pessoa em situação de rua que se alia ao discurso religioso cristão, no qual a máxima humildade é valorizada como algo extremamente desejável, que destaca o aspecto abstrato da felicidade em detrimento de ações mais concretas. O ator social reforça a construção de ‘ser elevado’ atribuída à pessoa em situação de rua ao lançar mão do conectivo “mesmo” – que mitiga todo o período anteposto a ele. Tal elemento lexical abranda o fato de pessoas em situação de rua relatarem histórias de “abandono e sofrimento”, remetendo para o período que trata do fato de eles aliarem “simplicidade e alegria”, e (em, aparentemente, mais uma referência implícita ao discurso religioso) a como eles conseguem “perdoar”, atitude que os caracteriza como “sábios”.

Termos empregados na identificação (como ‘felicidade’, ‘sofrimento’, ‘simplicidade’, ‘perdão’ e ‘sábio’) modelam semanticamente o ator social em situação de rua como uma espécie ‘mártir’ – visto que tais conceitos reconstroem o discurso religioso da elevação pelo sofrimento – é o sofrimento, a capacidade de “ser feliz”, mesmo “com muito pouco”, e o perdão que “tornam sábios”.

O texto sugere também que o jornal tem a possibilidade de unir realidades aparentemente díspares (e representadas como tal em edições anteriores) com a proposta de representação conciliatória. O excerto seguinte está inserido em um conjunto de três pequenos textos destacados da matéria de capa. Intitulados ‘missão possível’, ‘raios de aurora’ e ‘união e fortaleza’, todos trazem apenas as vozes de leitores/as-colaboradores/as do *Aurora da Rua*. As vozes nas minisseções são identificadas como “leitora” – com exceção de uma leitora representada como ‘Irmã Lucinha’. Sigamos com a análise:

- (13) “Antes tinha muito medo de passar perto de pessoas jogadas nas ruas. Depois de algumas experiências e leituras, hoje tenho a capacidade, graças a Deus, de enxergar o que está além dessas pessoas: um cidadão de direitos e deveres como integrantes da sociedade. Esses irmãos vivem o fruto de uma sociedade injusta, cruel e massacradora, que só vê as pessoas pelo que elas produzem, colocando os pobres como a nossa vergonha. Mas os fracos podem mostrar a sua dignidade porque juntos somos mais fortes”. - Irmã Lucinha, leitora de Aracaju.

Em (13), é apresentado o relato de uma leitora sobre sua mudança de perspectiva em relação a pessoas em situação de rua. Os três destaques do excerto nos dão uma amostra do que esta análise buscou apresentar. No primeiro (“Antes tinha muito medo de passar perto de pessoas jogadas nas ruas”), observamos um paradoxo no relato da religiosa, que sentia “muito medo” (notemos a modalidade alta) de “pessoas jogadas nas ruas”. Atribui-se, geralmente, o verbo ‘jogar’ – no sentido de desprezar – a coisas, a objetos que não servem mais para o uso; no excerto, o elemento qualificador está relacionado a seres humanos (“pessoas jogadas nas ruas”). Assim, nesse excerto, parece que o processo ‘jogar’ cumpre função relacional – pessoas “jogadas nas ruas” são pessoas que estão, permanentemente, nas ruas. A religiosa exprime um sentimento – o medo – que se atribui semanticamente a algum agente ou a alguma forma de ação capaz de causá-lo; no entanto, ao selecionar a qualidade ‘jogados’ para se referir a pessoas em situação de rua, ela retira qualquer traço de agência desse grupo apassivado que pudesse justificar o temor em relação à sua integridade. O excerto opera um forte movimento interdiscursivo, no qual os discursos da coisificação e da criminalidade estão relacionados a atores sociais em situação de rua. Tais discursos são contraditórios e podem significar uma reprodução do discurso hegemônico da falta de humanidade atribuída à população em situação de rua.

O segundo destaque do excerto (“hoje tenho a capacidade, graças a Deus, de enxergar...”) traz uma identificação oposta à anterior, mas com o reforço do discurso religioso (“graças a Deus”). Mesmo usando um processo mental (“enxergar”), a religiosa ainda se afasta – por meio do demonstrativo “dessas” – e avalia negativamente pessoas em situação de rua, uma vez que “além” delas – ou seja, não nelas, mais para longe, fora delas – há “um cidadão de direitos e deveres como *integrantes* da sociedade”. Ela encerra o seu relato apontando a característica de fraqueza da pessoa em situação de rua (“Mas os fracos podem mostrar a sua dignidade”) e recorre à máxima “juntos somos mais fortes”. Não existe uma reflexão sobre como “os fracos podem mostrar a sua dignidade” – o que pode ter relação com a extensão limitada da minisseção –, mas sua fala é concluída com essa evasiva. Vemos, assim, que a leitora evoca mais fortemente o discurso no qual está inserida, dada a sua função social: o religioso, que assevera sermos todos iguais e, mais que isso, irmãos (termo este usado por ela). Ainda assim, em alguns momentos está implícito um distanciamento da população em situação de rua, na desconsideração do seu estado real em detrimento de uma construção futura e não completamente realizada – note-se que isso também faz parte da articulação do discurso religioso, que preconiza uma vida eterna, posterior, superior à experiência terrena. A leitora também traz na sua voz um discurso de denúncia (em “Esses

irmãos vivem o fruto de uma sociedade injusta...), que demonstra a sua percepção problematizada da realidade social e que, ao mesmo tempo, aproxima-a da população em situação de rua – cuja identificação se dá por meio de ‘irmãos’.

4.4. REPORTAGEM DE CAPA “POR QUE ESTOU NAS RUAS” [EDIÇÃO 27]

A reportagem de capa da edição de número 27 traz um título que certamente faz parte da vida dos/as que estão, de algum modo, envolvidos/as com a problemática social da situação de rua. Com a pergunta ‘Por que estou nas ruas?’, a reportagem do *Aurora da Rua* discute a questão diretamente com os/as principais atingidos/as pela condição de desabrigo e, ouvindo-os/as, apresenta aspectos que, segundo esses atores sociais, foram (ou são) cruciais para a situação de exclusão em suas vidas. O texto segue a dinâmica dos outros já discutidos: a voz do jornal atua de forma introdutória, projetando a leitura para a voz do ator social em situação de rua, que sustenta todo o texto, denotando, na produção desse jornal, uma abertura para a diferença, realizada por meio da polifonia. Na reportagem em questão, há considerações que tentam explicar os motivos de haver toda uma população sem moradia nem condições sociais nos espaços urbanos. O texto começa utilizando uma voz institucional, com o auxílio de dados estatísticos. É o que podemos ver no primeiro excerto:

- (14) São cerca de 44 mil pessoas desprovidas de lar, transformando as ruas em espaços de moradia no Brasil. Por que vivem nessa situação? É uma pergunta que se repete sem respostas definidas. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome procurou esclarecer a questão com a Pesquisa Nacional sobre a População de Rua, realizada em 2007. Segundo o relatório, os principais motivos que levam as pessoas a morar nas ruas estão relacionados a problemas de alcoolismo ou drogas (35,5%), de desemprego (29,8%) e de desavenças com parentes (29,1%). Entretanto, a população de rua é tão heterogênea que os dados, por vezes, tornam-se incapazes de traduzir a realidade complexa de quem perdeu o vínculo social e foi parar nas ruas.

O excerto por que inicio esta análise é também o primeiro parágrafo da matéria de capa. O segundo destaque de (14) (“*Segundo o relatório*”) traz dados estatísticos para corroborar conclusões obtidas em pesquisa de instituição governamental socialmente legitimada, representada no primeiro destaque em objetivação por autonomização – uma característica recorrente em textos jornalísticos. Para tratar da compreensão do fato apresentado (o do contingente de pessoas “desprovidas de lar”), a reportagem recorre à estratégia da legitimação, que se utiliza de menção a instituições ou indivíduos prestigiados socialmente. De acordo com Fairclough (2003, p. 220), “muito do trabalho de legitimação é textual”.

Assim, ao usar os dados promovidos pelo relatório do órgão federal, a reportagem aborda a realidade de representação que aproxima a população em situação de rua às estatísticas. Santos (1978) comenta a limitação que as estatísticas apresentam quando se trata do entendimento e de efetivas políticas públicas relativas à pobreza; ele destaca que dados os processos como a pobreza incluïrem “fatos essencialmente complexos – compostos portanto de variáveis múltiplas – é preciso usar com cuidado a estrutura estatística e ir além dela” (SANTOS, 1978, p. 8). Também van Leeuwen (1997) sustenta que a representação por agregação em dados estatísticos é “potencialmente ideológica, pois pode servir para regulamentar práticas e para produzir uma opinião de consenso, mesmo que se apresente como mero registro de fatos” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 73-4).

Tais representações desempenham um forte sentido reificador, visto que não se tratam os indivíduos como peculiares em suas condições sociais, mas como dados manipuláveis. A reificação também pode ser observada no uso metafórico ativado por meios de processos: ‘levar’, em “os principais motivos que *levam* as pessoas a morar nas ruas estão relacionados a problemas”, e ‘ir parar’, em “a realidade complexa de quem perdeu o vínculo social e *foi parar* nas ruas”. Ainda em referência à ocorrência desses processos, podemos observar nesse trecho um discurso contra-hegemônico, que aborda o fato de não se estar na rua por ‘vontade própria’, o comportamento vulgarmente conhecido como ‘vadiagem’ (*vide* Capítulo 2). Os processos tal como texturizados evocam semanticamente a existência de contingências que – embora não explicitadas nesse início do texto – implicam o estado de vulnerabilidade de pessoas em situação de rua.

Os dois processos materiais transformativos podem ser analisados como exemplos de metáfora do tipo ontológico, que, segundo Lakoff & Johnson (2002), serve a uma necessidade do ser humano de tentar lidar com as diversas experiências sensório-cognitivas de forma a exprimi-la racionalmente. Entretanto, no excerto, tanto ‘levar’ quanto ‘ir parar’ também expressam metáfora do tipo espacial, demarcando uma fronteira forte entre quem está em situação de rua (quem ‘foi levado’ ou ‘foi parar’ aí) e quem não está. Assim, a metáfora opera o sentido de direção e de espacialização, baseada em experiências físicas no mundo (LAKOFF & JOHNSON, 2002). No caso de ‘ir parar’, a situação de rua é relacionada a uma espécie de fim de caminho – sentido valorado como negativo, dado a expressão se encontrar na oração como relação causal, mais especificamente, de consequência dada pela ‘perda do vínculo social’.

Os exemplos de uso de metáforas demonstram o grau de complexidade concernente entendimento do problema, visto que a reportagem usa relações lógicas para a explicação de

determinada situação. A reportagem traz a voz e a maneira tipicamente hegemônicas de representação dos fatos (ou seja, por meio de dados estatísticos associados a instituição legitimada), contudo faz uma crítica a essa forma de entendimento do problema social. Tal crítica pode ser observada no trecho que se inicia por “Entretanto, a população de rua é tão heterogênea...”. O primeiro momento explícito de embate discursivo, no caso, é marcado lexicalmente pela adversativa ‘entretanto’. Existe uma relação semântica contrastiva na qual o período que antecede o trecho é questionado. Além da ativação semântica no embate entre o discurso institucional e o discurso que o problematiza, outros trechos do destaque operam essa refutação: é o caso da classificação dos dados como “incapazes de traduzir a realidade complexa”. Apesar da modalização expressa em “por vezes”, os itens lexicais ‘incapaz’ e ‘complexa’ reforçam semanticamente o questionamento (por parte da voz da reportagem) acerca da capacidade superficial de interpretação baseada em cálculos e percentuais.

Assim, a reportagem se compromete por meio de declaração que contesta a eficácia absoluta de dados estatísticos – os quais são limitados em relação à percepção clara do problema, como aponta Santos (1978, p. 7): “o aparelho estatístico é prisioneiro de uma noção geral que não está de acordo com a realidade”. A partir do ‘Entretanto’, a reportagem passa a relativizar as estatísticas para entrar efetivamente no tema da situação de rua. Para tanto, ela discute a questão voltando o foco para características mais particulares e, portanto, diferentes das generalizações criticadas. Há, assim, uma reorientação discursiva:

- (15) Os moradores de rua não nasceram das calçadas. Eles têm um nome e uma história. Mas, no decorrer de um longo processo, sua rede social se fragilizou até romper-se, chegando a viver em situação de rua.

As informações do excerto, ao mesmo tempo em que representam esse grupo social como constituído de seres humanos que “têm um nome e uma história”, posiciona politicamente a representação da pessoa em situação de rua como um/a cidadão/ã de direito. Isso nos permite observar que “as escolhas em modalidade são significantes não apenas em termos de Identificação, mas também em termos de Ação (e relações sociais da ação), e Representação” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 166). O primeiro destaque ativa uma pressuposição do tipo proposicional, visto sugerir a existência de quem considere serem as calçadas inerentes à pessoa em situação de rua, e vice-versa (a ação de ‘nascer’, no sentido de ‘brotar’, ‘vir essencialmente de algum lugar’), e de que esses indivíduos sociais são seres anônimos (ou seja, sem nome, sem história). O texto, então, começa a explorar diversas situações vividas por atores sociais em situação de rua. Há a abertura para as vozes desses atores sociais, que

apresentam opiniões sobre o problema a partir de sua própria experiência. São caracterizados pelo primeiro nome, o que confere uma visão particularizada dos relatos sobre a condição de rua. Ramalho e Resende (2011, p. 149), em consonância com van Leeuwen (2008), explicam que “os modos pelos quais atores podem ser representados em textos não estão rigorosamente relacionados a formas linguísticas, mas sim a escolhas sócio-semânticas”, ou seja, as representações nos mais diversos textos não são feitas aleatoriamente, mas sim servindo a propósitos particulares e significativos do que se deseja defender. A inclusão dos atores sociais em textos também pode dar-se pela subcategoria identificada por van Leeuwen (2008) como ‘assimilação’. É o que podemos ver no excerto que segue:

- (16) “Eu fugi de casa, depois voltei. Meu pai era muito violento. Batia todo dia em minha mãe. Isso me afetou bastante. E eu observei também que muitos irmãos estão nas ruas por causa disso. Problemas estruturais familiares afetam profundamente as pessoas. Existe um histórico familiar que é determinante”, relata Pedro, morador de rua desde os 15 anos.

Em (16), temos a voz de um ator social em situação de rua na descrição de fatos relacionados à desestruturação de certos aspectos pessoais que, no seu entendimento, associam-se à condição de rua. O primeiro trecho em destaque (“E eu observei também que muitos irmãos estão nas ruas por causa disso”) traz o termo “irmãos”, o qual reúne pontos de relevância para a interpretação das relações sociais na situação de rua. Ele transfere o sentido do indivíduo para o grupo (os “irmãos” são pessoas em situação de rua, como o próprio Pedro). Observamos aqui a categoria da assimilação, na qual atores sociais são representados como ‘grupo’. Pedro utiliza uma estratégia de representação que van Leeuwen (2008) chama de ‘coletivização’, e assume um posicionamento que não relaciona as pessoas em situação de rua a dados estatísticos – diferentemente do que acontece em (14). A coletivização é, segundo van Leeuwen, um dos tipos de manifestação da assimilação, ao lado da ‘agregação’. É a partir do excerto (16) que começam as várias referências ao problema da rua como consequência direta da desestruturação das relações familiares. Podemos perceber o discurso da família, ou da unidade familiar, perpassando todo o texto. Vejamos o excerto (17):

- (17) Silvano desabafa: “Eu era explorado pelo meu padrasto. Em casa eu era o que mais trabalhava e não ganhava nada. Um dia minha mãe me mandou vender umas peças na Lapa e não voltei mais para casa. Eu não queria estar na rua. Eu queria era ter uma família unida.”

O excerto (17) representa o caráter altamente desejável de se ter “uma família unida” em contraposição ao fato de “estar na rua”. A presença de pressuposição de valor na descrição positiva relativa à participação em um contexto familiar organizado é patente. Opera-se a

categoria analítica da avaliação, visto que os dois destaques do excerto estão relacionados de forma a expressar que ‘estar na rua’ é consequência de ‘ter uma família desunida’ ou ‘não ter uma família unida’.

Ramalho e Resende (2011, p. 119) explicam que “significados identificacionais (...) podem ser materializados em traços textuais como afirmações avaliativas, afirmações com modalidades deônticas, avaliações afetivas e presunções valorativas”. Relacionando o afirmado pelas autoras ao excerto (17), vemos a pressuposição ativando uma avaliação relativa ao discurso da família, do lar familiar, ou seja, Silvano imprime um posicionamento – no caso, favorável – em relação a esse discurso. Nesse sentido, ‘estar na rua’ adquire um caráter avaliativo negativo reforçador, pois, em contraste com a oração seguinte, se coloca como contraponto. Temos, assim, uma relação semântica causal entre orações que indica consequência. A reportagem assim caracteriza a discussão:

- (18) Os laços familiares surgem como relações fragilizadas cuja afetividade foi rompida por desavenças ou dificuldades de convívio. Os conflitos na esfera familiar despertam, em muitos, uma frustração e tristeza profunda.

Trata-se de um posicionamento da voz autoral da reportagem, que, embora modalizando com ‘em muitos’, estabelece a relação apontada. Progressivamente, o discurso da união familiar vai se consolidando na reportagem – como vemos em (18), que traz a voz do jornal reforçando a relação do rompimento familiar com as agruras vividas na rua. A mesma relação tem sido verificada em pesquisas como as de Silva (2008), que discute o cruzamento entre ruptura familiar e pobreza nas ruas.

Vejamos o excerto (19), que segue explorando essa relação:

- (19) Os conflitos, em grande parte, são decorrentes de gerações de família que cresceram enfrentando as mesmas dificuldades: pobreza, educação precária, violência, etc. Ir para as ruas, nessas circunstâncias, aparece como uma alternativa.

O destaque de (19) aponta para mais uma relação semântica causal de consequência, ainda que não demarcada na superfície da coesão. No excerto, a situação de rua é descrita como uma ‘saída’ para problemas familiares. Essa “alternativa” é representada logo após a menção a situações de valor extremamente negativo, desdobramentos do que a reportagem indica como “dificuldades”. Depois de “pobreza, educação precária, violência etc.”, o passo seguinte é a situação de rua – simbolizada pelo processo ‘ir’, que implica um sentido de deslocamento, mudança de um ponto para outro.

A reportagem – embora modalizando com “em grande parte” – ainda chama a atenção para o fato de os problemas se darem em “gerações de família”, ou seja, mais uma vez, temos um movimento semântico de continuidade, de circunstâncias diacrônicas influenciando no momento presente dos atores sociais que enfrentam a situação de rua, o que sinaliza a lógica explanatória no texto.

- (20) As ações da sociedade e do Estado sobre os moradores de rua costuma ser de cunho assistencialista, paternalista, autoritário ou de higienização social. Essas atuações não dão conta do complexo processo de reinserção no tecido social através do ambiente familiar, do trabalho formal, da habitação ou de outras esferas.

É possível observar o posicionamento da voz do jornal em relação a determinados discursos ideológicos relativos à população de rua (a saber, os discursos “assistencialista”, “paternalista”, “autoritário”, assim como o de “higienização social”). Podemos ver a diferenciação de grupos sociais englobados pelos itens lexicais ‘sociedade’, ‘Estado’ e pela lexia ‘moradores de rua’. Na divisão estabelecida, há a relação de agência desenvolvida no sentido de os dois primeiros grupos atuarem sobre o terceiro, no caso, menos prestigiado.

Nesse sentido, podemos pressupor que ações existem, mas que não são bem avaliadas pelo jornal: isso está mais nítido na oração seguinte (“Essas atuações não dão conta do complexo processo de reinserção no tecido social através do ambiente familiar, do trabalho formal, da habitação ou de outras esferas”). Ao asserir categoricamente – isto é, sem o uso de modalizações, que poderiam implicar afastamento – que as ações vinculadas aos discursos hegemônicos mencionados não são efetivas, o jornal esboça a problematização dessas medidas e de seu caráter paliativo no que diz respeito à concreta reestruturação social da população de rua.

É feita, assim, a discussão sobre a real eficácia de políticas de “reinserção no tecido social” quando não são considerados a ‘família’ e o ‘trabalho formal’, por exemplo. Observamos, destarte, que a avaliação (ativada pelo sentido positivo que a oração ganha por meio do advérbio ‘através’ (em “Essas atuações ...” – que, no sentido de ‘mediante’, alça os itens lexicais seguintes a um caráter distintivo de importância)¹³ e a modalização (ativada pelo termo ‘outras esferas’) confere força ao discurso do ‘homem ou mulher de bem’ – mais uma vez, aquele/a que tem uma família, uma casa e um trabalho. Enfim, existe no destaque a ocorrência de pressuposição proposicional no que se refere a uma possível superação dos

¹³ Uma vez que, semanticamente, os itens arrolados posteriormente se colocam como condição para a concretização da ação anterior.

problemas relacionados à situação de rua que contemple (se não estiver diretamente ligada a) o discurso da família e do (que chamo de) discurso do/a ‘cidadão/ã de bem’.

O caráter de protesto continua em (21):

- (21) Para eles, as redes de apoio, como os albergues, são úteis em determinados momentos, mas acabam por influir na permanência nas ruas. “No albergue não tem planejamento. É só comer e dormir. Não há uma profissionalização”, afirma Denivaldo.

O jornal explicita seu papel de veículo de representação da população em situação de rua, com o uso da expressão “para eles” para articular questionamento acerca da eficácia da ação das redes de apoio, as quais, segundo a reportagem, acabam contribuindo para o reforço de problemas críticos relacionados à “permanência na rua”. O excerto (21) se liga ao (20), operando uma representação baseada em construções negativas da ação dos dois grupos sociais (a sociedade incluída e o Estado) sobre a população em situação de rua; no entanto, em (21), o periódico foca o Estado para contrapor a realidade da população em situação de rua com a função obrigatória de amparo público.

Diversas pressuposições são ativadas em (21), com efeito potencial de orientar o/a leitor/a para a atenção ao nível de desigualdade existente entre os grupos sociais. Para tanto, representa o Estado como incapaz de realizar um trabalho eficaz de acompanhamento da situação de rua, sendo essa (falta de) ação pública uma das razões pressupostas para a manutenção do problema.

A voz do cidadão Denivaldo passa, então, a dialogar com o apresentado pela reportagem. No depoimento do ator social, temos três asserções de forte comprometimento com a verdade (“No albergue não tem planejamento. É só comer e dormir. Não há uma profissionalização”). Elas seguem uma ordem semântica de complementaridade, elaborando uma relação de causa-consequência-causa. Ao explicitar que, nos espaços de acolhimento à população em situação de rua, não existe planejamento, o jornal descreve, por conseguinte, a inexistência de ‘profissionalização’ – algo que seria positivo. O texto leva-nos a interpretar que, do modo que estão, os albergues não auxiliam na reinserção social, uma vez que quem ali circula, nas palavras do ator social Denivaldo, recebe assistência mínima (“comer e dormir”) e mais nada, o que dificilmente poderia atuar na superação da situação de rua. Temos, com isso, mais uma evidência da lógica explanatória no texto, a qual – legitimada pela experiência de quem de fato conhece a situação de rua – estabelece relações de causa e consequência que corroboram para um entendimento algo mais completo da problemática social.

Outros fatores são mencionados como determinantes para a situação de rua e os problemas que dela decorrem:

- (22) A droga e o álcool também são apontados pelos moradores de rua como grandes vilões que distanciam o caminho de volta à sociedade. “Quando falo da vida nas ruas passa um filme. Foram 23 anos de tristezas, alegrias e decepções. Queria dizer que não é só a droga que leva as pessoas para situação de rua. É o egoísmo, o preconceito, a dificuldade de aceitar as coisas como elas são, querer tudo fácil. E, depois que a pessoa está na rua, fica sujeito a tudo”, afirma Wellington.

No excerto (22), há uma representação metonimizada que confere à “droga” e ao “álcool” características humanas – itens lexicais caracterizados, ou melhor, avaliados negativamente, como ‘vilões’. A metonimização de parte da problemática (a dependência química) que culmina na situação de rua, de certo modo, suaviza causas prévias (que contribuíram para a condição de vulnerabilidade social). O excerto atribui agência a essas características, o que corrobora para a não especificação do que, por exemplo, teria levado (ou leva) os indivíduos em situação de rua a consumir substâncias químicas causadoras de dependência. Há também a pressuposição de que ‘há um caminho de volta à sociedade’ (em “A droga e o álcool também são apontados pelos moradores de rua como grandes vilões que distanciam o caminho de volta à sociedade”), ou seja, o jornal demonstra um posicionamento que vai de encontro às recorrentes representações fatalistas da situação de rua.

O ator social Wellington evoca características abstratas para justificar – por meio de mais uma metáfora espacial operada por ‘levar alguém para algum lugar’ (em “Queria dizer que não é só a droga que leva as pessoas para situação de rua”) – o aspecto problemático em que está a população em situação de rua. Vemos com isso uma desresponsabilização: agentes personificados e abstratos são responsabilizados pela situação de rua, porém sem ser relacionados à conjuntura que possibilitou tal desencontro social. Esses usos abstratos podem ser entendidos, inclusive, como exemplos de metáforas ontológicas. Wellington traz características que parecem unificar as pessoas, que reorganizam a ideia de ‘grupos’ – trazida no início do texto (em “É o egoísmo, o preconceito, a dificuldade de aceitar as coisas como elas são, querer tudo fácil”) – e que estabelecem uma representação fatalista da situação de rua, ativando o sentido metafórico de ‘fim da linha’. Há um espaço interpretativo aberto na ambiguidade: afirmar que o ‘egoísmo’, o ‘preconceito’, a ‘dificuldade’, o ‘querer tudo fácil’ são causas da situação de rua não esclarece se quem é egoísta, preconceituoso/a e acomodado/a é quem acaba ‘indo parar’ nas ruas, ou se essas características devem ser atribuídas a outros atores envolvidos no processo que ‘leva’ à situação de rua.

Metonímia, metáfora e personificação associam essa texturização ao tropo, que, segundo Thompson (2002), se entendido como uma estratégia típica de construção simbólica, funciona como um modo de operação ideológico pelo apagamento ou embotamento de relações de dominação (dissimulação). No tropo, são usadas figuras de linguagem a fim de não se explicitarem relações que permanecem ofuscadas. Por meio do tropo como estratégia, explica Thompson (2002, p. 96), “é possível deixar implícito o referente, sem ser expresso de maneira explícita, ou pode-se atribuir valor positivo ou negativo por associação com outra coisa”.

Em uma seção do texto intitulada “é possível”, os atores sociais são representados como conscientes do que a situação de rua representa na formação pessoal de cada realidade:

- (23) “Hoje depois que conheci a Comunidade da Trindade, o Movimento de População de Rua, o próprio Narcóticos Anônimos e outras ações afirmativas, eu estou começando a me perceber melhor e a refletir sobre a minha situação, a essência de toda essa problemática. Eu sou o que sou hoje por conta de todas as coisas que passei”, essa é a reflexão de Márcio sobre a sua atual condição. Como ele, muitos moradores de rua conseguem se enxergar diferente e, através do amor à vida e a si próprio, começam a vislumbrar um futuro melhor.

Em (23), organizações de acolhimento e luta política, relacionadas à situação de rua, são representadas positivamente por parte do ator social Márcio, e classificadas em conjunto como “ações afirmativas”. Ele estabelece uma relação temporal (ativada por ‘hoje’) que ressalta a importância do contato com essas organizações para o seu próprio entendimento pessoal, ou seja, para a sua cidadania – o tempo verbal presente contínuo, em ‘começando’, ativa o sentido de construção, de algo gradativo. Está presente no excerto a reflexividade do ator social ao se autoidentificar como resultado/consequência dos problemas por que passou.

O jornal sintetiza o expresso por Márcio com o item lexical ‘reflexão’ e, retomando a discussão levantada pelo ator social, assume posições de forte comprometimento com a verdade – pela asserção categórica em “muitos moradores de rua conseguem se enxergar diferente” e “[*muitos moradores de rua*] começam a vislumbrar um futuro melhor”. Contudo, ao mesmo tempo mantém o discurso ligado a sentimentalismo (em “muitos moradores de rua conseguem se enxergar diferente e, através do amor à vida e a si próprio, começam a vislumbrar um futuro melhor”) já observado nos excertos iniciais desta análise.

Ao modalizar com ‘muitos’ (em “muitos moradores de rua começam...”) e representar com o processo mental ‘vislumbrar’ – potencializado pelo verbo auxiliar ‘começam’ (em “[*muitos moradores de rua*] começam a vislumbrar...”) –, o jornal consoa com as vozes dos excertos (21) e (22), que defendem que algumas pessoas em situação de rua têm mais

problemas do que outras em superar a situação de precariedade em que estão inseridas e que se trata de um processo complexo.

A pressuposição ativada em (23), notadamente em “eu estou começando a me perceber melhor”, segue na direção de sugerir que para o indivíduo em situação de rua não é possível ‘ver’ claramente, pressuposto ativado também pelo uso do processo ‘vislumbrar’, que ativa a assunção e dá o sentido de visão parcial em relação a alguma coisa. A ação de se entender de maneira diferente no mundo social, semanticamente, contribui para a ideia de algum comprometimento com a etapa seguinte – a da mudança de situação (ou seja, a construção efetiva de um ‘futuro melhor’). Esse sentido é trabalhado uma vez mais no fim da reportagem, que volta a trazer a voz de Welligton:

- (24) “Eu sou uma das pessoas mais abençoadas do mundo. Não se pode esperar nada de políticos, do governo. Eles querem nos manter sempre leigos. Nós é que temos de ter atitude. Hoje, eu espero viver o momento presente. Quando estamos juntos das pessoas que a gente gosta, ficamos bem”, finaliza Welligton.

Em (24), observamos que Welligton não expressa uma visão assistencialista da sua situação; apresenta-se como indivíduo ciente de que a situação de rua também passa pela agência do ator social. Por meio do ‘nós’ (em “nós é que temos de ter atitude”), o ator social parece envolver-se fortemente com um discurso contestador de iniciativa e de confronto em relação aos políticos – que, segundo ele, não estão interessados em promover a conscientização da situação de rua. Ao formular afirmações que envolvem marcadores de modalização de alto comprometimento com a verdade, como ‘nada’ (em “Não se pode esperar nada de políticos, do governo”) e ‘sempre’ (em “Eles querem nos manter sempre leigos”), o ator social apresenta uma identidade de resistência, que, como explica Castells (2002, p. 24), “é criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim trincheiras de resistência”.

Outros traços linguísticos denunciam o Estado, relexicalizado por ‘políticos’ e ‘governo’. O trecho em que tais itens lexicais ocorrem mostra uma reflexão feita pelo ator social, visto que as iniciativas oficiais têm por obrigação agir de modo efetivo com relação ao problema vivido por pessoas como ele. A expressão seguinte (“Eles querem nos manter sempre leigos”) tem em ‘leigos’ um forte traço de reflexão acerca da realidade da situação de rua, visto que o item lexical, no caso, tem a ver com preservar ignorância frente ao assunto – ou seja, a naturalização da questão social. O pensamento do ator social é encerrado pela afirmação de resistência (“Nós é que temos de ter atitude”), na qual Welligton assume uma posição de contestação e conclamação ao evocar a agência no sentido de problematizar a

situação para realizar as mudanças que o Estado não promove. Fica estabelecida (desde a menção a ‘políticos’ e ‘governo’) uma relação semântica que transfere para outro âmbito, além do da desestruturação familiar, a causa pela situação de rua.

A influência do discurso da ruptura familiar ainda pode ser observada no próximo excerto:

- (25) As pessoas têm mania de dizer que todo mundo que está em situação de rua é por causa da dependência química. É mentira. Eu fiquei em situação de rua porque a minha família se desestruturou. - Lúcia Pereira

A quase totalidade dos excertos atribui a causa da condição de rua ao rompimento dos laços familiares. O discurso da ruptura familiar vem atrelado ao discurso da afetividade. A reportagem abre espaço para vozes que não esclarecem que ‘dificuldades de convívio’ são as que fizeram com que seres humanos fossem relegados – ou se relegassem – a uma posição tão subalterna no espaço urbano. Outro ponto, ainda mencionado no excerto (25), diz respeito ao papel das drogas para a situação de rua, mas aqui nega-se com clareza (“É mentira”) o vínculo forte entre situação de rua e drogadição como causa, além de se denunciar a presença forte desse discurso na interpretação da situação de rua (“As pessoas têm mania de dizer”). Conforme visto em (22), trata-se de uma realidade tão complexa que se torna complexo também descrevê-la. Sobre a forte presença do discurso da família, podemos observar muitas relações causais, que ora pendem para a responsabilização de uma desestabilização familiar, ora pendem para a falta de amor:

- (26) Quando uma pessoa encontra um lugar no qual ela possa usufruir de uma acolhida de amor ela consegue mudar. Muitos não acreditam em si próprios, mas através da insistência e do amor a gente consegue mudar. – Vicente

Assim como acontece em (26), diversos momentos da análise apontaram para a falta de amor ao próximo e si mesmo/a como uma das causas para a situação de rua (notadamente, o excerto (22), em que se apontou o espaço interpretativo da ambiguidade). Esse discurso chama atenção pela similaridade com o discurso religioso, que prega, além do chamado ‘amor ao próximo’, uma família consolidada. Ambos os discursos, que participam da representação em (22) e (26), têm como uma de suas características mais marcantes a atribuição de culpa como expiação de pecados, ou seja, não é estimulada a problematização das causas estruturais, aquelas concretas, que contribuíram para o resultado-problema.

4.5. REPORTAGEM DE CAPA ‘SOB O MANTO DA NOITE’ [EDIÇÃO 28]

As dificuldades da situação de rua se intensificam no período da noite. A edição 28 (de outubro/ novembro de 2011) do *Aurora da Rua* trouxe como reportagem de capa a situação de pessoas que enfrentam ou enfrentaram a condição de rua e o cotidiano noturno desses indivíduos. Intitulado “Sob o manto da noite”, o texto traz as vozes de atores sociais descrevendo como é a noite para aqueles/as que não têm proteção alguma, pois o espaço onde estão é o passeio público, aberto e de inquestionável insegurança. A matéria trata de como a noite desperta sensações peculiares: a população em situação de rua, mais do que as estatísticas podem demonstrar, sabem pelo cotidiano que enfrentam das adversidades decorrentes de passar longos períodos nos espaços de circulação. O foco é a noite e as suas diversas interpretações de acordo com os indivíduos em situação de rua:

- (27) Quem mora nas ruas sofre com a falta de quase tudo, além de estar muito exposto à violência. Esse temor da violência é acentuado quando a noite cai. Sob o manto escuro da noite, se misturam silêncio e barulho de carros. Solidão e partilha. Calor e frio.

A noite é apresentada como uma espécie de campo fértil para os problemas da situação de rua. O destaque de (27) nos dá uma amostra da representação da noite e retoma a modalização já observada em (11) (com “falta de quase tudo”). A informação relativa à violência sofrida pela população de rua é projetada a um grau maior de destaque no período seguinte, e é atrelada à noite, estabelecendo uma relação de alta proximidade (um exemplo de avaliação negativa). É quando o fenômeno natural acaba sendo ressemantizado, adquirindo o papel principal na representação textual.

Podemos observar, ainda no primeiro destaque do excerto, uma relação temporal (ativada pelo grupo conjuncional iniciado com ‘quando’) que ilustra o aspecto negativo relacionado à noite. Os períodos seguintes apresentam uma construção lírica com intenso apelo estilístico (como em “sob o manto escuro da noite”), cuja ocorrência remete à metaforização da noite. Essa construção reflete o destaque que será dado à noite por todo o texto. Segundo a reportagem:

- (28) Para alguns moradores de rua, permanecer de noite em grupo é mais vantajoso. Esquenta e acolhe. Parece ser mais seguro. Para esses, o céu escuro pode revelar faces dóceis com um rastro de humanidade, de solidariedade e de companheirismo. Há uma cumplicidade entre os que sofrem da mesma dor e estão expostos à mesma vulnerabilidade. Para outros, não adianta ter um grupo. O escuro céu pode revelar faces ameaçadoras, traiçoeiras. Há sombras e muito medo. As características ambíguas da noite estão presentes nas falas dos moradores de rua.

Em (28), há a atribuição à noite de uma característica mais concreta: a sua relação com a proximidade que se dá entre atores sociais em situação de rua. A reportagem modaliza a informação trazida no excerto, a saber, a da noite como aspecto positivo nas dificuldades da situação de rua. Os primeiros destaques (“Para alguns moradores...” e “Parece ser mais seguro”) apresentam dois exemplos de modalidade epistêmica (de baixa afinidade) por meio do grupo pronominal ‘alguns’ e do processo relacional ‘parece’. Esses elementos operam de maneiras distintas o afastamento da reportagem em relação à afirmação de que é “mais vantajoso” ou “mais seguro” estar em grupo quando é noite nas ruas. Há, assim, o uso das estratégias de mitigação e de distanciamento, visto que o sentido de verdade do que é posto pelo texto é representado de forma enfraquecida (RESENDE, 2008). O elemento lexical de indeterminação “alguns” funciona nas estruturas textual e semântica, desse modo, vemos uma expressão de opinião, sendo esta não aplicável a todos.

Temos no segundo destaque (em “Parece ser mais seguro”), caracterizado pelo uso do processo ‘parecer’, o que Halliday (2004) classifica como ‘oração relacional atributiva’, que tem “potencial para construir as relações abstratas de membros de uma classe” (FUZER & CABRAL, 2010, p. 71). É um reforço de que o expressado em (28) não foi formulado pelo jornal. Ele, então, contrapõe duas maneiras de interpretação do papel da noite na situação de rua, de aspectos positivo e negativo. A primeira representação (“o céu escuro pode revelar faces dóceis com um rastro de humanidade, de solidariedade e de companheirismo. Há uma cumplicidade entre os que sofrem da mesma dor e estão expostos à mesma vulnerabilidade”) é construída semanticamente de forma positiva, por itens lexicais que denotam avaliação positiva – como ‘faces dóceis’, ‘humanidade’, ‘solidariedade’, ‘companheirismo’ e ‘cumplicidade’ –, em contraste com uma ocorrência de elemento semântico de avaliação negativa: ‘vulnerabilidade’. O peso desse maior número de elementos lexicais de cunho positivo dá o tom da noite que não é vista por ‘outros’ do mesmo modo que alguém em situação de rua.

Na segunda representação (“O escuro céu pode revelar faces ameaçadoras, traiçoeiras. Há sombras e muito medo”), estão descritas características opostas e de carga semântica negativa, atribuindo um caráter tão paradoxal quanto o observado na utilização de antíteses comentada em excertos anteriores. Assim, os elementos ‘faces ameaçadoras, traiçoeiras’ (esta em clara oposição à primeira representação positiva: ‘faces dóceis’), ‘sombras’ e ‘medo’ apresentam um discurso que confronta a eufemização (THOMPSON, 2002) na representação anterior da noite.

Assim, acontece, na tessitura textual, a visão antagônica da noite por atores sociais em situação de rua, por meio de figuras de linguagem e estilo, que, como define a reportagem, fazem da noite uma entidade de característica “ambígua”. A simbolização reflete modos diferentes e antagônicos de representar a noite nas ruas. Podemos observar, também, a presença de uma modalidade epistêmica subjetivamente marcada (FAIRCLOUGH, 2003), que utiliza a voz de outrem para formular asserções; ela é ativada por ocorrências atreladas ao grupo preposicional ‘para’:

Quadro 4.1 – perspectivas antagônicas da noite nas ruas no excerto (28)

NOITE E “MORADORES DE RUA”		
Visão positiva		Visão negativa
Para alguns moradores de rua	×	“Para outros...” [faces ameaçadoras, traiçoeiras. Há sombras e muito medo]
“Para esses...” [faces dóceis com um rastro de humanidade, de solidariedade e de companheirismo; (...) cumplicidade]		

Há, assim, uma divisão entre os que valoram positiva ou negativamente a noite. Os que têm uma posição favorável à noite são identificados por uma aparente harmonia. As duas representações são construídas por meio de itens lexicais – que os distinguem e mantêm em cada grupo a coesão. Do excerto (28) em diante, a reportagem se aprofunda nas duas representações concorrentes sintetizadas no excerto. Para tanto, ela divide o texto em dois grandes blocos temáticos que discutem as construções positivas e negativas da situação de rua à noite, intitulados “Violência e adversidades” e “Partilhas”. Na primeira seção – como já sugere o título –, são abordados os aspectos mais críticos. Vejamos:

- (29) “Rua não é lugar de viver, não. A noite, então, é pior. É de noite que as coisas ruins sempre acontecem”, diz André. Esse sentimento permeia o pensamento da maioria das pessoas em situação de rua. “Muito medo, tensão e violência. Na noite acontecem coisas que ninguém imagina. Coisas sinistras”, afirma Denivaldo, hoje acolhido em uma comunidade.

O ator social André realiza uma representação da noite, segundo o seu relato, como o momento de maior vulnerabilidade. O grande número de asserções categóricas organiza a voz do ator social no sentido de explicitar o alto comprometimento com a verdade. Assim, vemos que ele não modaliza as frases que descrevem a realidade por que passa, promovendo o reforço da primeira asserção (“rua não é lugar de viver, não”) pela dupla negação. A noite entra, então, para reforçar a sua insatisfação. Temos em “a noite, então, é pior” um exemplo de oração relacional atributiva, que funciona como um recurso para caracterizar entidades e

para avaliá-las por meio de atribuições valorativas (HALLIDAY, 2004). As orações funcionam como recurso de representação do mundo que utiliza a estratégia de avaliação explícita. Fairclough (2003) explica que declarações valorativas – caracterizadas, como no exemplo do excerto, por adjetivos – denotam sentidos do que é desejável ou não.

O ator social Denivaldo representa abstratamente a questão da noite; a sua primeira inserção no texto (“Muito medo, tensão e violência”) monta uma construção altamente não desejável composta apenas por grupos nominais de carga semântica negativa, intensificadas pelo grupo adverbial ‘muito’. Mesmo sem ativar processos, o ator social representa o mundo relativo à sua realidade de maneira contundente. Ele segue desenvolvendo um pensamento com alto grau de envolvimento (em “Na noite acontecem coisas que ninguém imagina. Coisas sinistras”), no entanto observamos que uma característica se repete na voz do ator social: assim como faz André, Denivaldo usa termos – ‘coisas’ e ‘ninguém’ – que promovem um sentido de indefinição. Ambos os atores não especificam que coisas são essas, atribuindo a elas as qualidades de ‘ruins’ e ‘sinistras’. Denivaldo termina sua participação na reportagem relexicalizando “coisas que ninguém imagina” como “Coisas sinistras”.

As constantes agressões a que é sujeitada a população em situação de rua geram momentos dolorosos, os quais, dada a complexidade, podem ser expressos na linguagem por meio de certas modalidades de representação; desse modo, a representação pode ser mais ou menos explícita. Como aponta Resende (2008), em sua investigação sobre a representação da crise do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Distrito Federal, “a indeterminação é uma dentre as diversas escolhas possíveis para se representar a experiência” (RESENDE, 2008, p. 162). Podemos refletir sobre a questão tendo em vista a nova realidade do ator social Denivaldo. Ele, então acolhido em uma comunidade – ou seja, não mais, em teoria, experienciando a situação de rua diretamente na rua¹⁴ –, escolhe representar um tempo que não lhe traz boas recordações por meio de construções semânticas abrangentes e pouco determinadas, opção representacional também selecionada por André.

Indo adiante, podemos observar mais uma instância de representação da situação de rua à noite, ainda relacionada à violência e ao temor que causa:

¹⁴ A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, publicada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2008, caracteriza como pessoas em situação de rua aquelas “vivendo em calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas)” (BRASIL, 2008, p. 6). Desse modo, embora Denivaldo já não viva nas ruas, por estar acolhido em instituição, ainda assim ele permanece em situação de rua, de acordo com essa classificação.

- (30) Para Fernando, cada dia que amanhece é uma vitória. “Você não sabe o que vai passar a noite com você. Você dorme com a morte perto de você e não vê. Aí só Deus mesmo que está ali para te proteger. O homem para fazer uma covardia com você não custa nada”.

Em (30), temos a voz do ator social Fernando, que constrói uma representação comum aos excertos anteriores e, por meio dela, podemos ver como o próprio ator social se representa. Há no excerto exemplos de indeterminação no sentido do afastamento operado pelo uso de ‘você’ para referência à própria experiência. Resende (2008) também analisa a estratégia do uso do ‘você’ na representação de experiências dolorosas, no que ela descreve como ‘outrificação da experiência’. A autora explica que a “‘outrificação’ da própria experiência pode ser interpretada como uma forma inconsciente de distanciamento dessa experiência representada como dolorosa” (RESENDE, 2008, p. 189). Desse modo, podemos refletir sobre a recorrência do recurso pronominal, que demonstra discursivamente o desconforto da situação.

Os processos selecionados para designar as ações do ator social em situação de rua na voz de Fernando operam um sentido de anulação frente à realidade. Na primeira oração relacionada a ‘você’, temos um processo mental do tipo cognitivo que é neutralizado pelo grupo adverbial ‘não’ (em “você não sabe o que vai passar a noite com você”). O segundo processo relacionado ao pronome de segunda pessoa (em “Você dorme com a morte perto de você e não vê”) é do tipo comportamental, que implica agência fisiológica, mas não agência no mundo, não implica uma atitude combativa, por exemplo. No mesmo trecho, o pronome elíptico é associado a processo mental (“e não vê”/ ‘não percebe’). Todos os casos denotam uma autoidentificação apassivada, que é reforçada pelas orações seguintes, ainda recorrendo a pronomes de segunda pessoa (“Aí só Deus mesmo que está ali para *te* proteger” e “O homem para fazer uma covardia *com você* não custa nada”) em estruturas de apassivação por beneficiamento e por sujeição, respectivamente.

Essas duas orações, que fecham a contribuição de Fernando, apresentam características peculiares que adicionam sentido a todo o excerto. Temos, mais uma vez, um item lexical operando a indeterminação: ao usar ‘homem’, Fernando generaliza, por meio de uma pró-forma nominal que se refere a agressores em potencial, a todo e qualquer “homem”. Nesse sentido, há o apagamento dos agentes; ao usar da indeterminação, Fernando “anonimiza um ator social” (VAN LEEUVEN, 2008, p. 40). Ainda no jogo entre as duas orações, Fernando contrapõe a violência representada ao discurso religioso, que atribui a Deus o poder de protegê-lo (ou, na verdade, de “te proteger”). Com isso, a agência e o potencial de mudança da realidade é transferido para uma força extraterrena, na qual ele – ou qualquer pessoa em situação de rua – ‘deve confiar’.

Cabe lembrar que Fernando já havia utilizado o recurso da indeterminação ao mencionar que dormia com “a morte perto”. Esse embotamento discursivo assume aspectos de personificação e de metonímia. A personificação acontece quando a entidade ‘morte’ é caracterizada como algo que ‘dorme’, ou seja, que desempenha um comportamento atribuído também a seres humanos. As formas de personificação são extensões de metáforas ontológicas, que permitem “dar sentido a fenômenos do mundo em termos humanos” (LAKOFF & JOHNSON, 2002, p. 88). Podemos analisar a representação de morte como metonímica se levarmos em consideração a definição de Lakoff e Johnson, que entendem a metonímia nos casos em que “estamos usando uma entidade para nos referirmos a outra relacionada a ela” (LAKOFF & JOHNSON, 2002, p. 92).

Em (30), o item lexical ‘morte’ assume o papel da violência – esta realizada por seres humanos –, e, tendo em vista que o falecimento pode acontecer como uma das consequências de atos violentos, o item abarca esse número de sentidos. Tal ideia (a do “homem” causando a violência e semantizado em ‘morte’) é marcada na última parte do excerto, quando o ator social Fernando menciona “o homem para fazer uma covardia (...) não custa nada”. Além disso, a presença do item lexical ‘homem’ estabelece uma oposição discursiva em relação a “só Deus mesmo que está ali para te proteger”, uma ocorrência da interdiscursividade, caracterizada por representações particulares do mundo, baseadas em visões subjetivas realizadas por seleções e traços operados na (e pela) linguagem.

Destacam Ramalho e Resende (2011, p. 170) que “o mais evidente desses traços distintivos [de interdiscursividade] é o vocabulário, pois diferentes discursos ‘lexicalizam’ o mundo de maneiras diferentes”. No caso do trecho do excerto, vemos a promoção do discurso religioso, que apaga a agência do ator social. É um exemplo de apassivação, em que a agência é atribuída a uma entidade não concreta e não terrena. Assim, temos que o excerto (30), articulando a voz de Fernando, é marcado sobretudo pela indeterminação: a indeterminação da fonte da experiência se opera pelo recurso de distanciamento no uso de pronomes de segunda pessoa, e a indeterminação de agentes de violência realiza-se no uso de palavra geral (“homem”) e da metáfora (personificação, metonímia) com “morte”.

Algumas das características apontadas anteriormente encontram eco na continuação do texto. Nos excertos seguintes, ao contrário dos anteriores, as vozes se orientam no sentido de ressaltar aspectos positivos em relação à situação de rua na noite. Vejamos o excerto (31):

- (31) Se para alguns o que prevalece quando anoitece é a sensação de medo e tristeza, para outros os laços de amizade vencem o sentimento ruim produzido pelas coisas negativas da rua. “As amizades sempre ajudam. Um apoia o outro. Quando fui para as ruas fiquei morrendo de medo

da noite. Dormi de dia. Mas aí conheci uma turma, fiz amigos e fiquei no grupo, me senti mais seguro”, conta Denivaldo. Há um momento de comunhão, de preocupação com o bem-estar do outro mesmo em face de tanta dificuldade.

No excerto, vemos a representação da noite relacionada à superação de dificuldades por meio do discurso da união. A noite ainda é avaliada negativamente, posto que segue englobando metonimicamente a (situação de) rua, mas, ao mesmo tempo, é usada para projetar a consolidação de laços afetivos. O ator social Denivaldo elabora, então, uma declaração assertiva (“as amizades sempre ajudam”), na qual ocorre o marcador de modalização ‘sempre’.

Em “Quando fui para as ruas fiquei morrendo de medo da noite. Dormi de dia.”, há uma relação semântica causal, não marcada na superfície coesiva, entre as orações; mas essa relação é neutralizada pelo conteúdo da oração seguinte – a de conhecer “uma turma”, fazer amigos e se inserir em um grupo, orações nucleadas por processos não materiais (‘conhecer’ uma turma, ‘fazer’ amigos, ‘ficar’ no grupo, ‘sentir-se’ seguro). Os processos aí justapostos orbitam a experiência do (re)conhecimento e da comunidade. O período inteiro denota uma mudança acional, se comparado à oração que abre o período ora analisado: em “Quando fui para as ruas...”, existe uma agência orientada para uma situação negativa; já no conjunto oracional desenvolvido a partir do ‘mas’, podemos observar processos que reconfiguram a representação de Denivaldo.

No último trecho destacado do excerto (31), retomada a voz autoral do jornal (“Há um momento de comunhão, de preocupação com o bem-estar do outro mesmo em face de tanta dificuldade”), os itens que se destacam são ‘comunhão’ e ‘preocupação com o bem-estar do outro’. Eles podem ser observados como ativando mais uma vez o discurso religioso. Como visto em (30), aqui ele também aparece, mas diferente daquele excerto. Em (31), os itens lexicais são termos recorrentes na ordem do discurso religiosa e remetem ao preceito cristão de ‘amor ao próximo’. Vemos, assim, que a diferença é construída devido ao fato de que o sagrado, em (30), é assumido como proteção sobrenatural, enquanto em (31) o que está em jogo é a união entre indivíduos que experienciam uma condição de vulnerabilidade comum, subentendendo agência concreta no mundo que possa garantir, ainda que provisoriamente, o “bem-estar do outro”.

A seguir, observaremos novamente a preponderância desse discurso recorrente na reportagem:

- (32) Semelhante a Marcos, Fernando afirma de maneira enfática que a força que ainda move a sua vida é a fé. “Teve um tempo que tinha perdido a esperança. Converso com Deus todos os dias.

Creio que preciso dele para ser libertado. Mesmo diante de tanto sofrimento e angústia, que se acentua com a chegada da noite, sinto que Deus ainda não desistiu de mim”. Ele se emociona quando fala dos filhos que não vê há muito tempo. “Gostaria de ter mais tempo com eles. Mas tenho consciência que não desse jeito que estou hoje. Preciso me libertar dessa eterna noite que se instalou na minha vida”, avalia.

O excerto (32) articula novamente a voz de Fernando. Ele estabelece nova ligação com o discurso religioso ao fazer menção a termos característicos dessa ordem de discurso. Antes de partirmos para a análise da articulação da voz de Fernando propriamente dita, observemos a primeira frase destacada (“Fernando afirma de maneira enfática que a força que ainda move a sua vida é a fé”). Há uma interpretação por parte da reportagem sobre a declaração do ator social, que virá em seguida, orientando a leitura.

Nesse primeiro destaque, podemos analisar dois elementos que operam sentidos conformes com a projeção do discurso religioso: o elemento qualificador ‘enfática’ e o item conjuncional ‘ainda’. Ao expressar que a afirmação se dá “de maneira enfática”, a reportagem reforça de antemão o que virá em seguida, indicando que não haveria espaço para dúvidas, o que contrasta, já na voz de Fernando, pela justaposição de orações que se pautam na abstração em seus núcleos de sentido (‘perder a esperança’; ‘precisar ser libertado’; ‘sentimentos de sofrimento e angústia’ etc.). De fato, as orações mencionadas estão orientadas por uma representação de desamparo, que segue no sentido de um encontro com o discurso religioso, contudo expressas principalmente por indeterminação, uma constante no depoimento de Fernando.

Isso ocorre em passagens como “Teve um tempo que tinha perdido a esperança”, que mostram uma construção que, de acordo com Resende (2008, p. 162), “por um lado torna os fatos incertos e por outro mitiga sua importância”, ou seja, não se sabe quando e em relação a quê ele perdeu a esperança. A representação se configura, na voz de Fernando, como uma espécie de comentário que antecipa a articulação de suas ações não concretas, como a conversa espiritual com o intuito de ‘libertação’. A ‘libertação’ encontra uma explicação que não traz em primeiro plano nenhuma agência humana, sendo que a única ocorrência semântica humana é dada em “de mim”, cuja função oblíqua implica não a agência, mas o beneficiamento por alguma ação alheia, atribuída nesse caso à divindade. Podemos observar, no exemplo do excerto (32), o que Pardo Abril (2007) explica sobre representações nas quais ocorre o mínimo ou a inexistência de características humanas no papel de agência. Ela elabora conceitos relativos a esse tipo de estratégia, a qual tem relação com a impersonalização: “ocorre por abstração (...), por meio do emprego de um traço como substituto do ator” (PARDO ABRIL, 2007, p. 145).

As duas ocorrências de ‘ainda’ (em “Fernando afirma de maneira enfática que a força que ainda move a sua vida é a fé” e “sinto que Deus ainda não desistiu de mim”) trazem à tona uma questão: a de que Fernando vê como alternativa a religião/fé frente a sua aparente desmotivação de se ver como agente (“preciso dele para ser libertado”). Assim, ele transfere para uma entidade superior o poder de agência, construindo sua representação calcada em elaborações metafóricas. As ocorrências de ‘ainda’, desse modo, ativam pressuposições proposicionais de que – no caso da primeira ocorrência do ‘ainda’ – existem outras forças, mas que não se mostram mais capazes de ‘mover a vida’ de forma efetiva como a da fé, e – no caso da segunda ocorrência – de que Deus desiste de algumas pessoas (que, provavelmente, não se pautam (ou pautaram) pelo ‘caminho da fé’, aquele que ‘salva’).

O trecho final da voz de Fernando retoma a questão da libertação, e, em movimento circular, o ator social relaciona seus problemas à noite, aqui, mais uma vez, semantizada de modo negativo, relativo ao mal e à confusão. Dessa vez, entretanto, a noite já não se refere ao período noturno, mas é metáfora que indica um ‘estado’ de Fernando, associado, pressupõe-se, a sua desesperança e a sua situação. A escolha pelo processo material ‘instalar’ denota algo que já é ou passa a ser parte de alguma coisa; assim, Fernando se constrói como hospedeiro de uma espécie de maldição simbolizada pela noite. Por meio desse recurso de utilização do tropo – “uso figurado da linguagem” (Thompson, 2002, p. 95) –, identificamos, então, obscurecimento que caracteriza o modo ideológico da dissimulação.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A análise documental, primeira etapa de investigação analítica desta pesquisa, possibilitou a observação de como se dá a representação da situação de rua e a (auto)identificação de pessoas nessa situação nas páginas do *Aurora da Rua*. Cada edição trouxe, em sua reportagem de capa, uma representação peculiar da situação de rua em formato temático, e, por meio das categorias analíticas empregadas, foi possível mapear pontos importantes para o esclarecimento das questões levantadas no desenho da pesquisa (Cf. Capítulo 3).

De modo geral, ficou patente que os relatos se inserem em instâncias diversas de relações sociais; desse modo, as diferentes vozes reproduzidas pelo jornal mostraram facetas similares em relação à situação de rua: um espaço fundamentalmente negativo. Já o periódico oscilou em diversas oportunidades de realizar representações e identificações de cunho mais crítico, mas mostrou-se como um espaço para a circulação de vozes diversas acerca da

situação de rua. Isso demonstra abertura para representações alternativas de um espaço tido como indesejável e formado por gente classificada como estando no fim das possibilidades de cidadania, e que de fato encontra muitos obstáculos para acessar seus direitos.

Ainda assim, por meio da análise, foi possível observar que ainda existe um percurso largo pelo qual o jornal *Aurora da Rua* necessita passar, caso deseje de fato efetivar o compromisso com a superação de discursos ideológicos. Os passos iniciais para tal reconstrução parecem estar sendo dados, entretanto observamos, analiticamente, que determinadas condutas discursivas da publicação contribuem para, principalmente, reforçar a naturalização do caráter de dessemelhança (ainda que baseado em um aparente modo positivo de identificação).

Assim, como mencionado, entendo ser um caminho largo porque as análises mostraram que, mesmo com o evidente comprometimento com a proposta de possibilitar representações alternativas, um número razoável de pressuposições ativaram discursos questionáveis para um concreto protagonismo da pessoa em situação de rua, a saber, alguém ciente de que tem uma posição no mundo em que vive, que é um ator social, reflexivo: gente como toda e qualquer gente, e não uma personagem de um mundo outro.

5. VOZES DO AURORA DA RUA: ANÁLISE CRÍTICA DAS ENTREVISTAS COM A EQUIPE

“Salve”, Thiago Elniño

As entrevistas geradas em campo, e apresentadas aqui, possibilitaram a observação da representação e da identificação discursiva feita pelos atores sociais envolvidos no processo de feitura do jornal *Aurora da Rua*. Tendo isso em vista, neste capítulo, farei análises das entrevistas focalizadas a fim de analisar as perspectivas discursivas dos/as participantes acerca de aspectos das (redes de) práticas que implicadas na produção do *street paper*.

Para a observação do trânsito de discursos específicos, este capítulo está dividido em duas seções principais, que focalizarão as entrevistas em dois grupos, conforme os tópicos-guia apresentados no Capítulo 3: a) entrevistas com pessoas em situação/ com trajetória de rua, vendedoras do *Aurora da Rua*; b) entrevistas com editor/as, e colaboradoras em trajetória de rua.

Serão abordadas as questões de pesquisa, anteriormente apresentadas (*vide* Capítulo 3), concernentes à representação e à (auto)identificação dos atores sociais acerca das práticas e relações sociais nos processos de construção do *Aurora da Rua*.

A seguir, partirei para as análises textuais fundamentadas na abordagem crítica da ADC por meios da observação das categorias analíticas que se mostraram mais úteis para a abordagem dessas questões. No procedimento adotado, serão analisados trechos das entrevistas de cada participante, de acordo com a ordem em que aconteceram e respeitando a linha argumentativa de explanação. As questões do tópico-guia serão priorizadas na ordenação dos trechos, e as análises seguirão em referência aos recortes das respostas. Esses recortes foram necessários devido à extensão de algumas interações e à sua relevância no que diz respeito ao foco da pesquisa. Começo, assim, pelo/as vendedor/as; em continuação, virão as interações com os/as editores/as do *street paper* e, no remate, as considerações comparativas entre as vozes apresentadas.

5.1. ENTREVISTAS COM VENDEDOR/AS (PESSOAS EM SITUAÇÃO/ COM TRAJETÓRIA DE RUA)

A colaboração de vendedor/as com a pesquisa aconteceu por quatro dias – sendo um dia dispensado a cada participante –, em encontros que variaram entre cerca de vinte minutos e uma hora de duração (ver Capítulo 3). Os relatos foram norteados pelos seguintes temas (localizadas no tópico-guia determinado para o grupo participante):

1. *Aurora da Rua*.
2. *Aurora da Rua* e a pessoa em situação de rua
3. Situação de rua
4. O trabalho no *Aurora da Rua*
5. Como soube do *Aurora da Rua*

A organização da seção segue um padrão estruturado nos temas que compuseram o tópico-guia, isto é, cada subseção corresponderá a um tema. Em cada subseção haverá quatro excertos destacados, cada um referente a um/a participante desse grupo – e sobre esses excertos incidirão as análises discursivas críticas. Os excertos que serão apresentados em cada subseção correspondem ao desenvolvimento do tema específico, em trechos integrais retirados das transcrições. Darei início às análises pelo tema referente ao nome do *street paper*.

5.1.1. Tema 1: *Aurora da Rua*

Nas quatro entrevistas realizadas com esse grupo, este tema, como inicial, colocou-se como uma espécie de campo criativo, no sentido de que o/as participantes recorreram a representações baseadas em construções abstratas. O item lexical ‘aurora’, nas quatro descrições, remeteu à construção simbólica da esperança, de um recomeço. As representações variaram em alto grau como descrições de natureza não concreta e como estratégias de elo entre o significado do termo *Aurora da Rua* e a situação vivenciada antes e depois do contato com o jornal, como podemos ver a seguir:

- (33) *Aurora da Rua*... Porque a gente percebe, a gente compreende que depois de toda noite escura das ruas sempre tem um amanhecer... Existe sempre uma aurora; (...), existe uma aurora; existe realmente um despertar, e acreditando nesse despertar do novo modo de olhar as pessoas e, principalmente, da pessoa, o que é na sua essência, que existe esse nome Aurora. (Paulina, ex-vendedora)

- (34) Bom, pra mim, *Aurora da Rua*... Se eu for falar pelo nome, o que eu sinto no meu coração é uma porta de retorno à vida social, uma ressocialização, como uma aurora mesmo, que a gente olha, vê sair e coloca na mente uma perspectiva de coisas boas; como se você dissesse: “espero que tudo aconteça de bom a partir do *Aurora da Rua* que tá na minha mão”. (Paulo, ex-vendedor)

Nos dois excertos, podemos observar que os atores sociais Paulina e Paulo elaboram um cenário idealizado englobado pelo item lexical ‘aurora’, o qual opera semanticamente um quadro positivo, orientado pela metáfora que caracteriza o nome do jornal. O destaque observado em ‘aurora’ ativa semanticamente (desde a primeira caracterização da presença do jornal na vida desses atores sociais) o papel de possibilitador de uma mudança em direção semântica de ascendência. Do ponto de vista discursivo, nos excertos podemos ver uma clara relação avaliativa, na qual os atores sociais podem mostrar o seu posicionamento frente a algum aspecto do mundo em que estão inseridos, ou seja, por meio de construções, como as de (33) e (34), Paulina e Paulo se comprometem discursivamente diante do jornal *Aurora da Rua*, caracterizando-o de maneira altamente positiva por meio de escolhas lexicais como ‘despertar’, ‘novo modo de olhar’ (33), ‘ressocialização’, ‘coisas boas’ (34).

Vemos, com isso, que, desde o começo da interação, os atores sociais se identificam fortemente, classificando o *street paper*, ou melhor, o contexto em que ele se insere e os resultados na vida desses atores sociais. Entendendo que “classificar implica (...) atribuir valores aos grupos classificados” (RESENDE & RAMALHO, 2009, p. 77), podemos dizer que ambos constroem também positivamente a sua relação com o *street paper* e, conseqüentemente, atribuem a ele o mesmo sentido.

Os processos utilizados em (33) e (34), nas orações “porque a gente *percebe*, a gente *compreende*”, “*acreditando* nesse despertar” (33) e “a gente *olha*, *vê* sair e *coloca na mente* uma perspectiva de coisas boas” (34) são todos processos mentais¹⁵, mas que também demarcam mudança, uma vez que as orações nas quais os processos mentais acontecem sugerem alteração de entendimento, de percepção acerca da realidade na qual o ator ou grupo social está inserido (HALLIDAY, 2004).

Em (33), podemos observar a recorrência do processo ‘existir’ (em “*existe* sempre uma aurora; (...), *existe* uma aurora; *existe* realmente um despertar”, além do existencial em “sempre *tem* um amanhecer”, fortalecido pelo modalizador “sempre”). Nesses trechos, os processos existenciais asseguram às asserções uma característica semântica de fato, de algo concretizado: mais um exemplo do comprometimento expressado pela ex-vendedora com o sentido metafórico que dá nome ao jornal.

¹⁵ O processo ‘colocar’, na construção “coloca na mente”, ativa um sentido de percepção, portanto é processo mental.

Nas representações de Paulina e Paulo, podemos observar a seleção de temas referentes à afetividade e à emotividade (por exemplo, em (34), “o que *eu sinto no meu coração...*”), ou seja, o comprometimento com realizações calcadas no abstrato é notável. Silva (2009, 724) observa que

determinadas representações podem implicar, por exemplo, expressões linguístico-discursivas permeadas por um tipo de argumentação que coloca, na maioria das vezes, um problema social na esfera de um plano ou domínio abstrato.

É no excerto (34) que tal a representação pela abstração ganha mais força, pois Paulo lança mão da estratégia de comparação (em “*é uma porta de retorno à vida social, uma ressocialização, como uma aurora mesmo*”) em trecho que se constrói sobre metáforas para explicar a saída das ruas – a exceção à representação metafórica aparece em “ressocialização”. A primeira instância de metáfora é espacial – já observada nos dados documentais –, um movimento que contrapõe sentidos de ‘dentro’ e ‘fora’, em que ‘fora’ é justamente a situação de exclusão, já que a “porta” é “de retorno”. A segunda metáfora, também produtiva nos dados coletados e nos dados gerados, é atrelada a um fenômeno da natureza (aurora), operando um efeito de sentido que associa sair da rua a uma ideia de claridade, de luz – que o pressuposto da oposição parece relacionar à ‘escuridão’ relacionada à situação de rua.

Em outros graus, podemos observar representações de tipos semelhantes. Vejamos o que nos dizem Perpétua e Pérola:

- (35) *Jornal Aurora da Rua*. Foi a minha liberdade, foi a minha saída e foi o meu começo. A sensação é que um círculo tava se fechando e uma nova etapa tava pra ser concluída; e, aí, foi a minha saída, foi a minha liberdade. Porque nenhuma empresa, nenhuma empresa não contrata um funcionário sem experiência, sem documento, sem eira e sem beira, e o jornal *Aurora da Rua* fez isso, faz isso e é assim que o jornal da rua é, dando oportunidade àqueles que realmente... Àqueles que realmente precisa e quer, um trabalho, trabalho digno (...). (Perpétua, vendedora)
- (36) Bem, o *Aurora da Rua*, como diz o nome, foi uma aurora na minha vida (...), eu me encontrava em um albergue, é... Eu tinha uma empresa e era uma sociedade; infelizmente, não deu certo e o baque foi muito grande, eu perdi tudo o que eu tinha (...) então, fiquei muito depressiva porque eu não tinha mais nada; perdi tudo o que eu tinha (...), chegou um tempo que eu já tava, assim, me achando inútil, né, então, eu comecei a procurar nas empresas colocar meus currículos, mas não... Todas as portas se fechavam pra mim quando eu dizia que eu tava em situação de rua, por mais que o meu currículo fosse razoável, pelo menos, e, então, eu saí pra ver se eu encontrava um serviço de panfletagem e, aí, foi que me falaram do *Aurora da Rua*, (...) e, aí, à noite, no albergue, como por uma luz de Deus – eu acredito assim porque eu já tinha dito pra Deus na noite anterior que, é... Eu tava numa situação tão... tão ruim de depressão que eu acho que eu não ia conseguir superar e que Ele de lá de cima abrisse alguma porta pra mim; e eu tava no albergue, eu tava jantando nesse dia, aí, uma moça bateu no meu ombro e jogou um jornal em cima da mesa, aí, quando eu olhei o nome do jornal era ‘Aurora da Rua’; então, eu entendi que aquilo ali foi uma resposta divina (...). (Pérola, vendedora)

Nos excertos (35) e (36) podemos ver a ligação do jornal com a realidade, uma representação ligada a uma relação de maior concretude, ainda que metaforicamente representada (‘círculo’, ‘etapa’, ‘porta’). Em (35), Perpétua também recorre a uma série de metáforas para representar realidades conectadas – passado com presente (“foi a minha *liberdade*, foi a minha *saída* e foi o meu *começo*”) –, entretanto ela, ao mesmo tempo, passa a estabelecer laços concretos consecutivos, realizados linguisticamente em seu depoimento. Isso pode ser observado pela relação textual causal centrada no conector ‘porque’ (em “foi a minha saída, foi a minha liberdade. Porque nenhuma empresa...”), por meio da qual Perpétua liga as representações a fim de costurar as mudanças promovidas em sua vida pelo jornal, o que culmina na causação atribuída ao jornal: “é assim que o jornal da rua é, *dando* oportunidade”.

As metáforas mapeadas são de cunho ontológico. Lakoff e Johnson (2002, p. 76) explicam-nas como “formas de se conceber eventos, atividades, emoções, idéias etc. como entidades e substâncias”. O que Perpétua constrói pode também ser entendido como uma autoidentificação relacional (RAMALHO & RESENDE, 2011), pois, implicitamente, a vendedora se representa como ‘livre’ e ‘renovada’ a partir do contato com a publicação, sua área de atuação no mundo social na época em que situa seu relato.

O jornal recebe o destaque e segue sendo avaliado discursivamente de modo positivo, com o sentido de ‘divisor de águas’. Com (35) percebemos, ainda, que a publicação é tomada como ‘diferente das demais’ (“é assim que *o jornal da rua* é”). A presença do discurso de legitimação social calcada no reconhecimento do indivíduo por meio de sua caracterização documental pode ser notada na voz de Perpétua (em “nenhuma empresa não contrata um funcionário sem experiência, sem documento, sem eira e sem beira, e o jornal *Aurora da Rua* fez isso”). Essa questão é relevante por tratar diretamente de um dos problemas enfrentados cotidianamente pela população em situação de rua: a invisibilidade relativa a direitos sociais. Perpétua expressa linguisticamente, por pressuposição existencial – isto é, pela sua articulação com discursos ou vozes acerca do que existe na realidade social (FAIRCLOUGH, 2003) –, um dos componentes que contribuem para a invisibilidade do grupo social em situação de rua: o não acesso ao mercado de trabalho e a conseqüente falta de recursos materiais e simbólicos que possam legitimar seu acesso à cidadania institucionalizada, afinal, pessoas “sem experiência, sem documento” encaram obstáculos no reconhecimento social.

Em (36), temos a extensão de um tema abordado no excerto de Perpétua: o destaque atribuído ao trabalho como veículo de construção identitária. Pérola articula esse discurso reforçando sua importância no que diz respeito ao reconhecimento da vendedora no mundo

social. Ao referir que “tinha uma empresa”, uma “sociedade”, ela parece posicionar-se como alguém que pertencia a um grupo tido como desejável, aquele associado ao mundo do trabalho. Isso se infere do jogo semântico marcado por alguns elementos linguísticos, como o advérbio ‘infelizmente’ (em “eu tinha uma empresa e era uma sociedade, *infelizmente*, não deu certo e o baque foi muito grande”) – o qual carrega em si um juízo de valor –, além da coocorrência dos termos ‘tudo’ e ‘nada’ (em “não deu certo e o baque foi muito grande, eu perdi *tudo* o que eu tinha (...), então, fiquei muito depressiva porque eu não tinha mais *nada*”).

Pérola ainda estabelece uma relação causal que justifica o estado de debilidade emocional trazido à sua vida como resultado do desequilíbrio que a antítese ‘tudo’ *versus* ‘nada’ ilustra. Pérola segue autoidentificando-se como obstinada a permanecer no espaço simbólico do mercado de trabalho, mas atribui a impossibilidade (metaforicamente textutizada em “as portas se fechavam”) encontrada à situação de rua (em “todas as portas se fechavam (...) quando eu dizia que eu tava em situação de rua”) – esta, consequência da ‘perda de tudo’, ou seja, do trabalho e tudo aquilo que a esse sentido se agrega.

A vendedora divide a representação em dois momentos temporais distintos, sendo o segundo relacionado a uma mudança de contexto. A entrada do periódico na representação (quando, finalmente, ela explica como entrou em contato com o *street paper*) vem intimamente relacionada ao discurso religioso. Pérola lança mão de um paradoxo que demarca espaços de percepção do mundo diferentes: a expressão “à *noite*, no albergue” está contraposta a “por uma *luz* de Deus”, ativando novamente a produtiva metáfora ‘noite’/ ‘aurora’. Ela não encerra a oração (“e, aí, à *noite*, no albergue, como por uma luz de Deus...”), passando a não mais se identificar como agente – tal como estava fazendo desde o início do excerto, em que podemos ver a ocorrência de processos que a colocam em posição ativa (como em “eu *tinha* uma empresa”; “eu *perdi* tudo” e “eu *comecei a procurar* nas empresas, *colocar* meus currículos”, por exemplo) –, em uma representação que, mais adiante, fará com que ela seja caracterizada como paciente de ações providenciais.

Pérola remata a sua fala com uma asserção categórica, que ativa pressuposto de verdade (em “eu *entendi* que aquilo ali foi uma resposta divina”) e que dialoga com a representação abstrata dos excertos (33) e (34) no relacionar do discurso religioso à carga semântica do título “Aurora da Rua”. A presença da interdiscursividade articulando os discursos do trabalho (como edificador do indivíduo) e o religioso (como sustentáculo para uma mudança de vida) já foi observada na análise do *corpus* documental deste trabalho, contudo não me aprofundarei neste momento nas considerações e relações entre os *corpora*, pois tratarei disso mais adiante.

5.1.2. Tema 2: *Aurora da Rua* e a pessoa em situação de rua

Paulo e as três participantes ativaram diferentes e, ao mesmo tempo, dialogaram em duas questões recorrentes na discussão acerca da superação da situação de rua. Começamos, então, pelo que expressa Paulo sobre o seu entendimento relativo ao *street paper* e à problemática da situação de rua:

- (37) Uma função muito importante¹⁶ porque traz um retorno financeiro pra ela, que apesar de ser pequeno... Mas somando-se aos outros, ele se torna grande, não pelo número, mas porque ela tem um pouco de dignidade quando ela vende um jornal e compra o jornal e ela pode dali tirar o seu sustento pra começar sua caminhada de retorno à sociedade. (Paulo, ex-vendedor)

O ex-vendedor menciona a importância do periódico para aquele/a que experiencia situação de negligência social, fazendo, para tanto, uma sofisticada relação entre o plano econômico (concreto) e o afetivo (abstrato) (em “traz um retorno financeiro pra ela, que apesar de ser pequeno... Mas somando-se aos outros, ele se torna grande, não pelo número, mas porque ela tem um pouco de dignidade”). A relação é sofisticada porque a primeira oração é clivada, e amparada, em sentido, pela que é iniciada pelo conectivo de contraste ‘mas’. Paulo passa, com isso, a deixar em segundo plano o início da sua fala diante do desenvolvimento da oração seguinte iniciada pelo grupo conjuncional de sentido opositivo. Assim, abandona o discurso do retorno financeiro e assume o discurso da ‘dignidade humana’, a que é geradora de respeito, em outras palavras, a que imputa o reconhecimento ao indivíduo como cidadão ou cidadã; com o trabalho no jornal e a sua força (“sua caminhada”), os/as que se envolvem no processo de venda conseguem iniciar um esforço de “retorno à sociedade”. E aqui se imbricam os dois discursos, já que trabalho (como dignificador), em mais um exemplo de avaliação positiva, aparece como o início da retomada da cidadania. O depoimento do ex-vendedor se alinha, assim, ao entendimento de que “a exclusão econômica antecede a exclusão social” (SILVA, 2008, p. 272).

Além das avaliações discursivas pressupostas, na sua resposta, podemos observar marcada uma sucessão de modalizações semanticamente opositivas: na primeira oração destacada, temos a presença do conector ‘apesar’ (em “traz um retorno financeiro pra ela, que apesar de ser pequeno...”) operando o sentido de ruptura da ideia que está sendo defendida – e que, conforme mencionado, funciona como estratégia para a projeção do que vem em seguida. Modalizando, Paulo aponta que o processo de compra e venda é um ‘começo’ para a mudança, metaforizada espacialmente em “ela pode dali tirar o seu sustento pra *começar sua*

¹⁶ Resposta motivada pelo seguinte tema proposto: “A função do jornal *Aurora da Rua* para a pessoa em situação de rua”.

caminhada de retorno à sociedade” e, além de mencionar o caráter auxiliar do dinheiro (em “mas somando-se aos *outros*”), ativa o pressuposto de que existe algo além da geração de renda, também essencial na relação entre o periódico e a situação de rua. Isso também foi observado, por Alexandre e Resende (2010, pp. 90-91) em relação à revista *Cais*, de Portugal:

A imprensa de rua, mais do que um meio de comunicação e difusão de problemáticas sociais, é (ou pode ser) sobretudo um meio de capacitação e empreendedorismo. O funcionamento desse tipo de imprensa permite que pessoas em situação desfavorável adquiram um estatuto profissional e uma fonte de rendimento. Aliás, a par da importância que o lucro da venda de cada exemplar pode ter (...), a situação de venda proporciona a configuração de papéis sociais diferentes, podendo por isso alterar, nem que seja por instantes, a experiência da exclusão. (...) Com efeito, no momento da venda existe um/a vendedor/a, com um código de conduta a seguir, segundo vem expresso em cada exemplar. O *status* profissional da sua posição (...) pode ser entendido à luz do ‘prestígio’ ou do ‘estatuto’ diferenciado que lhe é conferido, pela comunidade e pela sociedade em geral, como vendedor/a da revista.

O mesmo tipo de relação trabalho-dignidade é retomado no próximo excerto:

- (38) O jornal funciona como uma fonte de renda, em primeira mão; é o único jornal que, é... Se importa com a pessoa que está na rua, não o que ela faz ou o que ela deixa de fazer, mas com a pessoa, o ser humano, então, eu já li muitos jornais, é... Falando de pessoas em situação de rua, mas sempre falam o lado negativo das pessoas que habitam na rua, mas o jornal *Aurora* ele tem essa característica de valorizar o ser humano que, infelizmente, se encontra em situação de rua, então, é... Primeiro que só quem pode vender esse jornal é uma pessoa que está em situação de rua. Por quê? Porque uma pessoa na rua é muito difícil encontrar um emprego, mesmo que ele tenha capacidade, mesmo que ele tenha um nível universitário, mas quando ele vai pra uma entrevista tem lá três pessoas que talvez não tenham um currículo tão bom quanto o dele, mas, aí, quando pergunta: “qual o seu endereço?”, aí, você diz: “ó, estou num albergue porque eu estou em situação de rua”, então, ali você já é descartado; então, o jornal *Aurora* dá essa prioridade pra gente e isso faz com que a gente se sinta incluído e visível, né? E também valorizado. (Pérola, vendedora)

Pérola recupera parte do que é defendido por Paulo no que diz respeito à percepção da pessoa em situação de rua como cidadã, entretanto o faz sem a estrutura complexa de modalizações do excerto (37) (que atribui àquela representação uma descrição algo vacilante acerca da realidade em questão). Pérola faz referência à questão financeira, porém enfatiza de forma objetiva e estruturada ‘os outros lados’ implicitamente mencionados por Paulo, em (37). Temos, desse modo, em (38), uma valorização do discurso dos direitos humanos, pautado no reconhecimento do indivíduo como ser humano e cidadão/ã de direito.

A vendedora compromete-se fortemente com a verdade defendida ao realizar, logo no início da sua resposta, uma asserção categórica (em “é o único jornal que, é... Se importa com a pessoa que está na rua, não o que ela faz ou o que ela deixa de fazer, mas com *a pessoa, o ser humano*”) que lexicalmente operacionaliza, inclusive por repetição, o discurso dos direitos humanos. Por meio da afirmação com modalidade de alta afinidade (“é o único”), Pérola

apresenta o pressuposto de ser o *Aurora da Rua* um espaço onde pessoas em situação de rua encontram um veículo de identidade, uma possibilidade concreta de superar uma vida sem trabalho.

Ela texturiza a sua concepção declarando ser ele “o único jornal que se importa com a pessoa que está na rua (...), com o ser humano”. A escolha pelos itens lexicais ‘único’ e ‘sempre’ (em “muitos jornais (...) *sempre* falam o lado negativo das pessoas que habitam na rua”) diferencia o *street paper* de outros “muitos jornais”, atribuindo ao periódico soteropolitano características de exclusividade (‘único jornal’) e de via alternativa (em contraposição ao ‘sempre’). A oração na qual o ‘sempre’ ocorre é precedida pelo conectivo ‘então’, que garante progressão ao texto e, simultaneamente, à oração seguinte, como apoio retórico para a primeira asserção defendida pela vendedora (a saber, a de que não existe jornal como o *Aurora da Rua*).

Pérola segue identificando pessoas em situação de rua no contexto do jornal e estabelece outra forma de identificação quando expressa, implicitamente, que, sim, pessoas em situação de rua têm um ‘lado bom’. Ao fazê-lo, estabelece um juízo de valor positivo tanto para o grupo social em situação de rua – do qual ela mesma é parte – quanto para o jornal, que ressalta essa verdade.

A escolha lexical de ‘descartado’ (em “então, ali você já é descartado”) opera no texto mais uma avaliação, tendo em vista que ‘descartado’ afasta-se de seu conteúdo processual e assume valor semântico de qualidade atribuída à pessoa em situação de rua. Se considerada toda a representação em (38), elucida-se a característica de ‘descarte’ (de refugio) atribuída comumente pelo discurso ideológico à população em situação de rua e denunciada pela vendedora em sua representação.

A seguir, analisarei o depoimento de Perpétua, que amplifica observações anteriores:

- (39) É muito importante.¹⁷ É muito importante a função do jornal *Aurora da Rua* porque você é resgata... É você mesmo você buscar sua dignidade, é você mesmo buscar sua moral como ser humano, porque ser humano todos somos, sendo que um despreza mais do que o outro, é diferente de um morador de rua pegar um ônibus de manhã cedo e ir pro seu trabalho, ter aquele compromisso, né? O morador de rua ele vai pegar de manhã cedo aquele ônibus, ele vai pra onde? Porque não tem nenhuma responsabilidade, e aí a função do jornal *Aurora da Rua* é você acordar de manhã, tomar o seu banho, tomar o seu café e saber que você tem de executar uma missão, que seja ela, que você venda ou não, mas o morador de rua ele tem que ter o desejo, o querer e a vontade de querer vencer os obstáculos. (Perpétua, vendedora)

As ações ‘acordar de manhã’, ‘tomar banho’ e ‘tomar café’ remetem à ordem do discurso do ‘homem e mulher de bem’ em suas ações do cotidiano; desse modo, Perpétua relaciona o

¹⁷ Resposta motivada pelo seguinte tema proposto: “A função do jornal *Aurora da Rua* para a pessoa em situação de rua”.

Aurora da Rua a essa rotina socialmente desejável, realizando uma avaliação positiva do *street paper*, realizada logo no início do excerto em afirmação avaliativa explícita e duplicada. A duplicação, aliás, é uma estratégia de reforço recorrente em (39), não só na avaliação inicial, mas também em “você mesmo buscar” (sua dignidade e sua moral) e em “o desejo, o querer e a vontade de querer”, em que a volição é hiperlexicalizada. Assim, temos uma expressão do discurso do protagonismo, na expressão dessa busca autônoma, mas também reprodução do discurso voluntarista.

A maioria dos processos que ocorrem no excerto em referência a atores sociais em situação de rua tem o sentido de agência (‘buscar’; ‘pegar (um ônibus)’; ‘ir (pro trabalho)’; ‘ter (compromisso)’; ‘acordar’; ‘tomar banho e café’; ‘saber’ e ‘executar (uma missão)’), representam atividade, mas uma atividade socialmente cerceada e, nesse contexto, possibilitada pela venda do jornal. Assim, Perpétua também relaciona o trabalho no *street paper* com uma “missão” e se alinha ao discurso que atribui um sentido superior ao jornal. Podemos perceber uma relação parecida na voz de Paulina:

- (40) Tudo.¹⁸ Porque o jornal *Aurora da Rua* ele é feito pela própria população em situação de rua através de oficinas nas ruas, em locais de acolhimento para a população de rua; ele fala da população de rua, não no contexto que a gente compreende dos outros jornais de comunicação, que é nas páginas policiais, e também porque ele é vendido pela própria população em situação de rua; então, o jornal *Aurora da Rua* ele tem dois pontos. Primeiro: profético, de mostrar o outro lado, quem realmente é a população em situação de rua; e segundo: esse valor aquisitivo, da pessoa com o fruto do seu trabalho poder ter uma exceção... Uma geração de renda e ascensão no mercado de trabalho. (Paulina, ex-vendedora)

No excerto (40), Paulina reforça o que as demais vozes já levantaram nas suas representações: a relação particular entre o *Aurora da Rua* e a população de rua, pelo viés da possibilidade de trabalho. Ela, contudo, avança no sentido de asseverar que a ligação do grupo social com o periódico é “tudo” porque ele “é feito pela própria população em situação de rua” – inclusive explicando como se dá essa construção. A sua voz estabelece uma relação causal baseada em uma lógica explanatória ao – após uma síntese por meio do elemento gramatical indefinido ‘tudo’ – comprovar como acontece esse protagonismo indicado na asserção (em “através de oficinas nas ruas, em locais de acolhimento para a população de rua”).

Paulina constrói a sua representação mostrando não se esquivar de informações que amparam as suas asserções (em “ele fala da população...”). Por meio dessas justificativas, podemos iniciar a análise observando que Paulina se compromete altamente, estabelecendo a caracterização do jornal de modo opositivo à grande mídia (assim como apontei no excerto

¹⁸ Resposta motivada pelo seguinte tema proposto: “A função do jornal *Aurora da Rua* para a pessoa em situação de rua”.

(38)). Sendo assim, a ex-vendedora, por meio de uma pressuposição (em “não no contexto que a gente compreende dos outros jornais de comunicação, que é nas páginas policiais”) chama atenção para o discurso criminalizante fortemente relacionado à população de rua. Assim, faz uma crítica e alinha o periódico no discurso contra-hegemônico concernente à visão da heterogeneidade do grupo social em situação de rua.

Paulina representa o envolvimento dos atores sociais em situação de rua no jornal de modo estruturado em tópicos numéricos (“primeiro” e “segundo”), o que opera uma hierarquização semântica na ordem de importância do jornal na vida da pessoa em situação de rua. Em outras palavras, para a ex-vendedora, o mais importante está no fato de “mostrar o outro lado”, já a questão econômica vem em segundo lugar. Além de explicitar discursivamente a sua interpretação referente à relação entre periódico e atores sociais, Paulina demonstra uma capacidade de explanação altamente didática no sentido de estabelecer claras relações causais na descrição de seus argumentos.

Finalmente, podemos observar que há a retomada do discurso que remete à Providência, e, em um plano mais avançado, ao próprio discurso religioso. Em (39), tivemos o uso do termo ‘missão’; neste excerto, Paulina seleciona o item lexical ‘profético’, que expressa uma recorrência no uso da metáfora do sagrado nas representações da relação entre o *street paper* e as pessoas em situação de rua. A escolha de ‘profético’ diz muito acerca da visão de Paulina em relação ao jornal, tendo em vista que o item lexical é uma derivação de ‘profecia’, que relaciona seres humanos a poderes divinos: é uma relação que mescla questões concretas a uma patente presença do abstrato.

5.1.3. Tema 3: Situação de rua

A questão diretamente relativa à situação de rua foi um momento de destaque porque seria efetivamente um espaço discursivo no qual os atores sociais participantes poderiam descrever as perspectivas elaboradas desde o plano de quem, naquele momento de vida, estava do ‘outro lado’ (para usar a metáfora espacial recorrente nos dados), mas sem haver rompido definitivamente com a situação de rua. Sendo assim, partamos para o que nos conta Pérola sobre o termo ‘situação de rua’:

- (41) Quando diz-se uma pessoa em situação de rua não quer dizer propriamente que ela tá morando na rua, ela pode estar abrigada num albergue ou uma casa de ressocialização ou numa comunidade como esta, eh, a situação muito difícil... Assim, eu digo pela minha experiência, foi a primeira vez que eu estive em situação de rua, eh, tive uma vida normal, de uma família de classe média média, de Vitória da Conquista; minha família não sabia que eu estava em

situação de rua, eu preferi não falar, mas, daí, eu fiquei doente no albergue, tive que entrar em contato com a família e foi um susto muito grande pra família, mas a situação de rua ela... Eu preferi ficar no albergue a procurar minha família porque eu sentia que tinha algumas coisas internas em mim, tipo orgulho, muito orgulho, eu me achava que eu era a bambambã, eu achava que era melhor que todo mundo, então, eu quis aproveitar aquela oportunidade, daquela situação pra que eu revesse algumas coisas dentro de mim, né? (...) Então, hoje eu convivo, eh, aqui na Comunidade e costumo dizer que aqui eu tô aprendendo a conviver com as diferenças, né? Lá foi com o orgulho, aqui é convivendo com as diferenças e, graças a Deus, acho que eu tô aprendendo as lições que eu tenho que aprender; então, sempre tem um lado positivo, mesmo que as coisas nos pareçam negativas, né? (Pérola, vendedora)

Pérola dá a sua impressão referente ao período em que esteve na rua, antes de ser acolhida pela Comunidade da Trindade, e começa seu relato marcando a dificuldade da condição para aqueles/as que a vivenciam (em “eh, a situação muito difícil”). Em “foi a primeira vez que eu estive em situação de rua”, é possível observar que a resposta de Pérola possui um caráter interdiscursivo, tendo em vista a sua autoidentificação fortemente relacionada ao discurso da família; este por sua vez está envolto em outro discurso, o econômico. O discurso econômico é ativado pelo aspecto restritivo que a lexia ‘classe média’ opera; esta, por sua vez – embora hoje popularizada – tem a sua origem no jargão da economia, cuja tipificação separa grupos sociais dentro do processo de produção capitalista. Pérola não se descreve como ‘pobre’, mas como ‘classe média, média’ (em “tive uma vida normal, de *uma família de classe média, média*”), promovendo ao/à seu/sua interlocutor/a a autoidentificação por vínculo de classe.

Isso fica nítido na escolha feita pelo elemento qualitativo ‘normal’ na referência à sua vida de outrora; é, com isso, ativada uma mescla de pressuposição e avaliação: caracterizar como ‘normal’ a sua vida pregressa separa-a de uma realidade de vida que não é, por implicação, ‘normal’. É relevante também observar a quantidade de ocorrências do item lexical ‘família’, que texturiza o discurso familiar, marcando no texto a sua importância para a explicação do contexto no qual a vendedora estava.

Isso é perceptível graças ao fluxo temático, que tende a seguir no sentido da representação da (relação de Pérola com a) família em primeiro plano – e não ao contrário, o que se espera, dado que o tema proposto não se refere ao tema ‘família’. Pérola, contudo, rompe a cadeia de argumentação, reposicionando o tema mencionado por mim (em “tive que entrar em contato com a família e foi um susto muito grande pra família, mas a situação de rua ela...”) e voltando a se reportar para as suas experiências ‘fora de casa’. Essa quebra se dá pela presença do conectivo ‘mas’, que sinaliza uma nova defesa de argumentos, mas que inclusive dá o sentido de oposição temática, isto é, ‘família *versus* situação de rua’ – provavelmente, pontos divergentes no seu entendimento de mundo.

Ainda que a vendedora realize esse movimento semântico-estrutural, o espectro do discurso da família permanece na representação (em “eu preferi ficar no albergue a procurar minha família porque eu sentia que tinha algumas coisas internas em mim, tipo orgulho”), todavia não segue mais em destaque, dando lugar a trechos nos quais Pérola se situa textualmente utilizando a estratégia discursiva da determinação (PARDO ABRIL, 2007; VAN LEEUWEN, 2008), expressa pelas ocorrências dos pronomes ‘eu’ e ‘mim’. A partir de então, Pérola se coloca como protagonista da sua representação, ao recorrer a processos como ‘preferir’, ‘sentir’ e ‘(se) achar’, os quais constroem um plano de subjetividade, alcançando um sentido de conduta indesejável que destoava da realidade (em “eu *sentia* que tinha algumas coisas internas em mim, tipo *orgulho, muito orgulho, eu me achava* que eu era a *bambambã*, eu *achava* que era *melhor* que todo mundo”). A vendedora, com isso, imprime uma autoidentificação negativa relacionada ao momento em que estava no albergue, pois se descreve como alguém, no mínimo, soberba.

A rua passa, assim, a representar uma espécie de penitência – o que ativa novamente o discurso religioso segundo o qual devemos ‘expiar’ nossas falhas – para a expiação desse defeito pessoal, resultado de “algumas coisas internas”; Pérola, no entanto, representa-se como alguém que se permite passar pela experiência de rua, ou seja, como alguém que, de alguma forma, ‘escolheu’ vivenciar os problemas descritos. Tal fato pode ser observado pela seleção dos processos mentais desiderativos ‘preferir’ (em “eu *preferi* ficar no albergue”, associado à explicação “porque eu sentia que tinha algumas coisas internas em mim”) e ‘querer’ (em “eu *quis* aproveitar aquela oportunidade, daquela situação”, seguido da expressão de finalidade “pra que eu revesse algumas coisas dentro de mim”), que dão o sentido de envolver-se deliberadamente em uma realidade negativa. As relações de causa e finalidade (destacadas após os processos) também apoiam o sentido de ciência da circunstância de privação, sugerindo certa necessidade de justificar as ‘escolhas’ feitas.

Pérola afirma que ‘hoje em dia’ está trabalhando seu “orgulho” e sua ‘intolerância’ em relação às ‘diferenças’. Antes disso, a vendedora, por meio de recursos dêiticos, separa sua mudança de atitude em relação à situação de rua em dois momentos temporais e espaciais. Na fase do albergue (ou seja, “lá foi com o orgulho”), ela afirma ter aprendido a não se ver melhor do que ninguém, pois passava as mesmas dificuldades observadas; em um segundo momento, na referência à atualidade, ela não se faz muito clara, realizando uma explicação circular (em “aqui é convivendo com as diferenças”) ao dizer, em outras palavras, que está ‘aprendendo a conviver com as diferenças convivendo com as diferenças’. Não está claro a que “diferenças” a vendedora se refere especificamente na sua experiência atual. Ela finaliza

retomando o discurso religioso, mencionado anteriormente: o que ativa o sentido de que a vendedora estivesse sendo penalizada por algo e que esse processo estivesse fazendo dela uma nova pessoa, uma pessoa melhor (em “*graças a Deus, acho que eu tô aprendendo as lições que eu tenho que aprender*”).

No próximo excerto, Perpétua aborda questões a respeito da vivência na rua que retomam aspectos comuns nas descrições dos atores sociais participantes:

- (42) Situação de rua? Deus não... Deus... Jesus não quer ver nenhum dos seus na miséria. Nenhum dos seus Jesus ele quer ver na miséria. Nenhum dos seus Jesus quer ver mendigando pão, seja ele de qual for religião, qual for a religião dele, Deus não quer nenhum dos seus filhos mendigando o pão... Por mais pobre que ele seja; é por isso que a gente tem que plantar pra gente colher e comer do nosso fruto. Deus não quer nem Jesus quer nenhum de nós mendigando o pão. Então, situação de rua prum ser humano... é um castigo. É um castigo, é um fenômeno que eu não sei te explicar como, mas ninguém merece... (...) mas ninguém mora na rua porque nós não moramos, não nascemos em rua; (...) a pessoa se torna muito vazio, muito solitário e termina querendo fugir de tudo e de todos e aí ele procura um lugar pra ele se refugiar num lugar onde ninguém conheça ele e ele cai numa depressão tão profunda.... (Perpétua, vendedora)

Recordo-me que, no momento da interação, Perpétua respondeu com veemência a essa questão – quase de forma automática. Foi um dos relatos mais longos do conjunto de entrevistas, o que demonstrou a importância do tema para a vendedora. A vendedora reproduz repetidamente o discurso religioso cristão, trazendo e apropriando-se das vozes de Deus e de Jesus, duas das figuras de representação máxima desse discurso. Com isso, mostra um estilo que recorre, de forma constante, ao entendimento de mundo a partir de uma perspectiva cristã. Essa constância torna seu depoimento circular, repetindo quatro vezes o sentido de uma contrariedade de Deus/ Jesus com a existência da extrema pobreza na experiência terrena de tantos dos “seus filhos”. O mesmo discurso também se faz presente em outras instâncias, como em “a gente tem que plantar pra gente colher e comer do nosso fruto” e na lógica do castigo e do merecimento.

Tendo em vista que os modos como um ator social identifica-se discursivamente podem ser entendidos como ‘estilos’ (FAIRCLOUGH, 2003), podemos perceber que Perpétua se identifica fortemente com o discurso religioso cristão, ao realizar asserções não modalizadas que não falam por ela, mas por entidades divinas. O uso da repetição funciona como uma estratégia de ênfase da verdade defendida, pois, observando a primeira parte destacada do excerto, percebemos que ela não diz mais do que ‘Deus/Jesus não quer ver ninguém na miséria’. O uso do discurso religioso serve, entretanto, para justificar a condenação do ato de ‘mendigar’ (em “Deus não quer nenhum dos seus filhos mendigando o pão (...); é por isso que a gente tem que plantar pra gente colher e comer do nosso fruto”), por

ser, segundo Perpétua, algo condenável segundo as leis divinas, algo que ‘Deus não quer’. Justificada a obrigação do trabalho, os seres humanos, nessa lógica, têm de agir no mundo para não se sujeitar à mendicância. Perpétua, assim, realiza um discurso controverso, pois discute a questão da agência da pessoa que está em uma situação de vulnerabilidade, mas não leva em consideração as dificuldades individuais, atribuindo aos atores sociais uma obrigação que advém do plano espiritual – marcada pela oração “por mais pobre que ele seja”, que dá o sentido de que não há justificativa alguma para agir do modo condenado.

Perpétua volta a mencionar o desígnio divino diante do problema da mendicância retomando a asserção que iniciou a sua fala (em “Deus não quer nem Jesus quer nenhum de nós mendigando o pão”), para, em seguida, entrar propriamente no tema lançado. Quando Perpétua menciona a situação de rua (mais especificamente em “Então, situação de rua prum ser humano...”) segue na caracterização de algo não explicado concretamente; a vendedora resume a condição a ‘castigo’ e une o seu discurso ao defendido por Pérola, em (41), quando associa a situação de rua a uma provação.

Ela finaliza construindo uma representação na qual a rua assume contornos simbólicos de espaço de fuga e de exclusão, onde, já sem perspectivas, o indivíduo “termina querendo fugir de tudo e de todos e (...) procura um lugar pra ele se refugiar”. Notemos a presença do processo mental desiderativo ‘querer’ em função auxiliar, que, como no excerto (41), denota a ideia de escolha, ou seja, a pessoa, segundo o que diz o texto, elege uma rota de fuga ou de exclusão, ‘a rua’. Percebemos, assim, mais ecos do discurso voluntarista (como em (39)).

Em seu relato, a ex-vendedora Paulina apresenta uma visão diferente das de suas companheiras de *Aurora da Rua*, apesar de na representação observarmos, ainda, alguns aspectos comuns:

- (43) Nem pro nosso maior inimigo. Nem pras pessoas que... Tem dois lados a situação de rua, na realidade, tem o seu lado ruim e tem o seu lado bom. Seu lado ruim é porque ninguém tá na situação de rua porque deseja, porque quer, é porque teve a sua vida fragmentada, é porque teve a sua quebra de vínculos familiares, é porque não conseguiu se encontrar, se desencontrou de si mesmo e de uma sociedade capitalista, ignorante, preconceituosa, que por você às vezes não fazer parte do sistema em tudo simplesmente você é excluído. E tem o seu lado bom... porque existe muito amor; quando a gente gosta, a gente gosta; quando a gente detesta, a gente detesta; a gente sempre cresce aprendendo: ‘você tem que amar seus irmãozinhos’, ‘você tem que amar seu pai e sua mãe’, ‘você tem que respeitar...’. Na rua não. Na rua você ama porque você ama. Você detesta porque você detesta. Não tem um meio-termo. Eu sempre costume dizer que a gente sempre faz tudo muito. A gente ama muito, a gente tem raiva muito, a gente briga muito; a gente também é muito solidário. Não existe coisa melhor do que você fazer uma comida na rua porque existe a solidariedade, existe a partilha; cada um contribui com aquele pouco que tem, coisa que você não vê na dita sociedade normal. Nós temos uma sociedade que cada vez mais está muito individual e das ruas a gente termina se juntando, fazendo o processo de irmandade, fazendo o processo de... porque a gente sabe que ou a gente se une ou a gente é destruído, então a gente procura se unir. Então são esses dois lados; então falar de situação de

rua é... Você tem que balançar os dois na mesma moeda mas principalmente tirar essa coisa de que a gente não tá na rua porque a gente quer, a gente tá na rua porque em algum ponto a gente se desencontrou com a vida, mas que a gente quer justamente esse reencontro. (Paulina, ex-vendedora)

Paulina opta por realizar uma representação diferente ao abordar a situação de rua de uma perspectiva terrena. Paulina faz uma divisão impressionista da situação de rua – experienciada por ela – observando, pela metáfora dos lados e em modalidade epistêmica alta, que “Tem dois lados a situação de rua, na realidade, tem o seu lado ruim e tem o seu lado bom”. Esses ‘dois lados’ são então desenvolvidos por Paulina, que organiza representações detalhadas acerca de cada um deles. Ela começa sua explanação pelo lado negativo da situação de rua, com alta densidade de relações causais que vão tratando de explicar as situações de desvinculação que resultam na rua. É relevante observar a quantidade de conectivos ‘porque’; eles estabelecem o sentido de justificativa ou explicação na união entre as orações realizadas. Com isso, ela faz uso da lógica explanatória para apoiar o seu ponto de vista, que combate o discurso criminalizante direcionado à população em situação de rua. Paulina enumera argumentos que vão de encontro a exemplos de discursos ideológicos tais como o discurso voluntarista (em “ninguém tá na situação de rua porque deseja, porque quer”) e o discurso da vadiagem (*vide* Capítulo 2) (em “teve a sua vida fragmentada”), por exemplo.

A ex-vendedora arrola situações que semanticamente obedecem a uma cadeia lógica de eventos consecutivos a partir do não entendimento de si como ser agente (mais uma recorrência à lógica explanatória): com a vida fragmentada pela ruptura de vínculos, a pessoa não consegue se encontrar e, em não se encontrando, sozinha e confusa (sobre si mesma), acaba por perder-se em uma sociedade que, devido à sua notável fraqueza ocasionada pela solidão, não a considera como relevante. Paulina, por meio dessa representação avalia negativamente a ‘sociedade capitalista’ e não se limita ao campo da pressuposição proposicional (realizada no sentido de que ‘a sociedade’ exclui e, portanto, não faz algo desejável), identificando de forma explícita características indesejáveis da sociedade hegemônica, com os qualificadores ‘ignorante’ e ‘preconceituosa’ (em “uma sociedade capitalista, *ignorante, preconceituosa*, que por você às vezes não fazer parte do sistema em tudo *simplesmente* você é excluído”). Ainda no campo pressuposicional, Paulina usa uma pressuposição de valor ativada por ‘simplesmente’; apesar da modalização com “às vezes”, o advérbio ‘simplesmente’ denota o sentido de desconsideração, de subvalorização em relação ao que sofre a ação.

Ao se referir ao ‘lado bom’ da situação de rua (em “E tem o seu lado bom...”), Paulina organiza o texto em uma mescla de avaliações e modalizações, com um efeito de identificação desejável da população em situação de rua. O destaque segue para a discussão acerca da afetividade que se estabelece na rua. A ex-vendedora ainda identifica a população em situação de rua como autêntica (em “quando a gente gosta, a gente gosta; quando a gente detesta, a gente detesta”) estabelecendo uma lógica baseada em relações hipotáticas. Assim, ‘o lado bom da rua’ remete a relações verdadeiras e vínculos de solidariedade. Esse discurso da família, ora presente no aspecto positivo desse “lado” da rua e ativado também, como vimos, no negativo (em termos de ruptura), remete aos estudos de Pardo (2006) sobre os laços de afetividade que se estabelecem na situação de rua:

meu interesse sobre a conceituação da família em relação ao grupo mencionado [*em situação de rua*] surge a partir dos dados que permitem dar conta de uma forte distinção entre uma representação discursiva que denomino *família de origem*, que age expulsando seus membros e que não os ampara afetivamente, e outra que chamo *família da rua*, que se opõe à primeira e que funciona como lugar de aceitação e busca de um papel maternal ou paternal, ou ainda, como uma rede de solidariedade entre membros do mesmo sexo ou não, de nível socioeconômico igual ou não na situação de rua. (PARDO, 2006, p. 83)

Paulina faz uma leve crítica ao reproduzir discursos baseados em convenções (como o discurso religioso, por exemplo), sugerindo que eles não são experienciados na rua, local onde as relações se dão de forma ‘pura’. Essa aparente abertura para a diferença (FAIRCLOUGH, 2001; 2003) é utilizada como estratégia para a discordância e contestação de um modo que normatiza as relações sociais, visto como não verdadeiro desde a visão da situação de rua. Podemos observar isso na ocorrência da expressão modalizadora ‘tem que’, recorrente na articulação intertextual feita por Paulina (em “a gente *sempre* cresce aprendendo: ‘você *tem que* amar seus irmãozinhos’, ‘você *tem que* amar seu pai e sua mãe’, ‘você *tem que* respeitar...”); esse modalizador implica uma obrigação realizada verticalmente, ou seja, uma modalidade deôntica (FAIRCLOUGH, 2003), focada na exigência da realização de alguma ação. A articulação intertextual se encerra com a afirmação da oposição: “Na rua não. Na rua você ama porque você ama. Você detesta porque você detesta. Não tem um meio-termo”.

Paulina também se compromete fortemente por meio da expressão não-modalizada “não existe coisa melhor” (em “Não existe coisa melhor do que você fazer uma comida na rua”), que dá o sentido de que é incomparável tal experiência, superior a outra ou às demais, uma avaliação positiva ativada pelo qualificador ‘melhor’. Paulina elabora justificativas que se realizam no plano afetivo, abstrato (em “existe a solidariedade, existe a partilha”), mas

também no âmbito acional, concreto (em “cada um contribui com aquele pouco que tem”), em uma relação de complementação, na qual um argumento sustenta o outro.

O conjunto argumentativo opera na problematização da conduta da sociedade excludente – já mencionada por Paulina anteriormente – em “coisa que você não vê na dita sociedade normal”. Paulina volta-se, então, para a reflexão acerca da sociedade “que cada vez mais está muito individual”. Paulina, alinhando-se a um discurso de resistência, critica explicitamente a conduta ideológica de determinados grupos sociais; para isso, cria espaços discursivos diferentes para o que ela classifica como “sociedade dita normal” e para a população em situação de rua. Ela chama essa separação de “processo de irmandade” e justifica sua necessidade com um discurso de sobrevivência (em “porque a gente sabe que ou a gente se une ou a gente é destruído, então a gente procura se unir”), que ativa novamente a metáfora de guerra.

Paulina cria, então, um campo de guerra simbólico em que, de um lado, está a população em situação de rua, identificada por ela como autêntica e solidária, e, do outro, está a sociedade hegemônica, identificada como individualista, preconceituosa e excludente. Essa construção é baseada em um conflito construído metaforicamente, mas representativo da realidade da situação de rua vivenciada pela ex-vendedora. Sobre isso, Montecino (2010, p. 250) explica que

quando é impossível modificar os fatos do passado, pode-se sim mudar a posição que se tem diante deles a partir do presente e nesse espaço se posiciona a imagem de liberdade própria dessa visão existencialista. O narrador se apropria subjetivamente de sua história, ressignifica a sua vida, transforma-se e transforma o relato.

Nesse jogo simbólico, Paulina desenvolve paradoxos (‘sociedade individual’ e ‘irmandade’, por exemplo), reforçando o caráter opositivo dos grupos representados, e se inclui na ‘batalha pela sobrevivência’ por meio do uso do pronome ‘nós’, finalizando com a explicação de noção do perigo de desaparecimento (risco que, segundo ela, corre a população de rua), caso não se percebam como grupo, fazendo uma escolha lexical bastante contundente relativa à extinção por outrem: a destruição (em “porque a gente sabe que ou a gente se une ou a gente é destruído, então a gente procura se unir”). Por fim, ela se representa inserida em uma luta pela mudança de discursos que orientam o entendimento da situação de rua como uma opção de vida ou falta de vontade de ter uma vida socialmente legitimada.

Paulo, em sua representação particular, retoma o padrão abstrato de reconstrução da realidade:

- (44) Situação de rua... uma situação muito triste, causa muita dor, causa muita vergonha e você perde a vontade de viver... então, dignidade – que eu acho que é algo muito importante pra uma pessoa – a gente não tem na rua, por mais que a gente se esforce pra não se meter com drogas ou com vícios, ou com bebidas, ou o que seja, ou o que for, com furtos, mesmo você não se metendo, mas você não se sente digno de... de... nem de você nem das outras pessoas; é algo que acompanha a gente, essa dor, na rua. (Paulo, ex-vendedor)

O ex-vendedor prefere focar na caracterização da realidade da situação de rua com um conjunto de qualificadores de sentido negativo antecedidos pelo intensificador ‘muito/a’ (em “uma situação *muito* triste, causa *muita* dor, causa *muita* vergonha”). Em depoimento baseado na dor, na dificuldade e na indignidade, ele fecha o raciocínio com a menção à perda da vontade de viver. Paulo, com isso, sintetiza uma avaliação extremamente negativa da questão apresentada. Com o conectivo ‘então’, ele liga a caracterização depreciativa da situação de rua ao discurso da dignidade, recorrente nas representações das participantes. Ele, entretanto, modaliza subjetivamente (“que *eu acho* que é algo muito importante pra uma pessoa”) no sentido de classificar a dignidade como central na vida de toda pessoa. Finalmente, Paulo retoma o mesmo discurso materializado por Paulina (excerto (44)), no que diz respeito à perda do entendimento de si mesmo na sociedade (em “você não se sente digno de... de... nem de você nem das outras pessoas”), mas ativa esse sentido com processo mental. Ele recorre à estratégia da personificação, associando ao sentimento de estar em situação de rua uma ‘dor’ que persegue quem experiencia essa realidade (em “é algo que acompanha a gente, essa dor, na rua”). Segundo Lakoff e Johnson (2002, p. 87), a estratégia metafórica da personalização “nos permite compreender uma grande variedade de experiências concernentes a entidades não-humanas em termos de motivações, características e atividades humanas”. A própria situação de rua também é personificada, quando Paulo lhe atribui um potencial de causação: é a situação de rua que “causa muita dor, causa muita vergonha”. Assim, Paulo reforça a sua dificuldade com o uso dessa estratégia de representação.

5.1.4. Tema 4: O trabalho no *Aurora da Rua*

Pérola é a primeira a relatar a experiência de trabalho no *street paper*:

- (45) Houve situações que eu precisei pedir na rua, e quando me deram essa oportunidade, acreditaram em mim, eu não tinha um centavo pra comprar o jornal... porque é assim: a gente compra o jornal por R\$ 0,25 e, aí, a gente revende esse jornal por R\$ 1,00, então, R\$ 0,75 é do

vendedor, R\$ 0,25 fica no projeto pra confecção do jornal, né; eu não tinha esse dinheiro pra comprar o jornal, então, eles – além de me capacitar, de me dar oportunidade, de acreditar no meu potencial –, eles me deram dez exemplares de jornal pra eu começar a vender; então, eu saí daqui igual uma louca com esses dez jornais e, em menos de uma hora, eu vendi os dez jornais e retornei e, a partir daí, desse dinheiro, eu comecei a comprar, comprar, comprar (...) então, pra mim, foi um avanço me sentir muito valorizada, hoje já posso colocar dinheiro na minha poupança, é pouquinho, mas, é... Dá pra colocar e minha autoestima já tá bem trabalhada mesmo porque ela tava muito... baixíssima, mas, agora, começando a trabalhar... E acho que vale ressaltar que o Aurora descobriu em mim uma capacidade de escrita; então, eles me convidaram pra escrever um perfil no jornal e eu fiquei lisonjeada e consegui escrever, tá no jornal, na penúltima edição; é e tá lá; então, quando eu vejo meu nome lá, Pérola Novais, né, no jornal, com um texto que ficou muito bonito.... (Pérola, vendedora)

Pérola dá início à representação remontando aos tempos de albergue, ressaltando as dificuldades que passou no período em que estava no espaço, criando o contraponto com a possibilidade nova oferecida pelo trabalho no *Aurora da Rua*. Na narrativa, o elemento coesivo “a partir daí” texturiza essa oposição entre os dois tempos que organizam sua experiência. No trecho anterior à marcação dessa ruptura, Pérola representa-se com apassivação por beneficiamento, em que o agente localiza-se na equipe do jornal, representada pelo pronome de terceira pessoa do plural (“me deram essa oportunidade, acreditaram em mim”), ou em processos relacionais indicativos de posse e modificados por negação (“eu não tinha um centavo”; “eu não tinha esse dinheiro”), ou ainda em estrutura ativa, mas que denota, ao contrário, impossibilidade de agir de outra forma (“eu precisei pedir na rua”). Assim, nota-se que, antes da ruptura texturizada na narrativa com a adesão ao projeto do *Aurora*, o depoimento é marcado pela ofuscação da agência. Vemos, então, uma representação de empoderamento no qual o *street paper* assume o papel de possibilitador de mudança de trajetória.

Após descrever o processo de aquisição dos jornais, Pérola trata de seu início no trabalho como vendedora. Antes de relatar suas atividades propriamente ditas, volta a representar avaliativamente o periódico (em “além de me capacitar, de me dar oportunidade, de acreditar no meu potencial”), intercalando a oração avaliativa no fluxo da que é projetada como a principal. Esse rompimento sintático-semântico pode ser entendido como uma estratégia de destaque para a informação relativa à boa ação (da equipe) do periódico, a qual será entendida como gatilho para o advento de uma nova realidade na identidade de Pérola – que passa a comportar-se como agente. A mudança na agência é textualmente registrada por meio de processos indicativos de ação, como em “eu saí”; “eu vendi” e “eu comecei a comprar”, por exemplo, o que funciona duplamente como elemento positivo na identificação tanto do jornal como da própria participante.

O contato com o *Aurora da Rua* trouxe pontos positivos para a vendedora, segundo seu relato. Podemos perceber isso com a asserção “foi um avanço me sentir muito valorizada”, por meio da qual ela deixa pressuposto que tal sentimento não lhe estava tão acessível emocionalmente; a presença do intensificador ‘muito’ (em “muito valorizada”) também sinaliza o grau de mudança operado pela atividade na qual Pérola foi encaixada. Os tempos de outrora, isto é, do período da falta de serviço e da vida no albergue, também são mencionados por pressuposição (em “minha autoestima já tá bem trabalhada mesmo *porque ela tava muito... baixíssima*”), que é passível de retomada apenas com o conhecimento da história pregressa de Pérola. Articulada à pressuposição está a avaliação reforçadamente não desejável daquele tempo, realizada pela demarcação semântica ‘muito’ e ‘baixíssima’.

A questão é que Pérola exacerba a influência do jornal na sua retomada de agência e, curiosamente, acaba por colocar-se em segundo plano na própria representação, identificando-se como beneficiária de uma ação importante, só que praticada pelo *street paper* (em “o *Aurora* descobriu em mim uma capacidade de escrita”). Ao final do trecho, ela deixa de agir, reposicionando sua representação na dependência da atitude de interesse da equipe do jornal, para o qual ela vende exemplares e consegue dinheiro para ver-se novamente como ‘pessoa valorizada’.

Quando questionada acerca do trabalho que desenvolve no periódico, após o seu acolhimento na Comunidade da Trindade, Perpétua fez considerações, em momentos em que eu precisei solicitar dela mais precisão nas respostas – devido ao seu estilo de representação de realidade. Assim, sobre o trabalho, a vendedora colocou:

- (46) É gratificante [...] Hoje em dia eu sou vendedora. Eu sou vendedora. Agora aqui eu sou uma vendedora assim: eu só gosto de participar de grandes eventos, hoje, hoje; antes, não; antes, eu trabalhava assim, segunda-feira eu ia numa igreja, terça-feira eu ia na outra, quarta-feira eu ia em outra, quarta-feira e daí por diante. Hoje – pra você ver a força do jornal *Aurora* aqui dentro do estado de Salvador –, hoje, hoje, minha prioridade é grandes eventos. (Perpétua, vendedora)

No excerto 14, as respostas de Perpétua foram dadas após um refinamento da questão (indicado pelos parênteses). De acordo com a participante, houve uma evolução na sua atuação dentro do processo de venda, e o papel desempenhado é repetido por três vezes logo no início do excerto (“eu sou vendedora. Eu sou vendedora. Agora aqui eu sou uma vendedora”). Ela realiza essa representação por meio de dêiticos como ‘hoje em dia’, ‘agora’ e ‘antes’. É perceptível que a mudança de atividades é enfatizada pela repetição também desses dêiticos (em “*hoje, hoje; antes, não; antes*” e em “*hoje, hoje, minha prioridade é grandes eventos*”). Essa estratégia pode servir para organizar logicamente a mudança de

identidade marcada na asserção do seu novo entendimento social. Ao diferenciar o tipo de vendedora que é (em “minha prioridade é grandes eventos”), Perpétua parece querer dizer que não desenvolve um tipo de venda ‘qualquer’, mas que está escalada para atuar ‘um nível acima’, ou seja, que pertence a um patamar outro. Isso demonstra reconhecimento do trabalho e orgulho em mencionar tanto que faz parte dele quanto que está avançando no ofício. Assim, merece atenção especial a maneira como Perpétua se identifica: falando especificamente de sua experiência laboral, ela realiza textualmente essa representação por meio do processo mental afetivo ‘gostar’ (em “eu só gosto de participar de grandes eventos”) e da nominalização deverbal de ‘priorizar’ (em “minha prioridade é grandes eventos”), os quais são denotadores de agência volitiva, em que ela ‘elege’ o que ‘quer’ fazer. Ainda nessa linha de raciocínio, notemos a presença do restritivo ‘só’ antecedendo o processo mental ‘gostar’, indicando uma conduta seletiva, ou seja, de protagonismo na tomada de decisões relativas ao seu envolvimento com o periódico.

A ex-vendedora Paulina também rememora os tempos de atuação no *Aurora da Rua* de modo otimista:

- (47) Ah, tudo de bom! Porque a partir do momento que os vendedores são da população de rua, que tiveram trajetória de rua e que se sentam pra pensar num jornal que a pauta é dada pelos vendedores, isso faz toda uma diferença. (...) porque é assim: a galera do jornal se reúne, os vendedores, e diz qual é a pauta; com essa pauta, então, o que é que a gente vai falar num contexto, por exemplo, “a fé na população de rua”, “a religião da população de rua”, então tem esse tema, vai pras ruas, joga esse tema, a galera começa a falar, começa a discorrer e você, como estudante, apenas vai costurando, né? De uma forma mais unida, né? Juntando os pedaços. Então, ele é toda a rua, e principalmente... E falar do jornal é falar assim, a partir do momento em que você compra o jornal, que você leva pra sua casa, você tá deixando que nós possamos entrar dentro da sua casa, sente no seu sofá e dialogue com você; então, pouco a pouco você vai desconstruindo essa coisa que a população de rua é suja, é a escória da sociedade, é isso, é aquilo outro. (...) É porque as pessoas muitas vezes pensam que a população de rua, que o outro não tem nada pra lhe ensinar. (Paulina, ex-vendedora)

A exclamação que abre o excerto (47) dá o tom da representação de Paulina. Ela faz uma avaliação explícita por meio da expressão ‘tudo de bom’, que funciona semanticamente como um qualificador positivo. Paulina declara que o jornal é distribuído e organizado por atores sociais em situação de rua, no eixo de concepção, uma informação não tão clara no relato de Pérola (em (45)) e não mencionada no de Perpétua (em (46)). Paulina não modaliza e caracteriza o *Aurora da Rua* como ‘uma produção da situação de rua’ (em “os vendedores são da população de rua”). Ela também ressalta o diferencial do periódico com a declaração “isso faz toda uma diferença”. Paulina se aprofunda na sua visão da “diferença” operada pela proposta do periódico e, após a descrição do processo – focada, aqui, no plano conceitual –, passa a representar o jornal dando a ele características de ação contra-ideológica.

Primeiro, ela caracteriza de forma marcante o periódico estabelecendo uma construção metafórica que sinaliza o poder de ação frente às representações deturpadas da situação de rua em “ele é toda a rua”. Paulina, assim, organiza o entendimento do jornal como ‘a própria voz da população em situação de rua’. Na sustentação do argumento de que o jornal é a própria situação de rua, a ex-vendedora se inclui (em “você tá deixando que *nós* possamos entrar dentro da sua casa”) no grupo social. Paulina organiza uma estratégia argumentativa na qual estabelece discursivamente uma separação de grupos sociais: *nós*, em situação de rua, e *you*, na *sua casa*.

A separação parece projetar o *street paper*, que atua na representação como elo entre duas realidades aparentemente apartadas (“você tá deixando que *nós* possamos entrar dentro da sua casa”). Com uma progressão semântica que aproxima discursivamente os ‘universos’ (com a perspectiva gradativa operada no movimento semântico ‘casa > dentro de casa > sofá > diálogo > você’), Paulina constrói uma imagem de conciliação que tem seu ápice na desconstrução da lógica de dessemelhança (observada em “então, pouco a pouco, você vai desconstruindo essa coisa que a população de rua é suja, é a escória da sociedade, é isso, é aquilo outro”).

Paulo é o último a tratar do trabalho no periódico, e mantém-se fiel a sua linha de representação:

- (48) Bom, eu fui... Me apresentaram o jornal *Aurora* quando eu fui acolhido da rua pela Comunidade da Trindade, e falaram pra mim que *havia um jornal chamado Aurora aonde a gente poderia vender e ter algum ganho*; eh, a partir daí eu nunca tinha vendido nada, tinha muita vergonha de vender as coisas e fui ajudado por uma pessoa que tinha mais vergonha do que eu; então, isso se somou a zero, né, à experiência, mas depois eu descobri que eu tinha na minha mão algo muito importante e que as pessoas não sabiam a importância desse jornal e eu passei a divulgar essa importância, o conteúdo do jornal antes de vender, e, assim, eu comecei... eh... a adquirir clientes que compravam o jornal porque... Que compram o jornal – bem dizer – porque sabem da importância social do jornal pra vida daquele que tá vendendo e pras pessoas que vão comprar; eh, então, é uma informação muito importante que ela tá recebendo ali a respeito da situação de rua; eu comecei vendendo o jornal... eh, vendia dez jornais e... na porta de uma igreja, aqui, no Pelourinho, e as outras pessoas que pediam me tiraram de lá e, logo em seguida, eu descobri do lado da igreja uma forma de vender o meu jornal; então, há uma diferença entre se pedir e você trabalhar: quando você vende o jornal *Aurora*, você tá fazendo um trabalho digno. (Paulo, ex-vendedor)

O ex-vendedor explica que o contato com o periódico se deu na sua fase de acolhimento na Comunidade da Trindade. A primeira caracterização de Paulo relacionada ao jornal diz respeito ao aspecto de câmbio financeiro oferecido pelo *street paper* (em “havia um jornal chamado *Aurora* aonde a gente poderia vender e ter algum ganho”). A escolha por esse tipo de representação aparentemente reflete qual o interesse despertado pela proposta do jornal (que, como mencionou Paulina, atua em dois eixos de ação) em Paulo. A despeito do destaque

nesse primeiro entendimento do jornal para a sua vida, o ator social desenvolve uma representação paralela à de veículo de geração de renda (em “depois eu descobri que eu tinha na minha mão algo muito importante...”). Apoiando-se na construção de um cenário discursivo baseado no elemento circunstancial de tempo ‘depois’, o ator social seleciona um processo mental indicativo de ação cognitiva (‘descobrir’) para destacar a característica ‘importante’ do jornal, percebida posteriormente por ele.

Paulo se autoidentifica como agente na medida em que se posiciona marcadamente por meio dos grupos pronominais relativos ao ‘eu’ no discurso, como o uso recorrente do próprio elemento ‘eu’ e o uso de “minha mão” (em “depois eu descobri que eu tinha na minha mão algo muito importante e que as pessoas não sabiam a importância desse jornal e eu passei a divulgar essa importância”). É uma forma de se reportar à ‘descoberta’ do jornal como uma dádiva recebida.

Ainda assim, Paulo não se aprofunda no que chama de ‘importância’, mas preenche a representação feita com a sua inclusão na representação unida a processos que evocam semanticamente o uso da consciência (como no mental “eu *descobri*”), da posse (como no relacional “eu *tinha* na minha mão”) e da atividade dialógica (como no verbal com auxiliar que indica mudança “eu *passei a divulgar*”), em contraposição à alteridade associada à desinformação (“as pessoas *não sabiam* a importância desse jornal”). Esse fato, segundo a representação de Paulo, passa a mudar a partir do momento que o periódico chega ao conhecimento de outras pessoas, por intermédio do ator social com trajetória de rua.

Ele seleciona, quando da representação da relação com as demais pessoas, o processo ‘adquirir’, ligado à ordem de discurso do mercado, ou seja, o processo material que denota a tomada de posse de algum bem, mas nesse caso referente à ‘aquisição/ conquista de clientes’, ao sucesso na atividade laboral de venda do jornal, e de distribuição desse conteúdo simbólico novamente avaliado positivamente: “uma informação muito importante”. Podemos observar ainda que o ator social avalia negativamente a ação de pedir esmolas (assim como já havia feito Perpétua em (42)), provavelmente, por essa ser a visão ideológica da situação de rua dentro da sociedade economicamente ativa. Assim, também ativa o discurso da dignidade pelo trabalho, o discurso a que chamei ‘do/a cidadão/ã de bem’: “há uma *diferença* entre se *pedir* e você *trabalhar*: quando você vende o jornal Aurora, você tá fazendo um trabalho digno”.

5.1.5. Tema 5: Como soube do *Aurora da Rua*

O último tema no tópico-guia direcionado ao grupo com trajetória de rua trata da maneira pela qual os atores sociais haviam conhecido o *street paper*. Pérola e Paulo recordaram do momento de modo similar:

- (49) Pois é, eu fiquei sabendo, eh, através do ‘Projeto Levanta-te e Anda’, que tem uma ligação com aqui também; eu fui nesse projeto porque no albergue tinha um grupo de pessoas que frequentavam esse programa... Esse projeto, que à tarde, todos os dias à tarde, qualquer morador de rua pode ir a esse projeto, pode tomar um banho, pode lavar suas roupas, lá tem oficinas, né, e eles podem jogar dominó e tal; eu fui lá e procurei a assistente social e disse que queria trabalhar, que eu tava no albergue e, aí, foi lá que ela me falou desse jornal. (Pérola, vendedora)

Pérola menciona sua participação em outro projeto social, assim como a Comunidade da Trindade (em “eu fiquei sabendo, eh, *através do ‘Projeto Levanta-te e Anda’*, que tem uma ligação *com aqui* também”), e desenvolve a representação mais focada nas causas que a levaram a participar do projeto ‘Levanta-te e Anda’. A vendedora faz uma descrição do espaço de acolhimento e retoma o tema do *Aurora da Rua* relacionando-o à questão de geração de renda (em “disse que queria trabalhar, que eu tava no albergue”), representando avaliativamente o albergue como uma razão para a busca de ocupação (sentido operado na representação do contato com o periódico). Paulo estabelece a sua representação basicamente nos mesmos moldes:

- (50) Foi no dia que eu fui acolhido na Comunidade, e uns três dias depois... eh... Me falaram do jornal, eu vi o jornal; então, assim, foi aí que eu tomei conhecimento, foi pela minha situação de rua mesmo e foi colocado como uma fonte de renda, né, então, foi aí que foi-me apresentado o jornal. (Paulo, ex-vendedor)

O ex-vendedor relaciona o conhecimento da publicação ao tempo de vivência na comunidade em que são desenvolvidas as atividades do *Aurora da Rua*. Podemos perceber que a situação de rua é mencionada como uma causa para um posterior encontro com o jornal, o que não causa estranhamento. Paulo mantém o entendimento estruturado durante toda a entrevista, ao voltar a apontar a questão financeira como ponto de partida para o seu envolvimento com a publicação (em “foi colocado como uma fonte de renda”).

Perpétua faz da sua representação final um apoio das considerações realizadas acerca do periódico de rua:

- (51) Eu fiquei sabendo... Aqui... Eu não... Na verdade, na verdade, eu não sabia que existia esse negócio de *Aurora da Rua*; agora, uma coisa que me chamou a atenção foi quando fizeram a proposta pra mim do jornal *Aurora* e eu perguntei: “o que é o jornal *Aurora*?”, “pra que serve o

jornal *Aurora*?”; aí, então, alguma pessoa virou e falou assim pra mim: “o jornal *Aurora* é um jornal que edita a trajetória de ex-moradores de rua, né, e é aquela história que... diferente do que a sociedade costuma de ver todo santo dia...”. Por quê? Porque nas páginas principais de grandes jornais se encontra assim: “morador de rua é morto”, “morador de rua é seques...” é... “morto”, “morador de rua é preso”, “morador de rua é (...) baleado”, só mostra os pontos negativos da população de rua e o jornal *Aurora* não; o morador de rua ele tem suas... Ele tem também suas coisas boas também, seus pontos positivos, né; tantas pessoas conseguiram, né, superar as suas dificuldades, (...). Isso é difícil. Então, o jornal *Aurora* serve pra isso, é pra isso, nasceu pra isso, o jornal *Aurora* veio pra isso: pra poder mostrar esse outro lado que a sociedade ainda não conhece. (Perpétua, vendedora)

No início de sua resposta, Perpétua hesita, recomeça outras três vezes, mas por fim utiliza com duplicação o modalizador de alta afinidade ‘na verdade’. Como aconteceu em outras representações do grupo de vendedores/as, Perpétua dá a resposta à questão e aproveita o momento para se aprofundar em mais uma avaliação em relação ao periódico (em “o jornal *Aurora* é um jornal que edita a trajetória de ex-moradores de rua...”). Dessa vez, a vendedora traz ao depoimento a voz de outrem para realizar uma declaração de forte comprometimento com a verdade (da importância do *Aurora da Rua* para o grupo social das pessoas em situação de rua). Antes, ela utiliza o dêitico ‘aqui’ para se referir à Comunidade da Trindade, desenhando a relação íntima existente entre esses dois espaços.

Perpétua caracteriza o jornal e não se detém muito no modo como conheceu a publicação, mas, trazendo a voz de alguém não identificado, denota uma percepção mais ampla do efeito do jornal na vida dos atores sociais em situação de rua. A vendedora opera mais uma avaliação da pessoa em situação de rua (em “ele tem também suas coisas boas também, seus pontos positivos, né”) e o faz trazendo em perspectiva inicial a voz da mídia hegemônica, pressuposta no excerto anterior – com “diferente do que a sociedade costuma de ver todo santo dia...”. Perpétua, por meio do elemento modalizador ‘só’ (em “só mostra os pontos negativos da população de rua”), promove o *Aurora da Rua* como veículo que ‘foge à regra’ e que mostra o ator social em situação de rua como um ser humano – com defeitos, mas também com qualidades, aliás, o foco da publicação.

Ela texturiza uma avaliação positiva das pessoas em situação de rua como vitoriosas em sua luta por superação, com o auxílio do pré-modificador ‘tantas’, indicativo de um número considerável, apesar de indefinido. Por meio dos processos ‘servir’, ‘ser’ e ‘nascer’ (no período “o jornal *Aurora* serve pra isso...”), Perpétua faz a representação discursiva final do *Aurora da Rua*, recorrendo a uma estratégia bastante particular de caracterização: o uso de processos reforçadores da ação. A escolha de processos com valores semânticos como os de ‘ser’ e ‘nascer’ tem relação com a característica de atribuir originalidade ou um caráter de essencialidade ao objeto referido (no caso, ao *Aurora da Rua*). A característica em questão é a

de “poder mostrar esse outro lado que a sociedade ainda não conhece”. Perpétua, afinal, desvia do tema proposto para reforçar a singularidade do jornal de rua.

Na participação de Paulina, a ex-vendedora faz um aporte esclarecedor acerca da maneira como tomou ciência do *Aurora da Rua*:

- (52) Bem, eu estava presente no dia quando Sued acordou de manhã e que disse que tinha passado a noite inteira pensando e que tinha tido um sonho; e engraçado que quando Sued tem um sonho todo mundo olha e diz assim: “Ai, meu deus, aí vem mais uma bomba!”. Sem contar que, antes, a gente tava muito cansado, muito chateado, muito irritado por conta dessa situação da população de rua só sair nas páginas policiais, de todo esse estigma, de toda essa coisa. Foi a hora de dar um basta, e Sued justamente pensou num movimento eh... Da proposta de fazer um jornal diferente, que mostrasse a outra realidade das ruas. (Paulina, ex-vendedora)

Paulina menciona o nome de Sued (ver análise da entrevista na próxima seção), indicando a sua aproximação com o editor. A representação parte da ação concreta de um sonho tido; a descrição já exprime que a ideia de criação do jornal *Aurora da Rua* adveio de Sued, e coloca Paulina no centro do acontecimento (em “Bem, eu estava presente no dia quando...”).

Recordo que, no momento da entrevista, Paulina respondeu à questão de modo bem espontâneo, com esboços de riso e até gargalhadas. No primeiro período (“Bem, eu estava presente no dia quando Sued acordou...”), a ex-vendedora lança mão da estratégia do discurso reportado indireto, que concretiza a apreensão de “forma diferente do discurso de outrem” (BAKHTIN, 1981, p. 159), dado que a sua reprodução “implica uma análise da enunciação simultânea ao ato de transposição e inseparável dele” (BAKHTIN, 1981, p. 159), ou seja, Paulina traz a voz de Sued reformulada na sua, o que dá o sentido de inclusão maior do que o que podemos observar no segundo período (“e engraçado que quando Sued tem um sonho todo mundo olha e diz assim: ‘Ai, meu deus, aí vem mais uma bomba!’”), que traz a escolha do discurso direto denotando uma separação entre a voz da ex-vendedora e a de ‘todo mundo’.

É relevante observar que o comentário explicitado (“é engraçado”) conecta o primeiro período ao segundo, no qual está posicionado, e recupera uma ligação emocional e/ou afetiva com a ação de Sued. Sobre a ligação entre a escolha do uso indireto do discurso reportado e as manifestações subjetivas, a saber, elementos emocionais e/ou afetivos, Bakhtin (1981, p. 59) explica que “antes de entrar numa construção indireta, eles passam de formas de discurso a conteúdo ou então encontram-se transpostos na proposição principal como um comentário do *verbum dicendi*”. É exatamente o que podemos ver em “Sued acordou de manhã e (...) *disse que* tinha passado a noite inteira pensando”. Tal representação exprime uma possibilidade de

intersecção discursiva, baseada no estilo e na identificação, entre Paulina e o editor do jornal de rua.

Essas escolhas são significativas uma vez que a representação está focada na origem do *street paper* e no posicionamento de Paulina, que, discursivamente, alinha-se por meio de intertextualidade à voz do editor de um veículo de luta contra-hegemônica. Por demarcação temporal denotada pelo elemento dêitico ‘antes’ (em “antes, a gente tava muito cansado...”), Paulina expressa textualmente seu compartilhamento com Sued, utilizando o termo ‘a gente’, equivalente ao pronome ‘nós’, com sentido agregador. A ex-vendedora unifica as vozes, explicitando um conjunto de sentimentos negativos gerados a partir da problemática da representação da mídia hegemônica (também abordada em (51), por Perpétua).

Esse conjunto é intensificado pela recorrência do reforçador ‘muito’ (em “a gente tava *muito* cansado, *muito* chateado, *muito* irritado”), que, juntamente com a escolha pelo item lexical ‘estigma’, dá o contorno de avaliação indesejável e incentivadora da criação de um veículo de protesto. Paulina elabora uma asserção categórica indicativa do grau de comprometimento com a causa (em “Foi a hora de dar um basta”), em que ‘basta’ está semanticamente ligado à criação do periódico (ou seja, esse ‘basta’ foi a criação do *Aurora da Rua*).

Na próxima seção, apresento análises das interações com editores/as, jornalistas e colaboradores/as sem trajetória de rua, que seguiram, conforme explicitado no Capítulo 3, um tópico-guia específico – a ser reapresentado também na seção que segue.

5.2. ENTREVISTAS COM EDITOR/AS E COLABORADORA SEM TRAJETÓRIA DE RUA

Na etapa de interação com editores/as, jornalistas e colaboradores/as, participaram Sued, Glenda, Graciela e Cora, nessa ordem. Diferentemente do grupo de vendedores/as, na ocasião das entrevistas analisadas nesta seção, os encontros dividiram-se em dois dias nos quais um colaborador e duas colaboradoras (Sued, Glenda e Graciela) participaram no primeiro dia, e uma colaboradora (Cora), no segundo. As entrevistas tiveram duração entre quinze e quarenta minutos, com exceção da de Graciela, cuja participação se caracterizou como a mais longa, com algo mais que cinquenta minutos (ver Capítulo 3).

Como esperado, houve uma diferenciação entre os dois grupos participantes, no que diz respeito ao modo de interação, à objetividade e ao entendimento de certas questões sobre o tema. Os temas propostos no tópico-guia e compartilhados com o grupo foram, em sua maioria, distintos daqueles abordados com o primeiro grupo:

1. *Aurora da Rua*
2. As pessoas em situação de rua no jornal *Aurora da Rua*
3. A produção, edição e publicação dos textos no *Aurora da Rua*
4. A experiência com o trabalho no *Aurora da Rua*
5. Efeitos do jornal *Aurora da Rua* sobre políticas públicas (ou não)

Nas subseções que seguem, cada um desses temas será apresentado a seu turno.

5.2.1. Tema 1: *Aurora da Rua*

Em uma participação de quase quarenta minutos (37m40, exatamente), Sued abordou todos os temas propostos no tópico-guia em uma interação bastante esclarecedora. Sobre o título do periódico, ele explicou:

- (53) ‘Aurora’, ela remete à passagem da noite para o dia, então, das trevas para a luz; o povo da rua ele vive nas trevas e vive na noite, tanto a noite física, quanto a noite interior; todas as trevas interiores de um ser humano. Por ter vivido mais de dez anos nas ruas mesmo, ter convivido, sobretudo, de noite com a população de rua, pude diariamente tocar no dedo todo esse mundo de trevas e de noite que existe nas ruas; na Comunidade da Trindade, depois de um certo tempo de caminhada, a gente veio a celebrar todas as saídas das noites para o dia, quando uma pessoa conseguia a sobriedade, conseguia o trabalho, voltar pra família, alcançar saúde; é evidente que neste momento a gente celebra essa aurora; agora, chegou um momento de nos questionarmos também: “aonde estaria a aurora daqueles que ficam nas ruas?; como poder perceber a luz ainda no meio das trevas?”. (...) Aí em 2006, deste grande questionamento nasceu uma poesia aqui na Comunidade, que procurou justamente falar das auroras presentes no coração da noite, de como ainda no coração da noite existe a esperança da aurora; existe a certeza de que a luz vence as trevas, a certeza de que a vida é mais forte do que a morte, mesmo na história de Jonas. (...) E essa poesia nasceu em 2006 ao mesmo tempo que se começava a idealizar o nosso jornal, que não tinha nome ainda não, e juntando a poesia e o sonho do jornal que nasceu o nome do nosso jornal *Aurora da Rua*. (Sued, editor)

Sued inicia sua explicação sobre o nome do jornal usando uma estratégia já observada nas representações dos atores sociais em situação de rua, a metáfora (como em “remete à passagem da noite para o dia, então, das trevas para a luz”). Estabelecendo um jogo antitético (bastante presente nos textos das reportagens de capa – *vide* Capítulo 4), Sued relaciona o título do jornal a sentidos antagônicos: ‘noite’ *versus* ‘dia’; ‘trevas’ *versus* ‘luz’. Essas antíteses servem de apoio para sua definição da situação de rua e da chegada do *Aurora da Rua* à vida dos atores sociais em situação de rua (em “‘Aurora’, ela remete à passagem da noite para o dia, então, das trevas para a luz; o povo da rua ele vive nas trevas e vive na noite, tanto a noite física, quanto a noite interior”).

O título do periódico remete, portanto, por oposição, à negatividade atribuída à situação de rua, denotada como sombria – em termos metafóricos, Sued alude a uma ‘noite

interior’, o que localiza o problema no indivíduo, já que não se atribui o mesmo sentido, por exemplo, à ausência de políticas públicas ou a problemas sociais como o desemprego estrutural. Ele estabelece uma relação original que utiliza sentidos amplos: concretos (como na menção à escuridão noturna, palco mais comum da violação de direitos, em “tanto a noite física”) e abstratos (metaforizados, por exemplo, em “quanto a noite interior”) atrelados a uma lógica maniqueísta.

Em seguida, Sued refere sua própria experiência com a situação de rua (em “Por ter vivido mais de dez anos nas ruas mesmo”), ou seja, desloca-se discursivamente do campo semântico da abstração; com isso, ele confere robustez a seu comprometimento com a verdade defendida e justifica, com os dados concretos da experiência, um título que alia uma condição de vulnerabilidade extrema a um sentido positivo, ‘iluminado’. A seleção lexical de ‘sobretudo’ (em “ter convivido, sobretudo, de noite com a população de rua, pude diariamente tocar no dedo todo esse mundo de trevas e de noite que existe nas ruas”) opera o destaque da informação subsequente, caracterizando aspectos semânticos reunidos em ‘noite’, ‘trevas’ e ‘rua’ como equivalentes e reais – ainda que metaforizados (além das metáforas já discutidas, aqui aparece “tocar no dedo”, que denota uma compreensão física do problema, novamente ressaltando a relevância da experiência concreta).

Em “*é evidente* que neste momento a gente celebra essa aurora”, Sued demonstra um forte comprometimento com a celebração da vitória ‘do dia sobre a noite’ pela Comunidade da Trindade. Ele assume a voz do espaço de acolhimento, identificando-se com ele por meio da expressão de sentido pronominal ‘a gente’, que agrega duplamente as vozes de Sued e da Comunidade da Trindade. O uso do marcador epistêmico ‘é evidente’ faz com que o sentido da oração siga no entendimento do que não se pode contestar.

O ator social faz uma cisão em seu depoimento, ao explicitar o alerta de que as vozes que ficam satisfeitas com o sucesso de alguns/mas frente à situação de rua precisam estar atentas para os insucessos também (em “chegou um momento de nos questionarmos também”), e traz para a representação questionamentos, segundo ele, necessários, em que aqueles/as que não superaram a situação de rua, e que de acordo com a representação permaneceriam ‘nas trevas’, aparecem destacados/as: “aonde estaria a *aurora* daqueles que ficam nas *ruas*?; como poder perceber a *luz* ainda no meio das *trevas*?”. As duas orações aparecem em justaposição no excerto, e são estrutural e semanticamente muito semelhantes, o que permite ver a relação entre ‘aurora’ e ‘luz’, por um lado, e entre ‘ruas’ e ‘trevas’, por outro. As duas perguntas são articuladas no depoimento de Sued como vozes externas

(articuladas com “agora, chegou um momento de nos questionarmos também”), em instâncias intertextuais que mostram a polifonia no texto:

Em ADC, a polifonia – presença de muitas vozes em textos – e a intertextualidade – relação dialógica entre textos, entendidos de modo amplo – são propriedades intimamente relacionadas. Em textos específicos, a ausência ou a presença de vozes provenientes de textos diversos, assim como a natureza da articulação dessas ‘vozes particulares’, permitem explorar práticas discursivas existentes na sociedade e a relação entre elas. (RAMALHO & RESENDE, 2011, p. 133)

O editor do periódico estende o discurso da iluminação à população que ainda enfrenta a situação de rua por meio dessa articulação intertextual, que desdobra no texto reflexões representadas como compartilhadas com outros atores (“nos questionarmos”). Assim, as vozes ressaltadas por meio dos questionamentos atribuídos são discursivamente dispostas como uma espécie de ‘voz da consciência’, qual, como é de domínio público, não deixa esquecer pontos importantes, porém negligenciados.

As perguntas retóricas, especificamente, servem como base para a retomada da verdade defendida: a da necessidade da criação de um veículo de defesa dos direitos daqueles/as que vivem ‘nas noites’ da situação de rua (em “Aí, em 2006, *deste grande questionamento* nasceu uma poesia aqui na Comunidade, que procurou justamente falar *das auroras presentes no coração da noite...*”). Apesar de o tema proposto se referir ao título, Sued menciona a criação do jornal, atribuindo a seu título uma explicação narrativa e representando a ação de forma lírica, ou seja, voltando a usar expedientes de viés abstrato.

Assim como faz Sued, Graciela também recorre a uma construção abstrata para dar início a sua representação acerca do termo que dá título ao jornal:

- (54) Pelo nome ‘Aurora da Rua’ já se tem uma ideia do que significa. ‘Aurora’ é esse rompimento do momento das trevas para o alvorecer e é isso que acontece quando o morador de rua é acolhido, acolhido no jornal (...) e, além desse significado extremamente simbólico do nome, ‘Aurora da Rua’ também quer dizer uma nova perspectiva de vida, né, uma outra possibilidade de viver, de se relacionar, de se comunicar, é chance, é esperança, não só pra quem é morador de rua, mas pra quem conhece o jornal, para um leitor que descobre o que é amor pelo conceito dado por um morador de rua, sabe? Pra um jornalista que descobre o que é a humanidade no contato direto com quem só tem o essencial pra viver, mas muito mais do que o essencial, então, é como se fosse uma grande fonte de luz e pra quem chega perto, é tocado por essa luz. (Graciela, jornalista-editora)

Graciela utiliza a mesma estratégia discursiva de Sued, a descrição por meio do enquadre de antíteses coocorrentes, tais como ‘trevas’ e ‘alvorecer’ (em “‘Aurora’ é esse *rompimento do momento das trevas para o alvorecer*”) e construções paradoxais, nas quais o sentido do

jornal está associado ao fenômeno natural do amanhecer, ou seja, de luz em oposição à escuridão, semantizada no mundo das ruas, por exemplo, em outro trecho da entrevista: “quem mora nas ruas, *por mais que amanheça, a escuridão sempre tá ali, de alguma forma, dentro dele*, e entrar no *Aurora* é esse despertar, que não é rápido, é algo com o tempo”. Note-se, nesse trecho, a correspondência com a representação de Sued acerca da ‘noite interior’. Além disso, Graciela opõe os sentidos de amanhecer e de despertar: não adianta apenas amanhecer, se a noite que se instala, metaforicamente, é interna; o despertar, por outro lado, associa-se a essa ‘aurora’ também interior.

O jornal, assim, é representado como um gatilho para o despertar daquele/a que ‘segue em meio às trevas’ (como já mencionara Sued) da situação de rua. Essa estratégia discursiva escolhida por Graciela opera uma avaliação positiva para a publicação de rua, especialmente porque esse ‘despertar’ é avaliado como penoso. A jornalista recorre a uma lógica de aparências calcada em representações metafóricas e no discurso maniqueísta ‘claro/escuro’. A voz de Graciela concentra um estilo retórico argumentativo, que recorre à metáfora para mobilizar uma afinidade com a sua argumentação (FAIRCLOUGH, 2001).

A jornalista, em seguida, passa a organizar representações que convergem para o tema proposto mais especificamente. Nesse momento, não se trata mais de destacar o sentido de *Aurora da Rua* por meio da desconstrução de uma figura antagonista (a saber, a situação de rua), mas sim pela marcação mais explícita de características positivas. Graciela esclarece que todo o período do segundo destaque (iniciado em “‘Aurora da Rua’ também quer dizer uma nova perspectiva de vida...”) versa sobre o *street paper* e não apenas sobre o que seu título desperta nos/as envolvidos/as. O que era tomado por pressuposição, passa a ser, então, explicitado (em “pra quem conhece o jornal”). Focando a representação em aspectos mais concretos do mundo, Graciela utiliza como estratégia discursiva a intertextualidade, trazendo diferentes vozes para a corroborar a argumentação que sustenta.

Fairclough (2003) lembra que a intertextualidade trata da incorporação de outros textos em um texto particular, sendo que esses textos são recuperados e recontextualizados mediante a articulação de vozes – “potencialmente outras vozes que não a do/a próprio/a autor/a” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 214) –, tais como Graciela faz. No excerto, temos mais três vozes, além da de Graciela (incorporada à do *Aurora da Rua*), explicitamente identificadas por “morador de rua”, “leitor” e “jornalista”, mais outra voz indefinida, marcada pelo pronome de sentido indefinido ‘quem’. Todas essas vozes são trazidas à representação de Graciela como beneficiárias das ações (positivas) produzidas pelo contato com o *Aurora da Rua*. Essa representação notabilizada pela avaliação desejável do jornal é estilisticamente

‘adornada’ por itens lexicais de sentido positivo, como ‘nova perspectiva de vida’ (reforçada por contraste com ‘outra possibilidade de viver’); ‘chance’; ‘esperança’; ‘humanidade’; ‘grande fonte de luz’. O item lexical ‘luz’ permanece em uma espécie de relação sinonímica com o nome do jornal.

Alternativamente às representações de Sued e Graciela, Glenda e Cora fazem escolhas mais objetivas para interpretação do jornal. Começemos por Glenda:

- (55) Então, *Aurora da Rua* é um... veículo de comunicação que tem um olhar totalmente diferenciado, que tem um cuidado, eh, muito especial para a população de rua e... é um.. veículo que favorece também a dignidade da pessoa, levanta a autoestima e etc. (Glenda, colaboradora)

Glenda afasta-se de uma definição mais direta do nome do jornal, preferindo definir especificamente o próprio *street paper* – e sua texturização é bem diferente dos excertos anteriores, que usaram de forma bastante destacada o recurso da metáfora. Entretanto, ela reforça a característica ‘diferenciada’ do periódico de rua, utilizando o recurso da pressuposição para contrapor com sua declaração o fato de que o jornal se diferencia de outros; esses ‘outros’, por estarem pressupostos, operam uma ausência significativa na representação da colaboradora.

Talvez isso se dê porque a atuação de Glenda no jornal – se comparada às de Sued, Graciela e Cora – aconteça de modo lateral (pelo menos no período de realização das entrevistas). Durante o tempo de observação no campo, percebi que seu envolvimento mais efetivo era com a Comunidade da Trindade; assim, o jornal *Aurora da Rua* parecia ser uma extensão de seus préstimos para o grupo. Tanto é que a participação da colaboradora, apesar de solícita e bem articulada, foi a mais breve, com, aproximadamente, dezoito minutos de duração, nos quais as respostas dela pareciam ser de uma observadora das atividades e do funcionamento geral do *street paper*.

Ainda assim, podemos observar o movimento discursivo de uma representação de ação transformativa que indica mudança em relação a práticas tradicionais de produção midiática (como ‘ter um olhar totalmente diferenciado’; ‘ter um cuidado muito especial’) e em relação a sua influência mais direta sobre a situação de rua (como em ‘favorecer a dignidade’ e ‘levantar a autoestima’). As representações são reforçadas por modalizadores de alto grau epistêmico (como em “tem um olhar *totalmente* diferenciado, que tem um cuidado, eh, *muito* especial para a população de rua”).

No depoimento da jornalista Cora, muitos dos tópicos mencionados por Glenda acabam recebendo um aprofundamento, que dá outras pistas discursivas:

- (56) Um veículo de comunicação, eh, cuja principal proposta é ser fonte de renda pra pessoas em situação de rua e, eh, trazer uma nova perspectiva de vida pra essa pessoa e, ao mesmo tempo, a proposta é ser um veículo que interfira no olhar da sociedade em geral sobre essa população; ou seja, essa população é bastante estigmatizada, eh, sofre com vários rótulos nos meios de comunicação convencionais, né? Nesses meios, elas geralmen... As pessoas em situação de rua, geralmente, passam por mendigo, coitados, eh... São bastante estigmatizados nesses meios de comunicação, então, a proposta do *Aurora* é fazer diferente, trazer uma visão mais humanizada dessa população, mostrar que há trabalhadores, que há pessoas que sonham, que querem mudar de vida e que lutam diariamente pra conseguir esses objetivos. (Cora, jornalista-editora)

Cora foi a última a ser entrevistada nessa etapa do trabalho de campo. Ela abordou os temas do tópico-guia para a entrevista de maneira bastante objetiva, e seu estilo mais contido desenvolveu-se em uma interação de pouco mais de vinte e cinco minutos, nos quais ela pôde versar sobre os tópicos levantados com um estilo notadamente didático.

No primeiro destaque (iniciado por “Um veículo de comunicação...”), Cora faz uma representação harmonizada com a de Glenda (em (55)), mas avança na caracterização ao declarar ser a função essencial do *street paper* constituir uma “fonte de renda pra pessoas em situação de rua”. Em seu aprofundamento, Cora alinha-se a alguns discursos já instanciados por outros atores sociais neste capítulo, mas contradiz outros. Para ela, o periódico funciona, primeiramente, como um apoio financeiro e, depois, como um espaço de resgate de uma identidade protagonista.

Aliás, analisando a representação da jornalista, é possível observar que a questão econômica funciona como catalizador da cidadania (“ser fonte de renda pra pessoas em situação de rua e, eh, trazer uma nova perspectiva de vida pra essa pessoa”), visto que a oração que trata da mudança identitária é posposta à da geração de renda. Cora, assim, afasta-se discursivamente do defendido por Graciela (em (54)) na sua abstrata representação acerca do jornal *Aurora da Rua*: apesar de representar o jornal como transformador, não prioriza o discurso da ‘iluminação’. Ela destaca outra frente de atuação do jornal, referindo-se à sociedade que não experiencia a situação de rua (em “a proposta é ser um veículo que *interfira* no olhar da sociedade em geral sobre essa população”): utilizando um processo material de forte carga semântica (‘interferir’), Cora estrutura um valor de instrumento transformador efetivo para a desconstrução de discursos preconceituosos em relação à população em situação de rua.

A jornalista retoma o tratamento excludente sofrido por esses atores sociais inclusive por parte da mídia hegemônica (referida como ‘convencional’). Temos, na primeira parte da representação de Cora, atores sociais em situação de rua identificados de modo apassivado,

como beneficiários das benesses do jornal *Aurora da Rua* ou como assujeitados a um comportamento hostil: na representação, eles não executam ações no mundo social.

Depois de trazer à tona a questão da identificação negativa operada pela mídia hegemônica, Cora passa a reposicionar os atores sociais em situação de rua de modo mais ativo e, para tanto, utiliza novas estratégias discursivas que constroem uma nova e positiva identificação. Assim, no segundo destaque (iniciado em “a proposta do *Aurora...*”), pessoas em situação de rua estão representadas por meio de processos e locuções que conferem sentido de agência no mundo (‘querer mudar’ e ‘lutar pra conseguir’, por exemplo), e classificadas com carga semântica de avaliação positiva: ‘trabalhadores’. O trecho “há pessoas que sonham” também indica ação cognitiva de volição, uma vez que “exprime desejo, vontade, interesse em algo” (FUZER & CABRAL, 2010, p. 53), denotando um indivíduo não apático ao que o rodeia e, por extensão, à sua própria realidade.

5.2.2. Tema 2: As pessoas em situação de rua no jornal *Aurora da Rua*

Sobre a participação de pessoas em situação de rua e seus modos de atuação no periódico *Aurora da Rua*, Sued inicia seu relato com uma declaração não modalizada, que descreve o funcionamento do jornal em detalhes:

- (57) O jornal não é feito para as pessoas de rua, eh, ele deseja ser a voz deles; e mais do que isso, eh, em todas as etapas de preparação do jornal, moradores de rua participam: desde a reunião de pauta, onde eles têm voz ativa e muitas vezes eles mesmos escolhem os temas e às vezes nos levaram, nós, como equipe de redação, a poder abordar temas que, a priori, a gente se dizia: “a gente não é capaz de abordar esse tema”, mas nos provocaram dizendo que queriam que esse assunto fosse abordado pelo jornal e nos levaram a trabalhar esses temas que não eram fáceis, às vezes. (...), ele tem uma participação muito ativa na elaboração do jornal; porque o nosso jornal sendo temático, né, ele tem um tema que é matéria de capa; a matéria de capa é trabalhada por toda a equipe de redação e não apenas pela jornalista ou pelas jornalistas presentes, (...); os jornalistas presentes anotam tudo aquilo que se diz, as reações, os movimentos, e a partir da oficina se monta a matéria de capa, por isso, a matéria de capa não é assinada pelo jornalista; ela é considerada como uma construção coletiva, que envolve quem estava nas ruas, que participou das oficinas de texto, que envolveu toda a equipe de redação que animou as oficinas de texto e cuja mão final, claro, é do profissional, do jornalista, porque o jornal quer ter um lado muito profissional; então, pra ser realmente um artigo profissional tem que ter, no final, essa postura profissional de um jornalista, de uma jornalista, mas, porém, deixa uma... um grande espaço dentro da elaboração final pra realmente ser a voz daqueles que todos foram movidos nesse tema nas ruas, né? (Sued, editor)

O editor representa sintonia entre a população em situação de rua e o jornal *Aurora da Rua* no que se refere aos processos de produção da publicação. A representação do editor constrói um cenário democrático na construção do *Aurora da Rua*, no qual as pessoas em situação de rua têm acesso aos expedientes de produção do jornal. Sued, inclusive, já no início, assume a voz

do *street paper* e confere a ele uma ação animada: a de ‘desejar’ ser “a voz” do grupo social (em “ele deseja ser a voz deles”). Entretanto, a ação não é restrita apenas à própria população em situação de rua (o que se expressa pela asserção categórica: “O jornal *não é* feito para as pessoas de rua”).

A escolha pelo processo mental desiderativo ‘desejar’ atribuído ao jornal parece suavizar a relação de poder subjacente nas representações dos atores sociais ligados ao planejamento editorial do *Aurora da Rua*, a saber, o ‘empoderamento’ da população em situação de rua a partir do seu vínculo com o *street paper*. Essa relação de poder, baseada no empoderamento, está operada por pressuposição, tendo em vista que se (a equipe d) o jornal ‘quer ser a voz’ da situação de rua, pressupõe-se que esse grupo social não possui um veículo para tal; ademais, as explicações referentes ao processo de produção dadas por Sued ativam mais pressuposições proposicionais que orientam para a inexistência de participação ou autonomia de atores sociais em situação de rua em espaços de comunicação (como em “em todas as etapas de preparação do jornal, moradores de rua participam”; em “eles têm voz ativa” e em “eles mesmos escolhem os temas” – de que se pode pressupor um oposto na mídia tradicional, ainda que não expresse).

Essa representação ilustra o começo da fala de Sued, quando ele defende que o jornal tem a intenção de ser a voz da situação de rua. Os atores sociais em condição de rua são, então, elevados a um grau de equivalência à equipe institucionalizada, na declaração em que o editor identifica a equipe de editores/as e colaboradores/as letrados/as como ‘incapazes de abordar determinados temas’ (em “eles (...) às vezes nos levaram, nós, como equipe de redação, a poder abordar temas que, *a priori*, a gente se dizia: ‘a gente não é capaz de abordar esse tema’”). Nos períodos seguintes, Sued elenca situações que dão sustentação ao argumento inicial.

No segundo destaque do excerto (iniciado por “ele tem uma participação muito ativa na elaboração do jornal...”), ele seleciona vários processos que dão o sentido de agência aos atores sociais beneficiados pelo periódico, e elabora mais reforços argumentativos. Assim, o editor dá também o exemplo da participação na feitura da reportagem de capa, seção mais importante do jornal (e objeto de análise no Capítulo 4). Sued avalia a participação dos atores sociais em situação de rua (representados como ‘ele’) como ‘ativa’, e incorpora esses atores sociais à ‘equipe de redação’. Assim (em “a matéria de capa não é assinada pelo jornalista”), usa a reportagem de capa para mudar o foco da sua representação; mesmo fazendo questão de deixar demarcado o discurso da inclusão (em “a matéria de capa não é assinada pelo jornalista; ela é considerada como uma construção coletiva”), Sued passa a desenhar a

necessidade de profissionais jornalísticos no processo. Ele demonstra preocupação com o aspecto técnico da publicação (“um lado *muito profissional*”), o que remete à discussão sobre legitimação social calcada na posição de atores sociais nas práticas especializadas e à tecnologização do discurso.

Sued retoma para si, neste novo momento da representação, a voz do jornal, e seleciona novo processo desiderativo (‘quer’) (em “o jornal *quer* ter um lado muito profissional”) – menos suavizado do que ‘deseja’ (em “deseja ser a voz deles”). Podemos observar a existência de flancos na tentativa de suavizar as relações de poder: Sued recorre a estratégias de eufemização (operada pelas escolhas lexicais apontadas), mas acaba reforçando por pressuposição que há diferenças hierárquicas subliminares. Em outras palavras, embora todos/as estejam representados/as como agindo juntos/as, a “mão final, claro, é do profissional, do jornalista”. É o/a jornalista quem dá o veredito – ou ‘deixa’ (em “pra ser realmente um artigo profissional tem que ter, no final, essa postura profissional de um jornalista, de uma jornalista, mas, porém *deixa* (...) um grande espaço dentro da elaboração final”) – acerca do que será publicado no jornal.

Vejamos agora o que nos diz Cora, cujas representações elevam o periódico a um nível de diferenciação, como um autêntico veículo porta-voz da população em situação de rua:

- (58) Elas são protagonistas do jornal. Em torno delas giram toda a produção textual; é sobre elas que o jornal fala e para elas também. A proposta do jornal é que o jornal seja um veículo porta-voz dessa população de rua, né? Que reflita as ideias, os pensamentos, as vontades da população de rua, e, na verdade, eh, isso é bem demonstrado... Isso fica bem claro porque elas participam efetivamente do processo de produção do jornal, desde a reunião de pauta, na qual é escolhido o tema, que vai ser veiculado no jornal, que a gente vai trabalhar em cada edição, até finalmente, na questão da venda, né? Então, a figura do morador de rua perpassa todo o processo produtivo do jornal; quando a gente escolhe um tema, a gente vai pra rua, trabalha nos locais em que a população de rua costuma estar: largos, viadutos; então, a gente faz um trabalho através das oficinas de texto, que podem ser conversas informais, a gente dá esse nome de ‘oficina de texto’, mas ela atinge uma gama de situações, né? Oficinas lúdicas, com pintura, teatro, então, a gente, eh, em função do tema, a gente formula como será essa oficina pra que ela traga a matéria-prima o mais próximo possível da realidade da pessoa em situação de rua. (Cora, jornalista-editora)

Para levar a cabo a representação que ressalta o diferencial apontado no excerto anterior (de não ser apenas um jornal feito segundo a visão de jornalistas), Cora, a jornalista-funcionária do *Aurora da Rua*, usa o primeiro destaque de (58) (iniciado por “Elas são protagonistas do jornal.”) para delimitar aspectos que justificam o entendimento também defendido por Sued. A jornalista inicia a abordagem do tópico utilizando uma asserção categórica (“Elas são

protagonistas do jornal”) que serve como o argumento principal a ser destrinchado por todo o destaque.

Cora utiliza a figura metafórica de ‘centro’ para realizar a ideia de importância que os atores em situação de rua têm na produção do *street paper* (em “Em torno delas giram toda a produção textual”), entretanto constrói um sentido de objeto, sobre quem se fala, e de objetivo, para quem se fala (em “é sobre elas que o jornal fala e para elas também”). Essa observação é relevante no sentido de que, até aqui, tem ficado nítido que o grupo editorial (ou seja, sem trajetória de rua) ressalta que o *Aurora da Rua* é, de fato, uma ‘voz da população de rua’ (aliás, uma metáfora muito usada), mas podemos refletir sobre até que grau isso acontece nas práticas de produção.

Cora recorre ao argumento de participação efetiva para realizar a avaliação positiva do jornal, o que lembra o discurso protagonista. Sua representação encadeia-se por meio do conectivo explicativo ‘porque’, seguido de uma enumeração de práticas colaborativas na produção do jornal (em “na verdade, (...) isso fica bem claro *porque* elas participam efetivamente do processo de produção do jornal, *desde a reunião de pauta, (...), até finalmente, na questão da venda*). Contudo, um caráter de objeto da publicação delinea-se na continuação da representação da jornalista, que utiliza a expressão ‘figura do morador de rua’ (em “a figura do morador de rua perpassa todo o processo produtivo do jornal”) no momento da descrição do processo de construção do jornal. A escolha por ‘figura’ é simbólica, pois semanticamente opera um sentido de ‘imagem’, ou seja, de determinada representação.

Desse modo, quando menciona ‘figura’, Cora parece imprimir a ideia da existência de um molde pré-estabelecido para o qual tudo converge (ou deve convergir). Assim, abre-se uma questão sobre a efetiva participação de pessoas reais, em situação de rua, na produção do jornal, ou da participação como objeto-tema que os textos orbitam, ou ainda como fonte de informação – no sentido mesmo de fonte jornalística. Cora ainda faz uma descrição que revela que as propostas de trabalho seguem pré-estabelecidas pela equipe do jornal e partilhadas com aqueles/as que não fazem parte dela (em “quando *a gente escolhe* um tema, *a gente vai pra rua, trabalha nos locais em que a população de rua costuma estar: largos, viadutos, então, a gente faz um trabalho através das oficinas de texto*”), uma vez que quem é representado como agindo no mundo é “a gente”, categoria preenchida pela equipe editorial, o que se esclarece nas oposições: ‘*a gente vai pra rua*’, ‘*a gente trabalha nos locais em que a população de rua costuma estar*’. Assim, na representação de Cora, há ‘um grupo que investiga outro grupo’, um grupo que se informa com outro, que é, portanto, a fonte.

Levando em consideração que o grupo de pessoas em situação de rua engajado no projeto do *Aurora da Rua* vem da Comunidade da Trindade (conforme observado na Seção 5.1), podemos denotar que, segundo a representação de Cora, existem, factualmente, três níveis de participação na construção do jornal: os acolhidos que participam do *Aurora da Rua* (reuniões de pauta e venda); os jornalistas que norteiam as discussões; e as pessoas que estão em situação de rua e que não fazem parte da Comunidade da Trindade, mas podem ser encontradas em “largos, viadutos”, e assim contribuir com sua experiência e ‘projetar sua voz’. Esse último grupo participa do jornal por meio das oficinas (com “então, a gente faz um trabalho através das oficinas de texto”). Assim, os não acolhidos na Trindade são identificados no discurso de Cora como uma rica fonte de histórias, as quais a jornalista chama de “matéria-prima”. Tais histórias parecem alinhadas a um ‘ideal de pessoa em situação de rua’, conforme vimos, “a figura do morador de rua”.

Glenda faz uma representação da relação entre o *Aurora da Rua* e a pessoa em situação de rua que não se atém especificamente à relação laboral:

- (59) Então, eh, primeiramente, o jornal vê a pessoa em situação de rua como ser humano – que é uma coisa que é muito forte – eh, como ser humano... e... Como ela é ser humano, tem todo o direito de ser respeitada e não ser violentada, apesar que nossa sociedade faz com que a gente acabe só olhando o lado negativo... Mas o *Aurora* tem essa função: de ver o ser humano que existe na pessoa de rua. (Glenda, colaboradora)

A participante mostra, em (59), alinhamento com o discurso dos direitos humanos. Ela ressalta isso com uma declaração valorativa (“é uma coisa que é muito forte”) de alto envolvimento. Apesar de não acrescentar muito aos dados e se filiar a representações recorrentes na ordem discursiva dos direitos humanos da população em situação de rua no contexto do *street paper*, Glenda constrói sua representação destacando uma espécie de poder manipulador atribuído a um grupo social indefinido. Por pressuposição, esse grupo acaba sendo reconhecido como uma parcela da sociedade ligada a condutas ideológicas, identificada com posição de destaque, dada sua caracterização por “nossa sociedade” (em “nossa sociedade faz com que a gente acabe só olhando o lado negativo”). O grau de poder dessa parcela hegemônica é denotado no uso de ‘fazer com que’, que apassiviza outra parcela da população, na qual Glenda parece se inserir (e me inserir como interlocutor).

Em um aspecto complementar, Graciela aprofunda o mencionado por Glenda, ao estabelecer, por laços mais afetivos, a relação que se desenvolve, no âmbito do periódico, no que tange à população em situação de rua:

- (60) O jornal acolhe, eh, uma grande heterogeneidade de pessoas, né, um grupo extremamente misto de moradores de rua e, por conta disso, às vezes, eh, é preciso cuidado, sutileza pra tratar cada morador de rua como ser humano, né? Então, pra gente não é intere... não é importante número: ter vinte, trinta moradores de rua, e sim mas que cada um deles a gente saiba o nome, saiba o problema da pessoa, né? O passado, aquilo que ele pode, e se sentir à vontade pra revelar e saber onde mora, onde tá dormindo, o que sente, né? Se está bem, se está feliz, enfim... E o jornal tenta acolher essa grande diversidade de moradores de rua e atender a cada um, não só a questão de geração de renda, mas também outras questões espirituais, psicológicas também, né? Ligadas à lembrança, à própria trajetória de vida, nesse sentido, né? (Graciela, jornalista-editora)

Graciela avança na caracterização da relação entre pessoas em situação de rua e o jornal. No primeiro destaque, já podemos observar uma identificação diferente em relação aos atores sociais em situação de rua que participam do *Aurora da Rua*. Graciela ressalta uma questão recorrente nos grupos de defesa dos direitos da população em situação de rua: a característica heterogênea, que é algo fundamental para o entendimento da situação de rua. Ela realiza um movimento de representação peculiar ao partir de uma construção de sentido genérico (em “O jornal acolhe, eh, *uma grande heterogeneidade* de pessoas (...) *um grupo extremamente misto* de moradores de rua”) – na qual reconhece a multiplicidade de seres humanos que passam pela experiência da situação de rua – para uma de sentido mais individualizado (“por conta disso, às vezes, eh, é preciso cuidado, sutileza pra tratar *cada morador de rua* como ser humano”).

A jornalista estabelece relação causal entre as orações, justificando que o tratamento dispensado deve respeitar a individualidade das pessoas que estão em situação de rua. Graciela, então, mostra-se mais empenhada na defesa dessa representação particularizada da situação de rua, em “não é importante número: ter vinte, trinta moradores de rua (...) mas que cada um deles a gente saiba o nome”, relacionando por oposição (‘não’/‘mas’) o tratamento da questão em larga escala (por exemplo, pelas políticas públicas) e esse tratamento individualizado que preconiza. Graciela desconstrói, assim, o discurso que se baseia na quantificação de auxiliados, frequentemente observado nas redes de acolhimento e apoio institucionais. Entretanto, há uma união de ações promovidas pela Comunidade da Trindade. Ao mencionar que o jornal ‘acolhe’ pessoas, Graciela não o diferencia do que faz a Comunidade, o que pode dar um exemplo das relações bastante próximas dos dois espaços de atuação. Na defesa dessa particularidade no atendimento, ela utiliza o processo cognitivo ‘saber’, que parece estar mais bem aplicado ao espaço de acolhimento de pessoas em situação de rua na Comunidade da Trindade (“que cada um deles a gente saiba o nome, saiba o problema da pessoa, né, o passado”).

Graciela, com isso, realiza uma avaliação positiva, de atenção especial dada pelo periódico, representando-o em um patamar mais humano: na representação de Graciela, as ações desenvolvidas pelo jornal não se restringem ao campo jornalístico profissional, mas ocupam espaços afetivos. Assim, defende um discurso ‘humanizante’ relativo à população em situação de rua (“tratar cada morador de rua *como* ser humano”, e não ‘em sua humanidade’, por exemplo) e, baseada nele, identifica ações que escapam do entendimento de funcionário e empresa. Para isso, declara ser o relacionamento dos atores sociais envolvidos no jornal uma espécie de ‘lugar de confiança’, no entanto modaliza por meio do processo ‘tentar’ (em “o jornal tenta acolher essa grande diversidade de moradores de rua”), atribuindo à declaração um caráter realista – dadas as limitações e dificuldades conhecidas no processo de acolhimento e reestruturação social.

Por fim, constrói uma representação em que o jornal pratica ações de cunho de aconselhamento (em “também outras questões espirituais, psicológicas também, né, ligadas à lembrança, à própria trajetória de vida”), mas funciona de modo controverso, pois ao mesmo tempo em que propulsa o *Aurora da Rua* a uma avaliação positiva, relega os atores sociais em situação de rua a uma representação apassivada. Em sua representação, pessoas em situação de rua não executam ações no mundo, sendo referidas de modo indireto, mencionadas como alvo das possibilidades do jornal. A inserção de temas referentes a “questões espirituais, psicológicas” sinaliza mais uma instância de adesão ao discurso religioso.

5.2.3. Tema 3: Produção, edição e publicação de textos no *Aurora da Rua*

Nessa etapa das entrevistas, esperava-se uma descrição mais técnica do *street paper*, o que não ocorreu, de forma estrita, como veremos a seguir:

- (61) É uma coisa bem diversificada, mas que traz um novo olhar sobre o mesmo tema a partir de outras pessoas. E na página 6 existe uma coluna chamada “Deus na Rua”, que também entra no mesmo tema: são pequenas parábolas, como se Deus fosse viver nas ruas e, ao viver, por exemplo, nessa história de amor, ele encontra pessoas que vivem histórias de amor, interage com isto; então, ainda é uma outra maneira de tratar o mesmo tema. Então, o que fazem as oito páginas do jornal ser muito completas: elas abordam o mesmo tema a partir de diversos ângulos, mas sempre a partir da realidade da rua, e permitem, assim, de ter uma visão muito completa daquele tema, tanto do lado acadêmico, do lado de testemunho, do lado artístico (...) e quando você acaba de ler as oito páginas do jornal, você, na verdade, entrou num mundo que você não conhecia, pra maioria dos leitores, que não são da rua, né? Pra quem é da rua, provavelmente, vai se identificar, (...) pra quem não tem uma história de rua, (...) ele vai se dizer: “nunca teria imaginado que havia tanta riqueza a ser vivida na rua sobre esse tema”. (Sued, editor)

Aqui, novamente se materializa o discurso religioso, que fechou a seção anterior, na fala de Graciela (no excerto (60)). A preocupação com o ‘lado interior’ das pessoas em situação de rua, mencionado pela jornalista, encontra-se concretizado na publicação, segundo o que expressa o editor. Sued explica que existe um espaço no periódico exclusivamente para desenvolver temas religiosos (em “na página 6 existe uma coluna chamada ‘Deus na Rua’”). Isso denota a importância que esse discurso assume na produção do periódico, e também chama a atenção para as relações entre a Comunidade da Trindade e o jornal, que, por meio dessa representação, acaba sendo percebido como uma extensão do espaço de acolhimento e aconselhamento. Interessante também é o gênero usado na seção ‘Deus na Rua’: a parábola, narrativa de sentido alegórico usada para expressar, de forma indireta, um ensinamento moral, geralmente religioso. O uso da parábola serve para aconselhar ou orientar por meio de uma abordagem familiar a quem se direciona esse tipo de texto, o que faz dele um potencial discursivo didático – sendo, por exemplo, transmitido de geração a geração.

Sued explica como é construída a parábola (“como se Deus fosse viver nas ruas”) e aproxima a figura máxima do discurso religioso à representação máxima da pobreza, o indivíduo em situação de rua. Isso se mostra uma estratégia discursiva, tendo em vista a influência do discurso religioso sobre muitas práticas sociais no país; ele oferece possibilidades de amparo a quem é visto como ‘abandonado por tudo e por todos’, ainda que de forma simbólica. Apesar disso, a construção oracional do editor deslinda uma contradição na escolha pela expressão ‘como se fosse’, que ativa o pressuposto de que ‘não vai acontecer’ ou de que ‘não acontece’, provavelmente devido ao caráter de impossibilidade nos âmbitos abstrato (pois Deus é identificado como ser supremo localizado no Céu) e concreto (a experiência terrena). A construção do hipotético também confirma o apelo didático da parábola no espaço discursivo do jornal.

Sued atribui ao periódico “uma visão muito completa” (em “permitem assim de ter uma visão muito completa daquele tema”), em referência à abordagem temática de cada edição e aos modos como o tema (escolhido nas reuniões de pauta) é trabalhado em diferentes seções previstas no suporte. Na sequência, o editor lança mão de uma representação de natureza controversa. Ele deixa textualmente marcada a existência de dois mundos (em “quando você acaba de ler (...), na verdade, entrou num mundo que você não conhecia, pra maioria dos leitores que não são da rua”), em que o ‘mundo da rua’ é identificado como um lugar exótico, desconhecido, apresentado de modo atrativo com vistas a, segundo Sued, promover um sentimento de empatia entre (o/a estrangeiro/a) leitor/a e o ‘outro mundo’ a ele/a apresentado. Apesar da indubitável proposta de aproximação incluída na representação

do editor, a sua explicação reforça o discurso outrificador, da dessemelhança, pois se fundamenta no reforço de que nesse ‘outro universo’ vivem seres diferentes, verdadeiras figuras arquetípicas, viventes em um espaço de não-lugar, a rua.

Não quero com essa observação ‘fazer de conta’ que não exista uma população vivendo de forma marginalizada, como é o caso (também) da situação de rua; tampouco estou defendendo uma visão ingênua, de que não existam as diferenças, estou sim explanando que o reforço na construção de ‘mundos’ e ‘habitantes’ desses mundos pode tender à aceitação de pertencimento de um grupo humano a um não-lugar, assim como à cristalização da ‘personagem folclórica’ ‘morador/a de rua’. Entendimentos arquetípicos como esse podem contribuir para o que Thompson (2002) descreve por naturalização, a estratégia ligada à operação da ideologia “pela qual se representam criações sociais e históricas como acontecem do mundo natural, isto é, isentos da intervenção humana” (RAMALHO, 2008, p. 57), ou seja, como algo natural (‘a vida do/a morador/a na rua, que, assim como qualquer outra, tem um lado bom e um ruim; normal’).

Sued empreende esforço na representação da percepção de quem não é familiar à rua – quando do contato com o periódico – como um assombro diante da quantidade de “coisa” descoberta por intermédio da publicação. Ele modaliza com ‘na maioria das vezes’, de modo a enfatizar uma influência positiva do jornal sobre esse/a ‘leitor/a estrangeiro’ à situação de rua, produto do contato entre dois ‘mundos’, que culminará, seguindo o raciocínio expresso pelo editor, em uma avaliação positiva (“ele vai se dizer: “nunca teria imaginado que havia tanta riqueza a ser vivida na rua sobre esse tema”) da rua.

Essa é uma questão controversa, e transversal nos dados. Sem dúvida, uma construção simbólica positiva de pessoas em situação de rua pode ser um importante reforço identitário, capaz de aglutinar pessoas em torno de objetivos comuns e de favorecer identidades de resistência; mas uma avaliação positiva da situação de rua em si pode ter o efeito contrário, de acomodação e naturalização. Esse é um risco.

Graciela, por sua vez, opta por iniciar a abordagem do tema (produção, edição e publicação de textos no jornal) fazendo uma diferenciação entre o *Aurora da Rua* e os demais *street papers* e, em seguida, coloca os/as jornalistas em segundo plano na representação acerca da sistemática do periódico de rua. Vejamos:

- (62) O jornal *Aurora da Rua* é diferente de todos os outros jornais ligados ao INSP, né? Primeiro porque, em termos de produção, ele é feito pelos moradores de rua, né? Feito porque reproduz a ideologia, a opinião, o pensamento deles, e é como se os jornalistas da edição fossem costureiros, pegassem pedaços, retalhos de suas falas, das falas dos moradores de rua e costurasse, produzisse um texto que tenta ser o máximo possível de fiel, né, ao que eles

acreditam. E é um desafio porque imagine falar de pensamentos, de sentimentos que não nos pertencem, sabe? Por mais que eu tenha vivi... ficado na rua durante algumas vezes, nunca será igual a alguém que realmente mora na rua, então é difícil, né, ser essa tradutora de sentimentos que já... que não fazem parte da nossa história; (...) Eu lembro de uma edição que fizemos uma reunião de pauta e um morador de rua... Eu listei várias temáticas, que poderiam ser abordadas na próxima edição, e, aí, um dos vendedores do jornal, Pedro, falou assim: “olhe, é o seguinte, a gente não quer nenhuma dessas matérias”, né? E eu fiquei “Por que não? Tem várias interessantes”, e ele: “Não queremos nenhuma; nós queremos o tema ‘Somos trabalhadores’”; aí eu fiz: “olha, já saiu uma edição sobre trabalho”; ele: “é, mas a gente quer um tema diferente; saiu sobre trabalho, mas ‘tipos de trabalhos que se fazem na rua’; a gente quer falar sobre outra coisa, que é dignidade”, né? E ele fez: “eu sou catador nas horas vagas, cato lixo nas ruas”, eh, “é o meu trabalho”, né, “e eu me sinto orgulhoso por fazer um trabalho que muita gente não faz, que uma advogada não teria coragem de fazer, nem um médico, então, se as pessoas não teriam coragem de fazer e eu faço, então porque eu sou bom, eu sou superior a eles”, né, “e quando eu chego num hospital e não sou atendido porque eu tô fedendo a lixo, poxa, eu me sinto desrespeitado porque eu sou um trabalhador”, né? Então, são essas questões que passa pra quem realmente labuta no dia a dia com a rua, eh, e através da reunião de pauta esse contato com o vendedor, com o morador de rua, né, permite entrar no mundo deles, e que pra mim é riquíssimo. (...) cada um é ouvido em suas limitações, chegamos à conclusão de cada pauta. (Graciela, jornalista-editora)

O início da representação de Graciela sobre o tema segue na construção de um espaço de diferenciação, no qual é localizado o próprio jornal e os atores sociais envolvidos no processo de sua produção. Em três momentos discursivos, Graciela trata do aspecto funcional, segundo ela, singular do *Aurora da Rua*, em uma comparação com outros *street papers*, com modalização de reforço (em “O jornal *Aurora da Rua* é diferente de todos os outros jornais ligados ao INSP”). Para estruturar sua argumentação, ela estabelece relação causal entre a oração de argumento principal e a justificadora, ativada pelo conectivo ‘porque’ (em “porque reproduz a ideologia, a opinião, o pensamento deles”).

No segundo momento discursivo, Graciela intenta construir uma identificação de jornalistas como espécie de orientadores/as organizacionais do processo editorial. Na sua caracterização identificacional, a jornalista utiliza metáforas para representar a relação entre pessoas em situação de rua e jornalistas. Graciela atribui ao trabalho do/a jornalista o papel de ‘costureiro/a’ (em “é como se os jornalistas da edição fossem costureiros”), e justifica a concepção metafórica com expressões que remetem à visão de trabalho artesanal (“pegassem pedaços, retalhos de suas falas”). Mesmo aparentemente localizados na representação em segundo plano, podemos observar que os processos denotativos (e explícitos) de ação no mundo estão relacionados aos/às jornalistas, que ‘pegam “retalhos” de fala’, ‘costuram’”, e, o principal, produzem os textos.

No que tange às pessoas em situação de rua, o papel de aparente agência acaba sendo obliterado pela presença do jornal na representação (“O jornal *Aurora da Rua* é (...) feito pelos moradores de rua”). Explico. Se comparadas as escolhas de processo atribuído a cada voz, o processo material ‘fazer’ efetivamente projeta semanticamente a pessoa em situação de

rua para o primeiro plano da representação – dado o seu sentido criativo de agência –, entretanto, com o desenrolar da representação, ele acaba sendo neutralizado em sentido pelo processo material transformativo ‘reproduzir’, em que a agência passa a depender de outrem. Por fim, a voz proeminente acaba sendo a relativa ao jornal, mais especificamente, ao/à jornalista.

No terceiro momento discursivo, Graciela organiza uma lógica que marca as diferenças entre pessoas em situação de rua e jornalistas que participam do processo de construção do periódico (“por mais que eu tenha (...) ficado na rua durante algumas vezes, nunca será igual a alguém que realmente mora na rua”). Ela realiza uma identificação altamente modalizada, que resulta, no sentido, em uma justificativa de uma possível falta de fidelidade, dada a recontextualização dos ‘retalhos’ organizados pelos/as profissionais (“é um desafio porque imagine falar de pensamentos, de sentimentos que não nos pertencem”). Isso ilustra o grau de participação de jornalistas no processo textual, participação marcada como ‘desafiadora’; tal necessidade de justificar a ação pressupõe uma responsabilização em relação a algo realizado em uma rede de práticas. No caso de Graciela, ela se autoidentifica, assim como a seus/suas companheiros/as, como uma “tradutora” (em “ser essa tradutora de sentimentos que já... que não fazem parte da nossa história”), marcando que as histórias não são próprias e sim de outrem, e, por extensão, de outro mundo – tendo em vista o sentido do processo ‘traduzir’, que implica a construção de uma versão compreensível derivada de um código (linguístico) desconhecido por determinado grupo. Isso reforça o caráter de fonte jornalística atribuído aos relatos de pessoas em situação de rua, colecionados por especialistas para serem então reorganizados por esses mesmos especialistas, de acordo com a especialização técnica da ordem do discurso da mídia. Não se nega, em todo caso, que essas vozes encontram no *street paper* espaços e modos de expressão não disponíveis a esse grupo na mídia tradicional, ou mesmo em outros *street papers* (RESENDE, 2012; ACOSTA, 2012).

Da sua atuação como organizadora dos temas elegidos em reunião com a equipe do periódico, Graciela destaca um episódio, representando uma negociação entre ela e Pedro, um homem em situação de rua que realiza a atividade laboral da catação de recicláveis. Esse destaque é bastante peculiar, tendo em vista a recontextualização do que é defendido pelo grupo editorial do jornal: a participação no processo de construção do *Aurora da Rua*. De acordo com a representação de Graciela, existe uma abertura para o diálogo e a discussão de ideias na definição de pautas. Pedro é representado como descontente em relação às sugestões dos temas elencados pela jornalista e, na articulação intertextual operada por Graciela, assume a voz, presume-se, de companheiros/as de situação de rua por meios do uso de ‘a gente’ e

‘nós’ (em “olhe, é o seguinte, *a gente* não quer nenhuma dessas matérias” e em “Não queremos nenhuma; *nós* queremos o tema ‘Somos trabalhadores’”). Graciela representa um jogo argumentativo, oferecendo resistência ao que é solicitado pelo vendedor, ao afirmar que o tema já teria sido tratado (com “olha, já saiu uma edição sobre trabalho”). Pedro permanece, na fala da colaboradora do jornal, em defesa do que deseja o grupo no qual está inserido, o que sugere seu domínio acerca da definição de pauta do jornal (em “mas *a gente quer um tema diferente*”). Desse momento em diante, a voz articulada refina seu argumento, especificando a sua proposta (em “saiu sobre trabalho, mas ‘tipos de trabalhos que se fazem na rua’; a gente quer falar sobre outra coisa, que é dignidade”). A personagem da narrativa passa a ocupar uma posição de destaque, não só pela quantidade mais expressiva de turnos de fala representados, mas porque defende o seu argumento de maneira robusta, por meio de uma coerente exposição de motivos baseada em uma lógica explanatória. A exposição aborda questões de exclusão experienciadas pelo ator social na sua realidade cotidiana, todavia contrapostas com uma autoidentificação baseada na reflexividade acerca de sua própria prática (em “eu me sinto orgulhoso por fazer um trabalho que muita gente não faz”). Pedro apresenta episódios que conferem força a sua argumentação e questiona ocupações socialmente legitimadas (como “advogada” e “médico”), aparentemente, com vistas a se posicionar como um cidadão também cumpridor de um ofício de valor (em “se as pessoas não teriam coragem de fazer e eu faço, então porque eu sou bom”), construindo, na narrativa de Graciela, uma avaliação positiva de sua subvalorizada ocupação e, conseqüentemente, de si mesmo.

A narrativa articulada intertextualmente é ilustrativa de um processo colaborativo de definição de pauta, e representa a pessoa em situação de rua de posse de uma voz empoderada. Contudo, não vemos um desfecho do embate argumentativo. A jornalista encerra a representação do evento com Pedro e retoma o foco para seu papel como organizadora dos relatos de pessoas em situação de rua (em “*então*, são essas questões que passa pra quem realmente labuta no dia a dia com a rua”), mas não esclarece se a pauta sugerida por Pedro teria ou não se realizado em uma edição do jornal. Para finalizar, reforça o discurso outrificador, ao marcar a diferença nos espaços discursivos (com “através da reunião de pauta esse contato com o vendedor, com o morador de rua (...) permite *entrar no mundo deles*”).

O destaque referente às oficinas de texto, no que diz respeito a sua importância para a produção do jornal, não foi feito com mais atenção apenas na representação de Graciela. Vejamos, em (63), o que nos conta Glenda:

- (63) Eu faço parte da equipe *Aurora*, então, todas as oficinas de texto eu participo, né, pra poder tirar o conteúdo que vai ser trabalhado nas edições, né? Fico nessa equipe de apoio e... sempre dando suporte tanto pra fotografia como pras oficinas que a gente tem que ter uma certa temática, uma certa... um certo jeito de trabalhar com o tema, então, a minha participação maior é nesse sentido. (...) Então, tem as jornalistas e tem algumas pessoas que fazem parte da equipe, né, do, eh... a gente chama “Rede Aurora”, que dá o apoio no sentido de, eh, recolher o que as pessoas falam e a gente, tipo, costurar, fazer a costura pra poder ter as ediç... o conteúdo, né? Então, é especificamente isso. (Glenda, colaboradora)

Glenda caracteriza-se como participante das oficinas de texto, mas no que diz respeito ao apoio. A sua representação do evento é diferente da realizada em (62), pois, ainda que recorra à mesma metáfora de costura, parece revelar um caráter mais técnico, sobretudo na escolha do processo ‘tirar’ (em “pra poder tirar o conteúdo que vai ser trabalhado nas edições”), que se assemelha a um processo de extração. Não existe menção às interações ou até mesmo aos atores sociais em situação de rua. A representação de Glenda sugere que a participação nas oficinas de texto é uma necessidade para a aquisição de material para a publicação no jornal: ela faz parte do apoio para tal tarefa. Isso reforça a natureza da participação de pessoas em situação de rua como fontes jornalísticas, e não como conquista da voz autoral.

A representação permanece superficial, tendo em vista a elaboração de orações algo circulares nas descrições (“sempre dando suporte tanto pra fotografia como pras oficinas que a gente tem que ter uma certa temática, (...) um certo jeito de trabalhar com o tema”). Incentivada a falar mais sobre a produção do jornal, Glenda decide tratar da equipe que compõe a produção, mas aí tampouco a colaboradora se mostra muito específica, apenas estabelecendo diferenças entre “pessoas” e “as jornalistas”.

Glenda retoma a metáfora da costura anteriormente mencionada em (62), e organiza suas orações em torno de processos que atribuem agência à equipe editorial da qual ela faz parte. A “Rede Aurora”, como ela menciona, tem a sua especificação voltada nomeadamente às jornalistas (visto que ‘algumas pessoas’ equivale a ‘alguém’, um grupo pronominal indefinido) e a si mesma, pelo uso do ‘a gente’ (em “recolher o que as pessoas falam e a gente, tipo, costurar, fazer a costura pra poder ter as ediç... o conteúdo, né?”). Essa reelaboração oracional ao final do depoimento de Glenda pode ser elucidativa. Ela interrompe a texturização de ‘para poder ter as edições’ e reorganiza ‘edições’ como “conteúdo”. Isso pode ser uma referência à retexturização das vozes ‘recolhidas’, o que aproximaria, novamente, ao uso dessas vozes como fontes jornalísticas.

Em sua representação, Cora também explica como acontece o processo de produção das seções que compõem o jornal:

- (64) a gente elege esse tema na reunião de pauta, trabalha nas oficinas, nas ruas, no albergue, aqui na Comunidade, ou em locais que acolhem morador de rua, e a gente vem pra sede com esse material pra produzir os textos, né? Aí, eu sento pra produzir esses textos, aí a gente tem uma editoria chamada ‘Brilho da Aurora’, que é uma das editorias que a gente dá prioridade pra que um morador de rua também entre nesse processo da escrita mesmo, (...); então, a gente procura fazer esse tipo de trabalho. (Cora, jornalista-editora)

Cora explicita o caráter colaborativo da tomada de decisões referentes ao *Aurora da Rua* com foco na produção de textos, levando em consideração a reunião de pauta – como etapa inicial do processo de construção de cada edição do periódico – estar centrada na participação coletiva. Representa, então, um trabalho que envolve toda a equipe de produção, entremeado de processos de sentido agentivo, como ‘eleger’ e ‘trabalhar’ (em “*a gente* elege esse tema na reunião de pauta, trabalha nas oficinas, nas ruas, no albergue, aqui na Comunidade, ou em locais que acolhem *morador de rua*”). Podemos interpretar a expressão ‘a gente’ como uma referência ao grupo heterogêneo referido nas representações anteriores, mas essa interpretação é prejudicada pelo uso da mesma referência pronominal em “a gente vem pra sede com esse material pra produzir os textos”, o que parece ser uma referência ao grupo de jornalistas, e principalmente pelo sentido de oposição criado entre “a gente” e “morador de rua”.

O primeiro processo (‘eleger’) ativa o pressuposto de existência de uma eleição, ou seja, de um momento no qual todos/as os/as partícipes devem ter voz e voto. Mesmo assim, é notável a ausência de especificação de quem exatamente compõe esse conjunto de pessoas. A jornalista contratada menciona a produção dos textos, uma das partes essenciais em uma publicação, como um momento que segue a produção coletiva (em “*a gente* vem pra sede com esse material pra produzir os textos”), contudo, em “eu sento pra produzir esses textos”, observamos que Cora se autorrepresenta como responsável pela produção textual, que, seguindo o fluxo da sua representação, tendia a ser compreendido como uma consequente construção, mas de caráter mais participativo. Contudo, Cora deixa transparecer, por pressuposição, que o sentido de ‘a gente’ não se refere a uma ampla participação (em “*a gente* dá prioridade pra que um *morador de rua* também entre nesse processo da escrita mesmo”, em referência a uma editoria específica).

Observamos, com isso, que os textos do jornal são produzidos pela equipe de pessoas sem trajetória de rua, por meio da obtenção de experiências nas oficinas de texto formadas por pessoas em situação de rua.

5.2.4. Tema 4: A experiência com o trabalho no *Aurora da Rua*

O quarto tema proposto no tópico-guia abordou experiências pessoais do/as participante/s com o trabalho no *Aurora da Rua*. A intenção foi analisar como, discursivamente, o/as participante/s representava/m a sua própria atuação. Iniciando por Sued, podemos observar questões que tratam de representação e identificação e que apontam para algumas considerações:

- (65) É muito, muito gratificante; vamos chegar a celebrar cinco anos do jornal, mais o ano de sonho e de idealização completa seis anos e, ao longo desses seis anos, a gente recebeu muito, muito, muito; nos surpreendemos muitas vezes com o jornal; por exemplo – talvez essa tenha sido a mais forte –, quando o jornal chegava da gráfica às nossas mãos, os primeiros exemplares, a gente abria e ficava encantado pelo próprio jornal; ele nos surpreendeu muitas vezes, em muitas dimensões, como os moradores de rua se identificaram com ele; ele tem uma muito boa aceitação entre moradores de rua; as pessoas esperam a nova edição, gostam de ler; quando a gente vai distribuir nos espaços, todo mundo abre e começa a ler; (...) há uma certa mágica do jornal, alguma coisa que seduz, alguma coisa que encanta e que permite às pessoas de, de repente, de se... De deslanchar, de se encontrar. É muito gratificante; a gente teve tantos retornos, eh, tanto de moradores de rua, de leitores. É muito trabalho, muito, mas vale muito a pena. (Sued, editor)

Sued cria uma representação de suas emoções e percepções próprias a respeito do que vivenciou nas presunções avaliativas ativadas por itens lexicais como “gratificante” (precedido pelo elemento intensificador ‘muito’), “surpreendemos”, “encantado”, mas ele dilui sua identidade no todo da equipe do periódico, representando uma experiência mais coletiva que pessoal – o que pode sinalizar o trabalho colaborativo da equipe editorial. Assim, desde o início da representação, encontramos a referência à equipe por meio de escolhas por ‘nós’ ou ‘a gente’.

O primeiro destaque de (65), iniciado em “a gente abria e ficava encantado pelo próprio jornal”, dá continuidade a representações feitas até aqui, que se concentram na avaliação positiva do periódico. Sued trata de experiências ocorridas na história de circulação do *Aurora da Rua*, especialmente de sua distribuição e consumo; o destaque mostra um desses episódios, em que o impacto na população representada é notado com surpresa. É desse modo que o foco discursivo acaba sendo inteiramente do jornal, que assume em vários momentos um caráter semântico de agência, com processos como ‘surpreender’ (em “ele nos surpreendeu muitas vezes”) e com o sentido de causar empatia no grupo alvo da publicação (em “muitas dimensões como os moradores de rua se identificaram com ele; ele tem uma muito boa aceitação entre moradores de rua”).

Na parte final desse depoimento (iniciada em “há uma certa mágica do jornal”), Sued descreve o periódico lançando mão do recurso da metáfora. Temos uma nova avaliação positiva do *street paper*, mas que localiza um elemento avaliado indefinido, em três instâncias de relexicalização: “há *uma certa mágica* do jornal”, “*alguma coisa* que seduz”, “*alguma coisa* que encanta” – abrindo espaços de indefinição, cria uma atmosfera misteriosa, de mágica, encantamento, sedução, como se houvesse algo que não se define e nem se identifica, mas que é responsável por um resultado surpreendente. Em seguida o editor avança para uma declaração sobre o que sentiu no transcorrer evolutivo do *Aurora da Rua* (em “É muito gratificante; a gente teve tantos retornos, eh, tanto de moradores de rua, de leitores. É muito trabalho, muito, mas vale muito a pena”), entretanto encerra seu relato do mesmo modo que o começou: com escolhas lexicais que não apontam exclusivamente para suas percepções, mas para questões que abarcam o jornal e a equipe que o produz: o ‘eu’, que não aparece, dilui-se no ‘nós’ dominante na representação. Assim, não observamos o ator social explicitamente identificado, mas alguém que é parte de um grupo e que neutraliza a si mesmo para a projeção do jornal.

As demais representações não fugiram ao que propunha o tópico; assim, Glenda focou em seu relato a perspectiva de primeira pessoa, ou seja, a própria experiência e percepção:

- (66) Então, como eu falei que eu tô desde o início, quando Sued editor(...) falou pra mim e pra uma amiga minha que também mora aqui, que queria, que teve um sonho, tal, e a gente, de imediato, abraçou a ideia, a causa, porque algo que realmente era transformadora, né, e um pouco daquilo que a gente quer que a sociedade seja, né, que tenha um novo olhar pra todo o ser humano, não só... não especificamente de morador de rua, mas da pessoa em si, que sofre, só que, nosso caso, específico da população de rua. Então, pra mim, a experiência é que é transformadora... a gente vê casos de pessoas que saíram da situação de rua a partir do jornal; o que a gente pode trazer de belo que tem dentro das pessoas em situação de rua, então, isso pra mim é fundamental. (Glenda, colaboradora)

Glenda já se compromete com a representação a ser construída ao se identificar. A colaboradora traça sua narrativa apresentando as vozes que compuseram o espaço no qual houve, ou melhor, há a vivência: assim, temos a representação dela mesma (com “eu tô desde o início”), de Sued editor e de uma amiga (“Sued (...) falou pra mim e pra uma amiga minha que também mora aqui”), atores especificados e identificados como interagentes em uma situação especial: a concepção do *Aurora da Rua*.

É relevante observar que Sued é identificado de maneira diferente; Glenda realiza o que van Leeuwen (2008) concebe por ‘funcionalização’, que “ocorre quando atores sociais são referidos em relação a uma atividade, em termos de algo que fazem” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 42). Sued é diferenciado dos demais no espaço de representação da colaboradora, que

parece marcar essa distância para legitimar sua própria participação como alguém que de fato está presente desde a concepção do periódico, ou seja, desde a sua esquematização abstrata: o sonho (como ocorreu na representação de Paulina em (52)). Aqui, novamente, como em (65), ao jornal é atribuída uma aura mística – lá, mágica, encantamento, sedução; aqui, sonho, não no sentido de sonho como desejo, mas um sonho que se aproxima de premonição ou inspiração.

Os processos atribuídos ao editor carregam maior grau de agentividade se comparados aos que se referem às duas mulheres: Sued ‘falou’, ‘quis’, ‘teve o sonho’, enquanto elas ‘moram’ e ‘abraçam’. A representação denota, assim, uma autoidentificação de fraca agência de Glenda, que se representa como espectadora da realização “transformadora” de Sued. Assim, ela projeta sua participação como coadjuvante (lembramos que o próprio Sued, no exemplo anterior, não se apresenta como figura central, mas como alguém inserido no grupo).

A colaboradora apresenta uma característica de avaliação altamente desejável no contexto da mudança discursiva relativa à representação da população de rua: ‘ter *um novo olhar pra todo ser humano*’; contudo, podemos observar que, em sua representação desejável de mundo, Glenda identifica-se como ator social que projeta uma ação (ainda que mental) no mundo (em “um pouco daquilo que a *gente quer* que a sociedade seja”) por meio do afastamento discursivo com ‘a gente’. Ao contrário do ‘a gente’ da referência de Sued (que representava claramente a equipe editorial), esse de Glenda parece ter sentido esvaziado, pois, atentando para a ocorrência no texto, a construção pode equivaler a ‘todos’, a ‘sociedade’, e não à experiência específica com o jornal.

Glenda encerra a representação com um qualificador positivo (“transformadora”). Ela recorre a mais um ‘a gente’, mas esse diferente, não esvaziado, que, pressupostamente, refere-se a quem experienciou as realizações ocasionadas pelo *Aurora da Rua* (em “A gente vê casos de pessoas que saíram da situação de rua a partir do jornal”) – aqui ela realiza ênfase no objetivo final de qualquer *street paper*: para, além dos modos alternativos de representação, constituir-se, efetivamente, uma alternativa à situação de rua. Nesse caso, não utiliza a recorrente metáfora da iluminação; prefere outra de caráter mais material, pois espacial: a ‘saída’ desse espaço-rua, que pressupõe a entrada em outro espaço.

Sigamos com a representação de Cora:

- (67) É uma experiência gratificante, apesar do pouco tempo que eu tenho; não tenho essa vasta experiência, ainda não considero isso como uma experiência consolidada; tô começando, na verdade, mas, quando eu entrei na faculdade, eu sempre desejei fazer alguma coisa que fugisse aos padrões estabelecidos, a servir a uma mídia que fosse controversa ou que fosse, eh, cedesse

aos padrões hegemônicos e reproduzisse falas que estavam contra o que eu achava ser correto.
(Cora, jornalista-editora)

Cora já deixa marcado seu posicionamento e se alinha ao discurso contra-hegemônico concernente à contestação das representações veiculadas pela mídia tradicional. Ela usa o modalizador de forte impacto ‘sempre’ para designar um sentido de convicção/desejo diante da verdade que defende (em “eu *sempre desejei* fazer alguma coisa que fugisse aos padrões estabelecidos”): a de que escolheu uma área de atuação que não “fosse controversa ou que (...) cedesse aos padrões hegemônicos”. Com esse primeiro destaque, podemos observar que a jornalista demonstra reflexividade diante da prática em que se movimenta, como indivíduo consciente. Não há uma modalização mitigadora da asserção exposta: a jornalista assume, desse modo, uma identidade de projeto (CASTELLS, 1999).

Na representação de Graciela, a seguir, temos uma aparente diluição de identidade da jornalista, mas que acaba apontando para representações particulares analiticamente relevantes:

- (68) Às vezes, alguém que vendeu muito e gastou tudo em droga não tá nem aí pro jornal, que é o que acontece com os jornais de outros países: trabalham em cima de números; todos trabalham com números, mas ninguém sabe o nome deles, o que fazem com o dinheiro, às vezes, o trabalho social tá ajudando mais um outro problema, é gravíssimo, que é a droga, porque o dinheiro do jornal tá indo pra alimentar o vício; temos, então... temos esse cuidado com o jornal. E as outras dificuldades, que é em relação à população de rua. Então, lidar com essas pessoas, com essa cultura, sabe, com esse universo, é complicado porque ele pode querer vender jornal hoje e amanhã não – porque acordou de mau humor –, e, além disso, tem a relação do tempo e espaço, não tem compromisso com morador de rua, não existe isso; eles não têm nem relógio, vai ligar pra tempo porque marcou, porque tem reunião, porque não existe... E eles fazem o que... o que têm vontade: se tá com fome, ele vai atrás de comida, adeus compromisso com o jornal; então, existe essa dificuldade, por isso há uma grande evasão de pessoas que vêm, voltam, vêm, voltam... O morador de rua não está preparado pra assumir um emprego, né, ele precisa se reconectar a essas regras da vida social: de horário, de tempo... de compromisso. Então, o *Aurora da Rua* é uma experiência que permite que eles se acostumem com esse novo ritmo e passem pra uma grande empresa. Muitos moradores de rua estão hoje de carteira assinada, que passaram por aqui, né, e isso – eu não sei se já falaram, mas – é uma das (...) situações, porque os melhores mora... aqueles que estão... – não melhor de... de ser um pior... um melhor que o outro –, mas é que... aqueles que já estão com vontade mesmo de sair das ruas, que estão decididos, que querem alguma coisa, não ficam no jornal durante muito tempo porque logo, logo acham uma... algo mais certo uma coisa de carteira assinada, com refeição, com plano de saúde, entende? Então, pra gente, é uma grande conquista, porque essa é a intenção, ser um lugar de passagem: ninguém quer ficar... quer que fique aqui pra sempre, mas que encontre sempre algo melhor, claro, uma coisa mais definida; (...) Como é que o jornal cresce? Como é que vai ser mensal, né? Como é que nós recebemos a empolgação para produzir um jornal se a equipe tá fragmentada, está frágil; se esse mês temos cinco e amanhã temos vinte, e no outro mês tem dois; um vendedor; então, é uma dificuldade(...), assim, real, e que, aparentemente, complicada pra conseguir uma solução, né, enfim. (Graciela, jornalista-editora)

Graciela – que já havia expressado sua visão mais ligada à proeminência do discurso dos direitos humanos em seu entendimento de contribuição do *Aurora da Rua* para a vida dos

atores sociais em situação de rua – realça seu posicionamento discursivo comparando os dois discursos majoritários nas representações do periódico: o da economia e o do acesso a direitos. Graciela, ainda assim, com “alguém que vendeu muito e gastou tudo em droga não tá nem aí pro jornal”, ativa a identificação altamente repetida na grande mídia entre a situação de rua e a dependência química, sinalizando um dos principais desafios de quem enfrenta essa situação.

Em seguida, ela aproveita a oportunidade e volta a criticar a conduta de outros *street papers*. Dessa feita, Graciela não modaliza e denota uma ideia de que todos os periódicos de rua de outros países funcionam seguindo a lógica quantitativa, que não tem compromisso com a individualidade e subjetividade das equipes que os compõem (em “é o que acontece com os jornais de outros países: trabalham em cima de números; *todos* trabalham com números, mas *ninguém* sabe o nome deles, o que fazem com o dinheiro”). Ao explicitar que “*todos* trabalham com números”, juntamente com “é o que acontece” e “ninguém sabe”, compromete-se fortemente por meio da estrutura de modalização, que indica ser essa uma realidade da prática, a qual é avaliada negativamente pela profissional.

Graciela destaca a questão financeira como um possível problema mal administrado pelos demais *street papers* (com “o trabalho social tá ajudando mais um outro problema, é gravíssimo, que é a droga, porque o dinheiro do jornal tá indo pra alimentar o vício”) e utiliza um qualificador indicador de modalização, modificado com grau semântico de intensificação (‘gravíssimo’). Graciela finaliza com o deslocamento do jornal em que atua desse coletivo mal avaliado. Até aqui, observamos que Graciela não trata da experiência própria, mas prefere construir identificações e representações de outrem e de outros espaços.

A seguir, a jornalista se concentra na identificação da população em situação de rua, grupo social com quem ela estabelece uma relação bem próxima. Ela dedica uma parte da sua representação sobre a experiência no jornal a sua percepção da população em situação de rua, e constrói uma identificação calcada na dificuldade de observar um comportamento de disciplina no grupo social. Graciela se esforça para pontuar como a dificuldade de lidar com pessoas sem “perspectiva de futuro” contribui para a incapacidade de formação de uma equipe sólida, pelo menos no que se refere à participação de atores sociais em situação de rua na vendagem do jornal. Em outras palavras, Graciela alerta que as dificuldades advêm de atitudes generalizadas atribuídas ao ‘morador de rua’ sem compromisso e de natureza instável. A última identificação da pessoa em situação de rua que está em contato com o periódico feita por Graciela adquire contornos de comportamento primitivo (em “eles fazem (...) o que têm vontade: se tá com fome, ele vai atrás de comida, adeus compromisso com o

jornal”), e a conclusão pressuposta é que a ‘culpa’ pela falta de organização, no que diz respeito à participação efetiva de atores sociais em situação de rua no periódico, e consequente instabilidade – apontadas como a grande dificuldade – na formação de uma equipe consistente é do ‘morador de rua’ – com a sua ‘natureza’ instintiva, nômade inclusive (“então, existe essa dificuldade, por isso há uma grande evasão de pessoas que vêm, voltam, vêm, voltam...”).

Vemos, então, que a jornalista representa mais uma possibilidade oferecida pela experiência na distribuição do jornal de rua: a de preparar esses ‘moradores de rua’ a se adequarem às normas do ‘mercado de trabalho’ (em “é uma experiência que *permite* que *eles se acostumem com esse novo ritmo* e passem pra uma grande empresa”). A jornalista assume uma posição normativa e declara que as pessoas em situação de rua “precisa[m] se reconectar a essas regras da vida social: de horário, de tempo... de compromisso” e determina a oração em torno do processo ‘reconectar’. O sentido de ‘reconectar’ remete à metáfora maquinal, que está difundida na sociedade pós-moderna, baseada no discurso produtivista e tecnológico. Lakoff e Johnson (2002, p. 48) apontam que “agimos com o modo como concebemos as coisas” e que o uso de metáforas pode “criar realidades para nós, especialmente realidades sociais.” (LAKOFF & JOHNSON, 2002, p. 257), destarte, Graciela ativa uma metáfora segunda a qual se entende o ser humano como uma espécie de ‘aspirante a máquina’ (que é conectada, desconectada e *reconectada*, para voltar a produzir), alinhando-o à ordem do discurso capitalista. A inserção no mercado de trabalho formal implica a garantia legal dos direitos civis, concretizando o salto da ‘figura de morador de rua’ para a de cidadão/ã (“Muitos moradores de rua estão hoje de carteira assinada, que passaram por aqui, né?”).

5.2.5. Tema 5: Efeitos do jornal *Aurora da Rua* sobre políticas públicas (ou não)

Nesta etapa, analisaremos as implicações acionais do periódico dentro de uma prática social mais ampla relacionada à esfera pública. O presente tema, desse modo, foi elaborado com o foco voltado à análise de como o discurso de proposta transformadora veiculado pela equipe do *Aurora da Rua* dialoga com os planos de intervenção do Estado.

Sued mostra em sua representação que existe tal diálogo e que ele tem estímulo para acontecer de diferentes lados:

- (69) O jornal atinge também o poder público e precisa. Às vezes, eh, o tema foi as próprias políticas públicas; já fizemos duas vezes de diversas maneiras sobre políticas públicas e o jornal tem essa penetração dentro da câmara dos vereadores, da assembleia legislativa, nas secretarias de

ação social; a secretaria, tanto municipal quanto estadual, de ação social recebe o Aurora e lê, hã, então, querendo ou não, pra todas as pessoas que trabalham nessas secretarias, o jornal tá lá e abre uma brecha dentro de toda a visão que se... essas pessoas têm da população de rua, e a gente espera conseguir humanizar e permitir, de melhor adaptar as políticas públicas que estão sendo elaboradas para a população de rua. Quando o jornal celebrou três anos, pela primeira vez, então, fizemos uma audiência pública através de uma vereadora de Salvador na câmara dos vereadores de Salvador, no salão nobre, palácio Tomé de Souza e pela primeira vez na história de Salvador, em 450 anos, moradores de rua entraram naquele salão e tomaram a palavra, tomaram a palavra diante dos vereadores, compartilharam sua experiência, falaram como que, através do jornal, uma nova aurora nasceu para eles, e pela primeira vez subiram no púlpito do palácio Tomé de Souza. Não deixa de ser simbolicamente uma coisa muito, muito forte. (Sued, editor)

O editor do periódico inicia a defesa de que realmente existem efeitos sobre políticas públicas e menciona brevemente a necessidade disso (em “O jornal atinge também o poder público e precisa”). Ele escolhe o processo ‘atingir’ para dar início à argumentação, denotando o alcance extramuros (em relação à Comunidade da Trindade) que o periódico possui e trazendo à ação representada uma oração centrada em um processo material de forte carga semântica, que implica uma “mudança no fluxo de eventos” (FUZER & CABRAL, 2010. p. 34). Com isso, podemos observar que o sentido ativado pelo processo conduz a representação a um entendimento de ação concreta, tendo em vista que orações materiais indicam a mudança de estado no desenrolar temporal realizada por um ator (HALLIDAY, 2004). Para corroborar a sua defesa, Sued traz para a representação vozes institucionais que legitimam a asserção que inicia o seu relato (com “câmara dos vereadores, da assembleia legislativa, nas secretarias de ação social; a secretaria, tanto municipal quanto estadual, de ação social”) e com isso reúne força argumentativa para expressar que tais setores oficiais são realmente leitores do periódico (“recebe o *Aurora* e lê”): ou seja, as altas instâncias de representação popular e defensoras da cidadania têm contato como o *Aurora da Rua*.

O editor atribui ao jornal a capacidade de problematizar os preconceitos existentes em relação à situação de rua e o faz de modo contundente ao comprometer-se por meio de uma generalização (“pra todas as pessoas que trabalham nessas secretarias...”). É um desenho de ação modalizado pela escolha metafórica de ‘brecha’, ou seja, uma ação que está atenta a possibilidades de transformação, ainda que elas não se mostrem amplas.

Sued finaliza o relato com uma declaração sobre expectativas de mudança (“a gente espera conseguir humanizar e permitir, de melhor adaptar as políticas públicas que estão sendo elaboradas para a população de rua”), confirmando a proposta humanista da publicação. No último período, ele assume a voz da equipe do *Aurora da Rua* e recorre ao processo mental ‘esperar’, que representa uma ação de sentido de menor agência, pois se desenvolve em um plano desiderativo. Com o intuito aparente de ilustrar como a relação com os espaços

oficiais é concretizada, o editor rememora um episódio significativo para a trajetória do jornal no segundo destaque de 37. É a representação de uma mudança simbólica. Os atores em situação de rua são representados por meio de processos (e locuções) de sentido agentivo: ‘entrar’, ‘tomar a palavra’, ‘partilhar (experiência)’, ‘falar’ e ‘subir (no púlpito)’ e, com isso, constroem uma imagem de ação no mundo na qual os atores sociais são identificados de forma autônoma. A identificação realizada no episódio assume contorno protagonista e fortemente simbólico.

Graciela representa de maneira mais delimitada os reflexos que observa das ações do *Aurora da Rua* nas políticas públicas:

- (70) Então, essas discussões de política pública é recente. Quando o jornal começou a existir de fato foi justamente quando começaram também as discussões sobre políticas públicas, sobre a cidadania, população de rua... Eh, aqui em Salvador; inclusive as primeiras reuniões sobre políticas públicas foram aqui, eram feitas aqui, depois que passaram para o Movimento, e, atualmente, tudo o que já foi feito em políticas públicas que o jornal acompanhou – o que, pra mim, é muito importante – todos esses encontros que houveram em Brasília, nós estávamos lá, acompanhamos passo a passo... No momento, eh,, o que se percebe é pessoas que passaram, né, por aqui e são contempladas pelos projetos das políticas públicas que são recentes, né; esse ano vai começar a distribuir algumas casas, enfim, tem a... Ainda tá tímido (...) (Graciela, jornalista-editora)

Ao unir as cronologias do jornal e das discussões sobre políticas públicas – operando um sentido de coalizão com as reflexões estruturais do momento – (em “Quando o jornal começou a existir...”), Graciela representa dois eventos como simultâneos, não demarcando temporalmente qual precedeu qual. Tal escolha de representação aparenta uma estratégia de proeminência do periódico. Aliando o jornal ao advento das primeiras discussões acerca de cidadania, a jornalista aproxima em sentido a importância dos dois eventos. Assim, semanticamente, ela promove uma representação que avalia em um conjunto positivo ambos os eventos – que, segundo a representação da jornalista, caracterizam-se pela complementaridade (com “(em “as primeiras reuniões sobre políticas públicas...”)).

Graciela destaca o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) como um aliado nas discussões sobre políticas públicas direcionadas à situação de rua, e marca o espaço de fala do *Aurora da Rua* (em “depois que passaram para o Movimento”), reposicionando-o temporalmente (por meio do grupo adverbial ‘atualmente’) como atuante nas questões políticas (com a expressão modalizadora ‘passo a passo’, que implica o acompanhamento acional – em “e, atualmente, tudo o que já foi feito em políticas públicas que o jornal acompanhou ...”).

Em se tratando de políticas públicas específicas, a jornalista relaciona uma política pública concreta (a distribuição oficial de casas) àqueles que têm relação com o jornal, que são representados como beneficiários dessas compensações. A sua menção ao MNPR sugere a presença do movimento social como intermediador atuante, tendo em vista a sua caracterização processual por ‘garantir’. Graciela, contudo, assume as dificuldades enfrentadas (“Ainda tá tímido”), denotando não ser a situação atual a desejável.

Cora aponta mais detalhes sobre o funcionamento do jornal:

- (71) Na verdade, como o jornal fica... É produto de uma comunidade religiosa, então, ele é voltado mais pra aspectos humanos, mas não deixa do seu conteúdo instigar, de alguma forma, a... A... O pensar em políticas públicas, né, porque o jornal ele denuncia... Ele não é um jornal de denúncia, você não vai ver no jornal crimes – “morador de rua é espancado” –, então, a gente traz sempre a... o estilo, a moda do povo de rua... eh... A ‘rualândia’: que a rua pode ser um lugar divertido, uma rede de solidariedade; frisa mais, trabalha mais essas... esses aspectos humanos, torcendo pra que... Mostrando dessa forma as pessoas se comovam, sei lá, né, alguma coisa assim, e olhem pra população de rua de uma maneira mais humanizada e vejam que eles precisam de políticas públicas específicas pra eles, porque é uma população diferente. (Cora, jornalista-editora)

A jornalista contratada representa o jornal de rua de acordo com o contexto em que ele se desenvolve. Cora inicia a sua representação apontando e marcando uma característica que diz muito sobre o funcionamento discursivo do *Aurora da Rua*: a estrita relação com a Comunidade da Trindade. Ela representa o jornal como uma sequência do espaço de acolhimento e aponta essa relação como a norteadora das ações desempenhadas dentro do espaço editorial (em “é produto de uma comunidade religiosa, então, ele é voltado mais pra aspectos humanos”). A escolha pela expressão “Na verdade” ativa na representação um caráter confessional e a conexão entre orações operada pelo conectivo ‘então’ remetem o relato de Cora a uma espécie de esclarecimento. Esse sentido é explicitado pela relação adversativa (operada pelo conector ‘mas’) em que a jornalista destaca a atitude de algum envolvimento com a causa da luta contra a situação de rua (“não deixa do seu conteúdo instigar, de alguma forma, a... A... o pensar em políticas públicas, né, porque o jornal ele denuncia”).

Podemos observar a presença do discurso religioso, expressado como advindo da Comunidade da Trindade, ao priorizar e sustentar os “aspectos humanos”, como um pano de fundo para representações e identificações que potencialmente apontam para situações ideais, ou melhor, idealizadas ligadas à situação de rua. A jornalista faz uma declaração que explica a maneira como acontece o feito de colaborar com a causa da superação da situação de rua, no tocante às políticas públicas: por meio da declaração “porque o jornal ele denuncia”, Cora

menciona a justificativa. A jornalista, que acabara de explicar que a maneira de fomentar a reflexão sobre políticas públicas se dava por meio de denúncia, inesperadamente contradiz o que mencionara e declara assertivamente que o periódico não tem o propósito de denunciar (em “porque o jornal ele denuncia... Ele não é um jornal de denúncia”). Ela passa a mencionar a contribuição do jornal para a causa social ao contrapor o estilo de manchete jornalística comumente associada à população de rua (“morador de rua é espancado”) a uma proposta de representação social mais amena e atrativa (“então, a gente traz sempre (...) o estilo, a moda do povo de rua”), algo não convencional dentro da mídia hegemônica.

Cora apresenta um exemplo de reportagem de capa (“A ‘rua’lândia’: que a rua pode ser um lugar divertido, uma rede de solidariedade”) ressaltando que o propósito se concentra na identificação positiva no representar da população em situação de rua nas páginas do texto e do periódico. O termo ‘solidariedade’ usado (em ‘rede de solidariedade’) na explicação da reportagem de capa, remonta aos discursos humanizante e religioso – apontados por Cora como os pilares do *Aurora da Rua* para a representação da situação de rua. De acordo com a representação de Cora, esse novo modo de representação está ligado à proeminência de um lado negligenciado do ator social em situação de rua.

Cora, no final do seu relato, opta por processos de fraca agência no mundo, como ‘torcer’ (em relação ao *Aurora da Rua*) e ‘comover’ (em relação ao público que entra em contato com a publicação) – em “frisa mais, trabalha mais essas... esses aspectos humanos, torcendo pra que... mostrando dessa forma as pessoas se comovam, sei lá, né, alguma coisa assim” – para representar a proposta diferenciada do *street paper*. Entretanto, não se observa uma proposta de ação reflexiva do ator social em situação de rua, pois a jornalista sintetiza a população em situação de rua como ‘diferente’, sem esclarecer quais são as diferenças que impedem a agência (em “é uma população que tem demandas diferentes de qualquer outro grupo”). Podemos entender com isso que a jornalista chama a atenção para o caráter complexo inerente à situação de rua

Glenda constrói a sua representação relacionando os efeitos sociais da publicação:

- (72) Então, eh... O nosso jornal ele tem temas bem... Como é que eu posso dizer... que às vezes afeta o poder público, como “Por que estou nas ruas?”, as drogas, várias outras... Outros temas, outras temáticas, que faz com que se repense realmente naquilo que tá acontecendo com a sociedade em si, o que tá levando, o que provoca e isso pra mim – sendo o *Aurora* um veículo de comunicação... Favorecer também pra que as pessoas comecem a ver, né, e possam mudar essa situação de ter tanta pessoa em situação de rua como na nossa sociedade, né. (Glenda, colaboradora)

A colaboradora menciona o tema de políticas públicas, de forma mais direta, no início da representação (em “às vezes afeta o poder público”) se referindo à relação do jornal com o espaço de ações do governo para a questão da situação de rua, foco do periódico. De modo mais indireto, Glenda explica que a proposta de representação organizada no jornal alcança as esferas públicas de acesso à cidadania quando trata de determinados temas mais específicos.

Podemos observar que Glenda destaca, em parte da sua representação, que assuntos publicados direcionados a questões mais salientes na ordem discursiva das instituições de Estado (como as histórias de vida – reproduzidas na reportagem de capa ‘Por que estou nas ruas?’, por exemplo – e temas ligados a questões de saúde pública – como as drogas –, por exemplo) recebem mais atenção, porém como não são constantes (pois, de acordo com Cora, em (71), o jornal prioriza o lado mais ‘humanizado’ da situação de rua), elas “às vezes” são notadas pelo Estado. Desse modo, a colaboradora ilustra a dificuldade de receber apoio concreto do Estado e, na última parte da representação, Glenda exorta as pessoas que entram em contato com o jornal a “mudar essa situação de ter tanta pessoa em situação de rua”, demonstrando o seu comprometimento com a causa da superação da situação de rua.

5.3. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Este último capítulo encerra o trabalho de investigação proposto. Sua relevância nesta dissertação se dá de modo complementar ao capítulo anterior, tendo em vista que, nele, foi possível acessar outros aspectos da rede de práticas em que se realiza o periódico *Aurora da Rua*. Como bem aponta Montecino (2010, p. 251), “a etnografia emerge como uma área do conhecimento de absoluta relevância”, pois possibilita experimentar o que os dados documentais por si só não contemplam.

Acredito que o capítulo logrou seu objetivo no que tange às análises e aos comentários acessórios. Apesar das observações e críticas feitas aqui, não posso deixar de observar que os/as participantes têm toda a minha consideração por – afirmo mais uma vez – compartilhar a sua vida por meio da colaboração e da disponibilidade. Sua participação foi essencial para que esta etapa extremamente importante da investigação se consolidasse, e a sua coragem, identificando-se dentro de um espaço discursivo conhecido especialmente pelas dificuldades, foi inspiradora. Ademais, sua dedicação ao trabalho de produção do *street paper* e à população em situação de rua, nesse projeto de mudança social, merecem no maior reconhecimento.

Os temas que abordaram nas entrevistas serviram como peças do quebra-cabeça que é a investigação das relações sociais em um mundo cada vez mais impessoal e calcado em uma “cidadania atrofiada” (SANTOS, 2012), que não separa o ‘ter’ do ‘ser’. Foi a busca pela concepção de cidadania que este trabalho inteiro propôs delimitar, e o capítulo final coroou essa procura. O excesso retórico referente à necessidade social do *Aurora da Rua* nas representações – especialmente do/as jornalistas e editor/as – flertou com essa procura também, e acabou, simultaneamente, expondo pontos que as matérias de capa, como produto fechado e resultante de todo o processo descrito neste capítulo, não alcançam mostrar.

Desse modo, a coragem e a confiança depositadas tiveram uma resposta à altura: a tentativa árdua de uma análise focada no rigor do que a ADC apregoa como necessário, um escrutínio responsável e reflexivo com a finalidade de contribuir com projetos sólidos de mudança social. Espero, portanto, que as críticas que pude aqui construir possam favorecer reflexões também no campo, por meio do compartilhamento desses resultados, e que de modo algum sejam percebidas como críticas vãs. Ao contrário, a iniciativa e o esforço de cada um/a das pessoas com quem conversei, na realização de um trabalho que está longe de ser fácil, mostram tanto que as possibilidades de mudança social são reais quanto a força dos bloqueios – aqui sobretudo os bloqueios discursivos, pela interiorização de modos particulares de representação – que a constroem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não-lugar”, Ellen Oléria

Com a pesquisa “O jornal *Aurora da Rua* e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico”, procurei investigar o protagonismo discursivo de pessoas em situação de rua nas páginas do *street paper* baiano. Para tanto, intentei, por meio do aporte teórico-metodológico da ADC, acessar textos e representações das práticas concernentes à construção do periódico. Nestas considerações finais, traço um panorama dos resultados observados na investigação e referentes a todo o percurso realizado.

Analisar criticamente o mundo social é um trabalho de alta complexidade. Quando o esforço científico crítico é associado aos estudos discursivos, torna-se duplamente forçoso expor uma base teórica sólida, o que caracteriza uma decisão fundamental para o início de uma trajetória segura e focada. Aliás, tratar de trajetória(s) foi um dos destaques deste trabalho.

Nesse sentido, ao Capítulo 1, dei o nome de “Trajetória teórica”, por entender a necessidade de uma fundamentação teórica que contemplasse o defendido anteriormente. Nele, discuti a visão social dos estudos linguísticos baseados na perspectiva funcionalista da linguagem. Nessa concepção de linguagem, discorri sobre a ADC como ferramenta concreta para a investigação das redes de prática consolidadas nos textos do *Aurora da Rua*. O arcabouço (não apenas teórico) da abordagem possibilitou a base para a discussão defendida na pesquisa e, dado seu caráter transdisciplinar, aproximou teorias outras – como o RC – para a construção de uma observação efetivamente crítica, orientada para a problematização da situação de rua. O esforço científico em rede – observado nos trabalhos de pesquisadores/as em ADC na América Latina – abre um campo de oportunidades para a existência de espaços de discussão crítica como o da internacional REDLAD (também mencionada no capítulo), cujo foco de ação problematiza uma realidade cruel, resultado da negligência histórica que culmina na pobreza extrema.

A discussão sobre negligência social deu o tom do Capítulo 2. Nele, optei por redesenhar o ‘(Des)Caminho da situação de rua’, em uma tentativa de contextualização da problemática. Julguei necessária a representação (da maneira como foi feita) devido ao incômodo que o entendimento de cidadania como sinônimo de posse de bens simbólicos me traz. Conforme destacam as considerações do RC e da ADC, tais concepções não são um

fenômeno recente, mas sim um processo estrutural que se confunde com a história da consolidação do capitalismo na preservação de uma lógica especificamente centrada no lucro. Esse tipo de cidadania obtusa é realizado na lógica comercial ilustrada no poder de consumo, em “ilusões tornadas realidades como símbolos: a casa própria, o automóvel, os objetos, as coisas que dão *status*; (...) bens conquistados para participar ainda mais do consumo (...) que não conduz[em] ao entendimento de mundo” (SANTOS, 2012, p. 56,). Essa estruturação hegemônica, como explicado, serviu como justificativa para as representações mais degradantes de pessoas que não se encaixavam na lógica de produção capitalista. Nesse contexto, mencionei a participação histórica da mídia no Brasil para a solidificação de discursos criminalizatórios, direcionados aos/às extremamente pobres, principalmente à situação de rua. Tais discursos, ainda hoje, (re)correntemente reproduzidos em textos de grande circulação, mostram filiação à ordem de discurso liberal, cujo berço se reconhece na imposição da lógica do capital. Uma aparente roda viva. A mídia cidadã foi, então, apresentada como um posicionamento discursivo contrário às ações históricas da imprensa hegemônica, visto que “as estruturas sociais são também resultado da ação social e (...) são também possíveis objetos de transformação” (RESENDE, 2009, p. 26). Intentei, afinal, com a discussão, mostrar que os *street papers*, como produto dessas intervenções discursivas, abrem espaço para projetos de mudança social, contexto no qual se consolida o *Aurora da Rua*.

No Capítulo 3, o foco foi dado à complexa união entre a teoria e a prática na investigação discursiva, um dos momentos mais difíceis, todavia mais necessários para uma investigação coerente. No capítulo metodológico do trabalho, pude me deter a integrar os pontos abstratos da pesquisa (tais como os entendimentos ontológico e epistemológico e sua inter-relação para a composição da metodologia; as questões de pesquisa e o desenho da investigação orientado por elas) aos práticos – quando descrevi a minha experiência de campo e a aplicação do que foi planejado no percurso metodológico. Ali, também, dividi as impressões geradas a partir do contato com aqueles/as que colaboraram com a pesquisa, permitindo a realização de uma etapa crucial da investigação. A relação estabelecida em campo foi pautada na consciência (e conscientização) da necessidade social do trabalho com todos/as que me ajudaram naquela fase. Reconheço, hoje, que “a pesquisa colaborativa (...) promove a reflexão sobre a relação entre pesquisadores e pesquisados (*sic.*)” (SILVA, 2003, p. 162).

Os próximos passos foram os dois capítulos de análise. No Capítulo 4, escrutinei cinco reportagens de capa de 2011 do *Aurora da Rua*, nas quais pude observar pontos convergentes e divergentes altamente produtivos aos objetivos da pesquisa. O Capítulo 5, anteriormente

classificado como apoio necessário para as análises textuais (tendo em vista que, nele, estão partes das entrevistas concedidas durante a visita de campo), mostrou-se além do esperado e revelou detalhes definitivos para as respostas às questões de pesquisa.

O Capítulo 4 foi orientado pelas questões de pesquisa 1 (“A representação de atores sociais em situação de rua nos textos publicados no jornal materializa o discurso protagonista ou o discurso assistencialista ou ambos?”) e 3 (“De que forma, nos textos selecionados, identificam-se as pessoas em situação de rua e os/as jornalistas envolvidos/as na produção do jornal *Aurora da Rua*?”), que, basicamente, investigavam a representação e a identificação dos atores sociais em situação de rua nos textos de reportagem de capa. Após a aplicação das categorias analíticas, pude observar que as reportagens efetivamente traziam a problemática da situação de rua, porém com a circunstância de sempre atrelá-la a um tema – que, em alguns textos, rivalizava com a situação de iniquidade no que dizia respeito ao destaque representacional. Essa constante acabava por apresentar, no cenário temático, um indivíduo nobre, bravo e criativo na defesa de um espaço onde era atacado pela sua condição (reportagens 24 e 25) – com esboços de problematização da situação de rua – e da sua própria sobrevivência nesse mundo outro (reportagens de capa 26 e 28). Outro aspecto observado nos textos foi o cuidado no tratamento daqueles/as que participavam: nos textos de capa, percebi uma efetiva abertura para as vozes das pessoas em situação de rua. Destaco a construção de um dos textos, da edição 27, que tratava especificamente do entendimento de atores sociais sobre a sua situação de precariedade social. Desse modo, por meio dos textos selecionados para a análise, observamos que as pessoas em situação de rua têm um espaço de destaque no jornal, pois, nas representações, as suas vozes são ouvidas e consideradas; entretanto, as identificações acontecem de modo a colocá-las como pessoas pertencentes ao espaço da rua e que, por conta disso, têm de desenvolver estratégias para superar os problemas externos e internos que perpassam a sua peculiar condição.

O Capítulo 5 foi desenvolvido baseado nas questões de pesquisa 2 (“Como são construídas discursivamente as identidades desses atores sociais?”) e 4 (“Os atores sociais em situação de rua exercem papel protagonista na construção do jornal *Aurora da Rua*?”), e se construiu graças a duas perspectivas de atuação no jornal: a dos atores sociais em situação/com trajetória de rua (Pérola, Perpétua, Paulina e Paulo) e a do grupo sem histórico de exclusão ligada à situação de rua (Sued, Glenda, Graciela e Cora). A proposta, em linhas gerais, era investigar as autoidentificações e as identificações das pessoas em situação de rua, e as representações de seu papel na construção do *Aurora da Rua*. Pude perceber, analiticamente, que as duas questões se entrecruzavam nas respostas dos atores sociais com

histórico de situação de rua, pois o papel que desempenhavam no jornal traduzia-se como o modo pelo qual se identificavam discursivamente. Nas representações, os atores sociais usavam a atuação como vendedores/as como uma linha divisória entre recordações difíceis e a nova realidade de vida, em realizações linguísticas altamente metafóricas. Com exceção de Paulina – que diferenciou aspectos bons e ruins da situação de rua, ressaltando os laços afetivos como destaque positivo –, os atores sociais identificavam por extensão a si mesmos, como à rua, por meio de construções negativas, entretanto reestruturavam suas identidades quando estabeleciam relações com o *Aurora da Rua*. Outro aspecto de destaque observado foi o reconhecimento de si mesmo/as como reinserido/as, socialmente atrelado/as ao trabalho de venda no jornal. As representações da atuação no jornal só tiveram relação com uma produção estritamente intelectual na representação de Pérola, que contribuiu na produção de uma das editoriais em uma edição (até o momento daquela interação); as demais se reportavam à importância do jornal para a nova vida, uma ‘aurora’, promovida pela atuação como vendedor/as ou pela contribuição indireta por meio de suas histórias de vida.

O outro grupo, referente ao segundo tópico-guia, seguiu na direção dos discursos dos atores sociais com trajetória de rua. As representações construídas transitavam entre a necessidade de haver um veículo como o *street paper* soteropolitano e como as contribuições da população em situação de rua eram vitais à publicação. A identificação desses atores sociais, assim, servia para amparar a argumentação da imprescindibilidade do *Aurora da Rua*, pois as pessoas em situação de rua, segundo algumas identificações, eram pessoas abaladas, sofridas e injustiçadas, que ‘por meio da atuação no jornal encontravam uma nova oportunidade de voltar a fazer parte da sociedade (incluída)’. Então, não foram poucas as referências à ‘figura do morador de rua’. Foi patente também a queixa da equipe em relação à falta de participação comprometida de muitos atores sociais em situação de rua, o que contribuía para que, além do/as editor/as, não houvesse um grupo fechado e coeso para a produção do jornal.

E quanto ao protagonismo? Se entendermos ‘protagonismo’ como destaque, sim, os atores em situação de rua são protagonistas na publicação *Aurora da Rua*, pois os textos trazem efetivamente vozes e visões da população de rua, em uma tentativa patente de reconstrução identitária – no que diz respeito à quebra de paradigmas negativos ligados a criminalidade, indolência e descuido. Ademais, o protagonismo pode ser entendido como a comunhão com a rede mundial de *street papers*, a INSP, na proposta de possibilitar a ‘reinserção social’ por meio do trabalho remunerado e autônomo – do qual o próprio ator social se torna responsável pelo processo de venda e gerenciamento da renda. Se entendermos

por protagonismo a noção aliada a conceitos como reflexividade (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999) e cidadania (SANTOS, 2012), os atores sociais em situação de rua ainda não exercem o protagonismo no *Aurora da Rua*. Identificar e representar alguém que passou por uma condição de vulnerabilidade extrema e que se esforça para superar os estereótipos a fim de se posicionar no espaço discursivo parece não ser uma prioridade na sistemática do *Aurora da Rua*.

Dada a identificação baseada fundamentalmente em avaliações e pressuposições, observei uma ação questionável para a mudança discursiva em relação à população em situação de rua: o esforço na construção identitária de um ser idealizado, pertencente a um espaço não de embate identitário, mas inserido em um não-lugar, que lhe seria natural. Teremos, com isso, uma reprodução do discurso hegemônico da dessemelhança, ainda que reconfigurado: um ser que não é como os outros e que não pertence ao espaço comum daqueles que têm direitos e deveres. O protagonismo também é enfraquecido pelo excesso de metáforas na representação das relações entre o jornal e os atores sociais em situação de rua e destes com a situação de rua: não fica claro como eles/as atuam na construção discursiva do jornal. As vozes de atores sociais em situação de rua são até referidas como ‘matéria-prima’ (vide Capítulo 5, excerto (58)), em um demarcado distanciamento. É nesse âmbito que provavelmente o problema da evasão se concentre, pois, apesar das tentativas de mitigação (expressas pelo discurso da harmonia e da coletividade), fortes relações hierárquicas se revelaram patentes, isto é, as jornalistas escrevem, o editor aprova e a população em situação de rua contribui, seja com o seu trabalho na venda (divulgação), seja com a ‘matéria-prima’ coletada.

Sabemos que a situação de rua não é uma questão de fácil resolução. A proposta do *Aurora da Rua* demonstra, sem sombra de dúvidas, uma atitude de resistência frente às constantes agressões por que passa essa população. Com base na análise, contudo, noto que a ‘figura do morador de rua’ ainda é presença constante no jornal e nos discursos majoritários do periódico; tal ‘figura’ é um estereótipo e, como tal, engloba concepções intimamente relacionadas com os discursos ideológicos, tradicionais (discutidos no Capítulo 2).

Finalmente, vejo os dois últimos capítulos desta dissertação como uma realização do cruzamento entre realidade social, linguagem e crença na mudança social, dentro de um viés linguístico crítico, uma vez que, como aponta Silva (2005, p. 44) “a vida penetra na língua, (...) o funcionamento social da língua se reflete nas estruturas lingüísticas”. Não se pode deixar de destacar o valor simbólico inerente à feitura e ao compartilhamento de um jornal como o *Aurora da Rua* na vida de cada um/a que faz parte ou que entra em contato com ele;

entretanto é igualmente válido o esforço no entender de como se dá o funcionamento desse veículo, apontar eventuais descompassos a fim de que as ações para a efetivação de uma sociedade menos desigual e excludente se concretizem de modo coerente e que extrapolem seguras os espaços específicos de reestruturação da cidadania. Que cidadãos/ãs sejamos todos/as.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. *Jornalismo cidadão*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ACOSTA, María Del Pilar Tobar. *Protagonismo face à inevitabilidade: vozes da rua em ocas e em O Trecheiro análise de discurso crítica*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. Programa de Pós-graduação em linguística, 2012.

ALEXANDRE, Marta Filipe; RESENDE, Viviane de Melo. Representação discursiva da pobreza extrema-análise discursiva critica de um testemunho publicado em editorial da revista Cais. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, v. 10, p. 87-106, 2010.

ANGROSINO, Michael. *Etnografia e observação participante*. Trad. José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

AURORA DA RUA – JORNAL. Disponível em <<http://www.auroradarua.org.br/jornal.php>>. Acessado em 14 de outubro de 2012.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal: Os gêneros do discurso*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BIG ISSUE | Journalism worth paying for. Disponível em < <http://www.bigissue.com/>>. Acessado em 14 de outubro de 2012.

BRASIL. *Sumário executivo: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Instituto de Pesquisa de Opinião – META; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Abril de 2008

CAPARELLI, Sergio. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Cortez, 1980.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa – jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CHOULIARAKI, Lilie & FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edinbourg: Edinbourg University, 1999.

DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DORNELLES, Beatriz; BIZ, Osvaldo. *Jornalismo solidário*. Porto Alegre: GCI, 2006.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Trad. (Org.) Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse - textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Critical Discourse Analysis. The Critical Study of Language*. London: Longman, 2010.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2012.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Trad. Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009b.

FLICK, Uwe. *Qualidade na pesquisa qualitativa*. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009a.

FRAGA FILHO, Walter Fraga. *Mendigos e vadios na Bahia do século XIX*. Dissertação de mestrado (História). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1994.

FRAZÃO, Theresa Christina Jardim. *O morador de rua e a invisibilidade do sujeito no discurso jornalístico*. Tese de doutorado (Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística. Universidade de Brasília, 2010.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa, 2010.

GIORGETTI, Camila. *Poder e contrapoder: imprensa e morador de rua em São Paulo e Paris*. São Paulo: FAPESP, 2007.

HADDAD, Julio Cesar Mansur. *Street papers: comunicação e inclusão social*. Dissertação de mestrado (Comunicação). Faculdade Cásper Líbero, 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *An Introduction to Functional Grammar*. 3rd ed. revised by C. M. I. M. Matthiessen. London: Arnold, 2004.

HOBBSAWM, Eric John Ernest. *As Origens da Revolução Industrial*. São Paulo: Global Editora, 1979.

INTERNATIONAL NETWORK OF STREET PAPERS. Disponível em <<http://www.street-papers.org/international-network-of-street-papers/>>. Acessado em 14 de outubro de 2012.

IVE, Vanessa. *O Povo das Ruas - Trajetórias de Exclusão Social*. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro Universitário Jorge Amado. Bacharelado em Comunicação Social em Jornalismo, 2007.

JESUS, Jacques Gomes de. *Trabalho escravo no Brasil contemporâneo: representações sociais dos libertadores*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia, 2005.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Trad. (Coord.) Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.

MAGALHÃES, Izabel. Introdução: a Análise de Discurso Crítica. *D.E.L.T.A.*, 21 (especial), 2005: 1-11.

MASON, Jennifer. *Qualitative Researching*. London: Sage, 2002.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? - representações sobre as pessoas em situação de rua. In: *Psicologia & Sociedade*. São Paulo; 16 (2), pp. 47-58, maio/ago. 2004.

MONTECINO, Lésmer. (Org.). *Discurso, pobreza y exclusión en América Latina*. Santiago: Editorial Cuarto Próprio, 2010.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PAPA, Solange Maria de Barros Ibarra. Realismo crítico e a análise crítica do discurso: reflexões para o (a) educador (a) de línguas em processo emancipatório de transformação social. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 10, n.1. 2009, pp. 108-122, 2009.

PARDO ABRIL, Neyla. *Cómo hacer análisis crítico del discurso: una perspectiva latinoamericana*. Santiago de Chile: Frai, 2007.

PARDO, María Laura. El concepto de familia em el discurso de los indigentes argentinos y chilenos. Um análisis acerca Del discurso neoliberal em la Argentina y sus consecuencias. In: PARDO, María Laura; ORTIZ, Tulio E. (Orgs.). *Estado posmoderno argentino y globalización*. Buenos Aires: MSP y Depto. Publicaciones de la Facultad de Derecho de la UBA, 2006.

PARDO, María Laura. *Teoría y metodología de la investigación lingüística: método sincónico-diacrónica de análisis lingüísticos de textos*. Buenos Aires: Tersites, 2011.

PEDROSA, Cleide Emília Faye; OLIVEIRA, Derli Machado ; DAMACENO, Taysa Mércia dos Santos Souza. Caminhos teóricos e práticos em Análise Crítica do Discurso. In: *Cadernos do CNLF*, Vol. XIV, Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, Camila Potyara. *Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2008.

PEZATTI, Erolilde Goreti. O funcionalismo em linguística. In: BENTES, Anna Cristina Bentes; MUSSALIM, Fernanda. (Org.). Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2004.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*: As origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica*: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

RAMALHO, Viviane. *O discurso da imprensa brasileira sobre a invasão anglo-saxônica ao Iraque*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília. Programa de Pós-graduação em linguística, 2005.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso (para a) crítica*: O texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes Editores, 2011.

RESENDE, Viviane de Melo. *Literatura de cordel no contexto do novo capitalismo*: o discurso sobre a infância nas ruas. Dissertação de mestrado (Linguística). Universidade de Brasília, 2005.

RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de Discurso Crítica e Etnografia*: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua crise e o protagonismo juvenil. Tese de Doutorado (Linguística). Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2008.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2009.

RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso crítica e realismo crítico*: Implicações interdisciplinares. Brasília: Pontes Editores, 2009.

RESENDE, Viviane de Melo. *Publicações em língua portuguesa sobre população em situação de rua*: análise de discurso crítica. Projeto de pesquisa. Universidade de Brasília, 2010.

RESENDE, Viviane Melo. A revista Cais entre o protagonismo e o assistencialismo: uma análise discursiva crítica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 94, 2012.

ROSSA, Carlos Ricardo. “Implicaturas escalares: a pragmática complementando a semântica”. In: IBAÑOS, Ana Maria Tramunt; SILVEIRA, Jane Rita Caetano da (orgs.). *Na Interface Semântica-Pragmática*: Programa de Pesquisa em Lógica e Linguagem Natural. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

ROZENDO, Suzana. *Street Papers, que tipo de jornalismo é esse?* Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Londrina. 2011.

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. *O espaço do Cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Denize Elena Garcia da; VIEIRA, Josênia Antunes. (orgs.). *Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos*. Brasília: Editora Plano, 2002.

SILVA, Denize Elena Garcia da. A ética na pesquisa: reflexões sobre metodologia na coleta de dados. In: VIEIRA, Josênia Antunes; SILVA, Denize Elena Garcia da. (Orgs.). *Práticas de análise do discurso*. Brasília: Plano Editora: Oficina Editorial do Instituto de Letras, UnB, 2003.

SILVA, Denize Elena Garcia da. (Org.). *Nas instâncias do discurso: uma permeabilidade de fronteiras*. Brasília: Editora Universidade de Brasília : Oficina Editorial do Instituto de Letras, 2005.

SILVA, Denize Elena Garcia da. A pobreza no Contexto Brasileiro: Da exclusão econômica a social à ruptura familiar. *Discurso & Sociedad*, v. 2(2), pp. 265-266, 2008.

SILVA, Luiz Martins da. Comunicação e cidadania – conceitos básicos. In: MOURA, Dione (Org.). *Comunicação e cidadania: conceitos e processos*. Brasília: Francis, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn; SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

THOMPSON, John B. *Ideología y cultura moderna*. teoría social crítica em la era de la comunicación de masas. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana, 2002.

VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos actores sociais. In PEDRO, Emilia Ribeiro. (org.). *Análise Crítica do Discurso*. Uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.

VAN LEEUWEN, Theo. *Discourse and practice: New tools for critical discourse analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

ANEXOS

FONTES ESQUECIDAS

Ignoradas na paisagem urbana, as fontes são indispensáveis na vida da população de rua

Elas estão por toda parte em Salvador, mas poucos as conhecem. Um dia foram monumentos preciosos. Hoje, esquecidas, tentam sobreviver aos desgastes do tempo. São as fontes de água natural que, redescobertas por moradores de rua, tornam-se pontos de encontros para atividades cotidianas e momentos de lazer.

Conforme cadastro do livro *Caminhos das Águas*, há 41 fontes distribuídas. Após séculos abastecendo a cidade, essas fontes agora se camuflam entre os prédios, cobertas pela poluição e pelo descaso. Ao mesmo tempo, a população de rua, também vítima da invisibilidade, torna-se a principal consumidora da água dessas fontes. O uso é diverso, como explica Carlos Gonçalves: “Serve para o nosso banho, lavar roupa, frutas, lavar carros, limpar uma coisa e também é distração”. As fontes suprem necessidades vitais dos moradores de rua que não encontram na cidade um lugar adequado para hábitos e atividades higiênicas. “Inclusive, até pensam que não temos higiene, que não precisamos de banho, nem roupa limpa”, revela Carlos.

A maioria das fontes concentra-se no centro histórico de Salvador onde se agrupa grande parte da população de rua. “Eu não sei o que seria de nós se não fosse essa água. Todas as tardes, eu desço para a Fonte Nova banhar os meus meninos e lavar as roupas deles”, conta Dona Adelize, que mora nas ruas do Comércio. Mas não é só uso doméstico.

Para muitas dessas pessoas, a água que jorra dos chafarizes é sagrada. Banhar-se nela é revigorar a vida com o misticismo dos rituais. Alisson cresceu e tornou-se homem ao redor da Fonte da Preguiça. “A minha história está aqui. Quando menino, eu ajudava a minha avó a encher as bacias de água e levar na cabeça. Tanta vida se passou e essa água ainda brota, desde 1855. Só pode ser sagrada, água de Deus”.

A rua foi inspirada em seu nome: Ladeira da Fonte. Mas quase todos desconhecem a existência da Fonte São Pedro, no bairro Campo Grande. Ela existe desde o século XIX e é responsável pela criação de uma comunidade ao seu redor. Joana, moradora de rua, ficou conhecida no local por alimentar os peixes da fonte com migalhas de pão. A presença diária dos moradores de rua cultiva laços sociais e afetivos que atribuem novos

significados às fontes. “Parece que com a gente perto, ela tem força para continuar jorrando água”, destaca Alisson, que todos os dias retira a sujeira da Fonte da Preguiça. “No Carnaval é que é problema. Gente do interior vem tomar banho aqui e vira uma bagunça. Chega dá pena”, comenta. Se a sociedade negligencia a importância cultural e histórica das fontes, a luta diária da população de rua tenta resgatar os seus valores mais genuínos.

POR DENTRO DA HISTÓRIA - A origem das fontes d’água ajudou a escrever a história de Salvador. As direções do crescimento da cidade foram definidas a partir da disponibilidade da água. Nessa época, os chafarizes foram construídos para abastecer a população. Mas, a partir do século XX, a criação da rede de abastecimento de água residencial foi se desenvolvendo e, aos poucos, as fontes foram perdendo uso e valor.

Entretanto, as fontes já nasceram como um lugar marginalizado porque representava o espaço de convivência social dos escravos que buscavam água para os seus senhores. Como reflexo, hoje grande parte da população ignora a água das fontes como se o seu uso fosse destinado apenas a pessoas sem moradia ou sem água encanada. Assim, o descarte humano sofrido pela população de rua se une com o descarte social e político das fontes. Ambos lutando pela sobrevivência.

MATÉRIA DE CAPA EDIÇÃO 25 [ABR/MAI 2011]

RUA, O MEU AMBIENTE

Como o povo das ruas lida com os problemas ambientais e cuida do seu meio ambiente

Pessoas indo e vindo, o calor extremo, fumaça e barulho dos carros, sonorização de propagandas bombardeando o ar, lixo espalhado e calçadas maltratadas. Esse cenário de agressão diária é comum para todos. Nenhuma sociedade está imune aos desgastes ambientais. Porém, existe uma população que sente esses impactos de maneira mais intensa porque o espaço da rua é o seu lar, a sua casa. Essas pessoas não têm o refúgio de quatro paredes e, durante a rotina, costumam circular em diversos espaços da cidade.

A população de rua enfrenta o desafio diário de viver sem proteção contra as variações ambientais e ainda sob condições inadequadas de higiene. A vivência nesses ambientes inóspitos a torna vítima fácil de enfermidades. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 50% a 60% das ocorrências relativas às doenças respiratórias agudas e

crônicas estão muito associadas à exposição aos fenômenos ambientais. Prova disso é a grande quantidade de moradores de rua que contraem a tuberculose - doença característica de quem vive em situação de risco social.

Ainda segundo a OMS, três milhões de pessoas morrem anualmente em decorrência dos efeitos da poluição atmosférica e 15 milhões têm problemas de audição provocados pelos altos níveis de decibéis (medida do som). Diante desse quadro, é difícil medir os impactos sofridos por uma população que mora nas ruas e absorve todos os tipos de poluição urbana.

CRIATIVIDADE COM CORAGEM - O excesso ou o uso inadequado de luz artificial também é uma ameaça à saúde. A poluição luminosa interfere no humor, afeta o psicológico e prejudica o ato de dormir. Mesmo enfrentando adversidades desta natureza, o povo de rua costuma descobrir e desenvolver alternativas como formas de proteção. É o caso de Lázaro. ele conta como driblava o frio e a luminosidade de postes e letreiros que constantemente prejudicavam o seu sono: “Para dormir, precisava cobrir a cara com papelão. Papelão protege do frio, da luz e da violência”. Em se tratando de criar alternativas de vida, o povo da rua inventa muitos modos de habitar e de se proteger. Do lixo eles retiram objetos para suprir necessidades de sobrevivência, além de colaborar na limpeza urbana.

Pernambuco, morador há cinco anos do Viaduto de Jesus, recicla materiais que são descartados indevidamente e que aumentariam a poluição do ambiente. “Até móveis, guarda-roupa eles jogam no lixo. Com eles faço carrinho para café, descamador de peixe, muitas coisas”, relata. Ele coleta ferramentas, bolsas e brinquedos que figuram em sua morada como peças de enfeite. Junto com outros moradores do local, cuida para que o espaço da sua moradia permaneça limpo, colaborando com o serviço de limpeza pública, que vez por outra lhe fornece sacos para acomodar os detritos. Neste universo, é vital ter criatividade em meio ao cenário marcado pela ausência de quase tudo. Pernambuco mostra que é possível, através de materiais disponíveis, construir a sua “casa”, o seu ambiente.

Reinventar o cotidiano, buscar formas de vencer e lidar com o imprevisto são características marcantes dos habitantes da rua. Ernesto, mais conhecido como Carreto, mora no mesmo viaduto que Pernambuco. Ele mesmo construiu um carrinho feito de madeira de reciclagem e pneus de bicicleta que, além de prover seu sustento, serve como cama à noite. “Sou carregador, ando muito, mas, sempre volto para cá, aqui é meu lugar, daqui ninguém me tira”, afirma esse senhor que tem sempre na sua companhia a cadela Princesa. Rodeada de papéis e tábuas, Princesa fica tranquilamente sob o viaduto. Ela é um dos cães que circulam no local, em meio aos materiais recicláveis. Tem um papel fundamental no dia-a-dia do seu

dono servindo de proteção e de companhia. Ele, por sua vez, igual a todos os moradores de rua que criam animais de estimação, cuida dela de forma afetuosa, um belo exemplo de respeito pelos animais.

O viaduto, tanto para Pernambuco quanto para Carreto, é um refúgio. Constantemente chegam novos moradores para o local, mas, o sorridente reciclador afirma que o local é tranquilo, apesar de ficar em um movimentado ponto da cidade. “Durante o dia, o barulho é grande, os carros, a fumaça, mas à noite é mais tranquilo”, garante. Em um contexto de limitação, são estabelecidos mecanismos de defesa, uma cultura própria do povo da rua que serve para facilitar a vivência nas ruas.

VIVENDO DO IMPENSÁVEL - É muito comum encontrar uma vassoura nos pertences dos moradores de rua. Para eles é indispensável manter limpo o lugar onde dormem, cozinham e guardam seus objetos pessoais. Zé Carlos lembra que quando morava na rua mantinha o hábito da limpeza: “Algumas pessoas faziam xixi, então, usávamos vassoura e água para lavar o local onde dormíamos”. Dos Anjos é morador de rua experiente. Ele diz que se precisa de muita articulação para, por exemplo, tomar um banho e manter a higiene em dia. “Eu ia naquela fonte do bairro da Fonte Nova, mas ficou difícil. A polícia e os lavadores de carro nos agredem. Eu geralmente pago para tomar banho ou tomo em postos de gasolina”, desabafa. Ele fala que sempre que ocupa um local, ao sair, costuma deixá-lo limpo. “É importante a limpeza do nosso ambiente e do corpo, mas a maioria suja e uma minoria limpa”.

Há pessoas que desde criança vivem na exclusão do mundo das ruas. É o caso de José Sandro, do bairro do Cabula. “Sei que a rua não é lugar para ninguém. Mas não consigo me ver em outro lugar, sem ser a rua. Porque me acostumei com esse lugar. Sei me virar, trabalhar, ganhar dinheiro, me alimentar”, argumenta. Sandro faz realmente da rua o seu “*habitat* natural”. E, para ele, o ato de reciclar, coletando lixo, é uma forma de retribuir o acolhimento que a rua dá. “Ela me amparou e agora eu faço o favor e a obrigação de mantê-la limpa. Nós, povo da rua, estamos vulneráveis a tudo de ruim. Contraímos tuberculose, batemos recorde disso, várias doenças de pele, etc. O ar que respiramos é mais poluído, além do barulho, da violência, da miséria.

Roberval, morador de rua, diz que a cidade está um caos e que a maioria das pessoas não se preocupa com os invisíveis das ruas. “Nós, povo da rua, é que sabemos que vivemos na cidade pelo avesso. A gente quer escovar os dentes, fazer uma limpeza, mas não tem um lugar apropriado. Como posso cuidar do meu corpo, do meu ambiente, dessa forma?” O anseio de ter uma vida saudável, tranquila e digna faz parte do desejo de quem vive em constante risco

nas ruas. Mas apesar de toda a precariedade das condições de higiene, do desabrigo, da alimentação inadequada, dos diversos fatores de risco que a rua oferece, o morador de rua aprende a lidar com as vulnerabilidades e proteger o seu meio ambiente.

MATÉRIA DE CAPA EDIÇÃO 26 [JUN/JUL 2011]

SEMEADORES DE AURORAS

Leitores partilham experiências despertadas a partir da leitura do jornal

No vai-e-vem das cidades todo mundo se depara com a figura de um morador de rua. A maioria das pessoas enxerga o povo da rua com medo. Algumas os tratam com hostilidade ou, pelo contrário, piedade. Outras chegam a agredi-los ou queimá-los, como em alguns casos que são noticiados pela imprensa.

Enquanto a mídia convencional traz em suas páginas o morador de rua de maneira marginalizada, os jornais de rua são publicações que vão na contramão do estabelecido. Eles se propõem a discutir e mostrar as demandas da população de rua. Além disso, proporcionam ao leitor ser partícipe de um processo de transformação social. Pois à medida que esse tipo de conteúdo é disseminado, há grandes possibilidades de mudanças na perspectiva do olhar sobre essa fatia da população. Em março de 2007 o conceito *Aurora da Rua*. E, em 2008, depois de um ano circulando na capital baiana, o jornal integrou-se a uma rede internacional que congrega publicações de de rua [sic], o *International Network Street Papers* [sic].

Ao ler o jornal os leitores descobrem um universo heterogêneo, mesclado por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição da falta absoluta de quase tudo e a desconexão com a sociedade formal. Luciana Rios é estudante de jornalismo e leitora do jornal desde 2007. “Sempre que abrimos um jornal e lemos algum relato sobre morador de rua, é no sentido ruim. As pessoas são sempre retratadas da pior forma. No entanto, se pararmos para analisar a figura do morador de rua, despojados de qualquer preconceito, podemos notar que até nos pertences que carregam há uma demarcação de personalidade”. Ela se recorda que, quando leu uma edição sobre moda e estilo do povo da rua, ficou encantada e achou incrível como nunca tinha parado para enxergar daquela forma. “Era “puro estilo”, cada um tem seu senso estético, é só valorizar [sic]”, afirma.

Para o professor de Filosofia Daniel Nascimento, morador do estado do Piauí, as notícias e as imagens do jornal o fazem recordar como, com muito pouco, é possível ainda ser

feliz e transmitir essa felicidade. “Impressiona-me o modo como as pessoas que vivem em situação de rua, mesmo que contem com histórias de abandono e sofrimento, conseguem aliar simplicidade e alegria. Também como alguns conseguem perdoar, e outros se tornam sábios”, conta.

Foi após ler uma matéria sobre histórias de amor protagonizadas por moradores de rua que a estudante Lana Sales, 21 anos, diz ter descoberto o sentido mais genuíno da palavra amor. “Eles não têm boas condições físicas, financeiras e, nem mesmo, a privacidade necessária para fortalecer um relacionamento. Ainda assim, amam com tanta intensidade. Um amor sem interesse, sem ilusões”, conta. Sentimentos e experiências são transformados em lições de sabedoria pelos leitores. “Eu passei por uma gravidez indesejada seguida do abandono do meu parceiro. Lendo os depoimentos de pessoas que estão juntos há mais de 10 anos nas ruas me fez acreditar no amor de novo”, completa Lana.

SENSIBILIDADE - A interação vendedor do jornal e leitor abre oportunidade para a reconstrução de vínculos sociais. Como aconteceu com Roberto Carlos que se surpreendeu ao ser convidado por uma cliente para almoçar na sua casa, junto com a família. O respeito e o reconhecimento humano são os resultados mais imediatos do novo olhar do leitor frente à população de rua.

Educadores também se tornam ferramentas importantes nesse processo. Além de leitores, eles atuam como agentes de transformação, possibilitando o contato entre alunos e pessoas em situação de rua. Odijas Neto, professor do ensino fundamental em uma escola particular de Salvador, utiliza o conteúdo do jornal em suas aulas, buscando desconstruir estereótipos ou rótulos criados em torno do morador de rua. “No início fiquei temeroso, sem saber como seria esse encontro. Mas a experiência foi muito boa. Ao ver a receptividade dos alunos, o interesse e a curiosidade em conhecer como vive um morador de rua fiquei tranquilo. É impressionante como alunos que normalmente são inquietos e agitados ficam em silêncio quando ouvem o depoimento deles”, conta.

Odijas relembra uma experiência muito interessante que ocorreu com uma aluna da quinta série. A menina, sensibilizada com a história de Carlos Roberto, durante seu período de férias, entrou em contato com o jornal expressando o desejo de visitá-lo. “Ela insistiu com a mãe que queria ir ao jornal. A mãe resolveu levá-la. Foi a primeira vez que Carlos Roberto recebeu a visita de alguém. Ele ficou tão emocionado que chorou”, relata.

As lembranças que preenchem a memória afetiva das pessoas de rua são com base em uma construção social de inferioridade. Elas se sentem apartadas da sociedade. Toda essa

conjuntura explícita também as incoerências das políticas assistenciais dirigidas a essa camada da população. As pessoas precisam ter conhecimento da realidade desses indivíduos para que se avance para um novo patamar de políticas públicas e de humanidade.

“Antes tinha muito medo de passar perto de pessoas jogadas nas ruas. Depois de algumas experiências e leituras, hoje tenho a capacidade, graças a Deus, de enxergar o que está além dessas pessoas: um cidadão de direitos e deveres como *integrantes* da sociedade. Esses irmãos vivem o fruto de uma sociedade injusta, cruel e massacradora, que só vê as pessoas pelo que elas produzem, colocando os pobres como a nossa vergonha. Mas os fracos podem mostrar a sua dignidade porque juntos somos mais fortes”. - Irmã Lucinha, leitora de Aracaju

MATÉRIA DA CAPA EDIÇÃO 27 [AGO/SET 2011]

POR QUE ESTOU NAS RUAS?

Depoimentos de moradores de rua despertam reflexões sobre a questão

São cerca de 44 mil pessoas desprovidas de lar, transformando as ruas em espaços de moradia no Brasil. Por que vivem nessa situação? É uma pergunta que se repete sem respostas definidas. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Prourocurou esclarecer a questão com a Pesquisa Nacional sobre a População de Rua, realizada em 2007. Segundo o relatório, os principais motivos que levam as pessoas a morar nas ruas estão relacionados a problemas de alcoolismo ou drogas (35,5%), de desemprego (29,8%) e de desavenças com parentes (29,1%). Entretanto, a população de rua é tão heterogênea que os dados, por vezes, tornam-se incapazes de traduzir a realidade complexa de quem perdeu o vínculo social e foi parar nas ruas.

Os moradores de rua não nasceram das calçadas. Eles têm um nome e uma história. Mas, no decorrer de um longo processo, sua rede social se fragilizou até romper-se, chegando a viver em situação de rua. Para ajudar a compreender essa questão, o *Aurora da Rua* promoveu rodas de conversa com pessoas que vivenciam ou já vivenciaram essa experiência. Os depoimentos coletados revelam dimensões diversas como família, ajudas oferecidas nas ruas, trabalho ou drogas.

Os laços familiares surgem como relações fragilizadas cuja afetividade foi rompida por desavenças ou dificuldades de convívio. Os conflitos na esfera familiar despertam, em muitos, uma frustração e tristeza profunda. “Eu fugi de casa, depois voltei. Meu pai era muito violento. Batia todo dia em minha mãe. Isso me afetou bastante. E eu observei também que muitos irmãos estão nas ruas por causa disso. Problemas estruturais familiares afetam profundamente as pessoas. Existe um histórico familiar que é determinante”, relata Pedro, morador de rua desde os 15 anos.

Os conflitos, em grande parte, são decorrentes de gerações de família que cresceram enfrentando as mesmas dificuldades: pobreza, educação precária, violência, etc. Ir para as ruas, nessas circunstâncias, aparece como uma alternativa. “Minha mãe sempre me batia. Discriminava-me em relação aos meus irmãos. Fui criada praticamente pelo juizado de menores. Ela me cortava de faca. Eu tinha sete anos, mas me lembro. Eu não aguentei e fugi”, conta Valdenice, moradora de rua. Com uma história semelhante. Silvano desabafa: “Eu era explorado pelo meu padrasto. Em casa eu era o que mais trabalhava e não ganhava nada. Um dia minha mãe me mandou vender umas peças na Lapa e não voltei mais para casa. Eu não queria estar na rua. Eu queria era ter uma família unida”.

Para cada um deles, o rompimento familiar ocorre de uma maneira particular. “Os problemas psicológicos da minha família. Meu pai não deu conta de cuidar da gente. Vivo nas ruas desde os 12 anos”, conta Márcio, hoje acolhido em uma comunidade. Já Nilton traz uma história diferente: Eu tinha meu comércio. Casei. Construí casa, tudo. Uma época um amigo meu falou que minha mulher me traía. Eu comprovei. O amor era tão grande que destruí tudo bebendo cachaça. Acabei com tudo que eu tinha. Assim, essa cadeia de rupturas ocasiona outros processos de rompimento que vão provocando a não participação social efetiva do sujeito.

Os laços familiares surgem como relações fragilizadas cuja afetividade foi rompida por desavenças ou dificuldades de convívio. Os conflitos na esfera familiar despertam, em muitos, uma frustração e tristeza profunda.) Os conflitos, em grande parte, são decorrentes de gerações de família que cresceram enfrentando as mesmas dificuldades: pobreza, educação precária, violência, etc. Ir para as ruas, nessas circunstâncias, aparece como uma alternativa.

PERMANÊNCIA - As ações da sociedade e do Estado sobre os moradores de rua costuma ser de cunho assistencialista, paternalista, autoritário ou de higienização social. Essas atuações não dão conta do complexo processo de reinserção no tecido social através do ambiente familiar, do trabalho formal, da habitação ou de outras esferas. Para eles, as redes de apoio,

como os albergues, são úteis em determinados momentos, mas acabam por influir na permanência nas ruas. “No albergue não tem planejamento. É só comer e dormir. Não há uma profissionalização”, afirma Denivaldo.

Na opinião de Pedro, algumas instituições fazem um diferencial, mas algumas pessoas são resistentes: “As pessoas não são iguais. Reagem a sua situação de maneira diferente. Eu, por exemplo, passei por um centro de recuperação e isso me ajudou porque eu me permiti. Muitas que vão ao projeto *Levanta-te e Anda* não estão muito preocupadas em se recuperar. Querem comer e ficar lá e só. É preciso descobrir o que pode curar essa grande ferida.

A droga e o álcool também são apontados pelos moradores de rua como grandes vilões que distanciam o caminho de volta à sociedade. “Quando falo da vida nas ruas passa um filme. Foram 23 anos de tristezas, alegrias e decepções. Queria dizer que não é só a droga que leva as pessoas para situação de rua. É o egoísmo, o preconceito, a dificuldade de aceitar as coisas como elas são, querer tudo fácil. E, depois que a pessoa está na rua, fica sujeito a tudo”, afirma Wellington.

É POSSÍVEL - “Hoje depois que conheci a Comunidade da Trindade, o Movimento de População de Rua, o próprio Narcóticos Anônimos e outras ações afirmativas, eu estou começando a me perceber melhor e a refletir sobre a minha situação, a essência de toda essa problemática. Eu sou o que sou hoje por conta de todas as coisas que passei”, essa é a reflexão de Márcio sobre a sua atual condição. Como ele, muitos moradores de rua conseguem se enxergar diferente e, através do amor à vida e a si próprio, começam a vislumbrar um futuro melhor. “Eu sou uma das pessoas mais abençoadas do mundo. Não se pode esperar nada de políticos, do governo. Eles querem nos manter sempre leigos. Nós é que temos de ter atitude. Hoje, eu espero viver o momento presente. Quando estamos juntos das pessoas que a gente gosta, ficamos bem”, finaliza Wellington.

APÓS AS RUAS

“As pessoas têm mania de dizer que todo mundo que está em situação de rua é por causa da dependência química. É mentira. Eu fiquei em situação de rua porque a minha família se desestruturou. Perdi meus pais aos dois anos de idade. Com três vim para Salvador morar com duas senhoras. Elas me deram uma vida confortável até os 15 anos. Depois, essas senhoras faleceram e eu fui para o juizado. Lá aprendi a fugir, ir para as ruas. Eu culpava todo mundo pela situação que eu estava vivendo. Eu não conseguia compreender por que Deus não permitia que eu tivesse uma família. Aí comecei a beber. Acredito que eu já tinha um

potencial para a bebida. Experimentei as drogas depois de algum tempo nas ruas. Conhecer a Comunidade da Trindade e, principalmente, Edivânia, foi decisivo para minha saída. Eu chegava bêbada, suja, de qualquer jeito que fosse, e ela abria o sorriso e os braços. Aquilo começou a mexer comigo. Que Deus é esse que faz com que essa mulher me olhe desse jeito. Ela não falava nada, ela simplesmente agia. Tomei coragem e pedi para ir para o centro de recuperação. Vou fazer 10 anos na sobriedade. Edivânia sempre esteve ao meu lado.” - *Lúcia Pereira, coordenadora do Movimento de População de Rua em Salvador*

“Perdi meu pai aos nove anos. Depois perdi minha mãe e a empresa que eu trabalhava entrou em falência. Minha mãe era referência para mim. Eu fiquei muito deprimido e saí andando sem destino. Na maioria das vezes, a pessoa fica nas ruas por que perdeu algo [*sic*], seja material ou espiritual. Eu encontrei um pouquinho dos meus irmãos na vida em comunidade, num lar. E depois, encontrei um pouquinho do amor da minha mãe em minha esposa. Como perdi tudo, aqui eu encontrei muita coisa que me fez repensar. Senti-me novamente importante. As pessoas que estão na rua sentem muita falta de alguém para conversar. Alguns se acomodam e não conseguem sair desta situação ou até mesmo a pessoa sai da rua, mas a rua não sai da pessoa. Hoje o que na verdade é preciso é o amor. Um amor gratuito, sem querer nada em troca. Quando uma pessoa encontra um lugar no qual ela possa usufruir de uma acolhida de amor ela consegue mudar. Muitos não acreditam em si próprios, mas através da insistência e do amor a gente consegue mudar.” – *Vicente, facilitador do projeto Levante e Anda*

MATÉRIA DE CAPA EDIÇÃO 28 [OUT/ NOV 2011]

SOB O MANTO DA NOITE

Conheça as noites de quem não tem um lar

A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que toda pessoa tem direito à vida e à liberdade. Entretanto, a invocação desses direitos torna-se ineficaz se a sociedade não for capaz de defender seus cidadãos ou se excluir alguns deles. Quem mora nas ruas sofre com a falta de quase tudo, além de estar muito exposto à violência. Esse temor da violência é acentuado quando a noite cai. Sob o manto escuro da noite, se misturam silêncio e barulho de carros. Solidão e partilha. Calor e frio. Para alguns moradores de rua, permanecer de noite em

grupo é mais vantajoso. Esquenta e acolhe. Parece ser mais seguro. Para esses, o céu escuro pode revelar faces dóceis com um rastro de humanidade, de solidariedade e de companheirismo. Há uma cumplicidade entre os que sofrem da mesma dor e estão expostos à mesma vulnerabilidade. Para outros, não adianta ter um grupo. O escuro céu pode revelar faces ameaçadoras, traiçoeiras. Há sombras e muito medo. As características ambíguas da noite estão presentes nas falas dos moradores de rua.

VIOLÊNCIA E ADVERSIDADES - “Rua não é lugar de viver, não. A noite, então, é pior. É de noite que as coisas ruins sempre acontecem”, diz André. Esse sentimento permeia o pensamento da maioria das pessoas em situação de rua. “Muito medo, tensão e violência. Na noite acontecem coisas que ninguém imagina. Coisas sinistras”, afirma Denivaldo, hoje acolhido em uma comunidade. André, geralmente dorme debaixo de um viaduto, próximo a um módulo policial. Mas, mesmo assim, para ele é impossível ficar tranquilo. O barulho dos carros, segundo ele, não incomoda muito, “pior é a sensação de medo”, afirma.

Para Fernando, cada dia que amanhece é uma vitória. “Você não sabe o que vai passar a noite com você. Você dorme com a morte perto de você e não vê. Aí só Deus mesmo que está ali para te proteger. O homem para fazer uma covardia com você não custa nada”. Segundo Élio, o anoitecer traz consigo uma sombra de tristeza para quem está nas ruas. “Eu trabalhava de dia como baleiro. De dia, eu era um. De noite, eu era outro. Quando entardecia, começava logo a ficar cabisbaixo, triste, porque eu tinha que ir para as calçadas. De dia, eu esquecia que estava na rua, por causa do trabalho. Na hora de dormir, eu começava a me enxergar, vendo mesmo a minha situação. A noite é mais sombria, repugnante. Uma vez acordei enrolado num saco plástico”, relembra. Para Élio, a noite traz a reafirmação da situação de rua. A violência não se restringe ao físico, envolve principalmente a alma, o sentimento.

Além da exposição à violência, a noite traz outras dificuldades para quem sobrevive na rua. “A noite é muito pior que o dia. Se chover e você não achar um lugar para se abrigar, é terrível. Molha papelão, molha cobertor, molha tudo”, diz Elmário. Ele também ressalta a falta de bondade que, muitas vezes, transparece mais à noite. “Lembro que uma vez estávamos na Fonte Nova e vieram três e levaram todas as nossas coisas. Cobertor, papelão, tudo”, recorda. Pedro, que hoje trabalha formalmente e tem um local para morar, afirma que para morador de rua não há realmente descanso. “Esse repouso, eu todo mundo que tem um lar experimenta, morador de rua não sabe o que é. Para quem mora na rua a situação é ininterrupta, independente de ser dia ou noite, a carga é constante. Isso é tanto no físico

quanto no emocional. A situação o acompanha constantemente, não o deixando esquecer quem ele é”, desabafa.

PARTILHAS

Se para alguns o que prevalece quando anoitece é a sensação de medo e tristeza, para outros os laços de amizade vencem o sentimento ruim produzido pelas coisas negativas da rua. “As amizades sempre ajudam. Um apoia o outro. Quando fui para as ruas fiquei morrendo de medo da noite. Dormi de dia. Mas aí conheci uma turma, fiz amigos e fiquei no grupo, me senti mais seguro”, conta Denivaldo. Há um momento de comunhão, de preocupação com o bem-estar do outro mesmo em face de tanta dificuldade. Para Marcos Paulo, esse lado da noite proporciona outra vivência “A noite é que podemos enxergar o lado mais humano das pessoas, como por exemplo, o lado solidário. Recebemos alimentos, roupas, lençóis”, fala, lembrando-se das chamadas rondas que percorrem algumas ruas da cidade à noite distribuindo alimentos e agasalhos.

Francisco é morador de rua há sete meses e conta que sempre procura ser amigo dos outros. “Acho que se você fizer amizade tudo fica menos doloroso. Há, sim, muita disputa, por espaço, por papelão, mas a gente vai se virando”, avalia. Ele relata que as rondas não costumam passar na Barra, o bairro onde ele fica. “Aqui, não vejo as rondas não. Mesmo assim, quem tem amigos, e é tranquilo, sempre tem o que comer, seja fazendo bicos ou mesmo contando com a solidariedade dos garçons que trabalham nos bares e restaurantes”.

A fé é sustentação para Marcos Paulo que traz sempre consigo a Bíblia - sua companheira fiel. Antes de dormir, ele faz uma prece. “Eu oro pelo povo da rua que habita esse mundo. Oro pelas comunidades, pelos necessitados. Nós, gente da rua, não temos pai, advogados, juízes. Só temos o senhor que já é tudo”. Semelhante a Marcos, Fernando afirma de maneira enfática que a força que ainda move a sua vida é a fé. “Teve um tempo que tinha perdido a esperança. Converso com Deus todos os dias. Creio que preciso dele para ser libertado. Mesmo diante de tanto sofrimento e angústia, que se acentua com a chegada da noite, sinto que Deus ainda não desistiu de mim”. Ele se emociona quando fala dos filhos que não vê há muito tempo. “Gostaria de ter mais tempo com eles. Mas tenho consciência que não desse jeito que estou hoje. Preciso me libertar dessa eterna noite que se instalou na minha vida”, avalia.